UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

KAREN TORRES DA ROSA

**AS ESTRTEGIAS DE TRANSMISSÃO DE BENS NOS
TESTAMENTOS MEROVÍNGIOS (SÉCULOS VI-VII)**

São Paulo

2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

KAREN TORRES DA ROSA

**AS ESTRTEGIAS DE TRANSMISSÃO DE BENS NOS
TESTAMENTOS MEROVÍNGIOS (SÉCULOS VI-VII)**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História Social da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo
para a obtenção do título de Mestre em
História.

Área de Concentração: História
Medieval

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cândido
da Silva

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

R788e Rosa, Karen Torres da
 As estratégias de transmissão de bens nos
 testamentos merovíngios (séculos VI-VII) / Karen
 Torres da Rosa ; orientador Marcelo Cândido da
 Silva. - São Paulo, 2017.
 151 f.

 Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
 Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
 Paulo. Departamento de História. Área de concentração:
 História Social.

 1. Gália. 2. período merovíngio. 3. testamentos. 4.
 transmissão de bens. 5. aristocratas. I. Silva,
 Marcelo Cândido da , orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: ROSA, Karen Torres da

Título: As estratégias de transmissão de bens nos testamentos merovíngios (séculos VI-VII)

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

Avaliado em: 24 de maio de 2017

Banca Examinadora

Prof. Dr. André Miatello (titular)

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Julgamento: _____

Profa. Dra. Flávia Amaral (titular)

Instituição: Universidade Federal dos Vales dos Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

Julgamento: _____

Dr. Adrien Bayard (titular)

Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Julgamento: _____

Agradecimentos

Para realizar esta dissertação, precisei aceitar muitos desafios e empreender muito esforço, recompensados pela construção e amadurecimento adquiridos ao longo dessa árdua jornada. No entanto, destaco que só foi possível concluí-la com a ajuda e o apoio de familiares e amigos que foram essenciais para a finalização de mais essa etapa da minha vida acadêmica, lembrando-me a todo momento do quanto eu era capaz para desenvolver este trabalho.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, Laureano e Rose, e ao meu irmão, William, pelo carinho, amor e amparo, e que me auxiliaram em todos os meus passos e dificuldades.

Ao Prof. Marcelo Cândido da Silva, que pacientemente me conduziu nessa trajetória desde 2009 e que se mostrou presente nos momentos mais difíceis, apoiando e incentivando. Ele foi não só orientador, fornecendo sua sabedoria e direcionamento, ele se tornou, acima de tudo, um grande amigo.

À Profa. Rossana Pinheiro-Jones pelo seu auxílio e especialmente pela sua amizade, que se fortaleceu nos últimos anos e amenizou as atribulações do percurso.

À Profa. Alice Rio por ter me recebido em Londres, apesar de todas as adversidades. Agradeço por sua leitura e comentários acerca do meu trabalho e por ter direcionado principalmente meus estudos sobre o Formulário de Marculfo.

À Bruna Bengozi, a quem eu devo agradecer, em primeiro lugar, por toda ajuda na elaboração desta pesquisa. Sua amizade, suporte e encorajamento foram imprescindíveis. Considero-a muito mais que uma amiga, pois se tornou uma verdadeira irmã.

A todos os meus amigos do Laboratório de Estudos Medievais-USP (LEME-USP) pelas ricas discussões nas reuniões e pelos momentos de distração sempre muito agradáveis. Não posso deixar de mencioná-los: Vinicius Marino, Edward Dettmann Loss, Victor Sobreira, Verônica Silveira, Marcelo Ferrasin e o Prof. Renato Viana Boy. Meus sinceros agradecimentos.

À toda equipe da Secretaria de Pós-Graduação em História Social pela ajuda e atenção com assuntos burocráticos. E ao meu colega do Audiovisual que esteve sempre à disposição para ajudar em eventos e na Qualificação.

Por fim, À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2013/26762-4, pelo apoio e financiamento fundamentais, que permitiram a concretização dessa pesquisa.

Resumo

A presente dissertação tem como objetivo analisar em que medida os documentos com características testamentárias da Gália merovíngia refletem estratégias de transmissão de bens, ou seja, as ações planejadas pelos testadores para definir o caminho que devem tomar seus bens após sua morte, no reino merovíngio entre os séculos VI e VIII. A transmissão de bens é um ato importante da vida em sociedade. Para estudá-la, são analisados 12 testamentos do período, ou seja, todos os que sobreviveram até os dias de hoje, além da fórmula 17 do livro II do Formulário de Marculfo, que variam tanto no tempo quanto no espaço. A princípio, essa análise nos ajuda a visualizar as semelhanças entre os testamentos laicos e episcopais. Assim, podemos nos aproximar da compreensão dessas práticas legais no período, bem como da organização dos grupos sociais. A análise dessa documentação com o auxílio da historiografia é importante para que também notemos as variações dos testamentos ao longo do tempo e do espaço e como eles auxiliavam no cumprimento das últimas vontades dos aristocratas.

Palavras-chave: Gália; período merovíngio; testamentos; transmissão de bens; aristocratas.

Abstract

This dissertation aims to analyze how testamentary documents from Merovingian Gaul reflect strategies for transferring goods in the Merovingian kingdom from sixth to eighth centuries. These strategies are actions planned by testers to define what will happen to their goods after their death. The transfer of assets is an important practice of social life. To study it, 12 wills from the period are analyzed, all those which survived to the present day, plus the formula 17, book II from the Formulary of Marculf. All these testaments vary both in time and in space. At first, this analysis can help us visualize the similarities between the secular and the episcopal type of testaments. Therefore, we can understand these legal practices in the period as well as the organization of the groups. The analysis of this documentation and the aid of historiography are important to note the variations of the wills over time and space and understand how they helped the fulfillment of the aristocratic last wills.

Key-words: Gaul; Merovingian period; testaments; transmission of wills; aristocrats.

Sumário

Introdução: <i>Os testamentos merovíngios</i>	7
Relação entre poder e transmissão de propriedade	15
Poder e bens transmitidos pelos testamentos	19
Documentos presentes na pesquisa	20
• <i>Testamentos</i>	20
• <i>A fórmula 17 do livro II do Formulário de Marculfo (Marculfo II, 17)</i>	22
• <i>Documentos auxiliares</i>	27
1. <i>A instituição de herdeiros</i>	31
1.1. Introdução	31
1.2. A tradição romana da instituição de herdeiros	34
1.3. Os testamentos merovíngios e as leis testamentárias romanas	39
1.4. A instituição de herdeiros e a aquisição de poder	50
1.5. Proteção ao herdeiro	57
1.6. Herdeiros instituídos em Marculfo II, 17	61
1.7. A instituição de herdeiros por Cesário de Arles	64
1.7.1. <i>A Vida de São Cesário</i>	64
1.7.2. <i>A instituição de herdeiros</i>	66
1.8. Conclusão	69
2. <i>A instituição de legatários</i>	70
2.1. Introdução	70
2.2. Ocorrência dos legados nos testamentos merovíngios	73
2.3. A reciprocidade na instituição de legatários	78
2.4. Os legados pela salvação da alma	84
2.5. A instituição de legatários nos testamentos de Remígio de Reims e de Abbo da Provença	91
2.6. Conclusão	98
3. <i>A instituição de fideicomissários</i>	101
3.1. Introdução	101

3.2. Doações confirmadas pela instituição de fideicomissários	105
3.3. A instituição de mosteiros como fideicomissários.....	111
3.3.1. <i>O mosteiro de Eboriacum fundado por Burgundofara</i>	111
3.3.2. <i>O mosteiro de Epternaco fundado por Irmina</i>	114
3.4. A instituição de fideicomissários no testamento de Cesário de Arles	116
3.4.1. <i>A fundação do mosteiro de São João</i>	116
3.4.2. <i>Proteção ao mosteiro</i>	120
3.5. Conclusão.....	127
Considerações finais	128
Bibliografia.....	132

Introdução: *Os testamentos merovíngios*

Os testamentos foram definidos pela legislação brasileira apenas no Código Civil de 1916, o qual deve sua composição ao Direito Romano, como “ato revogável pelo qual alguém, de conformidade com a lei, dispõe, no todo ou em parte, do seu patrimônio, para depois da sua morte.”¹ Essa definição prevê que o testador deve respeitar as leis vigentes para que seu patrimônio fosse organizado após sua morte. Ela vai ao encontro da definição dada nas Instituições de Justiniano, um código de leis promulgado no final do período romano, que declara que “testamento é assim chamado, pois é o ato que testemunha a determinação da mente”². Aquela definição também está de acordo com a definição do jurista romano Ulpiano redigida entre os séculos II e III, em que o testamento é “o testemunho justo da nossa mente, feito solenemente, para que prevaleça após nossa morte”. Dessa forma, compreendemos que os testamentos, desde o período romano, eram atos documentados que continham as vontades do testador após sua morte.

O emprego de testamentos como fonte documental é bastante antigo nos estudos brasileiros. O primeiro deles foi um estudo de genealogia intitulado *Nobiliarquia paulistana, histórica e genealógica*, produzido por Pedro Taques de Almeida Paes Leme, produzido entre os anos de 1742 a 1777 e considerado pelo Colégio Brasileiro de Genealogia como um dos precursores da História do Brasil.³ Tendo sua publicação realizada anos mais tarde pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no século XIX, outros estudiosos de genealogia inspiraram-se a empregar os testamentos como fontes documentais.⁴ Malgrado seu valor como documento imprescindível nos estudos históricos, eles eram apenas apreendidos para fins genealógicos que auxiliavam os estudos históricos.

A concepção dos testamentos pelos historiadores brasileiros será modificada na segunda metade do século XX, em que a Nova História permitiu que autores, como Philippe Ariès e Michel Vovelle, observassem a morte sob perspectivas culturais e imaginárias. Esses

¹ Segundo Caio Mário da Silva Pereira, não há uma definição de testamentos mais recente no Novo Código Civil de 2002, esse documento aponta apenas algumas de suas características essenciais nos arts. 1857 e 1858, que, por seguirem o conceito dado pelo Código Civil de 1916, afirmam a definição citada. PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de direito civil**, Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 211.

² “Testamentum ex eo appellatur, quod testatio mentis est.” (Tradução livre). Título X do livro II das Instituições de Justiniano. *Institutionum Justiniani*. SANDARS, Thomas Collett (ed.). **The Institutes of Justinian; with English introduction, translation, and notes**. Londres: Longmans, Green and Co., 1869, p. 245.

³ **CBG – Colégio Brasileiro de Genealogia: Pedro Taques de Almeida Paes Leme**. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/novo/colégio/historia/patronos/pedro-taques-leme/>. Acesso em: 02/03/2017.

⁴ LEME, Luiz Gonzaga da Silva. **Genealogia Paulistana**. São Paulo: Duprat & Comp., 1905.

autores tiveram, e ainda tem, um grande impacto sobre os estudos historiográficos brasileiros que se baseiam principalmente em trabalhos de História do Brasil.⁵ Ainda que alguns trabalhos, como o de Eduardo França Paiva⁶, analisem os testamentos como forma de compreender a sociedade na qual estavam inseridos, eles não foram estudados como documentos que refletiam transferências patrimoniais, mas sim que registravam as últimas vontades do testador de formas variadas.⁷

Ainda que muitos trabalhos historiográficos brasileiros relacionados aos testamentos sejam até então permeados pelos ideais da Nova História⁸, há um movimento no sentido de ampliar e mesmo de voltar a analisar partes fundamentais desses documentos, como a dos bens inventariados, como trouxe a historiadora portuguesa Margarida Durães em uma conferência apresentada na Universidade Estadual de Campinas em 2004⁹. Nessa apresentação, a historiadora propõe diferentes formas de abordagem da documentação testamentária. Mesmo que seu interesse seja Portugal na Idade Moderna, suas propostas são amplas o suficiente para abarcar quaisquer períodos nos quais foram produzidos testamentos. Ela conclui a apresentação sugerindo que os testamentos podem servir aos estudos de demografia histórica, das sucessões em uma comunidade, da constituição e do valor dos patrimônios, além de serem dos estudos das mentalidades e comportamento, como já mencionado.¹⁰

Isto posto, esta dissertação propõe compreender como os testamentos abordados eram meios de estratégias de transmissão de bens. Para isso, serão analisadas suas semelhanças, procurando compreender como os aristocratas do período merovíngio, período que compreende os séculos VI a VIII, serviam-se da composição do testamento para transferir

⁵ ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. "Reflexões sobre a Pesquisa Historiográfica dos Testamentos". **Revista Justiça e História**, v. 5, n. 10, 2005, pp. 1-2. Disponível em: http://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaueho/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v5n10/doc/9_Maria_Lucilia_Viveiros.pdf. Acesso em: 03/03/2017.

⁶ PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos**, São Paulo: Annablume, 1995.

⁷ Cf. MATTOSO, Kátia M. de Queirós, **Da revolução dos alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora**. Salvador: Corrupio, 2004, especialmente p. 227.

⁸ Como podemos notar no recente artigo publicado pela professora Cláudia Rodrigues. RODRIGUES, Claudia. "Estratégias para a eternidade num contexto de mudanças terrenas: os testadores do Rio de Janeiro e os pedidos de sufrágios no século XVIII". **Locus - Revista de História**, v. 21, n. 2, 2015, pp. 251-285.

⁹ DURÃES, Margarida. "Os Testamentos e a história da família". **Conferência Apresentada no Âmbito do Mestrado de Demografia**, Instituto de Filosofia de Ciências Humanas na Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/3364>. Acesso em: 02/03/2017.

¹⁰ DURÃES, Margarida. "Os Testamentos e a história da família", pp. 7-8.

seus bens que ainda não haviam sido dispostos em outros períodos de sua vida. As características que permaneceram nos documentos durante três séculos refletem as condições e circunstâncias observadas pelos aristocratas no momento de registrarem suas últimas vontades.

Os testamentos têm a sua origem em povos da antiguidade. Alguns juristas atribuíram sua invenção aos romanos, enquanto outros sugerem que tenham surgido anteriormente, entre os hebreus, egípcios, gregos, etc., por serem atos que traduziriam o direito natural¹¹. Assim, essa documentação tem um grande valor para os historiadores, seja por sua extensão geográfica e temporal, quanto por sua abundância, embora ainda existam historiadores que reiterem o desaparecimento das cláusulas do testamento romano durante a Alta Idade Média, ressurgindo apenas após o século XII, concepção que muitos medievalistas e esta dissertação procuram refutar ao argumentar a favor da manutenção das práticas testamentárias mesmo após o fim do período romano.

A análise dos testamentos para os estudos sobre as transferências patrimoniais no período merovíngio se tornou fundamental, uma vez que não chegou, até os dias de hoje, um só arquivo completo com os diplomas, documentos do período que apresentam transferência de terra e poder, como observa Ian Wood. Assim, ainda que imprescindíveis para os estudos acima citados, tais documentos auxiliam apenas em parte a reconstrução do arrendamento de terras de um indivíduo ou instituição, o que nos faz dedicar sobre as análises dos testamentos.¹² O primeiro grande estudioso desses documentos do período em questão foi Henri Auffroy¹³ que, no final do século XIX, argumentou que os testamentos merovíngios nada mais eram do que uma expressão da “crise” institucional, ou seja, estavam fadados ao desaparecimento.

A partir de então, a historiografia passou a discutir, até a metade do século XX, sobre a transmissão da prática hereditária romana no reino franco.¹⁴ Para Auffroy, a prática

¹¹ Segundo Norberto Bobbio, o direito natural é aquele que se contrapõe ao direito positivista e cujas características são, *grosso modo*, sua universalidade, ou seja, é válido em toda parte, e sua imutabilidade no tempo. Além disso, tal direito é conhecido pelo homem por meio de sua própria razão, e não pela promulgação da vontade alheia, como ocorre no direito positivista. BOBBIO, Norberto. **O positivismo jurídico: lições da Filosofia do Direito**, São Paulo: Ícone, 1995, pp. 22-23.

¹² WOOD, Ian. **The Merovingian Kingdoms, 450-751**, Nova York: Longman Publishing, 1994, p. 206.

¹³ AUFFROY, Henri. **Évolution du testament en France. Des origines au XIIIe siècle**. Paris: Librairie Nouvelle de Droit et de Jurisprudence, 1899.

¹⁴ Dentre as obras desta historiografia, podemos citar: AUFFROY, Henri. **Évolution du testament en France**. CAILLEMER, Robert. **Origines et développement de l'exécution testamentaire (Époque franque et Moyen Âge)**. Lyon: A. Rey, Imprimeur-Éditeur de l'Université de Lyon, 1901. ENGELMANN, Jean. **Les testaments coutumiers au XVe siècle**. Paris: Macon, Protat Frères (Thèse pour le doctorat Université de Paris, Faculté de

hereditária romana desapareceu na Gália no século VIII, dando lugar às doações *pro anima* (pela salvação da alma). Essas doações seriam feitas às igrejas como um comércio espiritual com Deus, ou seja, seriam atos de caridade ou esmolas dadas em busca da recompensa na forma de salvação.¹⁵ No entanto, após a metade do século XX, os estudos sobre os bens passam a compreender também as relações sociais¹⁶ no período, o que nos permite analisar os testamentos tendo em vista as estratégias patrimoniais, como proposto por Josiane Barbier¹⁷. Segundo a autora, os testamentos e as doações *pro anima* existiram paralelamente como formas de instrumentalização das últimas vontades durante os séculos VII e VIII.¹⁸ Ao decidir o destino de suas propriedades, o testador garantia a organização de suas relações com seus familiares e sua rede social, uma vez que o simples fato de escolher o beneficiário de seus bens exprimia tais relações, em geral, baseadas na influência que recebia ou que exercia.

Durante o período merovíngio, a concessão do dote no casamento e o testamento com as últimas vontades eram formas de circulação de bens entre aqueles próximos ao testador, como no interior da família, na rede de amigos e dependentes, podendo causar modificações na estrutura familiar. Isso significa que, com a circulação de bens, alguns parentes poderiam se tornar mais poderosos que outros, mudando sua condição de poder na família e causando

droit), 1903. OLIVIER-MARTIN, François. **Histoire de la coutume de la prévôté et de la vicomté de Paris**. E. Leroux (Bibliothèque de l'Institut d'Histoire, de Géographie et d'Économie urbaines de la Ville de Paris), 1922.

¹⁵ JOBERT, Phillipe. **La notion de donation: Convergences, 630-750**. Dijon, 1977, *apud* CURTA, Florin. "Merovingian and Carolingian Gift-Giving". **Speculum**, Nº 81, 2006, p. 674.

¹⁶ A historiografia passou a entender que o acúmulo ou a transferência de bens expressava modos de relações sociais no período. Cf. ULLMANN, W. "Public welfare and social legislation in the early medieval councils", **Studies in Church History** (1971), pp. 1-79; ROSENWEIN, Barbara, **To Be the Neighbor of Saint Peter: the Social Meaning of Cluny's Property, 909-1049**, Ithaca: Cornell University Press, 1989; SOARES-CHRISTEN, Eliana Magnani. "O dom entre história e antropologia. Figuras medievais do doador", **Signum**, nº 5 (2003), pp. 169-193; GOFFART, Walter. **The Le Mans Forgeries: A Chapter from the History of Church Property in the Ninth Century**, London: Oxford University Press, 1966; LE JAN, Régine. "Malo ordine tenent. Transferts patrimoniaux et conflits dans le monde franc (VIIe-Xe siècle)", **Mélanges de l'École Française de Rome. Moyen Âge**, v. 111 – nº 111-2, 1999, pp. 951-972; GUREVIĆ, A. ; KREISE, Bernard. "Représentations et attitudes à l'égard de la propriété pendant le haut moyen âge", **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, 27e Année, No. 3 (May - Jun., 1972), pp. 523-547; SILBER, I. F. "Gift-Giving in the Great Traditions: the Case of Donations to Monasteries in the Medieval West", **Archives européennes de sociologie**, v. 36 (1995), p. 209-243; ROSENWEIN, Barbara H. **Negotiating Space: Power, Restraint, and Privileges of Immunity in Early Medieval Europe**, Ithaca: Cornell University Press, 1999.

¹⁷ Para Barbier, as disputas entre as igrejas e as famílias dos testadores pelos bens destes conduziram os beneficiários e os próprios testadores a implantar estratégias para garantir a efetividade das disposições de última vontade, ou seja, do testamento. BARBIER, Josiane. "Testaments et pratique testamentaire dans le royaume franc (VIe-VIIe siècle)", In: BOUGARD, François; LA ROCCA, Cristina; LE JAN, Régine (eds.). **Sauver Son Âme et se Perpétuer: Transmission du Patrimoine et Mémoire au Haut Moyen Âge**. Rome: École française de Rome, 2005, p. 44.

¹⁸ BARBIER, Josiane. "Testaments et pratique testamentaire dans le royaume franc (VIe-VIIIe siècle)", p. 10.

conflitos entre eles.¹⁹ Esses conflitos só poderiam ser administrados pelo próprio chefe de família, ou seja, o testador, pois a lei não regulava os conflitos causados dentro da família por tais bens, mas apenas entre famílias distintas.²⁰

Finalmente, para o período em discussão, “a terra é o principal sinal de riqueza e poder social”²¹. Essa frase expressa a conclusão de Jean-Pierre Devroey a respeito da relação entre o acúmulo de propriedades de terra e a influência na sociedade, não obstante esse tema ter sido, e ainda ser, discutido pelos historiadores em diferentes aspectos, tais como os direitos do proprietário sobre a terra, a possibilidade de alienação e a transmissão por herança. Georges Duby, por exemplo, apresentou a preocupação em discutir a questão da propriedade inserida no modelo do sistema de dom e contra-dom, no qual se encontraria uma das formas de circulação de propriedade no período medieval.²²

Apesar do tema do dom e contra-dom ser largamente trabalhado na Antropologia, tendo como expoente Marcel Mauss em seu artigo *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*²³, publicado em 1923/1924, ele também foi fundamental para os estudos sobre os bens pelos medievalistas, mesmo que indiretamente. Como observado por Peter Burke, em meados do século XX, começou a surgir um movimento da historiografia em direção à narrativa de acontecimentos particulares, sem ignorar uma análise estrutural que ajudasse a compreender de maneira mais geral a sociedade em que ocorreram. Essa nova tendência permitiu que outras disciplinas, como a Antropologia Social²⁴, auxiliassem nas

¹⁹ GOETZ, Hans-Werner. “La circulation des biens à l’intérieur de la famille : rapport introductif”, *Mélanges de l’École Française de Rome. Moyen Âge*, v. 111, n. 2, pp. 866-867.

²⁰ GOETZ, Hans-Werner. “La circulation des biens à l’intérieur de la famille. Rapport introductif”, pp. 862-863. Segundo o autor, a relação entre a herança e a estrutura familiar também é encontrada no meio dinástico. GOETZ, Hans-Werner. “Coutume d’héritage et structures familiales au haut Moyen Âge”. in: BOUGARD, François; LA ROCCA, Cristina; LE JAN, Régine (eds.), *Sauver son âme et se perpétuer : Transmission du patrimoine et mémoire au haut Moyen-Âge*, Rome: Publications de l’École française de Rome, 2005, pp. 208-209.

²¹ DEVROEY, Jean-Pierre, *Économie rurale et société dans l’Europe franque:: (VIe - IXe siècles). T. 1: Fondements matériels, échanges et lien social*, Paris: Éditions Belin, 2003, p. 257.

²² DUBY, Georges, *Guerreiros e camponeses: os primórdios do crescimento económico europeu, séc. VII-XII*, Lisboa: Estampa, 1993.

²³ MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. In: MAUSS, Marcel, *Sociologia E Antropologia*, São Paulo: CosacNaify, 2003, pp. 183-314. Sobre Marcel Mauss e a teoria do dom e contra-dom discutido no artigo citador, conferir: LANNA, Marcos. “Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva”, *Revista de sociologia e política*, v. 14, 2000, pp. 173-194. pp. 173-194; e SABOURIN, Eric, Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 131-138, 2008, pp. 131-138.

²⁴ O emprego da disciplina Antropologia Social nos estudos históricos foi discutido por Lawrence Stone em 1979, estimulando ainda mais a produção de novas pesquisas relacionadas à Idade Média e à transmissão de bens. Segundo o autor, as questões de interesse dos historiadores passaram a ser tiradas da Antropologia, que os ensinou como um sistema social e um conjunto de valores completos podem ser iluminados brilhantemente pelo

análises documentais.²⁵ As diferentes formas de análise dos documentos vislumbradas pela historiografia desde o século XIX podem fornecer novas discussões acerca de um tema que parecia já ter sido explorado de maneira exaustiva. Assim, os testamentos merovíngios, analisados, desde o final do século XIX, por juristas e historiadores²⁶, são os documentos centrais para esta dissertação sobre as transmissões de bens, considerando-se diversas abordagens a fim de apresentar um diferente desdobramento sobre o tema.

O campo de estudos sobre os bens na Idade Média sofreu muitas mudanças nas últimas décadas. Isso se deve ao interesse de alguns historiadores que, na metade do século XX, passaram a discutir e debater afirmações feitas por autores do século XIX, como Fustel de Coulanges. A partir dos estudos sobre a relação entre a propriedade e a Igreja²⁷, realizados com o auxílio de documentos eclesiásticos²⁸, encontrou-se uma questão pertinente ao estudo das estruturas de poder do período: a das estratégias patrimoniais realizadas por meio dos testamentos na Alta Idade Média.²⁹

Muitos dos trabalhos dos historiadores até a metade do século XX, que se dispuseram a compreender a questão dos dons e das trocas como formas de circulação de bens no período medieval, estavam impregnados pelas categorias e métodos das escolas clássicas³⁰ e, por isso, tinham a perspectiva de que o grau mais elevado das trocas era o comércio e que sua finalidade era a procura do lucro.³¹ As visões relacionadas aos bens só mudaram a partir da

método de investigação de um único evento, desde que esteja bem definido em seu contexto total e cuidadosamente analisado em seu significado cultural. STONE, Lawrence. "The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History", **Past & Present**, n. 85, 1979, pp. 12-13.

²⁵ BURKE, Peter. "A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa". In: BURKE, Peter, **A escrita da História: novas perspectivas**, São Paulo: UNESP, 1992, pp. 327-329.

²⁶ Primeiro trabalho publicado sobre os testamentos da Alta Idade Média: AUFFROY, Henri, **Évolution du testament en France**.

²⁷ A fim de exemplificação, há dois trabalhos da Collection de l'École Française de Rome que tratam da transferência patrimonial como uma forma de poder relacionada, em grande parte, à Igreja: **Sauver son âme et se perpétuer: transmission du patrimoine et mémoire au haut Moyen Âge** (2005) e **Dots et douaires dans le haut Moyen Âge** (2002).

²⁸ Os historiadores passaram a ter interesse em utilizar as coleções de documentos e cartulários (títulos de propriedade) monásticos e eclesiásticos que até este momento eram ignoradas. Isso ocorreu, em grande medida, devido à influência da busca pela história social, em detrimento da história política. ROSENWEIN, Barbara. "Property transfers and the Church, eighth to eleventh centuries. An overview." In: **Mélanges de l'École française de Rome. Moyen-Age, Temps modernes**. T. 111, N° 2, 1999, pp. 563-575.

²⁹ BARBIER, Josiane. "Testaments et pratique testamentaire dans le royaume franc (VIe-VIIe siècle)", pp. 7-79.

³⁰ Consideramos clássicas as escolas e correntes historiográficas surgidas no século XIX.

³¹ DEVROEY, Jean-Pierre. **Économie rurale et société dans l'Europe franque (VIe-IXe siècles)**, p. 175. Observamos que mesmo a obra de um dos expoentes da Escola dos Annales, A Sociedade Feudal de Marc Bloch, retrata uma economia em que a circulação estaria relacionada ao desenvolvimento monetário. Ao tratar do sistema de trocas na primeira idade feudal, período determinado pelo autor compreendido entre as "invasões bárbaras" até meados do século XI, Bloch indica que "quem diz moeda diz possibilidades de reservas,

década de 1950³² devido à influência da Antropologia nos estudos sobre a Idade Média, o que permitiu a produção de novos e diferentes estudos sobre o tema pelos historiadores. A compreensão de como os estudos antropológicos sobre o sistema de trocas passaram a influenciar os trabalhos historiográficos acerca das transferências de bens demonstrará a pertinência das análises dos testamentos nesta dissertação.

O primeiro a argumentar a favor de um sistema de trocas em que prevalecia o dom e o contra-dom (*gift-giving* ou *don-échange*) foi o etnógrafo Bronislaw Malinowski, nas primeiras décadas do século XX. Suas descobertas foram sintetizadas e teorizadas pelo antropólogo Marcel Mauss em *Essai sur le Don* (1923)³³, mas contempladas pelos historiadores somente a partir dos anos 1950. Segundo Marcel Mauss, o dom (doação feita pelo indivíduo a outro indivíduo ou a uma instituição, em uma sociedade situada fora do sistema industrial) era um mecanismo de estabelecimento da paz. A paz e a riqueza, também proveniente do dom, exprimem seu caráter social e explicam sua obrigatoriedade, ou ainda, sua utilidade na comunidade. Os dons eram feitos por diversos motivos, dentre os quais destacamos a preocupação em confirmar a relação das famílias ou de construir ligações intertribais. O beneficiário tinha o dever de oferecer um contra-dom, cujo donatário deveria retribuir com outro dom e assim por diante.³⁴

Essa concepção de história econômica ligada diretamente à história social por meio das teorias antropológicas passou a ser utilizada por alguns medievalistas, como Philip Grierson³⁵. No final da década de 1950, Grierson usou o sistema de dom e contra-dom para explicar a natureza da economia na Alta Idade Média. Dom e contra-dom era um sistema em que os bens transmitidos garantiam prestígio social ao doador³⁶, sendo considerado por Grierson como a maior forma de atividade social do ocidente medieval, que possuía uma

capacidade de espera, ‘antecipação dos valores futuros’: coisas que, reciprocamente, a penúria de moeda tornava extremamente difíceis.” Assim, o historiador, em 1939, relaciona diretamente a moeda ao desenvolvimento econômico, ou seja, sem a moeda não havia meios de se proteger no futuro. Só na segunda idade feudal teria havido uma revolução econômica que teria permitido o fortalecimento do comércio. BLOCH, Marc, **A sociedade feudal**, Lisboa: Edições 70, 1982, pp. 86-89.

³² As teorias propostas pela Escola dos Annales, na primeira metade do século XX, também tiveram a preocupação com a perspectiva econômica dos bens, como se eles representassem apenas uma moeda de troca, um meio de adquirir benefícios. Ver: BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**, pp. 154-157.

³³ MAUSS, Marcel. “Essai sur le don: Forme et raison de l’échange dans les sociétés archaïques”, **L’Année Sociologique I**, 1923, pp. 30-186.

³⁴ ROSENWEIN, Barbara H., **To Be the Neighbor of Saint Peter: The Social Meaning of Cluny’s Property, 909–1049**, pp. 125-127.

³⁵ GRIERSON, Philip. “Commerce in the Dark Ages: A Critique of the Evidence”. **Transactions of the Royal Historical Society**, v. 9, 1959, pp. 123–140.

³⁶ CURTA, Florin. “Merovingian and Carolingian Gift Giving”. **Speculum**, v. 81, n. 3, 2006, pp. 671–672.

função diferente daquela do comércio, mas que também assegurava a circulação de bens materiais, imateriais e de serviços.³⁷ A manutenção do prestígio social que o sistema propunha consistia em colocar o donatário em posição de dívida moral, ou seja, este ficava devendo moralmente ao doador um contra-dom equivalente ao dom ou obrigações de serviços e de dependência.³⁸

Alguns anos mais tarde, em 1973, Georges Duby também usou o sistema de Mauss para discutir a questão da economia medieval, ou melhor, para falar do sistema de troca na Alta Idade Média.³⁹ Dom e contra-dom era, segundo o autor, um sistema diferente do comércio. O comércio se expandia pela Idade Média de uma forma incompleta e, por isso, aquele sistema ajustava-se a uma economia de saques, dons e generosidades em um quadro de circulação monetária. Entretanto, tanto a generosidade quanto a reciprocidade - ambas presentes no modelo de Mauss -, eram necessárias para que a rede de circulação de bens e serviços funcionasse.⁴⁰

Dois outros antropólogos, Maurice Godelier e Pierre Bourdieu, voltaram a discutir a questão do dom mais recentemente. Godelier apresentou em *L'énigme du don* (1996) como o status social era constituído por meio dos dons. Havia uma relação de superioridade entre o doador e o donatário na qual as diferenças e desigualdades podiam se transformar em uma hierarquia. Assim, os dons aproximavam os indivíduos, uma vez que era criado um laço de obrigatoriedade, reciprocidade e dívida entre os dois⁴¹. Pierre Bourdieu seguiu esta mesma linha de pensamento ao analisar o dom como um ato fundador de uma dívida moral, criadora do princípio da dominação pessoal.⁴² Ambos os autores acreditaram que o sistema de dom e contra-dom mantinha a redistribuição de riqueza no ocidente medieval. No entanto, também havia o interesse do doador pelo prestígio social, pela superioridade em relação ao outro, etc., que eram características deste sistema indispensáveis para a compreensão da circulação de bens na Idade Média, inclusive de propriedades.

A partir, portanto, da complementação dos estudos econômicos com os sociais foi possível analisar o acúmulo e a transmissão de bens como formas de poder. Isso gerou um

³⁷ GRIERSON, Philip. "Commerce in the Dark Ages", p. 137.

³⁸ DEVROEY, Jean-Pierre. *Économie rurale et société dans l'Europe franque*, pp. 177-178.

³⁹ DUBY, Georges. *Guerriers et paysans, VIIe-XIIe siècles: Premier essor de l'économie européenne*, Paris, 1973.

⁴⁰ CURTA, Florin. "Merovingian and Carolingian Gift Giving", p. 673.

⁴¹ GODELIER, Maurice. *L'énigme du don*, Paris, 1996, p. 21, *apud* DEVROEY, Jean-Pierre. *Économie rurale et société dans l'Europe franque*, p.178.

⁴² DEVROEY, Jean-Pierre. *Économie rurale et société dans l'Europe franque*, p. 178.

novo interesse dos medievalistas por esse assunto e por analisar sob nova perspectiva documentos do período medieval que, por terem sido estudados a exaustão, pareciam não fornecer novos conhecimentos sobre a organização da sociedade e da economia daquele período. Assim, a comparação dos testamentos merovíngios, estudados em conjunto desde o final do século XIX⁴³, proporcionará resultados diversificados acerca da transmissão de bens no período em que foram elaborados. Em outras palavras, esta dissertação propõe que os testamentos, por terem sido documentos de transmissão de propriedades, refletem quais eram as últimas vontades dos testadores e as condições encontradas por eles para terem a segurança de que elas fossem respeitadas após sua morte.

Relação entre poder e transmissão de propriedade

As transmissões de bens na Alta Idade Média são associadas nos testamentos merovíngios às relações de poder, ou seja, relações em que uma das partes exerce influência sobre as demais. Na obra de Susan Reynolds, tais transmissões são consideradas como o fim das relações de poder e o testamento uma forma de expressá-lo. Segundo a historiadora, com o crescimento da propriedade eclesiástica, as igrejas tinham necessidade de delegar a administração de propriedades distantes para pessoas que pareciam ter poder e influência para protegê-las.⁴⁴ Assim, não era apenas a posse de terra que justificava a manutenção de poder, mas, principalmente, a sua transmissão.

Nos diplomas, documentos que descrevem transações de doações, dos quais os testamentos fazem parte⁴⁵, observamos que o poder está relacionado ao controle das propriedades. Esses documentos sugerem que um proprietário de terra poderia esperar rendimentos consideráveis tanto das terras cultivadas por escravos ou servos, quanto daquelas arrendadas. Ela era, finalmente, grande fonte de riqueza.⁴⁶ Ao voltar nossa atenção aos

⁴³ Como já mencionado na nota 26 desta dissertação, o primeiro estudo a respeito do conjunto dessa documentação foi realizado pelo jurista Henry Auffroy em 1899. AUFFROY, Henry. **Évolution du testament en France. Des origines au XIII^e siècle**.

⁴⁴ REYNOLDS, Susan. **Fiefs and Vassals: The Medieval Evidence Reinterpreted**, Oxford; New York: Clarendon Press, 1996, p. 78.

⁴⁵ Os autores da coletânea *The Settlement of Disputes in Early Medieval Europe*, bem como Warren Brown, definem os diplomas como “um termo genérico histórico dado aos documentos que registram a transferência ou a confirmação dos direitos ou privilégios de propriedades, ou ainda outras transações de propriedades.” DAVIES, Wendy; FOURACRE, Paul (eds.). **The Settlement of Disputes in Early Medieval Europe**, Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 270. BROWN, Warren. “Charters as weapons. On the role played by early medieval dispute records in the disputes they record”, **Journal of Medieval History**, v. 28, n. 3, 2002, p. 227.

⁴⁶ WOOD, Ian. **The Merovingian Kingdoms**, p. 205.

territórios reais do período merovíngio, notamos que cada reino controlava seu território, considerando-se que a divisão territorial é um modo de dividir o poder entre seus rivais. Os reis nomeavam oficiais, como prefeitos de palácios e condes, para tomarem conta de diferentes áreas de seus reinos.⁴⁷ Apesar de delegar a administração de terras a terceiros, os reis mantinham ainda o poder sobre todo o território. Isso nos ajuda a compreender como a transmissão de terras gerava riqueza e poder ao beneficiário.

De acordo com Wendy Davies e Paul Fouracre, na Alta Idade Média e Idade Média Central, a quantidade de terra controlada equivalia à quantidade de poder mantida por alguém.⁴⁸ Eles argumentam que a terra era fonte de riqueza e que a riqueza trazia poder, assim como no trecho citado de Jean Pierre-Devroey⁴⁹. Ademais, aqueles que possuíam riqueza, segundo Marc Bloch, tinham condições de adquirir um exército de homens armados que lutaria por mais riqueza para seu senhor ou para proteger aquela que já possuía, proporcionando-lhe autoridade na região.⁵⁰

No entanto, como um rico proprietário de terra poderia se tornar poderoso perante à sociedade? Ter uma grande quantidade de terra não era suficiente para uma pessoa ser considerada poderosa. O poder era delegado pelo rei aos condes, bispos ou proprietários de terras locais para que zelassem por parte de seu reino, por ser um território muito vasto, tornando difícil ao poder central controlá-lo.⁵¹ Reconhecemos, dessa forma, que os aristocratas tornavam-se a autoridade total de suas propriedades, caso tenham sido designados como agentes que cobravam impostos e solucionavam conflitos da comunidade que ali vivia.

Os testamentos merovíngios transmitiam, em sua maioria, propriedades de terra a familiares ou estabelecimentos eclesiásticos, não especificando se exerciam algum poder sobre essas terras e se esse poder também fazia parte da herança. Essa questão poderá ser esclarecida por meio de análises e comparações atentas da documentação, mas dependerá de uma compreensão do que são essas propriedades mencionadas. Além disso, A noção moderna de propriedade na Idade Média foi fundamentalmente proposta por historiadores franceses que argumentavam que a autoridade pública declinou durante a Alta Idade Média até que, por

⁴⁷ REYNOLDS, Susan. **Fiefs and Vassals**, pp. 81-82.

⁴⁸ DAVIES, Wendy; FOURACRE, Paul (eds.). **Property and power in the early Middle Ages**, Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1995, p. 2.

⁴⁹ Cf. nota 21 desta dissertação.

⁵⁰ BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**, pp. 174-176.

⁵¹ DAVIES, Wendy; FOURACRE, Paul (eds.). **Property and power in the early Middle Ages**, p. 4-5.

volta do Ano Mil, a propriedade tornou-se a base do poder.⁵² Este era limitado pelo número de homens armados que o proprietário poderia manter com sua riqueza e pela sua capacidade de controlá-los.⁵³ Entretanto, Chris Wickham criticou essa ideia ao argumentar que isso só valeria para o território francês. Para ele e para os organizadores da coletânea *Property and Power in the Early Middle Ages*⁵⁴, diferentemente dos autores modernos, os escribas da Alta Idade Média descreviam o poder em termos de moralidade e convenção social, ou seja, de acordo com o modo em que era usado. Da mesma forma, sua visão de propriedade concentrava-se no uso e, por isso, não há grandes descrições e discussões sobre o uso de propriedades pelos autores medievais.⁵⁵

O estudo de Susan Reynolds sobre direitos de propriedade questionou se o fenômeno do “feudalismo” ocorreu em toda Europa ou apenas em um território limitado e revisou a ideia de um poder central fraco na Idade Média.⁵⁶ Para esse propósito, ela discorreu sobre as evidências da lei de propriedade e das relações políticas e sociais encontradas nas fontes medievais, sugerindo que as fontes relacionadas à propriedade, incluindo os testamentos, seguiam normas e lidavam com as relações de poder. Entretanto, essas normas faziam parte de um Direito Costumeiro⁵⁷, no qual a uniformidade e a consistência do vocabulário eram

⁵² DAVIES, Wendy; FOURACRE, Paul (eds.). **Property and power in the early Middle Ages**, p. 247.

⁵³ Cf. BONNASSIE, Pierre. **From slavery to feudalism in south-western Europe**, Cambridge: Cambridge University Press, 1991, pp. 104-131; POLY, Jean-Pierre; BOURNAZEL, Éric. **The feudal transformation: 900-1200**. Nova York: Holmes & Meier, 1991; BISSON, Thomas N., The “feudal revolution”, **Past & Present**, n. 142, pp. 6-42, 1994; BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**; DUBY, Georges, **La société aux XIe et XIIe siècles dans la région mâconnaise**, Paris: Editions de l'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1995. Em contrapartida, cf. WICKHAM, Chris. “Property Ownership and Signorial Power in Twelfth-Century Tuscany”. In: DAVIES, ; FOURACRE (eds.), **Property and power in the early Middle Ages**, pp. 221-245; BARTHÉLEMY, Dominique. “La mutation féodale a-t-elle eu lieu ? (note critique)”, **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, v. 47, n. 3, 1992, pp. 767-777.

⁵⁴ DAVIES, Wendy; FOURACRE, Paul (eds.). **Property and power in the early Middle Ages**.

⁵⁵ DAVIES, Wendy; FOURACRE, Paul (eds.). **Property and power in the early Middle Ages**, p. 245. Uma descrição apresentada pelos autores sobre o poder é a encontrada na *Vita Landiberti Episcopi Traieiectensis Vetustissima*: “Naqueles dias, Dodo era o *domesticus* (administrador principal) do Príncipe Pippin, próprio parente deles que foram destruídos, e ele tinha muitas propriedades (*possessiones*) e muitos homens armados (*pueri*) que o acompanhavam.” [I diebus illis erat Dodo domesticus iam dicti príncipes Pippini, proprius consanguinius eorum qui interfecti fuerant, et erant ei possessiones multae et in obsequio eius pueri multi.]. (Tradução livre.). *Vita Landiberti Episcopi Traieiectensis Vetustissima*. KRUSCH, Bruno (ed.), **Monumenta Germaniae Historica: Scriptores rerum Merovingicarum. 6: Passiones vitaeque sanctorum aevi Merovingici**, Hannover: Impensis Bibliopolii Hahniani, 1913, capítulo 11, p. 365.

⁵⁶ REYNOLDS, Susan. **Fiefs and Vassals: The Medieval Evidence Reinterpreted**, Oxford: Clarendon Press, 1996, p. 7-9.

⁵⁷ O Direito Costumeiro ou Consuetudinário é “definido como um conjunto de normas sociais tradicionais, criadas espontaneamente pelo povo, não escritas e não codificadas” e fundado nos costumes. Segundo a jurista e antropóloga Melissa Curi, ele se distingue do Direito Positivo, pois este é definido como um conjunto de normas estabelecidas por uma autoridade política constituída, já o Costumeiro vigora e opera independentemente da existência dessa autoridade. No entanto, a autora enfatiza que o Direito Costumeiro só existe em relação ao

impossíveis.⁵⁸ A conclusão de Reynolds revelou não só a dificuldade do estudo sobre as propriedades na Idade Média, mas principalmente que ele deve ser feito levando-se em consideração o período e lugar específicos de cada documento a ser analisado. Sabendo, portanto, que os documentos relativos à propriedade de terra são baseados nas leis costumeiras, observamos mais uma vez a necessidade da presença da autoridade pública no período para a referência de tais leis. É a presença dessa autoridade que vai ditar o uso e o limite do poder dos proprietários de terra.

A autora também notou que o conceito de propriedade privada na Alta Idade Média é irrelevante, pois este se refere a ideias não encontradas no período de interesse: não havia uma distinção clara entre o público e o privado, o que enfraquecia a distinção entre propriedade e governo. Portanto, é difícil definir o que era propriedade no período medieval tendo como base a noção moderna do mesmo termo. Podemos apenas notar similaridades nas ideias e normas sobre o conceito nos documentos que cobrem o território e o período da Gália merovíngia. Segundo Reynolds, uma dessas similaridades é a de que a propriedade era “alodial”, ou seja, os nobres tinham total direito sobre suas terras, adquiridas por herança.⁵⁹

A propriedade era, então, uma questão de intensidade, ou seja, ela sempre carregava consigo obrigações e restrições. O proprietário tinha a posse direta e podia dispô-la, embora não livremente. Esse impedimento vinha do fato de que a propriedade no período estava relacionada à autoridade sobre pessoas, o que nos traz de volta às relações entre propriedade e poder.⁶⁰ Dessa perspectiva, reconhecemos a transmissão de bens (especialmente terra) por meio dos testamentos como um meio legal de adquirir e reivindicar poder. Em outras palavras, se alguém recebesse propriedade de terra por testamento, essa pessoa tornar-se-ia mais rica e poderosa, e seria capaz de reivindicar esse poder como uma herança de uma pessoa originalmente poderosa. Além disso, a transmissão de propriedade, principalmente de terra, implicava uma mudança, ou uma afirmação, do estatuto do herdeiro. A terra tinha um valor simbólico para a família que a transformava em fonte de prestígio e poder e um objeto

Direito Positivo, ou melhor, em oposição a ele, e seu próprio conteúdo é informado pela presença da autoridade pública. CURI, Melissa Volpato. "O Direito Consuetudinário dos Povos Indígenas e o Pluralismo Jurídico", *Espaço Ameríndio*, v. 6, n. 2, p. 231.

⁵⁸ REYNOLDS, Susan. *Fiefs and Vassals*, p. 14.

⁵⁹ REYNOLDS, Susan. *Fiefs and Vassals*, pp. 1-14, 51-53, 75-77.

⁶⁰ WOOD, Susan. *The Proprietary Church in the Medieval West*. Oxford: Oxford University Press, 2006, pp. 2-3.

de conflito.⁶¹ Entretanto, esses conflitos eram causados pela herança de terra, não apenas pela sua posse, pois era a transferência da terra que estabelecia a riqueza e o poder do herdeiro.⁶²

Poder e bens transmitidos pelos testamentos

Os homens e mulheres da aristocracia merovíngia possuíam muitas propriedades de terra, tornando-se não só poderosos em seus territórios, mas também influentes diante da comunidade em que residiam.⁶³ Essa aristocracia surgiu, segundo Peter Brown, de antigas famílias “romanas” que se mantiveram por toda Gália e se uniram às francas para formar uma categoria social conhecida como *potentes* (homens de poder).⁶⁴

Ainda que esta dissertação tenha como objeto os testamentos de quaisquer aristocratas, é imprescindível conhecer de forma mais profunda o papel dos aristocratas eclesiásticos, mais especificamente dos bispos, como ricos proprietários de terras que cuidavam em transmitir seus bens, uma vez que, entre os testadores dos documentos aqui analisados, eles são de maior número. Em vista disso, é fundamental. Entre os *potentes* estavam os bispos, figuras centrais no novo reino franco que servia em várias competências e ocasiões como árbitros, pacificadores e diplomatas.⁶⁵ Além disso, eles tinham uma relação estreita com os reis, que os escolhiam pessoalmente ao posto e partilhavam com eles seus encargos de governo. Dentre as vantagens adquiridas pelos bispos estava a concessão de privilégios reais, como as imunidades fiscais⁶⁶, que também lhes permitia a transferência de funções públicas, pois ficavam a cargo desses as funções financeiras e judiciais em seu território.⁶⁷

⁶¹ LE JAN, Régine. “*Malo ordine tenent*: transferts patrimoniaux et conflits dans le monde franc (VIIe-Xe siècle).” In: **Mélanges de l’École Française de Rome. Moyen Âge**. 1999, V. 111, N° 2, p. 961.

⁶² LE JAN, Régine. “*Malo ordine tenent*”, p. 960.

⁶³ KAISER, Reinhold. “Royauté et pouvoir épiscopal au Nord de la Gaule (VIIe – IXe siècles)”. In: HARTMUT ATSMÄ (ed.), **La Neustrie: les pays au nord de la Loire de 650 à 850. Colloque historique international**, Sigmaringen: Thorbecke, 1989, pp. 143-144. FELLER, Laurent, **L’Eglise et la société en Occident: pouvoir politique et pouvoir religieux du VIIe au XIe siècle**, Paris: SEDES, 2001, pp. 96-97.

⁶⁴ BROWN, Peter. **The Rise of Western Christendom: Triumph and Diversity, A.D. 200-1000**. Oxford: John Wiley & Sons, Inc., 2013, p. 157.

⁶⁵ BROWN, Peter. **The Rise of Western Christendom: Triumph and Diversity**, p. 157.

⁶⁶ Cf.: FISHER-DREW, Katherine. “The Immunity in Carolingian Italy”, **Speculum**, v. 37, n. 2, 1962, pp. 182–197. GOFFART, Walter. “Old and new in Merovingian taxation”, **Past & Present**, v. 96, 1982, pp. 3–21. MAGNOU-NORTIER, Elisabeth. “Étude sur le privilège d’immunité du IVe au IXe siècle”, **Revue Mabillon**, v. 60, 1984, pp. 465–512. MURRAY, Alexander Callander. “Immunity, Nobility, and the Edict of Paris”, **Speculum**, v. 69, n. 1, 1994, pp. 18–39. ROSENWEIN, Barbara H. **Negotiating Space: Power, Restraint, and Privileges of Immunity in Early Medieval Europe**, Ithaca, NY: Cornell University Press, 1999.

⁶⁷ FELLER, Laurent. **L’Eglise et la société en Occident**, pp. 96-97.

Logo, os bispados enriqueciam tanto pela concessão dos privilégios reais quanto pela própria riqueza legada dos bispos que os assumiam. Como exemplo, o historiador Richard Fletcher menciona dois exemplos desses legados: o do bispo Remígio de Reims, que deixou sua substancial fortuna para o bispado de Reims; e o do bispo Bertram de Mans, que deixou sua ainda maior fortuna para o bispado de Mans,⁶⁸ como conferiremos nas análises de seus testamentos. Embora haja especificidades relativas aos testamentos episcopais no que cerne a origem de seus testadores, eles estabelecem as instituições – de herdeiros, de legatários e de fideicomissários – da mesma forma como os laicos ou de outros eclesiásticos, favorecendo a comparação dessa documentação e a compreensão de tais instituições como estratégias de transmissão de bens.

Documentos presentes na pesquisa

- *Testamentos*

Malgrado outros documentos, como as cartas de concessão, tratem da transferência de bens, os que chegaram até os dias de hoje estão incompletos e, por isso, não são viáveis para esta dissertação, que discutirá suas estratégias.⁶⁹ Os testamentos merovíngios são, nesse caso, mais adequados para este estudo, já que, além de estarem, em sua maioria, completos, expressam a questão da hereditariedade e até mesmo das disputas pelos bens, como demonstraremos nesta pesquisa. Os documentos analisados nesta pesquisa, chamados de *testamenta* pela maior parte da documentação⁷⁰, são aqueles correspondentes à forma testamentária da tradição jurídica romana. Apenas a referência ao termo *testamentum* não foi suficiente para que eles fossem tomados como um grupo de documentos semelhantes que pudessem ser analisados em conjunto, pois houve uma mudança no significado do vocabulário *testamentum* entre os séculos VI e IX, devido, principalmente, ao aparecimento de outros tipos de doações, como a doação *pro anima*. Durante este período, o termo também

⁶⁸ FLETCHER, Richard A. **The Barbarian Conversion: From Paganism to Christianity**. Los Angeles: University of California Press, 1999, pp. 50-51.

⁶⁹ WOOD, Ian. **The Merovingian Kingdoms**, p. 206. Segundo Ian Wood, essas cartas de concessão do período merovíngio eram destinadas à concessão de terras e de imunidades. No entanto, nenhuma carta autêntica do século VI chegou até os dias de hoje. Wood argumenta que encontramos apenas evidências de sua existência, pois certamente sofreram acidentes que não permitiram que elas chegassem à contemporaneidade. Essas evidências apresentam que indivíduos e instituições eram beneficiados com terras, além de encontrarmos confirmações legais de imunidades concedidas, pelo menos, desde o tempo de Clotário I. WOOD, Ian. **The Merovingian Kingdoms**, p. 204.

⁷⁰ Alguns documentos, como as fórmulas do Formulário de Marculfo, não são descritos como *testamentum*, apesar de possuírem as mesmas características de um documento autointitulado como tal, como discutido abaixo.

poderia designar uma doação ou uma carta de concessão.⁷¹ Entretanto, os documentos utilizados nesta dissertação são expressões escritas, feitas de acordo com as formalidades requisitadas, que registravam a distribuição de bens e outros desejos que o testador fazia para após sua morte.⁷²

Apenas 12 testamentos provenientes do período merovíngio são encontrados nos dias de hoje, além de algumas fórmulas do Formulário de Marculfo. Sua compreensão crítica torna-se importante na medida em que outros documentos do período fazem referência a uma grande quantidade de testamentos que não existem mais.⁷³ Além disso, Ulrich Nonn e Josiane Barbier notaram semelhanças entre os 12 testamentos, como, por exemplo, o fato de que todos os testadores eram de uma alta categoria social (aristocratas laicos ou eclesiásticos) e que denominam uma instituição religiosa como herdeira ou legatária.⁷⁴

Mesmo apresentando certa semelhança, os testamentos são bastante dispersos cronológica e geograficamente. Eles cobrem todo o período merovíngio, ou seja, o testamento mais antigo, o de Remígio, foi escrito no começo do século VI e o mais recente, o de Abbo, é datado de meados do século VIII. Ian Wood afirmou que a principal diferença desses testamentos estava na distância geográfica. Os de Remígio, Adalgisel-Grimo e Irmina são provenientes do nordeste do reino merovíngio; os de Burgundofara, Ermentruda e do filho desconhecido de Idda referem-se à Ilha de França e ao baixo Sena; os dos bispos Bertram e Hadoindo são de Le Mans; o de Widerado é da Burgúndia; o de Arédio é da Aquitânia; e, por fim, os de Cesário e Abbo são da Provença.⁷⁵

⁷¹ BARBIER, Josiane. “Testaments et pratique testamentaire dans le royaume franc (VIe-VIIe siècle)”, pp. 10-14. Essa mudança de significado de *testamentum* também é contemplada por: GIRY, Arthur. **Manuel de Diplomatique**. Paris: Hachette, 1894, p. 10. NONN, Ulrich. “Merowingische Testamente: Studien zum Fortleben einer römischer Urkundenform im Frankenreich”, **Archiv für Diplomatik**, N° 18, 1972, pp. 125-127. THIREAU, Jean-Louis. “L’évolution de l’acte à cause de mort dans les pays ligériens (VIe-XIIe siècles)”. In: **Revue d’histoire du droit français et étranger**, N° 1, 1996, p. 6. GANGHOFER, Roland. “L’acte à cause de mort en Alsace au Moyen Âge”. In: **Actes à cause de mort. Tome III: Europe Médiévale et Moderne**. Bruxelas: De Boeck Université, 1993, pp. 134-135.

⁷² DELGADO, Noel Lazaro. **The Grand Testamentum of Remigius of Reims: its Authenticity Juridical Acta and Bequeathed Property**. Tese de Doutorado. Faculty of the Graduate School of the University of Minnesota. 2008, p. 39.

⁷³ DELGADO, Noel Lazaro. **The Grand Testamentum of Remigius of Reims**, p. 39.

⁷⁴ BARBIER, Josiane. “Testaments et pratique testamentaire dans le royaume franc (VIe-VIIe siècle)”, pp. 56-57.

⁷⁵ WOOD, Ian. **The Merovingian Kingdoms**, pp. 206-207.

- *A fórmula 17 do livro II do Formulário de Marculfo (Marculfo II, 17)*

As fórmulas eram, entre outras definições, modelos de documentos baseados nos diplomas, documentos comprobatórios de uma obrigação ou de um direito⁷⁶, como os próprios testamentos. A definição dada por Alice Rio nos ajuda a compreendê-las melhor:

Fórmulas legais eram modelos de documentos preparados pelos escribas para seu próprio uso e eram organizadas em coleções (formulários) para servirem como uma inspiração na elaboração de documentos no futuro. Esses documentos estão intimamente relacionados com os diplomas, já que aparentemente eles eram baseados em documentos mais antigos. Logo, frequentemente retinham informações específicas relacionadas ao caso original, apesar dos escribas terem feito o seu melhor para transformar esses documentos originais em modelos mais genericamente aplicados ao adicionar cláusulas alternativas para se adequar a diferentes situações e ao remover detalhes como nomes, lugares e datas.⁷⁷

Desse modo, as fórmulas representavam modelos para conduzir os escribas na elaboração de seus próprios documentos, como exemplos para os estudantes aprenderem a arte de escrever documentos e cartas, ou ainda como estudos de casos de procedimentos legais.⁷⁸ Mesmo que não se saiba ao certo sua função, muitas delas representam documentos de prática, ou seja, foram copiadas de diplomas reais ou de registros originalmente compostos para transmitir transações ou procedimentos reais.

As fórmulas foram organizadas em coleções, das quais destacamos o Formulário de Marculfo⁷⁹ por conter a fórmula 17 do livro II, que se refere a um testamento. Marculfo foi o escriba que copiou diferentes documentos como modelos para sua coleção. As práticas

⁷⁶ Definição do verbete *diploma* dada pelo **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis**.

⁷⁷ (Tradução livre). RIO, Alice. **Legal Practice and the Written Word in the Early Middle Ages. Frankish formulae, c. 500-1000**, Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 20.

⁷⁸ BROWN, Warren. "Conflict, Letters, and Personal Relationships in the Carolingian Formula Collections", **Law and History Review**, v. 25, n. 2, 2007, p. 328.

⁷⁹ Marculfo é o copista que organizou as fórmulas em uma coleção. A biografia de Marculfo foi tema de debate entre os estudiosos desse formulário desde o século XVII. Os manuscritos não apresentam indícios de onde e quando Marculfo redigia suas fórmulas. Sabe-se apenas que era um monge cujo trabalho das fórmulas havia sido demandado pelo bispo Landerico. A primeira tese sobre o tema foi formulada por Bignon ao argumentar que Landerico era o bispo de Paris que concedeu imunidade à abadia de Saint Denis em 658, o que faria de Marculfo monge dessa mesma abadia. Outra tese é a de Launoy, Du Pin e Fabricius que sugeriram que havia outro Landerico bispo de Meaux em 680. Uma menos convincente aos historiadores é a tese de Adrien de Valois que considerou que o nome *Landericus* deveria ser lido como *Candericus*, bispo de Lyon. A mais bem aceita até os dias de hoje é a visão de Bignon, porém, como Alice Rio argumenta, Landerico não precisava ser necessariamente bispo diocesano de Marculfo. Assim, mesmo que fosse possível identificar o Landerico citado no prefácio da coleção, o que parece improvável, isso não nos ajudaria a estabelecer onde Marculfo escreveu e viveu. RIO, Alice. **The formularies of Angers and Marculf: two Merovingian legal handbooks**, Liverpool: Liverpool University Press, 2008, pp. 107-110.

registradas em suas fórmulas não só fornece para este estudo a linguagem e as descrições formulaicas dos procedimentos fornecidos pelos modelos genéricos, mas também as imagens de comportamentos não transmitidos por outros documentos.⁸⁰ Assim, a comparação de uma fórmula relativa à transmissão de bens após a morte do autor do documento⁸¹ será imprescindível para conhecermos com mais profundidade como as estratégias de transmissão de bens por meio dos testamentos ocorriam no período.

O Formulário de Marculfo é apenas um dos formulários provenientes da Alta Idade Média e conservados até os dias atuais. Também foram preservados Os Formulários de Angers, de Tours, *Arvernenses*, *Salicae*, etc. A coleção de Marculfo contém um grande número de fórmulas de diferentes naturezas que foram consideradas por historiadores do século XIX como documentos legais e institucionais. Suas análises e edições visavam compreender quando e onde tais documentos foram escritos.⁸² No entanto, por serem cópias genéricas de diplomas –Marculfo, como os escribas de outros formulários, queria mantê-las genéricas, sem nomes, datas ou lugares –, as fórmulas nada diziam sobre o período em que foram elaboradas. Apenas nas últimas décadas do século XX, podemos notar algum interesse dos historiadores com esses documentos novamente.⁸³ No entanto, como Alice Rio afirmou,

⁸⁰ BROWN, Warren. "Conflict, Letters, and Personal Relationships in the Carolingian Formula Collections", pp. 329-330.

⁸¹ O título da fórmula 17 do livro II de Marculfo é: "Como uma pessoa pode fazer um testamento" ["Qualiter in unum volumine testamento persone condatur"]. (Tradução livre). MARCULFUS. *Marculfi formulae. Monumenta Germaniae Historica*. Formulae Merovingici et Karolini aevi. ZEUMER, Karl (ed.), Hannover: Impensis Bibliopolii Hahniani, 1886, p. 86. No entanto, esse título não se encontra nos manuscritos do formulário, ele foi acrescido por Zeumer em sua edição. Assim, apesar do termo *testamentum* não fazer parte do vocabulário da fórmula, a consideramos como um documento testamentário por possuir características semelhantes às dos testamentos merovíngios.

⁸² Cf. LEVILLAIN, Léon. "Le formulaire de Marculf et la critique moderne", *Bibliothèque de l'école des chartes*, v. 84, n. 1, 1923, pp. 21-91. TARDIF, Adolphe. "Nouvelles Observations sur la Date du Formulaire de Marculf", *Nouvelle revue historique de droit français et étranger*, v. 9, 1885, pp. 368-375. MARCULFUS, *Marculfi monachi formularum libri duo: item veteres formulae incerti auctoris*, BIGNON, Jérôme (ed.). Sumptibus H. Drouart, 1613. MABILLON, Jean (ed.). *Annales ordinis S. Benedicti occidentalium monachorum patriarchae: in quibus non modo res monasticae, sed etiam ecclesiasticae historiae non minima pars continetur*, Lutetiae-Parisiorum: Caroli Robustal, 1703. VALOIS, Adrien de (ed.). *Disceptationis de Basilicis defensio adversus... Launoii... de ea judicium ejusdem de vetustioribus Lutetiae basilicis liber par* Adrien de Valois, J. Du Puis, 1660. ZEUMER, Karl. "Der Maior domus in Marculf I, 25", *Neues Archiv der Gesellschaft für ältere deutsche Geschichtskunde*, v. 10, 1885, pp. 383-388. TARDIF, Adolphe, "Étude sur la date du Formulaire de Marculf", *Nouvelle revue historique de droit français et étranger*, v. 8, 1884, pp. 557-565.

⁸³ RIO, Alice. *Legal Practice and the Written Word in the Early Middle Ages. Frankish formulae, c. 500-1000*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 5, nota de rodapé 10. Cf.: BROWN, Warren. "When documents are destroyed or lost: lay people and archives in the early Middle Ages", *Early Medieval Europe*, v. 11, n. 4, 2002, pp. 337-366. LAURANSON-ROSAZ, Christian; JEANNIN, Alexandre. "La résolution des litiges en justice durant le haut Moyen Âge: L'exemple de l'apennin à travers les formules, notamment celles d'Auvergne et d'Angers", *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public*, v. 31, n. 1, 2000, pp. 21-34. JEANNIN, Alexandre. *Formules et formulaires: Marculf et*

esses historiadores não reavaliaram a natureza das fórmulas como uma fonte ou a maneira como elas deveriam ser abordadas.⁸⁴

Seu livro sobre práticas legais propôs que as fórmulas não eram estáveis, ou seja, estavam sempre mudando. Toda vez que elas eram copiadas, os escribas as ajustavam de acordo com o contexto em que estavam vivendo.⁸⁵ Desse modo, cada fórmula estava relacionada a contextos diferentes, o que torna impossível para os historiadores acharem uma data ou lugar em que esses documentos foram elaborados. Alice Rio nos mostrou a importância dessa documentação ao argumentar que a conversão dos diplomas em modelos é um sinal de que os escribas esperavam que uma situação acontecesse mais de uma vez e que as diferentes cópias e adaptações das fórmulas provam que elas permaneceram úteis para os escribas.⁸⁶ Portanto, deparamos-nos com documentos que foram úteis em diferentes períodos e lugares e que descrevem uma situação comum para os copistas.

Isso vai ao encontro da discussão, apresentada por Walter Pohl e Ian Wood, que sugere que o trabalho dos copistas na Idade Média mantinha o passado vivo, já que, no processo de transmissão, os documentos eram “selecionados, adaptados, abreviados, aumentados, reescritos e resumidos”⁸⁷, a fim de encaixar o passado no presente. Eles afirmaram que o período carolíngio era capaz de receber o conhecimento e os conteúdos culturais do passado e reformulá-lo de modo ponderado e rebuscado⁸⁸, como os escribas que copiaram o Formulário de Marculfo no período carolíngio, cujos manuscritos são os mais antigos que encontramos nos dias de hoje.

Sabemos, por meio do prefácio do Formulário, que Marculfo era um monge e que redigiu as fórmulas a pedido do bispo Landérico.⁸⁹ Vemos, portanto, que a escrita de tal formulário envolveu dois eclesiásticos e respondia às necessidades das instituições religiosas,

les praticiens du droit au premier Moyen Âge (Ve-Xe siècles). Tese (Doutorado em História do Direito), Université Lyon 3, 2007. RIO, Alice. "Freedom and Unfreedom in Early Medieval Francia: The Evidence of the Legal Formulae", **Past & Present**, v. 193, n. 1, 2006, pp. 7–40. RIO, Alice. "Les Formulaire Mérovingiens et Carolingiens", **Francia**, v. 35, 2009.

⁸⁴ RIO, Alice. **Legal Practice and the Written Word**, pp. 3-5.

⁸⁵ RIO, Alice. **Legal Practice and the Written Word**, p. 170.

⁸⁶ RIO, Alice. **Legal Practice and the Written Word**, p. 172.

⁸⁷ POHL, Walter; WOOD, Ian. "Introduction: The Resources of the Past in Early Medieval Europe", in: GANTNER, Clemens; MCKITTERICK, Rosamond; MEEDER, Sven (eds.). **The Resources of the Past in Early Medieval Europe**, Cambridge: Cambridge University Press, 2015, p. 3.

⁸⁸ POHL, Walter; WOOD, Ian. "Introduction: The Resources of the Past in Early Medieval Europe", pp. 4-6.

⁸⁹ "Domino sancto, meritis beatissimo et apostolico semper honore suscipiendo omnique preconio laude celebrando domino ac reverentissimo pape Landérico Marculfus, ultimus ac villissimus omnium monachorum." MARCULFUS. *Marculfi formulae*. ZEUMER, Karl (ed.), p. 36.

fundamentando o argumento de que as práticas da sociedade eram de interesse dos bispos a fim de solucionar conflitos. Patrick Geary embasou tal conclusão ao propor que os bispos na Alta Idade Média eram intimados a servirem como agentes da paz, para resolverem disputas. Eles tinham o papel de pacificadores mesmo estando longe do tribunal, o que explica, em parte, seus interesses em criar modelos de documentos para acabar com conflitos.⁹⁰

O excerto abaixo, extraído da carta enviada pelo bispo Remígio de Reims ao rei Clóvis no final do século V, mostra como os bispos e padres eram importantes no estabelecimento da ordem no reino.

Deves recorrer a teus conselheiros, que podem adornar a tua fama. Teu recurso [a eles] deve ser casto e honesto; deves ter deferência para com teus sacerdotes⁹¹ e sempre recorrer a seus conselhos. E se tu convergires bem com eles, tua província⁹² pode melhor se manter.⁹³

Nessa carta, Remígio revela concepção acerca da indispensabilidade da função dos bispos no governo por terem sido retratados como conselheiros do rei, seu destinatário. Ainda que esse documento não retrate de forma indiscutível o vínculo do rei com os bispos, ela sugere que era um ponto de vista ao menos discutido no período. Para o remetente, não era sensato a Clóvis reinar sem o auxílio dos bispos, pois eram eles que sabiam qual a melhor forma de gerir o reinado. Remígio dizia, portanto, que Clóvis deveria conferir aos bispos a tarefa de administrar o seu domínio.

Desde o reinado de Clóvis, a autoridade dos bispos era revelada por meio das normas que compunham a legislação conciliar e que pretendiam ser aplicadas a todos. Os Concílios eram reuniões em que os bispos estabeleciam cânones, ou seja, normas que não serviam apenas para determinar os deveres do cristão, mas também traduziam um projeto de ordem

⁹⁰ GEARY, Patrick. “Extra-judicial means of conflict resolution”, in: **Settimane Di Studio Del Centro Italiano Di Studi Sull’Alto Medioevo**, XLII: **La Giustizia Nell’Alto Medioevo (Secoli V-VIII)**, 7-13 aprile 1994, Spoleto: Presso La Sede Del Centro, t. I, 1995, p. 596.

⁹¹ De acordo com o dicionário de Niermeyer, a palavra *sacerdotibus* está relacionada tanto a bispo quanto a padre. NIERMEYER, Jan Frederik. **Medieval Latin dictionary, revised by J.W.J. Burguers**, Leyden: Brill, 2002, p. 1208.

⁹² Ainda conforme o dicionário de Niermeyer, *provincia* pode ser traduzido como um distrito administrativo. NIERMEYER, Jan Frederik. **Medieval Latin dictionary**, p. 1131.

⁹³ “Consiliarios tibi adhibere debes, qui famam tuam possent ornare. Et beneficium tuum castum et honestum esse debet, et sacerdotibus tuis debebis deferre et ad eorum consilia semper recurrere; quodsi tibi bene cum illis convenerit, provincia tua melius potest constare.” (Tradução livre) GUNDLACH, W. (ed.). **Monumenta Germaniae Historica**. Epistolae Merowingici et Karolini aevi. Epistolae Austricae. Berlin: 1892, p. 113.

social, com normas destinadas a toda sociedade.⁹⁴ Muitos desses Concílios⁹⁵ eram convocados a pedido dos reis e contavam com a sua presença nas reuniões para confiar aos bispos a administração da justiça⁹⁶ e facilitar suas relações com os chefes das igrejas de seu reino.⁹⁷

Diante de tais observações, contemplamos que os formulários podiam ser usados não só para lidar com questões referentes aos laicos⁹⁸, mas também com problemas eclesiásticos, visando o fim dos diferentes conflitos existentes no período. Para isso, eles levavam em consideração soluções práticas obtidas pelo resultado de negociações conduzidas em casos particulares para a satisfação das partes. De acordo com Alice Rio, há vários exemplos, no Formulário de Marculfo, de como a prática poderia corrigir a norma.⁹⁹ Um desses exemplos está na fórmula 12 do livro II, em que um pai estabelece sua filha como sua herdeira, assim como seus filhos. Ele (o testador, o pai) diz que:

Um antigo, mas ímpio costume é mantido entre nós, o qual irmãos não podem ter direito a uma parte das terras do pai junto de seus irmãos. Mas eu, cuidadosamente considerando essa impiedade, [digo]: assim como vós fostes igualmente dadas a mim por Deus como filhas, vós deveis também ser amadas por mim igualmente e desfrutar de minha propriedade igualmente após minha morte.¹⁰⁰

Esse exemplo nos mostra como a prática pode interferir na norma. O pai relatou que havia um costume no período e região onde morava com sua família segundo o qual as filhas não herdavam terras de seus pais. Ainda que o testador tratasse essa prática como cruel e

⁹⁴ GAUDEMET, Jean; BASDEVANT-GAUDEMET, Brigitte (eds.). **Les canons des conciles mérovingiens (VIe-VIIe siècles): texte latin de l'édition C. de Clercq**, Paris: Editions du Cerf, 1989, p. 9.

⁹⁵ São eles: o Concílio de Orléans em 511 convocado pelos filhos de Clóvis, Childeberto I, Clotário I e Teodeberto I; o de Clermont convocado por Teodeberto I; o de Orléans em 541 convocado por Childeberto I em comum acordo com Clotário I; o de Mâcon em 581-583, convocado por Gontrão; o de Paris em 614 convocado por Clotário II; o de Clichy convocado também por Clotário II em 626; o de Chalon em 647-653 convocado mais uma vez por Clotário II; e o de Bordeaux convocado por Chilperico II.

⁹⁶ GUILLOT, Olivier. "La justice dans le Royaume Franc à l'Époque Mérovingienne". In: **Settimane Di Studio Del Centro Italiano Di Studi Sull'Alto Medioevo, XLII: La Giustizia Nell'Alto Medioevo (Secoli V-VIII)**, 7-13 aprile 1994, Tomo II. Spoleto: Presso La Sede Del Centro, 1995, p. 665.

⁹⁷ GAUDEMET, Jean; BASDEVANT-GAUDEMET, Brigitte (eds.). **Les canons des conciles mérovingiens (VIe-VIIe siècles)**, pp. 34-36.

⁹⁸ BROWN, Warren. "Conflict, Letters, and Personal Relationships in the Carolingian Formula Collections", p. 330.

⁹⁹ RIO, Alice. **Legal Practice and the Written Word**, pp. 206-207.

¹⁰⁰ "Diuturna, sed impia inter nos consuetudo tenetur, ut de terra paterna sorores cum fratribus porcionem non habeant; sed ego perpendens hanc impietate, sicut mihi a Deo aequales donati estis filii, ita et a me setis aequaliter di.igendi et de res meas post meum discessim aequaliter gratuletis." (Tradução livre) Marculfo II, 12. MARCULFUS. *Marculfi formulae*. ZEUMER, Karl (ed.), p. 88.

visivelmente não concordasse com tal procedimento, ele não a ignora, faz referência a ela no documento a fim de dar uma justificativa ela. Por essa razão, o pai procurou, por meio do testamento, uma forma de justificar o motivo pelo qual suas últimas vontades não cumprem a prática antiga, mas ainda comum entre aqueles que transmitiam terras após a morte. Ele demonstrou às suas filhas, destinatárias do documento, que elas possuíam a mesma origem dos seus filhos, ou seja, vieram de Deus, e, por isso, deveriam ter os mesmos direitos que eles. Como, segundo o costume, os filhos recebiam as terras que foram de seu pai, assim também as filhas receberiam uma parte.

O Formulário de Marculfo foi organizado, portanto, no intuito de estabelecer uma melhor administração do reino merovíngio e, conseqüentemente, de resolver conflitos. Ademais, suas fórmulas expõem meios de descumprir os costumes sem desprezá-los, ou seja, eram recursos estratégicos para alcançar objetivos não previstos nas leis e nas práticas regulares da comunidade. O Formulário de Marculfo mostra-se como uma importante fonte de informação sobre as medidas tomadas na Alta Idade Média para resolver problemas e conflitos, além daquelas sobre o modo de vida operante, seja de acordo com os costumes ou não.¹⁰¹

- *Documentos auxiliares*

Ainda que o objeto desta dissertação sejam os testamentos merovíngios, outros documentos relacionados aos testadores, como hagiografias ou cartas, são de grande valia para a compreensão das estratégias de transmissão de bens e dos próprios testamentos. Suas análises e comparações com os testamentos auxiliarão na compreensão das prescrições de cláusulas e beneficiários. Só assim tais prescrições poderão ser apreendidas como métodos elaborados pelos testadores para assegurar que suas últimas vontades, referentes às transmissões de bens, fossem respeitadas. Logo, para compreender o que é hagiografia, recorreremos, primeiramente, ao verbete do *Dicionário Cultural do Cristianismo*, cuja primeira edição é de 1994:

(Do gr., “escrito sagrado”, “ciência dos santos”.) Relato da vida de um santo, de seus milagres ou da história das suas relíquias. Nascida com os calendários litúrgicos e a comemoração dos mártires, a hagiografia deu origem a uma produção abundante, visando a edificação dos fiéis. A primeira coleção de relatos hagiográficos é a de Eusébio de Cesareia (por volta de 260-340). A *Legenda áurea* do dominicano Jacques de Voragine

¹⁰¹ RIO, Alice. **The Formularies of Angers and Marculf**, p. 4.

(séc. XIII) é a mais célebre da Idade Média. Na Renascença, com o desenvolvimento da crítica, o valo entre as biografias científicas e as vidas edificantes mais ou menos legendárias se alargou. A hagiografia torna-se um ramo da história religiosa: *Memórias para servir à história eclesiástica* de Le Nain de Tillemont (1693-1712). No século XVII, os jesuítas Heribert Rosweyde e Jan van Bolland empreenderam a grande coletânea das *Acta Sanctorum*. Seus sucessores (os bolandistas) continuaram essa obra até nossos dias.¹⁰²

Essa definição estabelece características encontradas, por exemplo, na hagiografia do bispo Cesário de Arles (*Vita Caesarii Episcopi Arelatensis*), escrita em 549. No entanto, ela serve apenas à história religiosa, como mencionado no verbete? Há inúmeros estudos historiográficos cujos objetos são as hagiografias. Um exemplo relevante para esta dissertação é a obra de William Klingshirn, *Caesarius of Arles: The Making of a Christian Community in Late Antique Gaul*¹⁰³, que não só aborda a religiosidade do bispo, mas também discute sua relação com a sociedade da Gália na Antiguidade Tardia. No Brasil, a historiadora Rossana Alves Baptista Pinheiro contribuiu com esses estudos historiográficos ao debater em seu artigo *Questões sobre hagiografia e história da Gália alto medieval (séculos V e VI)*¹⁰⁴ a maneira pela qual esses documentos podem ser analisados, a fim de compreender o papel dos bispos em suas comunidades.

“Hagiografia” também é definido como um termo da literatura cristã que diz respeito aos santos e ao estudo moderno dos mesmos. As diferentes hagiografias incluem as Vidas de santos, histórias de milagres, listas de pessoas santas de acordo com as datas de suas festividades, histórias de visões e contos dos traslados de relíquias santas. Hagiografias podem ser encontradas em sermões, textos litúrgicos, histórias e outros tipos de escritas clericais.¹⁰⁵ Ian Wood, ao discutir sobre a definição de hagiografia, enfatizou a questão da diversidade do gênero como sendo uma de suas características. Os textos de tal gênero

¹⁰² LEMAÎTRE, Nicole; QUINSON, Marie-Thérèse; SOT, Véronique. **Dicionário Cultural do Cristianismo**. Tradução de GONÇALVES, Maria Stela; RIBEIRO, Gilmar Saint'Clair; TEIXEIRA DA SILVA, Yvone Maria de Campos. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 147.

¹⁰³ KLINGSHIRN, William E. **Caesarius of Arles: the making of a Christian community in Late Antique Gaul**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

¹⁰⁴ PINHEIRO, Rossana Alves Baptista. “Questões sobre hagiografia e história da Gália alto medieval (séculos V e VI)”. **Revista Diálogos Mediterrânicos**. Nº 6, Junho/2014, pp. 97-112.

¹⁰⁵ JONES, Allen E. "Hagiography", in: **The New Westminster Dictionary of Church History**, Louisville/London: Westminster John Knox Press, 2008, v. 1, p. 292–293. Peter Dembowski sugere uma definição em que hagiografia significa, *grosso modo*, escrever sobre temas sagrados, ou seja, histórias sobre Cristo, Virgem Maria, figuras bíblicas e santos para a edificação da fé. Para o autor, esse gênero teria se tornando sinônimo de Vida dos santos. DEMBOWSKI, Peter F. "Hagiography", in: STAYER, Joseph (ed.), **Dictionary of the Middle Ages**, Nova York: Charles Scribner's Son, 1985, v. 6, pp. 59–60.

apresentam-se tanto em tamanhos pequenos, escritos para usos litúrgicos em uma pequena comunidade monástica ou em uma grande catedral urbana, quanto em tamanhos maiores, escritos para serem lidos e contemplados de forma privada, tanto por eclesiásticos, monges ou clero secular, quanto por laicos. É importante notar que o que modifica a forma do texto hagiográfico é a variedade de audiência e função dadas ao mesmo.¹⁰⁶

A hagiografia constitui um gênero literário em que há valorização da forma narrativa, que trata dos santos, personagens “extraordinárias”. Sendo considerada um discurso, ela supõe uma audiência já acostumada com a forma e as categorias utilizadas em sua escrita¹⁰⁷. Ao analisar três hagiografias, *Vida de São Martinho* (395), *Vida de São Honorato* (430) e *Vida de São Cesário* (549), a autora distinguiu algumas características típicas do discurso das hagiografias gaulesas da Alta Idade Média: a narrativa do mártir branco, pois, com o fim das perseguições, os santos em questão chegariam a Deus por meio da ascese; a narrativa de um monge; e a narrativa de um bispo que não abandonou as características da vida monástica¹⁰⁸. Portanto, os hagiógrafos relatam a vida de um monge-bispo, preocupados com a veracidade de seus relatos para instruir uma audiência a seguir o modelo da *vita perfecta*, o que incentivava a expansão do cristianismo na região¹⁰⁹.

Por contemplar diferentes regiões e períodos, as hagiografias apresentam diferenças entre si. A mudança nos discursos hagiográficos se dá para responder a problemas contemporâneos ou a intenções de ações no presente. Assim, suas análises devem levar em conta as preocupações relacionadas ao próprio tempo de sua escrita, bem como às suas motivações. Isso permite que analisemos a *Vida de São Cesário* à luz da questão da transmissão de bens a fim de compreendermos tanto do papel do monge-bispo na comunidade, que inclui, no caso de Cesário, a diocese de Arles e o monastério de freiras de São João, quanto sua preocupação com assegurar a manutenção de bens dentro de sua família. A escrita dessa hagiografia teria contribuído para a validação de doações que o bispo fez ao monastério de São João, fundado por ele em 512. Consequentemente, uma de suas finalidades era o de demonstrar a transmutação dos laços carnis do bispo em laços espirituais, capazes

¹⁰⁶ WOOD, Ian. “The use and abuse of latin hagiography in the Early Medieval West”, in: CHRYSOS, Euangelos K.; WOOD, Ian (eds.). **East and West: modes of communication. Proceedings of the first plenary conference at Merida**, Leiden ; Boston: Brill, 1999, p. 93.

¹⁰⁷ PINHEIRO, Rossana Alves Baptista. “Questões sobre hagiografia e história da Gália alto medieval”, pp. 97-100.

¹⁰⁸ PINHEIRO, Rossana Alves Baptista. “Questões sobre hagiografia e história da Gália alto medieval”, pp. 106.

¹⁰⁹ PINHEIRO, Rossana Alves Baptista. “Questões sobre hagiografia e história da Gália alto medieval”, pp. 108-110.

de tornar suas doações santas.¹¹⁰ Por esse motivo, incorporamos ao estudo das estratégias de transmissão de bens essa hagiografia em particular. Também outros documentos escritos pelo bispo, como os sermões, as cartas e as regras monásticas, são de grande relevância para entender os mecanismos de transmissão de bem e de determinação de herdeiros na Gália do século VI.

Dessa forma e para os fins desta pesquisa, é importante notar como a instituição da herança está presente na Alta Idade Média e como ela influencia a posição do indivíduo na sociedade. O testador garante a autoridade sobre seus bens ao declarar no testamento os direitos sobre a sua transmissão, ainda que só produza resultados após sua morte.¹¹¹ O ato jurídico do testamento só se torna efetivo quando o testador não está mais presente, transformando os herdeiros na essência do testamento. O objetivo desse testador é, portanto, transmitir a sua fortuna ao herdeiro (que pode ser um indivíduo único ou diversas pessoas) ou assegurar o benefício a uma corporação (como as doações às igrejas).¹¹²

Esta dissertação foi dividida em três capítulos que nos lembram as três principais estratégias de transmissão de bens encontradas nos testamentos merovíngios: instituição de herdeiro, instituição de legatário e instituição de fideicomissários. Elas são importantes não só para compreender as relações econômicas do período e região propostos, uma vez que a terra era considerada um bem de enorme valor, mas também por abranger suas relações sociais e políticas. A escolha da divisão da dissertação em tais capítulos decorreu da necessidade de conceber os testamentos merovíngios como documentos que apresentem características similares entre si, apesar da distância temporal e geográfica.

¹¹⁰ A visão da transmutação dos laços carnis em laços espirituais foi dada pela autora Rossana Pinheiro ao tratar da comunidade monástica em Lérins: "De plus, les moines de Lérins bâtirent leur communauté comme un lieu privilégié pour la transmutation des liens charnels en rapports spirituels, lesquels transcendaient l'Abbaye au fur et à mesure que certains moines devenaient des évêques dans les plus importants diocèses de la Gaule au Ve siècle". PINHEIRO, Rossana Alves Baptista. "Autorité, sainteté et charité: une étude sur les moines-évêques de Lérins au V^e siècle". *Mélanges de l'École française de Rome – Moyen Âge*. V. 126, N^o. 1, 2014, p. 307.

¹¹¹ AUFFROY, Henri. *Évolution du testament en France*, pp. 7-8.

¹¹² AUFFROY, Henri. *Évolution du testament en France*, pp. 58-61.

1. A instituição de herdeiros

1.1. Introdução

No período romano, os testamentos tinham o objetivo de organizar uma sucessão ao designar um herdeiro escolhido livremente pelo testador, que tomava seu lugar após a morte. Posteriormente, ainda que a Gália tenha deixado de ser governada pelo Império Romano para ser dominada pelo Reino Franco, a instituição de herdeiros nos testamentos merovíngios foi conservada.¹¹³ Eles procuravam designar o herdeiro ou os herdeiros do testador que poderiam ser escolhidos entre os próximos, geralmente os filhos, ou uma instituição religiosa (como igreja, catedral, basílica ou mosteiro). Com isso, buscavam antecipar e superar os problemas das transmissões patrimoniais que a morte do testador poderia acarretar.¹¹⁴ A doação de propriedade nem sempre era possível, pois as famílias reivindicavam constantemente o patrimônio do doador, como poderá ser notado em alguns testamentos. Uma forma de escapar dessas reivindicações foi com a adoção de doações *pro anima*.

As doações *pro anima* foram por muito tempo consideradas pela historiografia como documentos que substituíram os testamentos de origem romana ao longo da Alta Idade Média no reino franco. Segundo Henri Auffroy, cujo estudo data da primeira metade do século XX, havia uma ambiguidade da definição e das características dos testamentos no período mencionado devido às alterações sofridas pela instituição testamentária romana que desapareceu totalmente da Gália no século VIII, dando lugar às doações *pro anima*.¹¹⁵ Para o jurista, a instituição da herança era “o resumo de uma civilização”, consequentemente da civilização romana e, por ser sua principal característica, os testamentos teriam desaparecido entre os francos.¹¹⁶

Desafiando as conclusões de Henri Auffroy, Ulrich Nonn afirmou que os testamentos merovíngios não foram frutos da decadência dos atos romanos, como sugeriu Auffroy, mas sim herdeiros do testamento romano, além de apontar a existência de variantes regionais.¹¹⁷ A ideia de continuidade dos atos testamentários romanos foi reiterada por Jean-Louis Thireau ao

¹¹³ BARBIER, Josiane. “Testaments et pratique testamentaire dans le royaume franc (VIe-VIIe siècle)”, pp. 14-15.

¹¹⁴ BARBIER, Josiane. “Testaments et pratique testamentaire dans le royaume franc (VIe-VIIe siècle)”, pp. 17 e 20.

¹¹⁵ AUFFROY, Henri. *Évolution du testament en France*, pp. 226-228 e 362.

¹¹⁶ AUFFROY, Henri. *Évolution du testament en France*, pp. 268-275.

¹¹⁷ NONN, Ulrich. “Merovingische Testamente”, pp. 109-110 *apud* BARBIER, Josiane. “Testaments et pratique testamentaire dans le royaume franc (VIe-VIIe siècle)”, pp. 8-9.

verificar a conservação das características dos testamentos romanos até o século VIII. Dentre essas características estão cláusulas da instituição de herdeiros, como discutido acima, nos testamentos de Remígio (533), Bertram (616) e Abbo (739)¹¹⁸.

Testamento de Remígio:

Quando eu, bispo Remígio, deixar esta luz, tu serás minha herdeira, santa e venerável igreja católica da cidade de Reims, e tu, filho de meu irmão, bispo Lupus, que sempre preferi com amor especial, e tu, meu sobrinho padre Agricola (...).¹¹⁹

Testamento de Bertram:

Assim, quando eu, Bertram, pecador acima citado, transpassar as coisas humanas e pagar a minha dívida à natureza, então tu, sacrossanta igreja de Mans, juntamente com a santa e venerável basílica dos senhores Pedro e Paulo, os apóstolos, que eu construí sob meus cuidados próxima à cidade para defende-la e para servir à saúde da população, sereis minhas herdeiras, eu vos constituo e ordeno que sejais minhas herdeiras.¹²⁰

Testamento de Abbo:

Eu, em nome de Deus, Abbo, quando a providência divina deverá ter me ordenado a deixar esta luz e quando eu pagar a dívida à natureza, então eu desejo e ordeno que tu, sacrossanta igreja em honra do abençoado Pedro, o apóstolo, e de todos os santos do monastério de Novalesa no vale de Susa (...), sejais minha herdeira, tu és minha herdeira.¹²¹

¹¹⁸ THIREAU, Jean-Louis. “L’évolution de l’acte à cause de mort dans les pays ligériens (VIe-XIIe siècles)”, pp. 1-3.

¹¹⁹ “Quandoque ego Remigius episcopus de hac luce transiero, tu mihi heres esto, sancta et uenerabilis aecclesia catholica urbis Remorum, et tu, fili fratris mei, Lupe episcopo, quem precipuo semper amore dilexi, et tu, nepos meus Agricola presbyter (...)”. (Tradução livre). Testamento de Remígio. HINCMAR. *Vita Sancti Remigii. Monumenta Germaniae Historica*. Scriptores rerum Merovingicarum, 3. KRUSCH, Bruno (ed.), Hanover: Impensis Bibliopolii Hahniani, 1896, p. 336.

¹²⁰ “Itaque quando ego suprascriptus Bertrannus peccator ex rebus humanis excessero, debitum vel naturae tempus complevero, tunc tu, sacrosancta aecclesia Cenomannica, una cum sancta ac venerabili basilica domni Petri et Pauli apostolorum, que in conspectu civitatis opere meo pro defensione civitatis vel salubritatem populi aedificavi, heredes michi estote, heredesque meos vos esse constituo ac jubeo; (...)” (Tradução livre). Testamento de Bertram. WEIDEMANN, Margarete (ed.). **Das Testament des Bischofs Berthramn von Le Mans vom 27. März 616: Untersuchungen zu Besitz und Geschichte einer fränkischen Familie im 6. und 7. Jahrhundert**. Mainz: Römisch-Germanisches Zentralmuseum in Kommission bei Habelt, 1986, p. 7.

¹²¹ “Ego in dei nomine Abbo, cum me dispensatio diuina de hac luce migrare preceperit, debitou nature complevero, tunc tu sacrosancta ecclesia, in honore beati Petri apostoli, seu et ceterorum sanctorum Noualiciis monasterii in ualle sigusina (...) heres michi es tu, heredem meam te esse uolo ac iubeo. ” (Tradução livre). Testamento de Abbo. GEARY, Patrick. **Aristocracy in Provence: the Rhône Basin at the dawn of the Carolingian age**. Stuttgart: Anton Hiersemann Verlag, 1985, pp. 40-41.

Esses três exemplos de cláusulas de instituição de herdeiros são de períodos e lugares diferentes: a de Remígio é a primeira da seleção de testamentos referentes ao período merovíngio, localizada na região de Reims à nordeste do reino; a de Bertram é da região próxima a Le Mans também localizada na Neustria como Reims, mas produzida em meados do século VII; já a de Abbo é do último testamento que temos acesso do período e é proveniente da Provença, no sul do reino. Apesar da disparidade regional e temporal, elas são muito semelhantes ao elegerem um ou mais candidatos como seus herdeiros, na esperança de que esses respeitassem as últimas vontades do testador.

Os testamentos considerados merovíngios são aqueles que seguem uma fórmula constatada por Ulrich Nonn em 1972, a qual é contemplada nos doze documentos analisados nesta dissertação. Algumas das características dessa fórmula são: invocação, data (ano do reino X, dia X), nome e título do autor, capacidade de agir (*sana mente sanoque consilio*), exposição dos motivos (*metuens casus humanae fragilitatis*), declaração da intenção de testar (*testamentum meum condidi*), anúncio da subscrição do autor e das testemunhas, cláusula codicilária (*quod testamentum meum, si quo casu... valere nequiverit, etiam ab intestato, vice codicellorum meorum valere volo*), instituição de herdeiro (*te... heredem constituo*), cláusula de deserdação (*ceteri alii omnes exheredes estote; quia malo hoc te habere quam me, plus te quam ceteris heredibus meis*), caput geral (*omnis itaque cui hoc testamentum meum dedero, legavero dari vel jussero, id ut detur, fiat, prestetur, fidei heredibus meis committo; si quos autem liberos esse jussero, liberae liberive sint toti*), disposições testamentárias (lista de legados e legatários, libertações, sepultura, etc.), declaração solene (*ita do, ita ligo, ita testor, ita vos mihi, Quirites, testimonium perhibetote testanti*), cláusula *dolus-malus* (*huic autem testamento meo dolus malus abset aberitque*), menção de eventuais correções (*si quae literae vel caraxaturae in hunc testamentum meum inventi fuerint, ego feci fierique praecipi, dum mihi saepius testamentum meum volui recensire et crepius emendare*), lugar e data concisa (*actum X, sub die et anno quo supra*), subscrição do testador (*X, titre, testamentum meum relegi et subscripsi*), subscrição das testemunhas (*X, titre, hoc testamentum, rogatus a X... praesente et subscribente... testis subscripsi/subternotavi*), subscrição do notário (*ego... hoc testamentum scripsi et subscripsi*), eventuais acréscimos.¹²²

¹²² NONN, Ulrich. "Merovingische Testamente", pp. 93-108. Alguns dos historiadores, entre vários outros, que se referem a esses doze testamentos como merovíngios a partir da fórmula obtida por Nonn: WOOD, Ian. **The Merovingian Kingdoms**. BARBIER, Josiane. "Testaments et pratique testamentaire dans le royaume franc (VIe-VIIIe siècle)". LE JAN, Régine. "Donne e testamenti nell'alto medioevo franco", in: ROSSI, Maria Clara,

Dentre essas características, a cláusula de instituição de herdeiros é considerada a mais fundamental em um testamento, principalmente por ter sido uma tradição romana. A maioria dos doze testamentos merovíngios apresenta tal cláusula de maneira clara na redação do documento, exceto nos de Burgundofara e Irmina, o que por muito tempo gerou discussão entre os historiadores sobre sua autenticidade como testamento. No entanto, Jean Guérout¹²³ argumentou que suas características são equivalentes a qualquer outro testamento merovíngio, pois estabeleceu um herdeiro, o monastério de Eboriacum, que não deveria ser lesado por nenhuma contestação do documento.¹²⁴ O mesmo é observado no testamento de Irmina, como será discutido no capítulo 4.

O cuidado de todos os testadores em estabelecer, na forma de um diploma, herdeiros que não eram comumente previstos se faz digno de análise para a compreensão das estratégias de transmissão de bens, uma vez que tais herdeiros, de modo geral as instituições religiosas, tiveram interesse em preservá-los e, por isso, temos acesso até os dias de hoje. Logo, este capítulo visa compreender, em primeiro lugar, como era estabelecida a instituição de herdeiros no período romano a partir das legislações. Em seguida, como ela foi conservada nos testamentos merovíngios, compararemos esses documentos na perspectiva de assimilar quem eram estabelecidos como herdeiros. Essa comparação também permitirá que verifiquemos o motivo porque os testadores tem interesse nessas instituições. Para que fique ainda mais inteligível como a instituição de herdeiros empregada nos testamentos expressavam mecanismos de estratégia de transmissão de bens, serão desenvolvidas análises e comparações mais detalhadas do testamento de Cesário de Arles e da fórmula 17 do livro II do Formulário de Marculfo.

1.2. A tradição romana da instituição de herdeiros

Para apreciar a instituição de herdeiros dos testamentos merovíngios, esta seção tem o propósito de analisar de forma mais minuciosa as influências das práticas testamentárias romanas nesses documentos. Em primeiro lugar, observaremos como as referências às leis romanas nos documentos merovíngios sugerem uma influência de tais práticas. Em seguida,

Margini di libertà: testamenti femminili nel medioevo, Caselle di Sommacampagna: Cierre edizioni, 2010, pp. 89–101. WOOD, Susan. **The proprietary church in the medieval West**.

¹²³ Editor do testamento de Burgundofara. Sua edição só foi possível graças a uma cópia do século XIII, e duas do XVI, todas transmitidas pelo Cartulário da abadia de Faremoutiers, visto que o original foi perdido. GUÉROUT, Jean. "Le testament de Sainte Fare: matériaux pour l'étude et l'édition critique de ce document", **Revue d'Histoire Ecclésiastique**, v. 60, n. 3–4, 1965, pp. 816–817.

¹²⁴ GUÉROUT, Jean. "Le testament de Sainte Fare", pp. 802–807.

discutiremos como os testamentos romanos foram sofrerem modificações ao longo do período devido ao estabelecimento de diferentes normas em momentos distintos. A referência a essas modificações é observada nos testamentos merovíngios, que a revelam como forma de legitimação desses documentos. m como testamentos.

O testamento de Abbo, o mais distante do período romano entre os testamentos merovíngios de que dispomos, preserva muitas formas arcaicas de escrita. Segundo Patrick Geary, ele até possui mais formas arcaicas do que muitos dos outros documentos mais antigos. Além disso, o testamento faz três referências ao Direito Romano: Abbo invoca a *lex Falcidia*¹²⁵; invoca a *lex de ingratis et contumacis libertis* em referência aparente ao Código Justiniano livro 6, capítulo 7, *de libertis et eorum liberis*; e, finalmente, Abbo recorre à expressão *et lex hoc prohibet*.¹²⁶ Outros testamentos também citam as leis testamentárias dos direitos civil e pretoriano como meios de validação do documento, como no trecho do testamento de Bertram de Mans (616) e o de Hadoindo de Mans (642) abaixo:

Se por uma causa qualquer, este meu testamento tornar-se não válido, seja pelo direito civil, pelo direito pretoriano ou pela intervenção de qualquer lei nova, eu desejo que este testamento tenha ao menos o valor dos codicilos *ab intestato*.¹²⁷

Por substituir Bertram no bispado de Mans, Hadoindo utilizou seu testamento como modelo para a redação do seu próprio, o que explica a similaridade das formalidades dos documentos. A cláusula acima citada está em conformidade com outros testamentos ao citar o Direito Civil e Pretoriano romanos como meio costumeiro de tornar efetivas as declarações dos documentos.

De forma análoga, no testamento de Cesário de Arles (642) encontramos que “*De minha própria mão, eu o assinei e confirmei tanto no direito pretoriano quanto no direito*

¹²⁵ Sobre a *lex Falcidia* ver: BUCKLAND, William Warwick. **A Text-Book of Roman Law from Augustus to Justinian**. Cambridge: Cambridge University Press, 1966, pp. 342-343.

¹²⁶ GEARY, Patrick. **Aristocracy in Provence**, pp. 28-31. Segundo Geary e Carlo Cipolla, Abbo conhecia o Código Justiniano e que esta última expressão faz referência ao mesmo.

¹²⁷ “Quod testamentum meum, si quo casu, jure civile aut jure praetorio, vel alicujus novae legis interventum, valere nequiverit, ac si ab intestato, ad vicem codicellorum valere eum volo et valeat.” (Tradução livre). Testamento de Bertram. WEIDEMANN, Margarete (ed.). **Das Testament des Bischofs Berthramn von Le Mans vom 27. März 616**, p. 7. (Tradução livre). Testamento de Hadoindo. BUSSON, Gustave; LEDRU, Ambroise (eds.). “*Actus pontificum, Cenomannis in urbe degentium*”, **Archives Historiques du Maine**. Société historique de la province du Maine, 1901, Vol. II, p. 157.

civil e como codicilo”¹²⁸. Dado que Cesário e outros testadores valorizam a legislação romana como forma de validação do documento como testamento, consideramos também relevante analisar suas leis que se referem aos testamentos e à instituição da herança. Outra justificativa para que as discutamos é a falta de evidência de leis sobre a *hereditas* e da pouca referência às práticas hereditárias dos reinos bárbaros nos séculos III ao VIII na região da Gália.¹²⁹ Além disso, segundo Ernst Levy, a estrutura da transação de propriedade, incluindo-se a prática testamentária, era baseada essencialmente nas leis romanas. Ainda que no curso dos séculos, as formalidades dessa transação foram sujeitas a flutuações, influenciadas, em alguns casos, por práticas realizadas nos reinos bárbaros, no entanto, as mudanças sofridas pelas transmissões de propriedades desde a época de Constantino até o período merovíngio foram poucas.¹³⁰

Segundo o estudioso do Direito Romano William Warwick Buckland, para adquirir uma propriedade no período romano, era necessário que se adquirisse o *corpus*, a parte física da propriedade, e o *animus*, a consciência e a vontade de adquirir. Assim, apenas o direito ao *corpus* não era o suficiente para que uma pessoa tivesse a posse. Era necessário que a pessoa tivesse o *animus*, ou seja, que ela fosse capaz de adquirir a propriedade. Refletindo sobre a herança, que também é uma transferência de propriedades, conclui-se que a posse acabava com a morte daquele que possuía e que ela não continuava no herdeiro enquanto ele não apresentasse o *animus*.¹³¹

Esse tipo de transferência de propriedade era, em muitos casos, realizado por meio dos testamentos. Muitos juristas romanos, como Ulpiano e Modestino, definiram que o testamento era um ato solene que continha essencialmente a instituição de um ou mais herdeiros e era destinado a produzir seu efeito apenas após a morte de seu autor, mesma definição que temos para os testamentos merovíngios.¹³² O testamento contemplava a *donatio mortis causa*, uma doação feita na expectativa da morte, ou seja, a doação só era absoluta quando a morte esperada ocorresse. Ela poderia ser uma doação de propriedade, uma promessa, uma

¹²⁸ “(...) uel manu propria subscripsi, atque iure pretorio uel iure ciuili et ad uicem codicillorum confirmaui.” (Tradução livre). Testamento de Cesário. COURREAU, Joël; VOGÜÉ, Adalbert de (eds.). **Ouevres Monastiques: Césaire d’Arles (Sources Chrétiennes – v. 345, p. 360-397)**. Paris: Les Éditions du Cerf, 1994, pp. 380-381.

¹²⁹ WERNER, Karl Ferdinand. **Les Origines. Histoire de France**. T. 1. Paris: Fayard, 1984, p. 407.

¹³⁰ LEVY, Ernst. **West Roman Vulgar Law: The Law of Property**. Philadelphia: American Philosophical Society, 1951, p. 167.

¹³¹ BUCKLAND, William. Warwick. **A Text-Book of Roman Law from Augustus to Justinian**, pp. 201-204.

¹³² QUÉRENET, René. **Droit Romain. Étude sur les Différents Formes de Testaments à Rome**. Paris: A. Parent, Imprimeur de la Faculté de Medicine, 1881, p. 13.

libertação ou uma *delegatio*.¹³³ A instituição de herdeiros designava aquele que seria o continuador da existência legal do testador, ou seja, dos seus deveres e obrigações. Era tal instituição que dava ao ato o caráter de testamento. Ela deveria ser solene, imperativa e redigida sob a forma de uma lei. Assim, se ela não fosse concebida dessa maneira seria radicalmente nula e o testamento *pro non scripto*.¹³⁴

A instituição de herdeiros e o efeito após a morte do testador são componentes necessários para a validade dos testamentos tanto romanos quanto merovíngios, como visto acima e nos trechos dos testamentos de Remígio, Bertram e Abbo. No entanto, muitas características formais também eram importantes na sua elaboração e, por isso, a comparação de tais características em cada testamento nos auxiliará em sua análise. A forma do testamento é o conjunto de solenidades e observações das regras prescritas pela lei para retomar alguma expressão das últimas vontades e lhes dar efeito.¹³⁵ Essa solenidade aparece na lei romana, uma vez que a concessão da propriedade significava regular e controlar as *sacra privata*, serviços domésticos, como cultos, realizados aos deuses. O herdeiro em Roma tinha por missão continuar as *sacra privata* do falecido e, por isso, o culto aos deuses não era separado dos bens quando herdados.¹³⁶

Houve muitas mudanças nas partes formais dos testamentos romanos que fizeram surgir diferentes modelos. Seleccionamos três que podem nos ajudar a compreender algumas disposições dos testamentos merovíngios. Eles são os testamentos *per oes et libram* (do direito civil), pretoriano e *tripartitum*.

A prática testamentária é bastante antiga entre os romanos e algumas de suas características continuam sendo respeitadas mesmo após as modificações. O testamento *per oes et libram*, o mais antigo dentre os três que citamos, já era utilizado para transferir propriedades e para criar e acabar com as obrigações dos herdeiros. Era necessária a presença de cinco testemunhas, que representariam a autorização do Estado, para a elaboração do documento. A maior diferença deste testamento para os posteriores é a sua irrevocabilidade, pois a presença das testemunhas não permitia que ele fosse anulado ou refeito, além da falta de liberdade para instituir os herdeiros. Como acima mencionado, apenas as pessoas que possuíam o *animus* poderiam ser herdeiras, excluindo crianças, mulheres, estrangeiros,

¹³³ BUCKLAND, William. Warwick. **A Text-Book of Roman Law from Augustus to Justinian**, pp. 256-257.

¹³⁴ QUÉRENET, René. **Droit Romain**, pp. 53-54. Conferir também: SANDARS, Thomas Collett (ed.). **The Institutes of Justinian; with English Introduction**, pp. 271-274.

¹³⁵ QUÉRENET, René. **Droit Romain**, p. 14.

¹³⁶ QUÉRENET, René. **Droit Romain**, 1881, pp. 17-18.

escravos, surdos, mudos, entre outros.¹³⁷ A prática da presença de testemunhas pode ter sido modificada ao longo do tempo, mas permaneceu na elaboração dos testamentos, como podemos notar naqueles do período merovíngio.

O surgimento do testamento pretoriano só foi possível após a Lei das Doze Tábuas (após 462 a.C.), que permitiu uma maior liberdade ao testador. Era necessário, a partir dessa lei, apresentar um documento escrito contendo o nome do herdeiro e as diferentes vontades do testador. Dentre as mudanças formais encontradas no testamento pretoriano podemos destacar o número de testemunhas, que aumentou para sete, e a nova prática de selar os tablets do testamento, de maneira que fosse impossível lê-los ou modificá-los sem quebrar o selo. Além disso, esse testamento é fonte do direito pretoriano, que regulava a posse dos bens. O pretor, aquele encarregado de exercer funções jurídicas, quis simplificar toda formalidade inútil dos antigos testamentos, facilitando a designação de herdeiros e a transferência de bens.¹³⁸ Nesse testamento, portanto, tudo o que constituía herança era parte dos bens da pessoa a quem era dada a posse.¹³⁹

Dessa forma, ao mencionarem o Direito Pretoriano como meio de tornar seus documentos autênticos testamentos, os testadores merovíngios não apenas buscavam instituir herdeiros que os representassem jurídica e religiosamente após sua morte, mas também evitar que a transmissão da herança mediante as cláusulas testamentárias fosse reclamada por terceiros.

As últimas mudanças ocorridas nos testamentos, ainda no período romano, foram realizadas pelo imperador Teodósio II, que instituiu o testamento *tripartitum* (por volta de 439 d.C.). Essa forma de testamento expressava uma combinação das características do testamento *per oes et libram* e do pretoriano, além de conter um novo elemento: o *subscriptio*, ou seja, uma assinatura dentro do testamento. Assim, o testamento *tripartitum* tinha por característica a obrigatoriedade de ser manifestado em um documento escrito. Caso não fosse possível que o testador o fizesse, ele deveria ditar suas vontades e assinar o documento. Outra característica é a confirmação e autenticidade do documento. Isso se dá pela presença de testemunhas, conforme o testamento *per oes et libram*, que deverão ser sete no mínimo, conforme o testamento pretoriano. Como já citado, Teodósio II instituiu outra característica ao

¹³⁷ QUÉRENET, René. **Droit Romain**, pp. 23-24.

¹³⁸ QUÉRENET, René. **Droit Romain**, 1881, pp. 29-31.

¹³⁹ SANDARS, Thomas Collett (ed.). **The Institutes of Justinian; with English Introduction**, p. 392.

testamento, o *subscriptio*, e mantém a justaposição dos selos das testemunhas na parte externa, submetendo-o à necessidade de ser elaborado de uma só vez.¹⁴⁰

A instituição de herdeiros era estabelecida, desta forma, tanto nos testamentos romanos quanto nos merovíngios por diversas características formais presentes nos documentos e não apenas pela cláusula específica (*te... heredem constituo*), ainda que ela fosse redigida em vários desses documentos. Essa era uma das formas do testador tornar o documento autêntico e assegurar o cumprimento de suas vontades.

1.3. Os testamentos merovíngios e as leis testamentárias romanas

Os testamentos de Remígio de Reims (533), Aredius de Limoges (572), Bertram de Mans (616), Adalgisel-Grimo (634), Hadoindo de Mans (642), Ermentruda (590-645), Wideradus de Flavigny (717) e Abbo da Provença (739)¹⁴¹ apresentam a assinatura de testemunhas no final do documento, exceto o de Cesário de Arles. No de Remígio de Reims há sete assinaturas, assim como nos de Bertram e Hadoindo de Mans. O testamento de Abbo da Provença apresenta apenas seis assinaturas, no entanto, não devemos nos esquecer que este é o mais distante do período romano, século VIII, e de uma região distante das dos outros testadores, sudeste da atual França. Isso nos leva a crer que não houve uma negligência das leis romanas, mas apenas uma modificação que pode ter sido causada pela influência de costumes locais. O caso do testamento de Cesário de Arles é singular entre os testamentos merovíngios. Segundo William Klingshirn, ele segue as cláusulas regulares, como a instituição de herdeiro – o monastério de freiras fundado por Cesário –, entretanto, foi escrito em forma de carta. No início, o documento apresenta convenções epistolares, como o título e o nome do autor, os nomes dos destinatários e uma saudação, mas tudo é seguido por uma

¹⁴⁰ QUÉRENET, René. **Droit Romain**, 1881, pp. 33-37.

¹⁴¹ O testamento de Burgundofara (633\634) não possui assinaturas no final, pois as cópias manuscritas do testamento que restaram não as reproduziram, segundo o editor Jean Guérout. GUÉROUT, Jean. “Le testament de sainte Fare”, pp. 787-788.

No caso do testamento do filho de Idda (por volta de 690), não encontramos assinaturas no documento, no entanto, este foi preservado no papiro com várias danificações. O início do documento, *caput*, está perdido, por isso não se sabe o nome do testador e a data exata de sua elaboração. O papiro em que foi escrito o testamento também foi utilizado para transcrever em seu verso outro documento, um privilégio falso de um bispo de Paris, o que pode ter danificado ainda mais o documento. WICKHAM, Chris. **Framing the early Middle Ages: Europe and the Mediterranean, 400-800**, Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 188. ATSMÄ (Hartmut), VEZIN (Jean), “Les faux sur papyrus de l'abbaye de Saint-Denis”, in: KERHERVE, Jean ; RIGAUDIÈRE, Albert (eds.). **Finances, pouvoirs et mémoire. Mélanges offerts à Jean Favier**, Paris: Librairie Arthème Fayard, 1999, p. 689. GIRAUD, Cédric ; RENAULT, Jean-Baptiste ; TOCK, Benoît-Michel (eds.). **Chartes originales antérieures à 1121 conservées en France**. Acte n° 4493. Nancy : Centre de Médiévistique Jean Schneider. Edição eletrônica: Orléans : Institut de Recherche et d'Histoire des Textes, 2010. Disponível em: <<http://www.cn-telma.fr/originaux/charte4493/>>.

declaração convencional do testamento: “(...) eu redigi, pela vontade de Deus, este testamento.”¹⁴² Por esse motivo, o documento acaba sem as assinaturas do próprio Cesário e das testemunhas.¹⁴³

A influência do Direito Civil Romano¹⁴⁴ não desapareceu nos testamentos merovíngios em detrimento do Direito Pretoriano, apesar da ênfase nas transmissões de bens dada pelos testadores. Como visto, muitos deles, como o de Cesário, Bertram e Hadoindo supracitados, mencionaram tanto o direito civil quanto o direito pretoriano como forma de validação do testamento. O que podemos notar nesses testamentos é que as ideias dessas leis testamentárias estavam atreladas umas às outras, ou seja, algumas transmissões de bens só eram realizadas na condição de que algumas tarefas fossem realizadas pelo herdeiro ou legatário.

O testamento de Remígio é exemplar nesse sentido. O bispo instituiu a Igreja de Reims e os sobrinhos bispo Loup e padre Agrícola como seus herdeiros. Ao se reportar ao sobrinho Agrícola, Remígio disse que lhe daria a vinha preparada por Melaricus para que, nos dias de festa e em todos os domingos, uma oferenda lhe fosse feita sobre os altares sagrados e que fossem ofertados banquetes a cada ano aos padres e diáconos de Reims.¹⁴⁵ Em outra passagem do testamento, Remígio legou uma vinha plantada por ele em Vendresse ao seu sobrinho Agathimer, com a condição que uma oferenda fosse feita por seus pais todos os dias de festa e domingos nos santos altares para sua comemoração e que fossem ofertados banquetes anuais aos padres e diáconos de Laon, com a autorização do Senhor.¹⁴⁶ Também

¹⁴² “(...) deo dispensante hoc testamentum meum condidi (...)”. (Tradução livre). Testamento de Cesário. COURREAU, Joël; VOGÜÉ, Adalbert de (eds.). **Ouvres Monastiques: Césaire d’Arles**, pp. 380-381.

¹⁴³ KLINGSHIRN, William E. **Caesarius of Arles: Life, Testament, Letters**. Liverpool: Liverpool University Press, 1994, pp. 69-70.

¹⁴⁴ Consideramos o Direito Civil Romano como a legislação promulgada no período anterior às Leis das Doze Tábuas e, consequentemente, anterior àquela promulgada pelos pretores (Direito Pretoriano). Nesse período foi promovido o Testamento *Per Oes et Libram*. Cf. PAIM, Gustavo Boher, Breves Notas sobre o Processo Civil Romano, **Temas atuais de Processo Civil**, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.temasatuaisprocessocivil.com.br/edicoes-antiores/50-v1-n3-setembro-de-2011/144-breves-notas-sobre-o-processo-civil-romano>. Acesso em: 09/03/2017.

¹⁴⁵ “Vineam, quam Mellaricus Lugduni facit, tibi dono. (...) ut diebus festis et omnibus dominicis sacris altaribus mea offeratur oblation, atque annua conuiuia Remensibus presbiteris et diaconibus prebeantur.” Testamento de Remígio. HINCMAR. *Vita Sancti Remigii*. KRUSCH, Bruno (ed.). p. 338.

¹⁴⁶ “cui uineam dono, quam posui Vindonisse et meo labore constitui, sub ea conditione, ut a patribus suis omnibus diebus festis ac dominicis pro commemoratione mea sacris altaribus offeratur oblatio, et Lugdunensibus presbiteris atque diaconibus annua conuiuia, concedente Domino, praebeantur.” Testamento de Remígio. HINCMAR. *Vita Sancti Remigii*. KRUSCH, Bruno (ed.), p. 338.

delegou oito soldos à igreja de Sissionum para a comemoração de seu nome.¹⁴⁷ Cesário de Arles também doou uma grande quantidade de domínios ao seu herdeiro, seu sucessor no episcopado de Arles, que deveria utilizar seus rendimentos para pagar às irmãs do monastério fundado por ele pelos serviços prestados.¹⁴⁸ O bispo Bertram dirigiu-se, em seu testamento, ao bispo que o sucederia em Mans e que administraria os bens de sua herdeira, a igreja de Mans. Ele pediu que o bispo reunisse a cada ano na casa de São Miguel Arcanjo, como era feito no tempo de Bertram, todos os décimos em trigo, vinho, queijo e gordura de porco, vindos das *villae* que legou à santa igreja pelo testamento.¹⁴⁹ Com relação ao testamento de Hadoindo, o bispo solicitou que os bens do domínio de Vernicella, doação à sua herdeira igreja de Mans, fossem utilizados perpetuamente em benefício da basílica de Santa Maria, fundada por ele.¹⁵⁰

De modo semelhante, Abbo em seu testamento instituiu a igreja de São Pedro como sua herdeira para que cuidasse do futuro do monastério de Novalesa, fundado por ele em 726, ainda que não fosse um clérigo. Ele assim o fez, pois ela administrava o monastério junto ao abade, por meio do bispo. O testamento dirigiu-se ao monastério solicitando que o bispo dessa igreja, Walchuno, escolhesse o sucessor do abade após sua morte. Além disso, ordenou que o abade não fizesse nada com as propriedades legadas além daquilo que o citado bispo recomendasse para a utilidade comum desse monastério.¹⁵¹ Portanto, o testamento de Abbo também fez legados que supõem obrigações realizadas pelo beneficiário.

¹⁴⁷ “Delegoque VIII sólidos aecclesiae Sissionum pro commemoratione nominis mei.” Testamento de Remígio. HINCMAR. *Vita Sancti Remigii*. KRUSCH, Bruno (ed.), p. 339.

¹⁴⁸ “Agellum igitur Ancharianum, unde paruam particulam monasterio dedimus, multa + seruauimus : (...) et agellum Ornedum, et agellum Martinatis, et agellum Siluam, et agellum Missianianum cum omnibus ad se pertinentibus pascuis paludibus cum omni iure et termino suo sanctae huic ecclesiae reseruauimus in stipendiis earum.” Testamento de Cesário. COURREAU, Joël; VOGÜÉ, Adalbert de (eds.). **Oeuvres Monastiques: Césaire d’Arles**, pp. 392-393.

¹⁴⁹ “Precamur domno et pontifici successori nostro, et per Deum Trinitatis conjuramos, ut de villas, quas ego sanctae aecclesiae per hunc folium testamenti delegavi, uel qui meo tempore conquesite sunt uel in dominationem sanctae aecclesiae peruenerunt : omnibus uel in omnibus decimas annone, vini casei, lardi – omnes decimas in domo ipsa sancti Michaelis archangeli – annis singulis congregentur, sicut nostro tempore actum fruit ; et pauperibus uel peregrinis in eorum alimonia ministretur, quia nec sancta aecclesia dispendium perferret, et quod nos, etsi indigni, qui qualemcumque loca sacerdotii uisi fuimus nuncupari, ea quae Domino annuente, in pauperibus studuimus ministrare, a uobis indesinenter conserueter.” Testamento de Bertram. WEIDEMANN, Margarete (ed.). **Das Testament des Bischofs Berthramn von Le Mans vom 27. März 616**, p. 22.

¹⁵⁰ “Similiter Vernicella cum omni iure et termino suo, uel colonica ad se pertinentes, ad ipsam sanctam basilicam proficiat in perpetuum.” Testamento de Hadoindo. BUSSON, Gustave; LEDRU, Ambroise (eds.). “*Actus pontificum, Cenomannis in urbe degentium*”, p. 161.

¹⁵¹ “(...) tunc abbate quem ipse domnos uualchuni episcopus in ipso monasterio elegere uoluerit, ibidem mittati; et ipse abba uel sui monachi taliter agant, dum et ipse domnos uualchuni aduixerit, qualiter ipse eos spiritualiter monere uoluerit, et licentia non habeat de ipsis rebus aliud faciendi, nisi quod ipse suprascriptos domnos uualchuni episcopus pro commune utili/tatem ipsius monasterii eis iusserit.” Testamento de Abbo. GEARY, Patrick. **Aristocracy in Provence**, pp. 72-75.

Esses exemplos nos mostram que esses testamentos tinham a função de estabelecer tarefas que deveriam ser cumpridas visando ao uso de tais bens. Essa é uma das formas que encontramos de estratégias de transmissão de bens nos testamentos, pois os testadores conseguiam prever como suas propriedades seriam usufruídas pelos herdeiros após sua morte. Os testamentos, além de transmitir bens, tinham a finalidade de manter o legado do testador, que não dizia respeito apenas aos seus bens materiais, mas também aos seus atos e memória. Ainda que os testadores permitissem aos herdeiros dispor dos bens livremente, eles demandavam certos atributos relativos à sua conduta, com o propósito de prever o destino de seus bens, uma vez que os bens associavam-se à memória dos testadores.

Embora haja muita semelhança entre os testamentos do período romano ao merovíngio, observamos, por meio de comparação, que eles sofreram muitas modificações ao longo dos séculos VI ao VIII e nas diversas localidades da Gália. Um dos fatores que justifica tal afirmação é o grande número de testamentos eclesiásticos em função da própria igreja. Todos os testamentos a que temos acesso, excluindo Marculfo II, 17, têm como principal beneficiário a Igreja, uma vez que suas instituições eram os principais centros de conservação de documentos, principalmente por lhe serem de interesse a longo prazo. No entanto, o número de testadores laicos dentre os testamentos preservados é menor. Nove foram redigidos por bispos, abades ou diáconos, ou seja, 75%, enquanto apenas três foram elaborados por laicos.

Logo, a comparação entre a instituição de herdeiros e a tradição manuscrita dos testamentos merovíngios será imprescindível para entendermos o motivo de apenas doze desses documentos terem sido conservados até os dias de hoje. No quadro a seguir estão sintetizados o lugar onde foram conservados os manuscritos, seja no original ou em forma de cópias, de que maneira esses documentos foram conservados, a data de sua elaboração e os herdeiros instituídos.

Quadro 1: Herdeiros e tradições manuscritas

Testamento	Herdeiros	Lugar em que foi conservado	Documento em que foi encontrado	Data da cópia (caso o original não tenha sido preservado)
Remígio (533)	Igreja de Reims e dois sobrinhos	Igreja de Reims	<i>Vita Sancti Remigii</i>	Segunda metade do século IX

Cesário (542)	Monastério de São João e o bispo de Arles	Monastério de São João	diploma pelo qual Guilherme I, conde da Provença, confirmava aos monges a posse dos bens que seu fundador havia lhes concedido	992
Arédio (573)	Igreja de São Martinho de Tours	Igreja de São Martinho de Tours	codex Attanensis	Século XI ou XII
		Igreja de São Martinho de Tours	codex Vosiensis ¹⁵²	
Bertram (616)	Igreja de Mans e basílica de São Pedro e São Paulo	Igreja de Mans	<i>Actus pontificum Cenomannis in urbe degentium</i>	Metade do século IX
		Basílica de São Pedro e São Paulo	Original ou cópia isolada	Original ou cópia do período merovíngio
Burgundofara (633/634)	Monastério de Eboriacum, conhecido mais tarde por abadia de Faremoutiers ¹⁵³	Abadia de Faremoutiers	Cartulário	Século XIII
		Abadia de Faremoutiers	Cartulário	Século XVI
		Abadia de Faremoutiers	Cartulário	Século XVI
Adalgisel-Grimo (634)	Monastério de Santa Ágata, pertencente ao bispado de Trèves	Igreja de Trèves	Cópia	Posterior ao século X

¹⁵² BARBIER, Josiane. "Testaments et pratique testamentaire dans le royaume franc (VIe-VIIIe siècle)", p. 64. FLETCHER, Richard A. **The Barbarian Conversion**, pp. 61-62.

¹⁵³ Sobre a tradição manuscrita e o herdeiro de Burgundofara, cf. GUÉROUT, Jean. "Le testament de Sainte Fare", pp. 816-817.

Ermentruda (576-637)	Desconhecido	Basílica Saint-Denis	Cópia parcialmente conservada	Cópia do período merovíngio
Hadoindo (643)	Igreja de Mans	Igreja de Mans	<i>Actus pontificum Cenomannis in urbe degentium</i>	Metade do século IX
		Igreja de Mans	Original ou cópia	Original ou cópia do período merovíngio
Filho de Idda (650)	As santas basílicas	Basílica Saint-Denis	Cópia parcialmente conservada	Cópia do período merovíngio
Irmina (697/698)	Basílica da região de Epternaco	Monastério de Epternaco	<i>Monumenta Epternacensia</i>	
Widerado (722/723)	Basílica Saint- Prix de Flavigny	Monastério Saint-Prix de Flavigny, que se tornará basílica de Saint-Prix	Cartulário	Século XII
Abbo (739)	Monastério de São Pedro de Novalesa ¹⁵⁴	Bispado de Grenoble por intermédio de Novalesa	Cartulário	Século XII

Fonte: Elaboração própria.

Como visto no quadro acima, tais documentos eram valorizados séculos após sua elaboração, já que eram copiados e mantidos no estabelecimento até mesmo nove séculos depois, como no caso de Burgundofara. Certamente as instituições religiosas beneficiárias dos testamentos tiveram interesse em conservá-los como meios de assegurar sua posse de tais bens, já que eram as maiores beneficiárias. Assim, tendo em vista a participação dos bispos em suas comunidades como representantes legais do reino, cuja função era a resolução de conflitos, é compreensível que eles procurassem resolver os conflitos em torno da transmissão de bens de forma que lhes fosse vantajoso.

Para sentenciar em favor próprio, os bispos contavam com o auxílio dos concílios, reuniões em que discutiam questões que envolviam os interesses da comunidade eclesiástica

¹⁵⁴ Sobre as edições e tradições manuscritas dos testamentos, cf. BARBIER, Josiane. "Testaments et pratique testamentaire dans le royaume franc (VIe-VIIIe siècle)", pp. 62-67.

na Gália, tornando-se, por isso, uma fonte de informações sobre suas regras e normas para os historiadores. No concílio de Orléans de 511, realizado por iniciativa de Clóvis e transmitido em diversas regiões¹⁵⁵, os prelados presentes promulgaram um cânone que permitia aos bispos fazer concessões de vinhas e terras a clérigos e monges apenas na condição de que não houvesse prejuízo algum à igreja.¹⁵⁶ Isso indica que a Igreja, por meio de sua relação com o rei, tinha interesse em regular quaisquer disputas por propriedades para proteger seu patrimônio. Um século mais tarde, em 626-627, no concílio realizado por iniciativa do rei Clotário II, em Clichy, também é promulgado um cânone relativo a doações para estabelecimentos religiosos e a proteção e o aumento dos bens da igreja. Ele diz que “de fato, é justo que mesmo que o bispo disponha do que é legado à igreja, ainda assim a igreja conserva aquilo que o bispo deixar”.¹⁵⁷ Isso significa que os bispos podiam usufruir dos bens doados à igreja, uma vez que eram eles que a administravam, mas não podiam legá-los para outrem, esses e os seus bens deveriam permanecer na igreja após sua morte. Este cânone se remete a outro do concílio de Agde¹⁵⁸, realizado em 506 na Provença, indicando que, nesse período, a Igreja regulamentava a transmissão de bens aos bispos ou aquela realizada por eles após sua morte.

Os bispos exploraram o direito e a defesa à propriedade pelo procedimento formal das leis e adquiriram um vasto interesse no desenvolvimento da especialidade legal. Eles se

¹⁵⁵ Os cânones do concílio de Orléans de 511 foram retomados nas coleções canônica de Corbie, Lyon, Lorsch, Colônia, Saint-Maur, Reims, Saint-Amand, Pithou, Borgonha, e Beauvais. GAUDEMET, Jean; BASDEVANT-GAUDEMET, Brigitte (Orgs.). **Les canons des conciles mérovingiens (VIe-VIIe siècles)**, p. 68.

¹⁵⁶ Cânone 23 do concílio de Orléans de 511 : “Si episcopus humanitatis intuitu vineolas et terrulas clericis uel monachis praestiterit excolendas uel pro tempore tenendas, etiam si longa transisse annorum spatia conprobentur, nullum ecclesia praeiudicium patiat nec saeculari lege praescriptio, quae ecclesiae aliquid impediat, opponatur.” GAUDEMET, Jean; BASDEVANT-GAUDEMET, Brigitte (Orgs.). **Les canons des conciles mérovingiens (VIe-VIIe siècles)**, p. 84.

¹⁵⁷ Trecho do cânone 22 do concílio de Clichy de 626-627: “(...) quia iustum est, ut, sicut sacerdos habet, quod ecclesiae dimissum est, ita ecclesia habeat, quod reliquit sacerdos.” Transcrição completa do cânone 22: “Pontifices uero, quibus in summo sacerdotio constitutis ab extraneis dumtaxat aliquid aut cum ecclesia aut sequestratim aut dimittitur aut donatur, quia ille, qui donat, pro remedium animae suae, non pro quomodocumque sacerdotis probatur offerre, non quasi suum proprium, sed quasi dimissum ecclesiae inter facultates ecclesiae computabunt, quia iustum est, ut, sicut sacerdos habet, quod ecclesiae dimissum est, ita ecclesia habeat, quod reliquit sacerdos.” GAUDEMET, Jean; BASDEVANT-GAUDEMET, Brigitte (Orgs.). **Les canons des conciles mérovingiens (VIe-VIIe siècles)**, p. 540.

¹⁵⁸ O cânone 22 do concílio de Clichy remete-se ao cânone 6 do concílio de Agde: “Pontifices uero, quibus in summo sacerdotio constitutis ab extraneis dumtaxat aliquid aut cum ecclesia aut sequestratim aut dimittitur aut donatur, quia hoc ille qui donat pro redemptione animae suae non pro commodo sacerdotis probatur offerre, non quasi suum proprium sed quasi dimissum ecclesiae inter reliquas facultates ecclesiae computabunt: quia iustum est ut, sicut sacerdos habet quod ecclesiae dimissum est, ita et ecclesia habeat quod relinquitur sacerdote. Sane quidquid per fideicommissum aut sacerdotis nomine aut ecclesiae fortasse dimittitur, cuicumque alii postmodum profuturum, id inter facultates suas ecclesia computare aut retinere non poterit.” MUNIER, Charles (ed.). **Concilia Galliae: A. 314 - A. 506**. Turnholt: Brepols editores pontificii, 1963, pp. 194-195.

tornaram, em nome da Igreja, ou seja, da comunidade eclesiástica, agentes principais na acusação e defesa dos direitos de propriedade.¹⁵⁹ O envolvimento da comunidade eclesiástica com as práticas legais de propriedades ocorreu em um contexto (séculos VI e VII)¹⁶⁰ de mudanças nas relações de poder e propriedades, devido à sua própria influência. Muitos documentos encontrados nas *gesta municipalia* no século VI e nas *placita* no século VII, registros municipais e das cortes reais, exprimem essa influência por terem sido produzidos em seu favor e conservados por ela.¹⁶¹

Consequentemente, tanto os testamentos eclesiásticos, ou seja, redigidos por bispos, abades e clérigos, como os laicos beneficiavam estabelecimentos eclesiásticos em busca de que o documento bem como sua memória fossem conservados. Além disso, a instituição desses estabelecimentos como herdeiros também favorecia os testadores na medida em que a comunidade eclesiástica, que julgava conflitos e estabelecia normas, passava a ter interesse em validar suas últimas vontades, o que incluía aquelas que não se relacionavam a ela. O testamento de Abbo, por exemplo, foi elaborado por um aristocrata laico que fundou um monastério em Novalesa, na região da Provença. Em todo o documento há a preocupação do testador com a manutenção desse monastério. No entanto, ele instituiu a igreja de São Pedro, e não o monastério, como herdeira. Na passagem transcrita a seguir, do final do testamento, há um exemplo da preocupação do testador:

E nós pedimos não uma, mas repetidas vezes e humildemente rogamos aos senhores príncipes e a todos os poderosos e bispos pelo Pai, Filho e Espírito Santo. Vós que tendes o poder de ordenar e regular, que isto que concedemos por nossa vontade por este meu testamento à minha herdeira, a igreja do Monastério de São Pedro, para o sustento dos monges e dos pobres, que vós permitis que não seja, de maneira alguma, desfeito ou atacado, já que isto refere-se ao aumento de vossa comum recompensa.¹⁶²

¹⁵⁹ GOODY, Jack. **The Development of Family and Marriage in Europe**. Cambridge: Cambridge University press, 1983, pp. 46, 111-113.

¹⁶⁰ Segundo Paul Fouracre, há nesse momento, principalmente no início do século VII, uma redefinição dos costumes relativos à resolução de conflitos com o Edito de Paris, promulgado por Clotário II em 614. As *placita*, documentos que registravam os procedimentos de resolução de conflitos, nos indicam parte de tais mudanças ao adicionarem aos processos judiciais o registro escrito e por empregarem procedimentos costumários para afirmar publicamente a posse de uma propriedade. Assim, elas faziam, no século VII, as vezes das *gesta municipalia* do séculos VI. FOURACRE, Paul. "Placita and the settlement of disputes in later Merovingian Francia", in: DAVIES, Wendy; FOURACRE, Paul. **The Settlement of Disputes in Early Medieval Europe**, Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 42.

¹⁶¹ FOURACRE, Paul. "Placita and the settlement of disputes in later Merovingian Francia", p. 42.

¹⁶² "Dum et non semel sed sepius eum requisivimus, et humiliter prece domnis principibus, uel omnium potestatibus, et episcopis, per patre et filio, et spiritu santo, qui potestatem dominandi regendi habeatis, ut hunc uoluntatis nostre, quem per hunc testamentum meum ad heredem meam ecclesia santo petro monasterio pro substantia monachorum et pauperorum delegavi, ut in nullo permittatis conuellere nec irrumpere, ut ad

Para manter o monastério, Abbo tornou a igreja do monastério de São Pedro sua herdeira para que ela representasse suas vontades após a morte. Prevendo que houvesse contestação aos benefícios destinados ao monastério e temendo que, com isso, esse estabelecimento viesse a acabar, o testador se dirigiu aos bispos e príncipes, responsáveis por estabelecer soluções às disputas, na esperança de que eles mantivessem as disposições determinadas no documento. Essa necessidade de dirigir-se no testamento a alguma autoridade na intenção de defender suas determinações relativas aos seus bens, aparece em outros testamentos do período. Cesário de Arles, por exemplo, tornou o monastério que fundou seu herdeiro e, desejando que ele se sustente, o testador não só torna o bispo da igreja de Arles, seu sucessor, co-herdeiro, mas também lhe solicita o cumprimento de suas prescrições. Portanto, a Igreja, na figura dos bispos, é mediadora das transmissões de bens às abadias e monastérios.

Outra forma de invocar a manutenção das heranças estabelecidas nos documentos foi pelo uso do termo “salvação da alma”, como vemos a seguir:

Testamento de Abbo:

Tudo o que parece pertencer ao *pagus* de Riez neste Bra d’Asse e *Voconcium*, exceto aquilo que foi escrito acima, que eu dei à minha herdeira, a igreja de São Pedro, tanto para a salvação de nossa alma, como dissemos, quanto para a devoção de nosso tio, senhor Semforianus, para a iluminação da igreja e para sustentar o pobre, sendo, assim, rentável no crescimento ao longo do tempo; eu quero e ordeno.¹⁶³

Bertram também faz doações pela sua alma:

Quanto à minha *villa* situada no território de Crantenum, com origem em Vendantia, que eu possuo nos dias de hoje e como ele me foi dado de maneira legítima, da sucessão de meu pai e senhor, eu quero que ela seja

augmentis mercedis uestre commune pertineat.” (Tradução livre). Testamento de Abbo. GEARY, Patrick. **Aristocracy in Provence**, pp. 76-79.

¹⁶³ “Omnia et ex omnibus quicquid infra ipsum pago regense, ad ipsum bractio, et uocontio aspicere uidetur, preter quod superius scriptum est, quod dum heredem meam ecclesia sancti petri dedi, ut tam pro anime nostre remedie ut diximus, quam et pro deuotione patrum/ nostrorum domno senforiano in luminaribus ipsius ecclesie, et pro substantia pauperorum, perhennis temporibus profitiat, in augmentis; uolo ac iubeo.” (Tradução livre). Testamento de Abbo. GEARY, Patrick. **Aristocracy in Provence**, pp. 70-71.

doad a basílica de São Pedro e São Paulo após minha morte e pela recompensa de minha alma.¹⁶⁴

Ambos os trechos trazem doações às igrejas pela salvação da alma do testador, algo que não em outros testamentos, nem mesmo uma expressão similar, como “remédio da alma”, “saúde da alma”, etc. No entanto, a análise dessa cláusula é fundamental para esta dissertação, pois, ainda que não fosse instituída pelas leis testamentárias romanas, ela está associada às normas dos concílios merovíngios, tornando-se a base de outros tipos de documentos que beneficiavam as igrejas, chamados de doações *pro anima* (pela salvação da alma). Nesse sentido, essa cláusula é uma demonstração das mudanças que o testamento sofreu ao longo do período merovíngio, como discutido anteriormente nesta dissertação¹⁶⁵.

Levando-se em conta o grande número de transmissões feitas a estabelecimentos eclesiásticos por meio dos testamentos merovíngios, bem como o papel dos bispos nas resoluções de conflitos de sua comunidade e o seu interesse pelas doações determinadas pelos testadores, os cânones conciliares são essenciais para a compreensão dos legados feitos pela salvação da alma, disposições inéditas em relação aos testamentos romanos. O cânone 16 do Concílio de Orléans V (549) estabeleceu a relevância das doações pela salvação da alma:

Se alguém também, seja entre os grandes ou entre os humildes, conferiu alguma doação ou algum bem aos bispos ou às igrejas ou a qualquer lugar santo tendo em vista a recompensa justa em contemplação à Deus – e mesmo se se trata daquilo que seus pais doaram –, e que em seguida ele se permita tomar de volta o bem, ele será, segundo a sentença acima (outro cânone do concílio), privado da comunhão como um assassino dos pobres.¹⁶⁶

Esse cânone abordou a questão sobre aqueles que doavam bens às igrejas ou aos bispos por uma recompensa, como nos casos citados em que as doações eram feitas em favor da alma dos testadores. Seguindo a concepção de outros cânones, esse do Concílio de Orléans considerou os bens das igrejas e dos bispos como bens dos pobres e, por isso, punia com

¹⁶⁴ “Villare meum quae est in Cramteno territorio ad summa Vedantia, sicut a me praesenti tempore possidetur et ex successione domni et genitoris mei legitime reddebatur: basílica domni Petri et Paulo post obitum meum pro mercede animae meae uolo esse donatum.” (Tradução livre). Testamento de Bertram. WEIDEMANN, Margarete (ed.). **Das Testament des Bischofs Berthramn von Le Mans vom 27. März 616**, p. 19.

¹⁶⁵ Referência à página 31, mais especificamente às discussões de Karl Ferdinand Werner e Ernst Levy.

¹⁶⁶ “Quisquis etiam aut maiorum aut mediocrium personarum quodcumque muneris uel facultatis sacerdotibus aut ecclesiis aut quibuslibet locis sanctis studio mercedis cum iustitia pro Dei contemplatione contulerit aut ea, quae a parentibus donata noscuntur, postmodum auferre praesumpserit, superiori sententia ut necator pauperum a communione priuabitur.” (Tradução livre). Cânone 16 do Concílio de Orléans V (549). GAUDEMET, Jean; BASDEVANT, Brigitte. **Les canons des conciles mérovingiens (VIe – VIIe siècles)**, pp. 312-313.

severidade (excomunhão) aqueles que usurpassem ou alienassem tais bens. Dessa forma, observamos que a os bispos criaram, por meio dos concílios, um termo para tornar culpados aqueles que usurpassem ou reivindicassem os bens doados aos estabelecimentos eclesiásticos.¹⁶⁷

Uma vez instituídos herdeiros, os estabelecimentos da comunidade eclesiástica proporcionavam aos testadores uma maior garantia da manutenção da unidade de seu patrimônio após a morte. Segundo Patrick Geary, a propriedade da família era sempre ameaçada pelas constantes divisões e dispersões realizadas pela herança de filhos e parentes. O aristocrata Abbo quis acabar com essas divisões ao limitar seus herdeiros apenas à igreja do monastério de Novalesa. Segundo o autor, ao manter a unidade das propriedades e dividir apenas o rendimento das mesmas, a eficiência das unidades agrícolas poderia ser preservada.¹⁶⁸ Bertram, como aponta Sandrine Langer por meio de seu estudo acerca do testamento desse bispo¹⁶⁹, fez legados de propriedades que, em algum momento, foram alvo de usurpações. Há três casos no testamento: o das propriedades do próprio Bertram e da sua igreja¹⁷⁰, de sua mãe¹⁷¹ e do rei¹⁷². O rei Clotário II sofreu várias ofensivas de seu irmão Childeberto II e, mais tarde, de seus sobrinhos, o que causou diversas partilhas do território do reino. Devido à sua lealdade ao rei, Bertram foi exilado e, consequentemente, espoliado de seus bens e dos bens da igreja de Mans. O bispo também relatou que sua mãe teve sua herança

¹⁶⁷ Sobre a expressão “assassinos dos pobres”: GUILLOT, Olivier. “‘Assassin des pauvres’: une invective pour mieux culpabiliser les usurpateurs de biens d’église, aidant à restituer l’activité conciliaire des Gaules entre 561 et 573”, In: GUILLOT, Olivier. **Arcana Imperii [I] (IVe-XIe siècle). Recueil d’articles**. Limoges: PULIM (Cahiers de l’Institut d’Anthropologie juridique), 2003, pp. 183-220.

¹⁶⁸ GEARY, Patrick. **Aristocracy in Provence**, pp. 116-118.

¹⁶⁹ LINGER, Sandrine. “Acquisition et transmission de propriétés d’après le testament de Bertrand du Mans (27 Mars 616)”, in: MAGNOU-NORTIER, Elisabeth (ed.), **Aux sources de la gestion publique. t. 2: L’invasio des villae ou la villa comme enjeu de pouvoir**. Villeneuve d’Ascq: Presses Universitaire de Lille, 1995.

¹⁷⁰ Na disposição 25 do testamento, Bertram menciona que seu episcopado foi tomado ilicitamente por Bertegisilo, contra os cânones, e como este tomou as coisas de santa Maria ou os próprios bens do testador. A disposição 50 trata de como Bertram foi obrigado a dividir com o bispo de Metz algumas *villae*. Por fim, na disposição 60, Bertram relata que três partes de uma *colonica* que pertencia à igreja de Mans encontravam-se nas mãos de Arnoaldo. Testamento de Bertram. WEIDEMANN, Margarete (ed.). **Das Testament des Bischofs Berthramm von Le Mans vom 27. März 616**, pp. 21, 36 e 40.

¹⁷¹ A disposição 14 do testamento trata da *villa* Chalons que foi retirada de sua família, mas devolvida pelo rei Clotário. WEIDEMANN, Margarete (ed.). **Das Testament des Bischofs Berthramm von Le Mans vom 27. März 616**, p. 16.

¹⁷² Na disposição 10 e 25, Bertram retrata os danos causados ao rei Clotário relativos ao seu reino e, mais especificamente na disposição 25, relata que, com a morte do rei Chilperico, a cidade de Mans deveria pertencer à Clotário. No entanto, ela lhe foi tomada e seu reino repartido. WEIDEMANN, Margarete (ed.). **Das Testament des Bischofs Berthramm von Le Mans vom 27. März 616**, pp. 15 e 21.

negada e, logo, seus bens usurpados.¹⁷³ Por isso, ao invocar a “salvação da alma” para fazer seus legados, Bertram amparou-se nas normas eclesiásticas, o que lhe assegurava que nada poderia ser usurpado de seus beneficiários.

Nesse sentido, é coerente que ambos os testadores tivessem o interesse em manter suas propriedades com um único herdeiro. Para isso, utilizaram como estratégia os legados pela salvação de sua alma, que, amparados pelos cânones conciliares, tornavam-se definitivos.

1.4. A instituição de herdeiros e a aquisição de poder

A análise e a comparação dos testamentos merovíngios revelaram a associação entre a instituição de herdeiros e a aquisição ou manutenção do poder. No testamento de Bertram de Mans, um dos maiores testamentos a que temos acesso nos dias de hoje, encontram-se algumas descrições referentes à origem dos bens do testador, assim como considerações sobre sua vida pessoal, por exemplo, seu relacionamento com o rei Clotário II. No começo do documento, o bispo valida suas últimas vontades por meio da permissão do rei:

E porque o ilustre e altíssimo senhor rei Clotário (...) deu a mim, pelo preceito confirmado pela imposição de sua mão, total liberdade de legar, de todos os meus próprios bens que recebi da sucessão de meus pais, o que obtive de sua própria generosidade, e ainda o que eu comprei e o que eu, com a ajuda de Deus, serei capaz de aumentar de pessoas e propriedade (...).¹⁷⁴

A principal herdeira de Bertram é a igreja de São Pedro e São Paulo em Mans. Ele doou *villae* tanto para a igreja quanto para outros herdeiros mencionados no testamento. De acordo com Sandrine Linger, a palavra *villa* é bastante difícil de traduzir e de compreender, porque ela cobre dois tipos diferentes de propriedade: o tipo material, no qual o herdeiro terá posse de tudo encontrado dentro de seus limites; e aquele relacionado apenas à taxa cobrada sobre a terra. Nesse documento, o significado de *villa* é o último.¹⁷⁵ Isso é notável, pois essa palavra é encontrada em quase todos os testamentos merovíngios, além de aparecer em outros documentos do período. Assim, Bertram legou:

¹⁷³ LINGER, Sandrine. "Acquisition et transmission de propriétés d'après le testament de Bertrand du Mans (27 Mars 616)", pp. 177-179.

¹⁷⁴ "Et quia inclitus atque praecepsus domnus Chlotharius rex (...) suum praeceptum manus suae jure firmatum michi dedit, ut de propria facultate, quod ex parentum successione habeo, seu quod munere suo consecutus corporibus facultatum augmentare potuero (...)" (Tradução livre). Testamento de Bertram. WEIDEMANN, Margarete (ed.). **Das Testament des Bischofs Berthramn von Le Mans vom 27. März 616**, p. 7.

¹⁷⁵ LINGER, Sandrine. "Acquisition et transmission de propriétés d'après le testament de Bertrand du Mans (27 Mars 616)", pp. 175-176.

A *villa Stiriaco*, dado da mesma forma como presente por *Leugadie*, com outra pequena localidade chamada de *Blaciacos*, com adjacências que lhe pertencem –casas, escravos, vinhas, terras, prados e florestas –assim como todo direito que lhes pertence, tu, sacrossanta igreja de Mans, minha herdeira, ordeno que tenhas.¹⁷⁶

De acordo com o trecho citado, Bertram deixou não só a terra de Stiriaco e Blaciacos, mas também o direito de coletar taxas sobre a terra. Além disso, Linger compara os preços mencionados no documento e encontra 40 *solidos* para um tanto de madeira¹⁷⁷, 60 *solidos* para dois nonos de uma *villa*¹⁷⁸, 100 *solidos* para uma *villa*¹⁷⁹ e 300 *solidos* para outra¹⁸⁰. Ela conclui que esses valores correspondem à compra do direito de coletar o benefício relacionado à propriedade, não à propriedade em si.¹⁸¹ Assim, o testamento menciona, por meio do termo *villa*, não só a propriedade real, mas também seus benefícios, adquiridos por cobranças de taxas.

O significado determinado do termo *villae* é o mesmo daqueles dos outros testamentos. Primeiramente, observamos que o sucessor de Bertram, Hadoindo de Mans, estabeleceu em seu testamento disposições semelhantes ao do seu predecessor e que o significado das *villae* não sofreu mudanças aparentes:

Eu desejo que a *villa Frigida Fonte*, com todas as dependências e tudo encontrado ali, com prédios, escravos, tanto escravos quanto pessoas nascidas livres, florestas, terras, vinhas, prados, córregos e cursos d'água, seja doada à igreja de Santa Maria (...). Da mesma forma, *Vernicella*, com todos seus limites e direitos, assim como os dependentes estabelecidos lá, eu desejo que a santa igreja tenha tudo.¹⁸²

¹⁷⁶ “Villa Sitriaco, quem dato pretio de Leugadie comparavi, cum alio locello qui nuncupatur Blaciacos cum adjacentibus ad se pertinentibus –domibus, mancipiis, vineis, terris, pratis, silvis –vel omni jure earum, te, sacrosancta aeclesia Cenomannica, heredem meum habere praecipio.” (Tradução livre). Testamento de Bertram. WEIDEMANN, Margarete (ed.). **Das Testament des Bischofs Berthramn von Le Mans vom 27. März 616**, p. 39.

¹⁷⁷ Testamento de Bertram. WEIDEMANN, Margarete (ed.). **Das Testament des Bischofs Berthramn von Le Mans vom 27. März 616**, p. 21.

¹⁷⁸ Testamento de Bertram. WEIDEMANN, Margarete (ed.). **Das Testament des Bischofs Berthramn von Le Mans vom 27. März 616**, p. 27.

¹⁷⁹ Testamento de Bertram. WEIDEMANN, Margarete (ed.). **Das Testament des Bischofs Berthramn von Le Mans vom 27. März 616**, p. 39.

¹⁸⁰ Testamento de Bertram. WEIDEMANN, Margarete (ed.). **Das Testament des Bischofs Berthramn von Le Mans vom 27. März 616**, p. 39.

¹⁸¹ LINGER, Sandrine. “Acquisition et transmission de propriétés d’après le testament de Bertrand du Mans (27 Mars 616)”, pp. 173-174.

¹⁸² “(...) villa *Frigida Fonte*, cum omni integritate, vel aspicientes, ad se pertinentes, cum domibus, aedificiis, mancipiis, tam servos quam et ingenuos, litis, accolis, terris, vineis, silvis, pratis et pascuis, aquis, aquarumve decursibus omni re inexquisita, ut a die praesente, antefatae sanctae basilicae domne Mariae (...). Similiter

Essas duas *villae*, legadas à igreja de Santa Maria, são definidas não só pela terra e seus limites, mas também por seus dependentes, escravos e pessoas nascidas livres. Isso significa que Hadoindo faz a doação do direito de coletar taxas de tal domínio. Essa análise corrobora com a ideia de que a transmissão de propriedades não está apenas ligada ao território delimitado, mas a todos os direitos de exploração do mesmo, enfatizando a cobrança de taxas de seus moradores.

Para verificar se tal fato não era restrito ao episcopado de Mans, observemos o testamento do bispo Remígio de Reims, escrito um século antes do de Bertram e em uma região bem diferente. Remígio estava muito mais preocupado com o destino de seus servos e com o modo como as pessoas irão lembrar-se dele após sua morte. No entanto, seu testamento é similar ao de Bertram quando lega propriedade, como vinhas, *dominium*, servos, etc., aos seus herdeiros: “A Aetius, meu sobrinho, a parte de Cesurnico que foi me dada por uma divisão, que eu mantive e tive, com todos seus direitos (...)”¹⁸³

Essa ideia de legar propriedade com todos os seus direitos é algo recorrente na maior parte dos testamentos. No excerto mencionado acima, do testamento de Remígio, por exemplo, são mencionados os direitos de um *villa* que será doada a seu sobrinho Aetius. Este sobrinho herdou não só aquela localidade, mas o poder que Remígio exercia sobre ela. A tradução desse mesmo excerto, realizada por Noel Lazaro Delgado em sua tese de Doutorado, deixa essa argumentação mais clara: “[Eu transfiro] para Aetius, meu nepos, a parte de Cerny-em-Laonnois (Cesurnicus) que coube à minha parte da distribuição, com toda a autoridade que eu mantive e possuí (...)”¹⁸⁴

O testamento de Cesário de Arles parece ser bastante diferente dos outros, pois ele declara, no começo do documento, não ter bens de seus parentes.¹⁸⁵ Ele estava preocupado com a provisão do monastério fundado por ele, que foi instituído seu principal herdeiro. Não aparece a palavra *villa* nesse testamento, mas o mesmo sentido é conferido à palavra *agellum*, como demonstrado no trecho a seguir:

Vernicella cum omni jure et termino suo, vel colonica ad se pertinentes, ad ipsam sanctam basilicam proficiat in perpetuum.” (Tradução livre). Testamento de Hadoindo. BUSSON, Gustave; LEDRU, Ambroise (eds.). “*Actus pontificum, Cenomannis in urbe degentium*”, pp. 160-161.

¹⁸³ “Aetio, nepoti meo, partem de Cesurnico, que mihi sorte obuenit, cum omni iure, quod tenui atque possedi (...)”. (Tradução livre). Testamento de Remígio. HINCMAR. *Vita Sancti Remigii*. KRUSCH, Bruno (ed.), p. 338.

¹⁸⁴ DELGADO, Noel Lazaro. *The Grand Testamentum of Remigius of Reims*, pp. 165-166.

¹⁸⁵ Testamento de Cesário. COURREAU, Joël; VOGÜÉ, Adalbert de (eds.). *Oeuvres Monastiques: Césaire d’Arles*, pp. 382-383.

O domínio de *Gallicinius*, o domínio de *Neocleasus*, assim como o domínio de *Gemellis*, com lagos e pântanos, com todos os direitos e limites (...). O domínio de *Ornedum*, o domínio de *Martinatis*, o domínio de *Sluam*, o domínio de *Missianius*, com todos os pastos e pântanos relacionados, com todos os direitos e limites: tudo o que guardamos para a santa igreja para pagar pelos serviços das irmãs.¹⁸⁶

Não só o bispo legou os domínios e seus direitos à igreja, mas também deixou benefícios para manter o monastério. Apesar de Cesário escrever o testamento na Provença, longe de onde os testamentos de Bertram, Hadoindo e Remígio foram escritos, ele também sugeriu que seus herdeiros deveriam coletar taxas sobre o domínio para pagar os serviços das irmãs, mesmo argumento de Linger sobre as *villae*.

Assim, havia nesses documentos a transferência do direito à coleta dos benefícios que as propriedades poderiam gerar. Essa coleta dependia da autoridade, transmitida ao beneficiário juntamente com a propriedade. Ao mesmo tempo, o bispo estava transmitindo suas responsabilidades relacionadas ao bem-estar das pessoas que viviam naquelas terras. Como Richard Fletcher argumenta, foi assim que os bispos adquiriram seu poder em primeiro lugar. O direito de coletar benefícios era então relacionado a responsabilidades, autoridade e poder. Ainda que fossem necessários outros documentos com uma autorização real para que os herdeiros pudessem usufruir desses direitos e deveres relacionados à transmissão de bens, a instituição de herdeiros era a estratégia realizada pelos testadores para que alguém ou alguma instituição de seu interesse fosse o responsável pela sua propriedade.

Para Sandrine Linger, isso tem consequências tanto econômicas quanto políticas. Uma pessoa tinha o direito de coletar benefícios se administrasse a propriedade para realizar funções sociais, incluindo aquelas que eram diretamente responsabilidade do rei, que era, no entanto, incapaz de controlar seu reino inteiro. Embora Linger considere *villa* como um termo complexo, a autora a designa como uma fonte de poder, ou seja, seus proprietários adquirem renda e direitos sobre tudo o que lhe faz parte.¹⁸⁷

¹⁸⁶ “Agellum igitur Ancharianum, unde paruum particulam monasterio dedimus multa + seruauimus (...). Agellum Gallicinianum, et agellum Neocleanum, uel agellum Gemellis cum stagnis et paludibus cum omni iure et termino suo (...), et agellum Ornedum, et agellum Martinatis, et agellum Siluam, et agellum Missianianum cum omnibus ad se pertinentibus pascuis paludibus cum omni iure et termino suo sanctae huic ecclesiae reseruauimus in stipendiis earum.” (Tradução livre). Testamento de Cesário. COURREAU, Joël; VOGÜÉ, Adalbert de (eds.). **Oeuvres Monastiques: Césaire d’Arles**, pp. 392-393.

¹⁸⁷ LINGER, Sandrine. “Acquisition et transmission de propriétés d’après le testament de Bertrand du Mans (27 Mars 616)”, pp. 182-183.

O termo *villa* foi utilizado por todos os testadores no sentido de atribuir ao seu beneficiário propriedades que lhe proporcionassem renda e direitos, como discutido acima. Testamentos, como o de Abbo, um aristocrata laico, também legam *villae* e mencionam camponeses como parte da herança. Vejamos o caso do testamento de Ermentruda. Seu testamento é muito importante para o estudo do período, tendo em vista que, embora seja uma cópia, é um dos poucos documentos originais do período merovíngio que chegaram até os dias de hoje. Infelizmente, o começo de tal documento foi perdido. Na época em que escreveu seu testamento, Ermentruda havia perdido seu marido e um filho, o que a fez instituir apenas seu outro filho como herdeiro. No entanto, na parte que resta do documento, Ermentruda lega *villae* apenas a igrejas, como neste excerto:

Da mesma forma, para a salvação de minha alma e pelo pedido de meu filho Deorovaldus, de boa memória, eu ordeno que seja dada a *villa* chamada Latiniaco, localizada no domínio de Meldinse, com campos, colonos dependentes, prados, pastos, florestas, com todos os direitos e limites, na perpetuidade e em sua totalidade, à igreja São Sinfuriani (...)¹⁸⁸

Ermentruda doou não só a *villa*, mas também seus direitos. A sentença que descreve essa doação, citada acima, é similar àquelas discutidas anteriormente. Em outras palavras, Ermentruda legou à dita igreja o direito de coletar taxas dos colonos que viviam ali, assim como fizeram os bispos acima discutidos. Ela foi uma mulher muito poderosa na região de Paris, além de pertencer à nobreza. Ao transmitir suas terras à igreja São Sinfuriani, sua legatária, ela transmitia todo o seu poder sobre a *villa*. Os bispos não eram, portanto, os únicos que tinham uma função administrativa sobre suas propriedades.

A ideia de legar uma propriedade com todos os seus direitos também é encontrada em outros testamentos eclesiásticos, como o do diácono Adalgisel-Grimo. Ele foi diácono da igreja de Verdun e fez seu testamento no ano de 634. Os herdeiros de suas terras eram o monastério de Longuyon, fundado por ele, a igreja de Verdun e outras igreja que cobriam grande parte da Austrasia. Seus sobrinhos herdaram apenas duas propriedades, ambas na região de Longuyon. Certamente, ele fez parte de uma aristocracia conectada ao rei, pois seu sobrinho Bobo era um *dux*. Além disso, a extensão de suas terras cobria todo o oeste da

¹⁸⁸ “Item, pro remedium anemae meae uel ex demandacione bonae recordationis fili mei Deoroualdi, uillam, cui uocabulum est latiniaco, sita in territori[o] Meldinse, cum campis, colonecis ad eadem pertinentes, cum pratis, pascuis, siluis, uel in [o]mni iure et termino suo, (...) cum omni integritate basilicae s(an)c(t)i Sinfuriani (...)” (Tradução livre). Testamento de Ermentruda. PÉRIN, Patrick; RENOU, Laurent; VELAY, Philippe (eds.). **Collections Mérovingiennes du Musée Carnavalet: Catalogue d’Art et d’Histoire du Musée Carnavalet II**. Paris: Musée Carnavalet, 1985, pp. 820 e 824.

Austrásia.¹⁸⁹ De acordo com Chris Wickham, as grandes propriedades seculares foram dadas ao diácono pelo rei, provavelmente às gerações mais antigas de sua família. Isso significa que Adalgisel era um rico e poderoso aristocrata local que perpetuou sua riqueza e poder na esfera eclesiástica, já que a igreja de Verdun e o monastério de Longuyon eram seus principais herdeiros.¹⁹⁰

Dito isso, podemos nos voltar ao testamento de Adalgisel, em que notamos aquela mesma disposição analisada acima. O documento original tem várias lacunas, mas, com a edição de William Levison, é possível perceber a instituição de herança estabelecida por Adalgisel. Nessa edição encontra-se: “*Da mesma forma, minha parte na villa Fidinis, com escravos, prédios e todos os seus direitos, que a igreja de São Pedro, localizada em Tamaltio, seja capaz de possuir em seu direito.*”¹⁹¹

Assim, os testadores estavam transferindo o direito de coletar os benefícios relacionados à propriedade. Para coletar esses benefícios, a pessoa deveria ter alguma autoridade sobre a propriedade, que era dada pelo testamento. Juntamente às propriedades de terras, o testador transferia suas responsabilidades com o bem-estar das pessoas que viviam naquela propriedade, principalmente, porque devido ao tamanho do reino, o rei não tinha como controlá-lo diretamente.

No sul do reino merovíngio, Abbo, aristocrata laico que dispunha de muitas propriedades na Provença, mencionou outros termos, como *alodium*, *colonica* ou *pagus* para se referir às propriedades listadas em seu testamento. Assim como os outros testamentos se reportavam à transmissão de *villa* ou *agellum* como transferência de todos os direitos e responsabilidades da propriedade, assim também era a transmissão do *pagus* no testamento de Abbo:

Da mesma forma, eu desejo e ordeno que tu, meu herdeiro, tenhas, no *pagus* de Vienne, o que chegou a nós do alódio de meus parentes, o que adquirimos de Siagria e a fazenda no *pagus* de Vienne em Criau para além do rio Cherius, onde nosso ferreiro Maiorianus vive com seu filho Ramnulfus de Blet, que recuperamos de Ardulfus pelo julgamento do *Patricius* Agnaricus. Da mesma forma, no *pagus* de Vienne, no Lyonnais, em Bournay, em Baix, em Ablérieux, em Blés e a fazenda em Saboire, tudo acima mencionado com

¹⁸⁹ WICKHAM, Chris. **Framing the early Middle Ages**, p. 189.

¹⁹⁰ WICKHAM, Chris. **Framing the early Middle Ages**, p. 190.

¹⁹¹ “Similiter portionem meam in villa Fidinis cum mancipiis, aedificiis vel omni iure suo | basilica domni Petri Tamaltio sita in suo iure valeat possidere.” (Tradução livre). Testamento de Adalgisel. LEVISON, Wilhelm. “Das Testament Diakons Adalgisel-Grimo vom Jahre 634”. In: **Trierer Zeitschrift**, Vol. 7, 1932, p. 76.

terras, casas, vinhas, campos, prados e com todos os seus próprios direitos e seus colonos, servos e pessoas livres contempladas nesses locais.¹⁹²

Em primeiro lugar, não é o *pagus* que Abbo lega, mas sim um alódio ou uma fazenda. Apesar de haver uma definição de *pagus* como um distrito menor que uma *civitas*¹⁹³, ele é grande o bastante para integrar diversos alódios¹⁹⁴ e não pertencer inteiramente ao aristocrata. O ferreiro tem um papel importante para Abbo e seu herdeiro, uma vez que ele o cita nominalmente como um bem que teve que ser resgatado em algum momento. Apesar disso, ele e seu filho faziam parte do legado junto dos colonos, servos e pessoas livres que habitavam as propriedades e eram passíveis à cobrança de taxas. Os direitos das propriedades também foram transmitidos, imputando ao herdeiro o poder sobre as terras, pessoas e todos os seus bens móveis e imóveis.

Considerando que esse é o último testamento do período merovíngio, escrito em 739, conservado até os dias de hoje, cuja distância temporal do primeiro é de aproximadamente dois séculos, não se pode esperar que as disposições de tais documentos sejam idênticas, ainda que refiram-se ao mesmo propósito. Portanto, a explicação de Linger sobre a referência à coleta de taxas das terras legadas corresponde também a esse testamento. Ricos proprietários, tanto bispos quanto laicos, tinham benefícios e direitos atribuídos às propriedades adquiridas.

Não descartamos a possibilidade dessas disposições serem apenas parte de um discurso testamentário, ou seja, parte da retórica da escrita dos testamentos, o que invalidaria a argumentação exposta acima. No entanto, outros excertos dos mesmos testamentos legavam terra, mas não se referiam aos direitos de propriedade ou aos colonos que viviam ali. É o caso

¹⁹² “Item quam in pago uiennense maconiano quem de alode parentum meorum nobis obuenerit, et quod de siagria conquisiuimus, et colonica in ipso pago viennense, baccoriaco super fluuium carusium, ubi faber noster maiorianus mansit, et filius eius Ramnulfus de blaciaco quem incontra ardufo per iudicio agnarico patricio euindicauius. Similiter et in pago uianense, et leudunense, bornaco, basciasco, amblariaco, blaciaco, colo/nica seuorio. Ista omnia superscripta, una cum terris, domibus, uineis, campis, pratis, uel cum omne iure earum, ac colonis, seruis, et libertis ad ipsa loca aspicientes, tu heres mea ut habeas atque precipio.” (Tradução livre). GEARY, Patrick. **Aristocracy in Provence**, pp. 48-51.

¹⁹³ “Pagus”, in: KIEFT, C. van de; LAKE-SCHOONEBEEK, G. S. M. M.; NIERMEYER, Jan Frederik. **Mediae Latinitatis lexicon minus, composuit J. F. Niermeyer: abbreviationes et index fontium**, Leiden: Brill, 1976, p. 753.

¹⁹⁴ “Alode”, in: KIEFT, C. van de; LAKE-SCHOONEBEEK, G. S. M. M.; NIERMEYER, Jan Frederik. **Mediae Latinitatis lexicon minus**, pp. 36-38.

do trecho do testamento de Remígio que diz: “A igreja de Laon irá recuperar a minha parte de Setia inteiramente.”¹⁹⁵

Do trecho do testamento de Hadoindo:

(...) da mesma forma, a *villa* Commetas, que adquirimos com nosso dinheiro da ilustríssima matrona Modenane, com casas, prédios, terra, escravos, florestas e pastos, nós anexamos ao *vicus* de Evron da igreja de Santa Maria.¹⁹⁶

E de Abbo:

Eu desejo e ordeno que tu, minha herdeira, sacrossanta igreja do monastério do Senhor Pedro, tenhas as casas no Le Than junto com as terras e pastos desta montanha que meu pai adquiriu de Valerianus.¹⁹⁷

Essas disposições são diferentes daquelas analisadas anteriormente, pois os testadores não redigiram a transmissão dos direitos dessas propriedades. Há apenas referência ao seu espaço físico –*villa* Commetas no testamento de Hadoindo e casas no de Abbo –, e, por isso, os testadores não fizeram a transmissão dos seus direitos. Isso confirma a ideia de que havia nos testamentos dois tipos de transmissão de propriedades: um em que apenas as terras listadas eram transmitidas, como no caso desses últimos trechos apresentados; e o outro em que o poder sobre tais propriedades eram também herdadas, como foi analisado nos casos anteriores. Ademais, estamos lidando com sociedades altamente hierarquizadas, o que significa que as transmissões tinham o papel de agregar poder ao beneficiário.¹⁹⁸

1.5. Proteção ao herdeiro

Há uma cláusula nos testamentos merovíngios que tornava as últimas vontades do testador autênticas a fim de proteger seus herdeiros: a expressão *sana mentae integroque*

¹⁹⁵ “Partem meam de Setia ex integro ad se reuocet aecclesia Lugdunensis.” (Tradução livre). Testamento de Remígio. HINCMAR. *Vita Sancti Remigii*. KRUSCH, Bruno (ed.), p. 338.

¹⁹⁶ “(...) villa Commetas, quam de illustri matrona Modenane, data nostra pecúnia, comparavimus, cum domibus, aedificiis, terris, mancipiis, silvis, ac pascuis, basilicae illius domne Mariae Auronienensis vico conscribimus.” (Tradução livre). Testamento de Hadoindo. BUSSON, Gustave; LEDRU, Ambroise (eds.). “*Actus pontificum, Cenomannis in urbe degentium*”, p. 160.

¹⁹⁷ “Casalis in tenegaudia una cum terris, et pascuis in ipso monte, quem de ualeriano genitor meus conquisiuit, te heredem meam sacrosancta ecclesia domni petri monasterii habere uolo ac iubeo.” (Tradução livre). Testamento de Abbo. GEARY, Patrick. *Aristocracy in Provence*, 1985, p. 64-65.

¹⁹⁸ DAVIES, Wendy; FOURACRE, Paul (eds.). *The Languages of Gift in the Early Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 247-248.

*consilio, metuentis casus humanae fragilitatis*¹⁹⁹. Essa expressão era registrada no *caput* do documento, antes mesmo do testador dizer que fez o testamento, ou que mandou fazê-lo. Assim, o testador expressava que a elaboração do documento era realizada verdadeiramente segundo sua vontade, pois tinha a mente sã e perfeita compreensão, ou juízo. Tal observação é central para que os testamentos fossem admitidos como verdadeiros, impedindo sua anulação. Ela foi largamente utilizada nesses documentos. Dos doze testamentos, cinco a apresentam. Os testadores que mencionam terem escrito o documento com “mente e julgamento sãos” foram: Hadoindo (*sanus, Deo propitio, mente et corpore, sanoque consilio, metuens casum humanae fragilitatis*²⁰⁰), Bertram (*sanus, Deo propitio, mente et corpore, sanoque consilio, metuens casus humanae fragilitatis*²⁰¹), Irmina (*sana quidem, Deo propitio, mente sanoque consilio*²⁰²), Widerado (*sana mente integroque consilio, metuens humanae fragilitatis casus*²⁰³) e Abbo (*sana mente, atque consilio; cogitans casus humani fragilitatis*²⁰⁴), além da fórmula Marculfo II, 17 (*sana mentae, integroque consilio, metuentis casus humanae fragilitatis*).²⁰⁵

Alguns testamentos chegaram até os dias de hoje com algumas falhas em seu texto. É o caso dos testamentos de Ermentruda, Adalgisel-Grimo e do filho desconhecido de Idda. Todos eles perderam o *caput*, a parte superior do documento, em que é enunciada a expressão “mente e julgamento sãos”. Por isso, não se sabe se esses a indicavam ou não.

O testamento de Adalgisel-Grimo foi editado e estudado por Wilhelm Levison, que propôs como as lacunas poderiam ser preenchidas, com base na análise do documento e na comparação com os outros testamentos do período. O editor afirmou que a passagem ::::::::::: [*testamentum meum condidi eamque*] *vero venerabili Erehenulfo diacono scribendam commisi* é similar àquela sentença de Marculfo II, 17: *sana mente integroque consilio ---- testamentum nostrum condedimus, quem illius notario scribendum comisemus*,

¹⁹⁹ “De mente sã e pleno entendimento, temendo o destino da fragilidade humana”. Trecho da fórmula Marculfo II, 17. Tradução livre.

²⁰⁰ Testamento de Hadoindo. BUSSON, Gustave; LEDRU, Ambroise (eds.). “*Actus pontificum, Cenomannis in urbe degentium*”, p. 157.

²⁰¹ Testamento de Bertram. WEIDEMANN, Margarete (ed.). **Das Testament des Bischofs Berthramn von Le Mans vom 27. März 616**, p. 7.

²⁰² Testamento de Irmina. PERTZ, Georg Heinrich (ed.). *Carta Irminae de Epternaco et suis adiacentiis*. Scriptores (SS.). 23: Chronica aevi Suevici. **Monumenta Germaniae Historica**. Hannover: Impensis Bibliopolii Hahniani, 1874, p. 50.

²⁰³ BOUCHARD, Constance Brittain (ed.). **The Cartulary of Flavigny, 717-1113**, Cambridge: Medieval Academy of America, 1991, p. 20.

²⁰⁴ GEARY, Patrick. **Aristocracy in Provence**, p. 40.

²⁰⁵ MARCULFUS. *Marculfi formulae*. ZEUMER, Karl (ed.), p. 86.

que, por sua vez, é similar às expressões encontradas nos testamentos de Irmina (*sana -- mente sanoque consilio testamentum meum fieri rogavi idque fratri in Christo meo Huncione presbitero scribendum commisi*) e de Widerado (*sana mente integroque consilio --- testamentum meum condidi, quem Aldofredo notario scribendo commissi*).²⁰⁶ Dessa maneira, o documento original do testamento de Adalgisel-Grimo também apresentava a expressão que protegeria seus herdeiros de possíveis reivindicações aos legados e da invalidação do testamento.

Outro modo de proteção ao cumprimento das últimas vontades do testador é encontrado na fórmula Marculfo II, 17. Nessa fórmula o autor pede que o documento seja validado no arquivo municipal: *gestis rei publicae municipalibus titulis eorum prosecution ab ipsis muniatur*²⁰⁷, ou seja, a validação no arquivo municipal fundamentava os legados presentes no testamento.

As *gesta rei publicae municipalia* eram, de acordo com Alice Rio, um estilo romano de arquivos municipais onde documentos legais eram emitidos, autenticados e preservados.²⁰⁸ Entretanto, não há evidências de que esses lugares ainda estavam funcionando na Gália durante o século VIII. Por que, então, eles eram mencionados em um documento que serviria de modelo para vários outros no futuro? Rio argumentou que esses documentos constituem evidências de que existia uma forma documental particular que vinha do período romano e que ainda era utilizada nesse período e não uma instituição real, verdadeira.²⁰⁹ Essa forma documental aparece nos testamentos até, pelo menos, o século VIII, porém só a encontramos nos testamentos de Bertram, Hadoindo e Widerado.

Bertram:

Similiter ego Bertichramnus episcopus rogo filio meo archidiacono, ut cum testamentum meum apertum fuerit, ipso prosequente, gestis municipalibus secundum legem faciat alligari, quo semper firmiter perduret.²¹⁰

²⁰⁶ LEVISON, William. "Das Testament des Diakons Adalgisel-Grimo vom Jahre 634", p. 75 especialmente nota 35.

²⁰⁷ "(...) deverá ser validado por eles no arquivo municipal." (Tradução livre). Marculfo II, 17. MARCULFUS. *Marculfi formulae*. ZEUMER, Karl (ed.), p. 86.

²⁰⁸ RIO, Alice. **The Formularies of Anger and Marculf: Two Merovingian Legal Handbooks, translated with an introduction and notes**. Liverpool: Liverpool University Press, 2008, pp. 255-258.

²⁰⁹ RIO, Alice. **The Formularies of Anger and Marculf**, pp. 255-258.

²¹⁰ "Da mesma forma, eu, bispo Bertram, peço que, quando meu testamento for aberto, ele esteja contido nos registros municipais pela requisição de meu filho arquidiácono, conforme a lei, para que ele permaneça sempre válido." Trecho mantido no original em latim para que se note a expressão *gestis municipalibus*. (Tradução livre). Testamento de Bertram. WEIDEMANN, Margarete (ed.). **Das Testament des Bischofs Berthramn von Le Mans vom 27. März 616**, p. 49.

Hadoindo:

... et ibi testamentum meum, cum apertum fuerit, vos prosequentibus, apud quam publica gesta municipalibus faciatis alligare ...²¹¹

Widerado:

... ut legis decreuit auctoritas, per inluster uir Amalsindo, quem in hac pagina testamenti nostri legatarium institui, gestis reipublicae municipalibus titulis, ut ab ipsis eius persecutione muniatur, et in carta basilice Sancti Preiecti quam ego edificaui conseruandum decreui...²¹²

Os trechos acima citados constatarem que, assim como a fórmula Marculfo II, 17, os testadores ao longo do período merovíngio obtinham segurança do cumprimento das suas últimas vontades ao estabelecer seus testamentos nas *gesta* municipais.

Alice Rio afirmou que a fórmula 8 da coleção de Flavigny, base do testamento de Widerado, é uma adaptação de Marculfo II, 17, especialmente em relação ao trecho *ut ... gestis rei publici municipalibus titulis eius prosecutionibus muniatur*, cuja adaptação está na adição de *et in archivis basilicae sancti illius conservandum decrevi* ao trecho da fórmula de Marculfo.²¹³ O testamento de Widerado apresenta a mesma sentença adaptada, pois, já que ele era bispo de Flavigny, certamente utilizou a fórmula 8 daquela coleção como modelo para seu próprio testamento. Assim, observamos que Widerado também registra seu testamento nas *gesta municipalibus*, igual aos outros testamentos, como forma de torná-lo válido perante as autoridades competentes. A diferença entre esses documentos está na determinação de Widerado em conservar o seu testamento nos arquivos da igreja sua herdeira. Apesar de ser possível notar, por meio do quadro da página 42, que todos os testamentos merovíngios estudados nesta dissertação foram conservados nos estabelecimentos religiosos que foram seus herdeiros, a fórmula 8 da coleção de Flavigny inova ao apresentar a obrigatoriedade de

²¹¹ “... e nesse lugar (cidade de Mans), quando meu testamento for aberto, vós fareis suas requisições para que ele seja inscrito nos registros públicos municipais...”. Trecho mantido no original em latim para que se note a expressão *gestis municipalibus*. (Tradução livre). Testamento de Hadoindo. BUSSON, Gustave; LEDRU, Ambroise (eds.). “*Actus pontificum, Cenomannis in urbe degentium*”, p. 162.

²¹² “... para que a autoridade da lei o declare, pelo ilustre homem Amalsindo, que conforme essa página do nosso testamento fora instituído legatário, título dos registros da coisa pública municipais, para que o mesmo homem procure protegê-lo e na carta da basílica de Saint-Prix, que eu edifiquei, manter-se-á conservado...”. Trecho mantido no original em latim para que se note a expressão *gestis municipalibus*. BOUCHARD, Constance Brittain (ed.). **The Cartulary of Flavigny**, p. 20.

²¹³ RIO, Alice. **The Formularies of Anger and Marculf**, p. 258.

tais documentos serem preservados pelas igrejas. Isso também era um meio de proteger as últimas vontades dos testadores e, conseqüentemente, os benefícios adquiridos pelos herdeiros.

Notamos que os testamentos merovíngios não recorreram às *gesta* como principal forma de legitimação das últimas vontades dos testadores, pois ela aparecem em apenas três. Em contrapartida, a maioria baseou-se no Código Civil Romano e no Código Pretoriano, ambos do período romano, exceto os testamentos de Irmina, Widerado, Adalgisel-Grimo, Ermentruda, do filho de Idda e a fórmula Marculfo II, 17²¹⁴. A única menção à lei romana nessa fórmula está relacionada à selagem do documento. Assim, temos que as fórmulas valem-se das *gesta municipalibus*, mas não das leis romanas e os testamentos valem-se das leis romanas, mas não das *gesta*. Como a fórmula era um modelo que servia não só para os testamentos cujos herdeiros eram instituições religiosas, mas também para os que apresentavam herdeiros laicos, sua inscrição nas *gesta* era uma forma de tornar suas disposições válidas no caso de qualquer disputa pelos legados. Os testamentos que instituíram como herdeiros instituições eclesiásticas, apoiavam-se na conservação de seus documentos nas próprias instituições, cujos beneficiários, os bispos, eram também aqueles escolhidos pelo rei para resolver conflitos. Assim, não era necessário aos bispos, autoridades competentes a regular disputas em torno dos legados, o registro dos testamentos nas *gesta*.

Os testamentos de Irmina e Adalgisel foram preservados em instituições religiosas apesar de não fazerem referência às leis romanas ou às *gesta* municipais. Seu modo de proteger suas disposições estava na expressão da sanidade da mente e do julgamento dos testadores. Logo, tanto o registro nas *gesta*, quanto aquela declaração de que o testador faz seus legados com condição mental e julgamento perfeitos eram estratégias para fortalecer a autoridade dos testamentos perante os herdeiros ou pessoas que pudessem reivindicar as transmissões realizadas pelo documento, ou seja, elas não eram essenciais, mas tornar-se-iam necessárias no caso de disputas pelos seus legados.

1.6. Herdeiros instituídos em Marculfo II, 17

A fórmula 7 do livro II do Formulário de Marculfo não era uma lei ou norma que todos deveriam seguir. O fato dela ter sido copiada de um diploma, mais especificamente de um testamento, indica que tal fórmula expressa as últimas vontades de seu autor, além de

²¹⁴ Os testamentos de Ermentruda, Adalgisel-Grimo e do filho de Idda apresentam lacunas no caput, início do documento, onde as referências às leis romanas são encontradas nos outros testamentos. Isso significa que há a possibilidade deles terem apresentado essas referências nos documentos originais.

revelar o papel do documento para sua família. Ademais, ela foi escolhida por Marculfo para ser um modelo para outros testamentos escritos naquele período²¹⁵, apontando sua valorização dada por Marculfo e seus copistas. Assim, a análise da instituição de herdeiros nesse documento auxiliará na compreensão de tal instituição para a sociedade de regiões e períodos mais amplos do que aquelas dos doze testamentos merovíngios.

Marculfo II, 17 é uma descrição de um testamento feito por um casal para o benefício de seu filho e filha, estabelecendo-os como seus herdeiros. Ela também descreve o que cada cônjuge deveria receber no caso da morte do outro. Referimo-nos à formula 17 do livro II do Formulário de Marculfo (Marculfo II, 17), pois Zeumer, um dos editores do Formulário de Marculfo e cuja edição usamos nesta dissertação²¹⁶, fez uma divisão do formulário em dois livros, organizando-os em fórmulas.

O título da fórmula em questão é: “Como uma pessoa pode fazer um testamento em um volume”.²¹⁷ Se as fórmulas são modelos de documentos legais e foram copiados de outros documentos, os diplomas, podemos então estabelecer algumas relações entre Marculfo II, 17 e os testamentos do período merovíngio.

De acordo com Alice Rio, o manuscrito de Marculfo II, 17 deveria apresentar algumas correções, já que o casal testador esperava modificá-lo com o passar do tempo, o que não traria em dúvida a autenticidade do documento.²¹⁸ Essa fórmula poderia se adaptar, portanto, à diferentes contextos, como Rio argumenta. No entanto, não encontramos nenhuma outra fórmula ou adaptação da mesma na qual o testador estabelece uma instituição eclesiástica como sua herdeira. Na verdade, há apenas uma fórmula, Marculfo II, 4, na qual um casal quer beneficiar uma igreja em vida. Isso é bastante diferente de um testamento que apresentava cláusulas que só seriam validadas após a morte do testador.

Infelizmente, nenhum testamento merovíngio elaborado por um casal em benefício de seus filhos chegou até os dias de hoje. Apenas temos acesso aos testamentos de homens e mulheres eclesiásticos e laicos que fundaram monastérios e que queriam mantê-los após sua morte. Uma explicação para isso é que a instituição eclesiástica preservou esses documentos

²¹⁵ As fórmulas também eram usadas como modelos para os estudantes que estavam aprendendo o ofício da escrita de documentos e cartas ou como casos de estudos dos processos legais. BROWN, Warren. “Conflict, letters, and personal relationships in the Carolingian formula collections”, p. 328.

²¹⁶ MARCULFUS. *Marculfi formulae*. ZEUMER, Karl (ed.), pp. 32-112. Traduzido por RIO, Alice. **The Formularies of Anger and Marculf**.

²¹⁷ “Qualiter in unum volumine testamento persone condatur”. (Tradução livre) Marculfo II, 17. MARCULFUS. *Marculfi formulae*. ZEUMER, Karl (ed.), p. 86. Cf. nota 81, p. 18, desta dissertação.

²¹⁸ RIO, Alice. **The Formularies of Anger and Marculf**, p. 201.

para provar que tais propriedades foram dadas a ela, a fim de contestar quaisquer reivindicações que outros herdeiros poderiam fazer anos mais tarde. Diferentemente, laicos que recebiam alguma propriedade de seus parentes teriam que escrever outro testamento antes de morrerem, fazendo com que o documento mais antigo perdesse sua valia e não precisava mais ser preservado.

Já que não podemos encontrar um contexto para Marculfo II, 17, discutiremos sobre suas cláusulas, que nos ajudarão a compreender como e por que os testamentos merovíngios a que temos acesso foram redigidos. O primeiro apontamento que podemos fazer sobre essa fórmula é a de que duas pessoas são testadoras do documento e que cada uma tem sua própria voz nele. A fórmula começa com o marido dizendo que tanto ele quanto sua esposa fizeram o testamento:

Sob o eterno reino de nosso Senhor Jesus Cristo, em um dado lugar, no ano x do reinado do Rei A, no dia y. Eu, B, e minha esposa, C, de sã consciência e total compreensão, temendo o destino da fraqueza humana, fizemos nosso testamento (...)²¹⁹

A primeira parte da formula é redigida pelo marido, que faz legados aos seus herdeiros, além de beneficiar sua esposa, caso ele parta antes dela. A segunda parte foi escrita pela esposa que declara suas últimas vontades: *Também eu, C, tua serva ao meu senhor e marido B, pedi para escrever de pronta vontade neste testamento, de perpétua conservação, (...)*²²⁰. No entanto, há disparidades entre as disposições estabelecidas pelo marido e pela esposa. A principal diferença é que ela não institui herdeiros, apenas o marido, que a designa como herdeira de seus bens.

Assim, quando, por ordem divina, deixarmos o curso desta vida, eu quero tu, minha amada esposa C, e vós, meus amados filhos D-E, como meus herdeiros (...)²²¹

²¹⁹ “Regnante in perpetuo domino nostro Iesu Christo, qualibet anno illo regnante rege illo, sub diae illo, ego ille et coniux mea illa, sana mentae integroque consilio, metuentis casus humanae fragilitatis, testamentum nostrum condedimus (...)”. (Tradução livre). Marculfo II, 17. MARCULFUS. *Marculfi formulae*. ZEUMER, Karl (ed.), p. 86.

²²⁰ “Itemque ego illa, ancilla tua, domine et iogalis meus ille in hoc testamentum prumptissima voluntatae scribere perpetua conservatione rogavi (...)”. (Tradução livre). Marculfo II, 17. MARCULFUS. *Marculfi formulae*. ZEUMER, Karl (ed.), p. 87.

²²¹ “Domino adiuvante, ad nostram pervenit dominationem, tu tunc, dulcissima coniux mea illa, vosque, dulcissimi filii mei illi, heredes quoque meos vos esse volo (...)”. (Tradução livre). Marculfo II, 17. MARCULFUS. *Marculfi formulae*. ZEUMER, Karl (ed.), p. 86.

Essa característica da fórmula é curiosa, uma vez que a maior parte dos testamentos merovíngios aos quais temos acesso nos dias de hoje era feito apenas por um testador. Uma exceção é o testamento do abade Arédio que escreveu o documento em seu nome e em nome de sua mãe, como mostra a passagem a seguir:

Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Na véspera das calendas de novembro do décimo primeiro ano do reino do nosso senhor o rei Sigiberto, eu, Arédio, presbítero, e Pelágia de mentes e julgamentos sãos, sendo mestres e juízes daquilo que nos toca, temendo os perigos da fragilidade humana e acreditando sermos surpreendidos subitamente pela morte, fizemos nosso testamento que eu mesmo, Aredius, escrevi com minha própria mão e que nós fizemos ser assinado por testemunhas em número suficiente.²²²

No entanto, ele se difere de Marculfo II, 17, pois não há nenhuma disposição escrita por Pelágia, ou seja, pelo segundo testador. O testamento inteiro menciona que Aredius e Pelágia tinham os mesmos pedidos e as mesmas últimas vontades, o que justifica, nesse caso, o documento estar todo escrito na primeira pessoa do plural. No caso de Aredius, as vontades são as mesmas, não há uma só referência às vontades pessoais de Pelágia relativas aos seus bens, suas vontades são compartilhadas com as de Aredius. Nesse sentido, vemos uma diferença entre os testamentos cujos herdeiros eram os filhos ou outras pessoas laicas e os testamentos que beneficiavam instituições eclesásticas, quadro que encontramos em todos os documentos que chegaram até nós do período merovíngio. Apesar de notarmos essa diferença entre os testamentos e a fórmula mencionada, isso não significa que eles são documentos distintos, mas sim que fizeram parte de diferentes contextos.

1.7. A instituição de herdeiros por Cesário de Arles

1.7.1. A Vida de São Cesário

Cesário nasceu entre os anos de 469 e 470, em uma rica família galo-romana de Chalon-sur-Saône, uma região burgúndia. Aos dezessete anos, entrou para o clero local onde

²²² “In nomine Patris et Filii, et Spiritus sancti, sub die pridie Kal. Novembr., anno 11 regni domini nostri Sigiberti regis, Ego Aredius presbyter, et Pelagia, sana mente integroque consilio, iudices et árbitros rerum nostrarum, metuentes casus fragilitatis humanae, ne nos subito repentina mortis praeveniret occasio, residentes, testamentum nostrum condidimus, quem ego ipse Aredius manu propria scripsi, et testibus numero competenti tradidimus subscribendum.” (Tradução livre). Testamento de Arédio. MIGNE, Jacques-Paul (ed.). *Testamentum sancti Aredii. Patrologiae cursus completus: sive biblioteca universalis, integra uniformis, commoda, oeconomica, omnium SS. Patrum, doctorum scriptorumque ecclesiasticorum qui ab aevo apostolico ad usque Innocentii III tempora floruerunt ...* [Series Latina, in qua prodeunt Patres, doctores scriptoresque Ecclesiae Latinae, a Tertulliano ad Innocentium III]. V. LXXI, 1849, col. 1143.

permaneceu por apenas dois anos, pois aos dezenove tornou-se monge em Lérins²²³. Segundo a *Vida*, ele se esforçava muito para cumprir todas as obrigações de monge, tornando-se um ascético extremamente zeloso. Ela também constatou que, ao fazer jejum durante muitos dias, dormir pouco, entre outras exigências da vida ascética, Cesário adoeceu e foi enviado a Arles para recuperar sua saúde.²²⁴

Durante sua estadia em Arles, Aeônio, parente de Cesário, ordenou-o abade do monastério masculino de Arles, em 499²²⁵. O próprio bispo, antes de morrer, pediu que Cesário o sucedesse no episcopado de Arles. Isso gerou muita revolta por parte do clero, pois, entre outros argumentos, estava o fato de ele não ser natural de Arles. Todavia, isso não impediu que ele permanecesse como bispo dessa diocese de 501/502, ano da morte de Aeônio, a 542, ano da morte de Cesário.

Por ser uma região estratégica do ponto de vista econômico, já que Arles servia de ponto de trocas comerciais no Mediterrâneo, ela foi elevada a capital romana da Gália entre os séculos IV e V.²²⁶ Foi nesse período que a cidade se definiu como cristã, quando, após o episcopado de Honorato, no século V, houve um aumento de conversões ao cristianismo devido aos rumores de seus milagres.²²⁷ No entanto, durante o episcopado de Cesário, Arles foi dominada por diferentes reinos bárbaros, como pelos visigodos de Alarico II (503-507), ostrogodos de Teodorico (508-536) e, finalmente, pelos francos. Tais dominações significaram um abalo no estatuto de cidade “romana” de Arles, bem como o de cidade cristã, pois esses bárbaros eram pagãos ou arianos. Com essas invasões, Cesário passou a ter uma imensa preocupação com os prisioneiros de guerra e a *Vida* narra que, além dos milagres realizados a favor dos doentes, para apagar incêndios e de todas as suas boas ações, o bispo vendeu bens da igreja para ajudar esses cativos (Livro I; 32 e 36-38).

A importância do episcopado de Arles, aliada ao conhecimento da santidade de Cesário e de sua relação com o rei Teodorico, fez com que o Papa Símaco o condecorasse

²²³ KLINGSHIRN, William. *Caesarius of Arles: Life, Testament, Letters*, 1994, p. XI.

²²⁴ Cf. *Vita S. Caesarii episcopi Arelatensis*. MORIN, Germain (ed.). *Sancti Caesarii episcopi Arelatensis Opera omnia nunc primum in unum collecta*. Marietti, 1942, pp. 293-394.

²²⁵ A *Vida* não diz o nome deste monastério, mas Klingshirn e Février afirmam que, provavelmente, estava situado na Île de la Cappe, a 3 km a sudeste de Arles. FÉVRIER, Paul-Albert. *Le Développement urbain en Provence de l'époque romain à la fin du XIVe. siècle*. Paris, 1964, pp. 70-71 *apud* KLINGSHIRN, William. *Caesarius of Arles: Life, Testament, Letters*, p. 15.

²²⁶ KLINGSHIRN, William E. *Caesarius of Arles: the making of a Christian community in Late Antique Gaul*, p. 53.

²²⁷ KLINGSHIRN, William E. *Caesarius of Arles: the making of a Christian community in Late Antique Gaul*, pp. 58-60.

com o privilégio do *pallium*, tornando-o, portanto, o vicário papal na Gália. Ele passou a responder pelo papa nessa região. Consequentemente, presidiu vários concílios que instituíram cânones em benefício do monastério de São João, além de requisitar ao papa proteção aos bens do mesmo monastério.

A *Vida de São Cesário* foi escrita sete anos após a morte do bispo. Ela é composta por dois livros: o primeiro escrito pelo bispo Cipriano, companheiro próximo de Cesário que serviu como bispo de Toulon entre 517 e 545; e o segundo pelo padre Messiano e pelo diácono Estefano, dois clérigos diocesanos que acompanharam Cesário desde sua adolescência.²²⁸ O primeiro livro contou ainda com a ajuda de Firmino, bispo de Uzès entre 534 e 552, e de Vivêncio, cujo episcopado não é conhecido, mas sabe-se que serviu como bispo entre 541 e 549. A *Vida* foi escrita a pedido de Cesária, abadessa do monastério de São João, fundado por ele, e sobrinha de Cesário, como é indicado no prólogo do livro I. Segundo a hagiografia, Cesária queria que eles escrevessem um relato desde sua origem até sua morte, destacando o modo de vida do bispo fundador de seu monastério.²²⁹

1.7.2. A instituição de herdeiros

A relação sanguínea entre Cesário e as abadessas Cesária [a mais velha] e Cesária [a mais jovem] foi transmutada em parentesco espiritual ao associarem às freiras do monastério de São João. Dado que o bispo foi fundador e sua irmã e sua sobrinha foram abadessas do monastério mencionado, eles se tornaram pai e mãe espirituais das freiras. Segundo Michel Lauwers, a instituição eclesiástica e os processos de espiritualização e espacialização das relações sociais que a caracterizam têm um papel importante na definição do estatuto das pessoas pelas autoridades. A espiritualização anseia contornar as relações de parentesco carnal, que estruturam várias sociedades, em laços espirituais, definindo as comunidades de fiéis.²³⁰ As relações espirituais, ou parentesco espiritual, tornam-se, portanto, muito importantes na definição do estatuto dos eclesiásticos.²³¹ Para Anita Guerreau-Jalabert, essas

²²⁸ KLINGSHIRN, William E. **Caesarius of Arles: the making of a Christian community in Late Antique Gaul**, p. 1.

²²⁹ “Vós, Cesária, quem honramos como uma virgem, junto com o coro das freiras confiadas a vós, tendes nos pedido que realizemos nossa obrigação de recordar e escrever um relato desde o começo da vida e do modo de vida do seu fundador, São Cesário de abençoada memória”. Livro 1, capítulo 1. KLINGSHIRN, William E. **Caesarius of Arles: the making of a Christian community in Late Antique Gaul**, p. 9.

²³⁰ LAUWERS, Michel. “Le cimetière dans le Moyen Âge latin. Lieu sacré, saint et religieux”. **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, ano 54, N. 5, 1999, p. 1047.

²³¹ Eclesiásticos, neste texto, refere-se a toda pessoa que dedicava sua vida a uma instituição eclesiástica, como padres, bispos, monges, abades, etc.

pessoas abandonavam sua relação de parentesco carnal, tendo em vista os laços espirituais mantidos com Deus, com outros eclesiásticos e com todos os cristãos em geral. O rito de ordenação era visto como um casamento, ou seja, desempenhava o papel de registro da filiação e produzia simultaneamente a instauração de uma relação do cristão com Deus, o reconhecimento social da filiação carnal pela atribuição do nome e a entrada na sociedade. Havia, portanto, uma mudança de natureza, na qual o elemento carnal seria descartado com a família consanguínea²³².

Guerreau-Jalabert ainda observou que esse parentesco espiritual foi visto pelos teólogos da Patrística também como uma “união mística” entre Cristo e a Virgem, que equivaleria à instituição eclesiástica.²³³ Assim, seria possível que o bispo Cesário e as abadessas (sua irmã e sobrinha), que tinham antes do rito de ordenação um parentesco carnal, compartilhassem os bens com suas filhas, as freiras, em uma relação espiritual, já que o bispo foi retratado como santo e pai, e os termos usados para as superiores frequentemente significavam uma filiação espiritual.²³⁴

A relação espiritual seria, portanto, imprescindível para transformar o monastério em herdeiro legítimo de Cesário, ato que manteria os bens do bispo no monastério, aos cuidados de seus familiares, as abadessas Cesária [a mais jovem] e Cesária [a mais velha]. Desde o período Romano, a instituição de herdeiros estava relacionada com a designação de sucessores capazes de adquirir e manter os bens do testador após sua morte.²³⁵ Posteriormente, em 614, Clotário II, por exemplo, emitiu o Edito de Paris, no qual havia uma discussão sobre o destino da herança de uma pessoa morta sem testamento redigido. Segundo o mesmo, os familiares mais próximos, geralmente os filhos, seriam os herdeiros legítimos. Este documento foi conhecido por ser legislativo e ter suas origens no Direito Romano,²³⁶ portanto, pelo menos no contexto normativo, os familiares próximos deveriam ser instituídos como herdeiros.²³⁷ Ao instituir o monastério como seu herdeiro legítimo, Cesário preveniu que a

²³² GUERREAU-JALABERT, Anita. “*Spiritus et caritas*. Le baptême dans la société médiévale”. In : HÉRITIER-AUGÉ, Françoise; COPET-ROUGIER, Élisabeth (eds.). **La parenté spirituelle**. Paris: Éditions des Archives Contemporaines, 2001, pp. 140-144

²³³ GUERREAU-JALABERT, Anita. “*Spiritus et caritas*. Le baptême dans la société médiévale”, pp. 150-155.

²³⁴ SEILHAC, Lazare de. **L’utilisation par S. Césaire d’Arles de la Règle de S. Augustin : étude de terminologie et de doctrine monastique**. Roma: Editrice Anselmiana, 1974, p. 64.

²³⁵ BUCKLAND, William Warwick. **A Text-Book of Roman Law from Augustus to Justinian**, pp. 201-204.

²³⁶ MURRAY, Alexandre Callander. “Immunity, nobility, and the Edict of Paris”, pp. 22-25.

²³⁷ BARBIER, Josiane. “Testaments et pratique testamentaire dans le royaume franc (VIe-VIIe siècle)”, p. 16.

herança fosse reivindicada por outras pessoas, ao mesmo tempo em que preservou os bens sob a proteção de seus familiares.

A preocupação da *Vida de São Cesário* em destacar o modo de vida ascético do bispo, pedido feito pela abadessa Cesária tal qual demonstrado no prólogo do livro I, também ajudaria na instituição do monastério como herdeiro do bispo. Klingshirn ressaltou algumas passagens que apresentam as características austeras do bispo: comia de maneira simples,²³⁸ evitava roupas confortáveis²³⁹ e se devotava à oração e à leitura espiritual.²⁴⁰ Ele também tentou obedecer tanto quanto podia o ideal de pobreza voluntária, mesmo que ainda pudesse fazer um testamento legando posse aos clérigos companheiros e à igreja local.²⁴¹ Esse ascetismo que praticava como bispo era diferente do que praticara na abadia de Lérins. Como monge, a prática do ascetismo visava a perfeição espiritual, e, como bispo, praticava para o benefício de seu clero e congregação tanto quanto de si mesmo. Foi essa transmutação do ascetismo que permitiu a Cesário se tornar um monge-bispo santo. Essa busca por uma vida santa era um modelo que servia de exemplo para monges, freiras do seu monastério, clérigos e congregação, assim como sua pregação propagava os ideais e valores que adquiriu em sua carreira monástica. Para Klingshirn, portanto, a escrita da *Vida* tinha o objetivo de abafar a controvérsia relacionada à sua eleição ao bispado, mas também desviava a atenção das doações e preocupações com o monastério descritas no testamento. Se ele era um modelo de vida perfeita, tudo o que fez em vida tinha um propósito divino e correto. Além disso, ser tratado como um monge o deixava mais próximo das freiras, suas herdeiras.

Bispos, como Cesário, eram, em geral, instruídos no Direito Romano²⁴², que sobreviveu no Ocidente apesar do desaparecimento do próprio Império²⁴³. Segundo Élisabeth Magnou-Nortier, o Direito Romano não deixou de ser a base para a atividade administrativa na Gália merovíngia, tampouco para a reflexão política e atos da vida cotidiana. Os reinos que

²³⁸ Cf. Livro I, 37. KLINGSHIRN, William. **Caesarius of Arles: Life, Testament, Letters**, pp. 27-28.

²³⁹ Cf. Livro II, 42. KLINGSHIRN, William. **Caesarius of Arles: Life, Testament, Letters**, p. 62.

²⁴⁰ Cf. Livro I, 15. KLINGSHIRN, William. **Caesarius of Arles: Life, Testament, Letters**, p. 16.

²⁴¹ KLINGSHIRN, William E. **Caesarius of Arles: the making of a Christian community in Late Antique Gaul**, pp. 88-89.

²⁴² MATHISEN, Ralph. “D’Aire-Sur-L’Adour à Agde: les relations entre la loi séculier et la loi canonique à la fin du royaume de Toulouse”. In: ROUCHE, Michel; DUMÉZIL, Bruno (eds.). **Le Bréviaire d’Alaric: aux origines du Code Civil**. Paris : PUPS, 2008, p. 47.

²⁴³ Segundo Odette Pontal, o episcopado da Gália permanece submisso ao direito romano mesmo depois de colonizado pelos francos no segundo terço do século VI. PONTAL, Odette. **Histoire des Conciles Mérovingiens**. Paris: Éditions Du Cerf, 1989, p. 42.

sucederam o Império Romano na Gália, como os Ostrogodos, Visigodos, Burgúndios ou Francos, não tiveram interesse em substituí-lo por outro direito²⁴⁴.

Verificamos, portanto, que os testamentos merovíngios têm as mesmas características dos testamentos romanos. Uma dessas características, importante para esta pesquisa, é, justamente, a instituição de herdeiros. No Direito Romano, privilegiava-se os herdeiros naturais, ou seja, parentes consanguíneos mais próximos do testador. Assim como na tradição romana, o testador conseguia antecipar e controlar as consequências de seu patrimônio com a proximidade da morte.²⁴⁵ Existiam regras sucessórias²⁴⁶ que permitiam beneficiar diferentes pessoas ou instituições, mas que, tanto no período romano quanto no merovíngio, privilegiavam os herdeiros naturais. Ainda que o parentesco espiritual não constituísse herdeiros naturais, os herdeiros espirituais, no caso as freiras, haveriam de ter ainda mais direito sobre os bens de seus pais espirituais, uma vez que seu laço era mais forte do que qualquer laço carnal, ao menos para a Igreja e seus representantes.

1.8. Conclusão

Apesar de Henry Auffroy afirmar que a instituição mais cara dos testamentos romanos, a hereditariedade, não sobreviveu às mudanças ocorridas nas práticas legais do período merovíngio, vimos que os testamentos, até o início do período carolíngio, apresentam disposições e características romanas, inclusive a da instituição de herdeiros. É evidente que esses testamentos foram influenciados, em grande medida, por elementos das leis romanas, dos costumes germânicos, dos costumes locais e do cristianismo²⁴⁷, no entanto, na instituição de herdeiros, uma característica fundamental para a sua definição como documentos da última vontade do testador, prevaleceu a influência das leis romanas.

Segundo Ernst Levy, a propriedade privada constituiu a base da lei da propriedade nos primeiros reinos da Alta Idade Média. Portanto, como demonstrado neste capítulo, os

²⁴⁴ MAGNOU-NORTIER, Élisabeth (ed.). **Le Code Théodosien, Livre XVI, et sa réception au Moyen Âge**. Paris : Éditions du Cerf, 2002, pp. 47-49.

²⁴⁵ BARBIER, Josiane. “Testaments et pratique testamentaire dans le royaume franc (VIe-VIIe siècle)”, pp. 20-21. Auffroy, através dos testamentos de Widerado e de Abbo, apresenta como os herdeiros naturais estavam solidamente presentes nas sucessões. AUFFROY, Henri. **Évolution du testament en France**, p. 334.

²⁴⁶ Sobre as regras sucessórias no período merovíngio, ver: WOOD, Ian. “The *Code* in Merovingian Gaul”. In: HARRIES, Jill; WOOD, Ian (eds.). **The Theodosian code: studies in the imperial law of late antiquity**. Londres: Duckworth, 1993, pp. 161-177. WOOD, Ian. **The Merovingian Kingdoms**, pp. 102-119. LE JAN, Régine. **Famille et pouvoir dans le monde franc (VIIe-Xe siècle). Essai d’anthropologie sociale**. Paris: Publications de la Sorbonne, 2003, p. 232.

²⁴⁷ DELGADO, Noel Lazaro. **The Grand Testamentum of Remigius of Reims**, pp. 47-61.

testamentos deveriam se remeter aos padrões fornecidos pelas leis romanas, que os legisladores utilizavam antes do estabelecimento desses reinos²⁴⁸, com o propósito de convencer o leitor de seu valor e autenticidade.

Aqueles que herdavam terra tinham o direito de coletar taxas dos colonos e, ainda, a obrigação para com eles, em uma relação similar como aquela entre o rei e a população como um todo. Em outras palavras, a transmissão de propriedade de terras com seus direitos acompanhava as funções e os benefícios que ela trazia, equivalentes aos de uma autoridade pública sobre seu território.²⁴⁹

De acordo com Warren Brown, no período carolíngio, *chartae* – documentos que lidavam com a disposição de propriedade – eram usadas para fornecer às igrejas memórias das disputas. Por isso é importante analisar como esses documentos, incluindo os testamentos, eram preservados. Eles foram usados como instrumentos para construir e filtrar o passado para os propósitos do presente ou do futuro de um modo pragmático.²⁵⁰ Patrick Geary também afirmou que os documentos considerados úteis nos séculos XI e XII, seja para propósitos políticos, econômicos ou litúrgicos, eram recopiados ou preservados.²⁵¹ Isso aconteceu com a maioria dos testamentos merovíngios, pois eram um registro das terras e do poder legado às igrejas. Estas, por sua vez, preservaram esses documentos para que não houvesse nenhuma reivindicação.

Assim, os testamentos apresentam uma grande quantidade de evidências das relações de poder nas transmissões de bens do período merovíngio. Apesar da influência dos bispos em relação à sua comunidade como representantes da autoridade real, fomos capazes de observar que outros aristocratas também tinham e transferiam poder, adquirido por sua função sobre a terra mencionada nos testamentos. A partir dessas análises, as estratégias de transmissão de bens tornaram-se mais evidentes, já que elas podiam ser concebidas para acumular poder nas famílias, igrejas ou comunidades.

2. A instituição de legatários

2.1. Introdução

²⁴⁸ LEVY, Ernst. **West Roman Vulgar Law**, p. 87.

²⁴⁹ DAVIES, Wendy; FOURACRE, Paul (eds.). **The Languages of Gift in the Early Middle Ages**, p. 252.

²⁵⁰ BROWN, Warren. “Charters as Weapons”, pp. 231, 242-247.

²⁵¹ GEARY, Patrick. **Aristocracy in Provence**, p. 12.

Os testamentos merovíngios não só beneficiavam os herdeiros, mas também favoreciam diferentes pessoas e estabelecimentos com a transmissão de seus bens, denominados legatários. Por reconhecer essa instituição como uma forma de estratégia empregada pelos testadores para que seus bens fossem destinados segundo sua vontade, este capítulo irá analisar quais formas e motivos os levaram a designar legatários. Para isso, os documentos decritos na Introdução serão comparados, ainda que seja dedicada maior atenção à comparação entre os testamentos de Remígio e de Abbo. Além disso, será observado que a instituição de legatários abrange em alguns testamentos a doação pela salvação da alma, uma característica surgida apenas nos testamentos merovíngios e que também identificamos como uma estratégia.

Assim como na tradição romana, o testador merovíngio conseguia antecipar e controlar as consequências de seu patrimônio com a proximidade da morte.²⁵² Existiam regras sucessórias que privilegiavam os herdeiros naturais, ou legítimos, e que, tanto no período romano quanto no merovíngio, poderiam ser reorganizadas por meio dos testamentos, beneficiando diferentes pessoas ou instituições por meio da instituição de legatários. Por essa razão, analisaremos o desenvolvimento da instituição de legatários, ou seja, destinatários dos legados, nas leis romanas. Segundo Thomas Marky, cujo estudo do Direito Romano teve como base as últimas compilações realizadas pelo imperador Justiniano²⁵³, o legado era realizado a partir de duas principais modalidades distintas:

- a) o legado do tipo real, chamado *legatum per vindicationem*, que, pelas suas formas solenes, expressas no testamento, conferia ao legatário, direta e imediatamente, o respectivo direito real: o legatário tinha à sua disposição a *rei vindicatio* para exigir a coisa do herdeiro;
- b) o legado do tipo obrigacional, chamado *legatum per damnationem*. Ele criava uma obrigação do herdeiro para com o legatário, que, então, tinha a seu dispor uma *actio ex testamento*, que era uma *actio in personam*, para haver do herdeiro o legatário.²⁵⁴

²⁵² BARBIER, Josiane. “Testaments et pratique testamentaire dans le royaume franc (VIe-VIIe siècle)”, pp. 20-21. Auffroy, através dos testamentos de Wideradus e de Abbo, apresentou como os herdeiros naturais estavam solidamente presentes nas sucessões. AUFFROY, Henri. *Évolution du testament en France*, p. 334.

²⁵³ As Instituições de Justiniano eram uma coleção de leis organizada pelo imperador Justiniano no século VI em que leis e normas decretadas em séculos anteriores por juristas romanos, como Gaio e Ulpino do século II, foram compiladas para estabelecer uma ordem jurídica. Cf. *Institutionum Justiniani*. SANDARS, Thomas Collett (ed.). **The Institutes of Justinian; with English introduction**, principalmente a partir da p. 307, em que começa a legislação sobre os legados.

²⁵⁴ MARKY, Thomas. **Curso elementar de direito romano**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 1994, p. 195. Também há uma explicação das modalidades do legado em SANDARS, Thomas Collett (ed.). **The Institutes of Justinian; with English introduction**, p. 308.

Ainda que a legislação romana refira-se aos legados estabelecidos nos testamentos, ou seja, às descrições das transmissões determinadas aos legatários, o jurista Marky esclareceu, no trecho acima citado, que ao legatário era designado tanto um bem físico quanto um procedimento realizado em seu benefício, ambos de responsabilidade do herdeiro. No entanto, as distinções propostas dos tipos de legados, marcadas pelas formalidades nos documentos, foram reduzidas ao longo do período romano, conservando-se apenas sua concepção nos testamentos até o fim do período merovíngio. Em outras palavras, os legados significavam tanto a transmissão de bens quanto a obrigação estabelecida ao herdeiro em benefício do legatário.

Outros dois tipos de legados também foram distinguidos na legislação romana, mas apenas como complementação dos citados acima: os legados *sinendi modo* e os *per praeceptionem*. Como podemos contemplar na segunda disposição do título XX do livro II das Instituições de Justiniano, organizadas no século VI, as formalidades dos legados tinham menos valor do que as vontades dos testadores:

Antigamente, havia quatro tipos de legados, nomeados *per vindicationem*, *per damnationem*, *sinendi modo* e *per praeceptionem*. Havia certa forma de palavras próprias para cada um deles, pelas quais eram distinguidos uns dos outros. Entretanto, essas formas solenes foram totalmente suprimidas pelas constituições imperiais. Nós também, desejosos de respeitar as vontades dos falecidos e considerando suas intenções mais do que suas palavras, decretamos, por uma constituição composta com muito estudo, que a natureza de todos os legados deve ser a mesma e os legatários, quaisquer sejam as palavras empregadas no testamento, podem demandar aquilo que lhe foi deixado, não apenas por uma ação pessoal, mas por uma ação real ou hipotecária. O valor deste decreto pode ser reconhecido na leitura das disposições.²⁵⁵

Embora esse decreto tenha estabelecido o fim das distinções dos legados descritos nos testamentos, a análise e comparação dos testamentos merovíngios revelam que os legados e, conseqüentemente, a instituição de legatários eram por elas influenciados. Portanto, malgrado a subordinação dos legatários aos herdeiros, sua instituição era um mecanismo disposto por

²⁵⁵ “Sed olim quidem erant legatorum genera quatuor, per vindicationem, per damnationem, sinendi modo, per praeceptionem; et certa quaedam verba cuique generi legatorum adsignata erant, per quae singula genera legatorum significabantur. Sed ex constitutionibus divorum principum solemnitas hujusmodi verborum penitus sublata est. Nostra autem constitutio, quam cum magna fecimus lucubratione, defunctorum voluntates validiores esse cupientes, et non verbis sed voluntatibus eorum faventes, disposuit ut omnibus legatis una sit natura, et quibuscumque verbis aliquid derelictum sit, liceat legatariis id persequi, non solum per actiones personales, sed etiam per in rem et per hypothecariam. Cujus constitutionis perpensum modum ex ipsius tenore perfectissime accipere possibile est.” (Tradução livre). Instituições de Justiniano livro II, título XX, segunda disposição. SANDARS, Thomas Collet (ed.). **The Institutes of Justinian; with English introduction, translation, and notes**, pp. 307-308.

meio dos testamentos para transmitir bens a diferentes beneficiários independente dos costumes ou normas da autoridade pública ou da comunidade eclesiástica. Como indicado no quadro da página 42 desta dissertação, os principais herdeiros instituídos nos testamentos merovíngios eram estabelecimentos eclesiásticos, sendo que muitos eram monastérios fundados pelos testadores ou igrejas responsáveis por seu sustento. No entanto, os testamentos também se referiam à doação de bens a seus parentes, clérigos, igrejas ou monastérios que não eram instituídos herdeiros.

Considerando essas informações acerca do legado e sabendo que tal instituição é amplamente encontrada nos testamentos merovíngios, este capítulo tem a intenção de compreender quem eram os legatários e que tipos de bens lhes eram doados por meio da comparação entre os documentos. Também é fundamental a discussão sobre como os legatários eram instituídos nos testamentos com o propósito de conceber esse ato como uma estratégia obtida pelo testador de transmissão de seus bens.

Em vista disso, este capítulo analisa como tais legados aparecem nos testamentos e por que a sua instituição é considerada uma estratégia para que os testadores transmitissem bens de acordo com sua livre escolha dos beneficiários. Também é discutido como essa instituição permitia ao testador estabelecer a manutenção de certas práticas, como acender velas ou celebrar dias santos, mesmo após sua morte. Por fim, a comparação entre os testamentos respaldada nas leis romanas nos faz compreender de que modo os testamentos utilizam uma fórmula normativa, a instituição de legatários, para responder às vontades dos testadores.

2.2. Ocorrência dos legados nos testamentos merovíngios

A comparação dos testamentos revela que, ainda que legalmente não houvesse mais disposições formais relativas à instituição de legatários, os testadores cuidavam em manter certa uniformidade, tornando clara a descrição de sua vontade no documento. Logo, analisemos o trecho a seguir do testamento de Cesário em que há doação de roupas à abadessa Cesária, ao padre Leoni e ao bispo Cipriano:

À vossa serva, a abadessa Cesária, desejo que seja doado aquilo que ela mesma fez: o grande casaco de pelica que ela fez. Ao senhor padre Leoni, desejo doar minha toalha. Ao senhor bispo Cipriano, desejo doar meus melhores casaco e cinto. Tudo o que conferimos ao meu servo Briciano por este meu testamento eu confirmo.²⁵⁶

²⁵⁶ “Ancillae uestrae Caesariae abbatissae, quod ipsa fecit, mantum maiorem, quem de gaunabe fecit, dari uolo. Domno meo Leoni presbitero manutergium dari uolo. Domno meo Cypriano episcopo mantum et cinctorium

Essa cláusula singular do documento de Cesário é bastante elucidativa do objetivo da instituição de legatários no testamento, que era confirmar o desejo do testador de fazer doações a diversos beneficiários. Apesar de fazê-lo de forma simples, Cesário revelou ao seu herdeiro, o monastério de São João, o que ele deveria fazer com os bens listados. De forma semelhante, no *caput* de seu testamento, parte em que explicou a razão do documento, há outra cláusula relativa à instituição de legatários: “Aquilo que eu doar, legar ou desejar doar por este meu testamento, que seja doado e feito”.²⁵⁷ Essa passagem trata de forma mais genérica a confirmação dos legados de Cesário e é identificada de forma semelhante em outros testamentos.²⁵⁸

Com relação ao testamento de Bertram, Sandrine Linger afirma que o bispo encontrou na instituição de herdeiros um meio que o permitiu doar bens a seus parentes.²⁵⁹ A igreja de Mans foi instituída sua herdeira não só para beneficiá-la com seus bens, mas também para lhe confiar os legados destinados a seus parentes, mais especificamente a seus sobrinhos e sobrinhos-netos. O religioso listou uma série de *villae* destinada a seus legatários, caso ainda estivessem vivos no momento em que o testamento fosse aberto e suas cláusulas validadas.²⁶⁰

melioem dari uolo.” (Tradução livre). Testamento de Cesário. COURREAU, Joël; VOGÜÉ, Adalbert de (eds.). **Oeuvres Monastiques: Césaire d’Arles**, pp. 394-395.

²⁵⁷ “Quod cuique <ante> aut per hoc testamentum meum dedero, legauero dariue iussero, ut detur fiat.” (Tradução livre). Testamento de Cesário. COURREAU, Joël; VOGÜÉ, Adalbert de (eds.). **Oeuvres Monastiques: Césaire d’Arles**, p. 382.

²⁵⁸ Neste capítulo será possível identificar as passagens semelhantes, porém, exemplificamos nesta nota com um trecho do testamento do filho de Idda: “(...) se eu doar, legar ou conceder algo a alguém, ordeno que seja dado, feito, fornecido, confiarei à tua devoção e fidelidade (...)”. [“(…) si quid dedero, legauero, darive iussero id ut detur, fiat, pristetur, fidei tuae devocioneque committetur (...)”]. (Tradução livre). Testamento do filho de Idda. BRÉQUIGNY, Louis Georges Oudart-Feudrix de; THEIL, François Jean Gabriel de La Porte Du; PARDESSUS, Jean-Marie (eds.). **Diplomata chartae, epistolae, leges aliaque instrumenta ad res Gallo- Francicas spectantia: Instrumenta ab anno 628 ad annum 751**, T. II. Paris: Typographeum Regium, 1849, p. 211.

²⁵⁹ LINGER, Sandrine. “Acquisition et transmission de propriétés d’après le testament de Bertrand du Mans (27 Mars 616)”, p. 172.

²⁶⁰ Alguns trechos em que Bertram estabeleceu legados:

- 1) “Caríssimo neto dela (rainha Berchetrudis, segunda esposa de Clotário II, a quem Bertram se dirige na passagem anterior) Sigechelmo e meu bisneto Thoringo: se ainda estiverem vivos, a *villa* Sueva com a *villa* Ripariola dividi como a água no prato.” [“Dulcissimo nepote suo Sigechelmo et pronepote meo Thoringo: Si michi superstites fuerint, villam Seuva cum villare Ripariola equa lance dividant.”] Nesse trecho, segundo Margarete Weidemann, Sigechelmo e Thoringo eram, respectivamente, seu sobrinho e seu sobrinho-neto. (Tradução livre). Testamento de Bertram. WEIDEMANN, Margarete (ed.). **Das Testament des Bischofs Berthramn von Le Mans vom 27. März 616**, p. 16.
- 2) “(...) essa *villa* (Briomilia), meus caríssimos bisnetos – filhos de Sigechelmo – Leutranni e Sichranni, quero que lhes seja doada.” [“(…) quam villam dulcissimo pronepoti meo –filio Sigechelmi –Leutranni et Sichranni volo esse donatam.”] De acordo com a editora Weidemann, Leutranni e Sichranni também eram seus sobrinhos-netos. (Tradução livre). Testamento de Bertram. WEIDEMANN, Margarete (ed.). **Das Testament des Bischofs Berthramn von Le Mans vom 27. März 616**, p. 16.

Uma das principais cláusulas referentes aos legatários nos testamentos, confirmando as doações e libertações estabelecidas ou que ainda pudessem vir a ser designadas, é aquela citada do testamento de Cesário e presente na maioria dos outros documentos analisados nesta dissertação. Ela é considerada uma ferramenta aos testadores para reforçar as suas vontades descritas no restante do documento. No testamento de Bertram, essa disposição estipula que:

Contudo, aquilo que eu terei doado por este meu testamento, que eu terei legado, ordenado que algo seja doado, feito, realizado, eu confio à fé dos meus herdeiros; se eu ordenar que se liberte pessoas, que todas elas o sejam.²⁶¹

Essa passagem, também encontrada em outros testamentos, não só reafirma as doações feitas por legados, como também evidencia sua descrição presente na *Regulae Ulpiani*. Ela diz que o legado era uma determinação dirigida ao herdeiro para pagar ou dar uma parte da herança para uma terceira pessoa, o legatário. Assim, o testador dependia da dedicação do herdeiro para cumprir suas disposições, como retratado no excerto do testamento de Bertram.

Há no testamento de Hadoindo um trecho semelhante ao acima citado. Demonstramos que a semelhança dos testamentos desses bispos é justificada especialmente por Hadoindo ter sido sucessor de Bertram no episcopado de Mans, tornando inegável o acesso do último ao documento de seu antecessor e o seu emprego como modelo. No entanto, o trecho citado abaixo do testamento de Hadoindo é semelhante ao do Bertram visto acima não só pelo motivo apresentado, uma vez que essa cláusula é recorrente na maioria dos testamentos merovíngios:

-
- 3) “(...) se ainda estiver vivo, o próprio Sigelenus, toma novamente a citada *villa* de Castolione; se não, desejo que seja doado aos seus filhos, ou seja, Sicheleco e Berthelaico.” [“(…) si me superstes fuerit, ipse Sigelenus, ad suam revocet dictionem; sin autem filiis suis, id est Sicheleco et Berthelaico ipsam volo esse donatam.”] (Tradução livre). Testamento de Bertram. WEIDEMANN, Margarete (ed.). **Das Testament des Bischofs Berthramn von Le Mans vom 27. März 616**, p. 16.
 - 4) “A *villa* Bualone, situada em Pense, ao lado de Aequalina, na qualidade de título de doação, caríssimo bisneto meu, Leuthramno, dou no dia de seu casamento, que ele mantenha a doação e por este meu testamento também quero que seja doado.” [“Villam Bualone sitam juxtam Pense secus Aequalina, quam per donationis titulum dulcissimo pronepoti meo Leuthramno die nuptiarum suarum dedi, sicut donatio ipsa continet, et per hoc testamentum meum ipsam eis volo esse donatam.”] (Tradução livre). Testamento de Bertram. WEIDEMANN, Margarete (ed.). **Das Testament des Bischofs Berthramn von Le Mans vom 27. März 616**, p. 17.

²⁶¹ “Omnis itaque cui hoc testamentum meum dederò, legavero, dari vel jussero, id ut detur, fiat, prestetur, fidei heredibus meis committo; si quos autem liberos esse jussero, liberae liberi ve sint toti.” (Tradução livre). Testamento de Bertram. WEIDEMANN, Margarete (ed.). **Das Testament des Bischofs Berthramn von Le Mans vom 27. März 616**, p. 7.

... então, vós, santa igreja de Mans, sois minha herdeira; e minha herdeira decreto que sejais, por isso, o que quer que eu doe, legue e deseje doar por este meu testamento, confio em vossa fidelidade, minha herderia, para que seja feito e doado.²⁶²

Imediatamente após a disposição de instituição da igreja de Mans como herdeira, Hadoindo antecipou que estabeleceria no restante do documento alguns legatários. Para proteger a transmissão de benefícios a tais favorecidos, o bispo, no trecho acima citado, recorreu à sua herdeira para que ela fizesse valer suas vontades ali descritas. Portanto, havia uma relação de dependência tanto do testador quanto do legatário, com a herdeira, demonstrando o controle da igreja de Mans sobre as transmissões de bens realizadas por Hadoindo por meio do seu testamento.

A fórmula Marculfo II, 17 apresenta uma disposição semelhante:

Eu também, C, sua serva, ao meu senhor e marido B, requisitada pela mais preparada decisão de ter escrito neste testamento, para sua perpétua preservação, que se vós, meu senhor e marido, viverdes mais do que eu, vós tereis o livre poder de fazer o que quiserdes com toda minha propriedade, o que eu sou vista a possuir da herança de meus parentes, ou aquilo que obtivemos juntos em vosso serviço e o que eu recebi para minha parte, em sua totalidade, o que quiserdes fazer com tudo isso, seja doar para a salvação de nossa alma para os pobres, para seus subordinados ou para aqueles que mereçam o bem de nós, sem nenhuma oposição de meus herdeiros.²⁶³

A similaridade dessa passagem da fórmula de Marculfo com a do testamento de Bertram está no fato da esposa ter legado bens para pessoas não instituídas suas herdeiras. Ao realizar uma simples leitura de tais trechos dos testamentos, podemos acreditar que há uma diferença em sua parte formal. No testamento de Bertram, o testador pede ao herdeiro que desempenhe sua vontade de doar bens específicos a outrem, enquanto, na fórmula, a esposa testadora deseja que os legados sejam feitos sem a interferência dos herdeiros. No entanto, ambos os testadores dependem direta ou indiretamente da lealdade dos herdeiros para que se

²⁶² “... tunc, tu, sacrossancta aecclesia Caennomanis, heres mea esto; heredenque meam te esse constituo, ita ut ubicumque aliquid per hunc testamentum meum dederó, legavero, dareque jussero, et ut datus fiat, prestitor, fidei tuae heredem me committo.” (Tradução livre). Testamento de Hadoindo. BUSSON, Gustave; LEDRU, Ambroise (eds.). *Actus pontificum, Cenomannis in urbe degentium*, p.158.

²⁶³ “Itemque ego illa, ancilla tua, domine et iogalis meus ille in hoc testamentum prumptissima voluntatae scribere perpetua conservatione rogavi, ut, si tu, domne et iogalis meus, mihi suprestis fueris, omni corpore facultatis meae, quantumcumque ex sucessionem parentum habere videor, uel in tuo servitio pariter laboravimus, et quod in tercia mea accepi, in intaegrum, quicquid exinde facire elegeris aut pro animae remedium in pauperaes dispensare aut ad vassos vestros vel bene meretis nostris, absque repetitionem heredum meorum, quod tua decreverit voluntas faciendi liberam habeas potestatem, et post discessum vestrum quod non fuerit dispensatum ad legitimus nostros revertatur heredes.” Formulário de Marculfo. MARCULFUS. *Marculfi formulae*. ZEUMER, Karl (ed.), pp. 87-88.

cumpram seus legados, clamando a eles que realizem sua vontade sem que reivindicuem os bens legados para si. Portanto, não existe diferença conceitual na forma como a instituição de legatários é descrita no testamento de Bertram e na fórmula Marculfo II, 17.

Observemos o trecho do testamento de Arédio e sua mãe Pelágia:

E esses homens e mulheres livres, que nosso pai Jucundo de boa memória nos recomendou por seu testamento; da mesma forma, nós os libertamos para a salvação da alma do nosso irmão Eustádio de boa memória e confiamos a proteção deles a vós, São Martinho. E se alguém quiser exigir deles além daquilo que foi adicionado, quiser inquieta-los ou dominá-los, que vós, São Martinho, os defendais.²⁶⁴

Arédio instituiu, no início de seu testamento, a basílica de São Martinho como sua herdeira.²⁶⁵ O trecho acima citado nos revela que o abade e sua mãe estavam determinados a cumprir as últimas vontades de seu pai, Jucundo, ao testar em benefício da liberdade daqueles homens e mulheres. Essa disposição instituiu legatários, uma vez que os testadores não beneficiaram sua herdeira, mas sim os homens e mulheres determinados por seu pai. Além disso, os testadores confiaram o cumprimento de tal legado à sua herdeira, na esperança de que sua integridade a obrigasse a conceder a liberdade aos beneficiários dispostos.

Também Abbo, o último dos testadores merovíngios, segundo nossa seleção, refere-se no início do seu testamento aos legados que deseja fazer para pessoas ou estabelecimentos que não fossem seus herdeiros:

Eu confio à fé dos herdeiros que todos aqueles que eu decretar livres, sejam todos livres e o que quer que eu tenha doado, legado ou ordenado a doar por este meu testamento, que seja feito, doado e desempenhado.²⁶⁶

²⁶⁴ “Et istos liberos nostros et liberas nostras, quos nobis bonae memoriae genitor noster Jucundus per testamentum suum commendavit, similiter et illos quos pro remedio [animae] bonae memoriae fratris [AI., filii] nostri Eustadii liberos fecimus, tibi, sanctae Martine, defensandos commendamus. Et si quis eis amplius praeter hoc quod eis injunctum est, in quolibet inquietare aut dominare voluerit, tu, sanctae Martine, defendas.” (Tradução livre). Testamento de Arédio. MIGNE, Jacques-Paul (ed.). *Testamentum sancti Aredii. Patrologiae cursus completus*, col. 1146.

²⁶⁵ “Nós vos constituímos nossa herdeira, São Martinho de Tours, e, por isso, ordenamos que nossas prescrições sejam feitas para atender vossa basílica.” [“Itaque te, sancte Martine Turonensis, judicantes constituimus, ita ut per praepositum sanctae ordinationis tuae basilicae.”] (Tradução livre). Testamento de Arédio. MIGNE, Jacques-Paul (ed.). *Testamentum sancti Aredii. Patrologiae cursus completus*, col. 1143.

²⁶⁶ “... quos quas liberosue esse decreuero, liberi libereue sint omnis, et queque per hoc testamentum meus dedero, legauero, dare iussero, id ut fiat detur, prestetur fidei heredes mei committo.” (Tradução livre). Testamento de Abbo. GEARY, Patrick J. *Aristocracy in Provence*, p. 40.

Apesar de Abbo não se dirigir aos seus herdeiros, ele os designou como responsáveis pela concretização das disposições relativas aos legatários. Essa cláusula específica desenvolve-se em uma formalidade desenvolvida pelos outros testadores, na medida em que ela lhes garantia a compreensão das partes envolvidas na leitura de seu testamento sobre suas últimas vontades. Por se tratar de uma situação em que o testador recorria à ratificação de determinações que poderiam ser mal interpretadas em vista de interesses diversos, essa disposição é considerada como uma estratégia. Essas determinações eram, em geral, relativas às transmissões de bens ou às alforrias de servos.

Widerado também dispôs em relação aos legatários: “E o que quer que eu doe e deseje doar, confio ao vosso testemunho onipresente que seja feito, doado, desempenhado e terminado”.²⁶⁷ De diversas maneiras o testador demandou que a transmissão do direito real de seus bens fosse respeitada. A diferença que observamos em relação às cláusulas já discutidas dos outros testamentos é que Widerado dirigiu-se a Deus como Aquele que testemunhou a escrita das suas últimas vontades e que asseguraria o cumprimento desses legados. Ao colocar Deus como protetor de suas transmissões, Widerado tinha a vantagem de não depender da boa-vontade do herdeiro e convicção do cumprimento das disposições de seu documento, uma vez que não se esperava que alguém agiria contra a vontade de Deus.

2.3. A reciprocidade na instituição de legatários

Para compreendermos como a instituição de legatários nos testamentos merovíngios poderia ser estabelecida com a intenção de submeter o beneficiário à realização de um procedimento, compararemos a cláusula citada abaixo do testamento de Cesário com outras nesta seção.

À vossa serva, a abadessa Cesária, desejo que seja doado aquilo que ela mesma fez: o grande casaco de pelica que ela fez. Ao senhor padre Leoni, desejo doar minha toalha. Ao senhor bispo Cipriano, desejo doar meus melhores casaco e cinto. Tudo o que conferimos ao meu servo Briciano por este meu testamento eu confirmo.²⁶⁸

²⁶⁷ “Et quod unicuique per hunc testamentum dedero dareque iussero id ut fiat, detur, prestetur, impleatur, te omnipotens testem committo.” (Tradução livre). Testamento de Widerado. BOUCHARD, Constance Brittain (ed.). *The Cartulary of Flavigny, 717-1113*, p. 20.

²⁶⁸ “À vossa serva, a abadessa Cesária, desejo que seja doado aquilo que ela mesma fez: o grande casaco de pelica que ela fez. Ao senhor padre Leoni, desejo doar minha toalha. Ao senhor bispo Cipriano, desejo doar meus melhores casaco e cinto. Tudo o que conferimos ao meu servo Briciano por este meu testamento eu confirmo.” [“Ancillae uestrae Caesariae abbatissae, quod ipsa fecit, mantum maiorem, quem de gaunabe fecit,

Essas cláusulas, ainda que destinadas ao herdeiro para que as determinações descritas fossem executadas, não previam nenhuma ação do beneficiário. Mesmo em outras passagens de seu documento não há referência a nenhuma condição para que o legado fosse transmitido. No entanto, assim como os herdeiros poderiam ser instituídos mediante alguma obrigação, chamada de instituição de fideicomissários, discutida no próximo capítulo, os legatários também eram, em alguns casos, instituídos apenas se respeitassem a atribuição à qual o testador vinculou seu legado. O testador solicitava ao seu herdeiro que observasse se o legatário teria realizado a atribuição demandada para que houvesse a concessão do bem. Logo, apesar da vinculação do encargo ao legado ser dispensável, o relato da permutação era realizado como um procedimento para o testador planejar suas vontades, tornando-se uma estratégia peculiar relacionada à transmissão de bens.

Dentre os diferentes legatários instituídos no testamento de Remígio, o último foi Friaredus, cuja identificação não foi descrita pelo bispo, como podemos observar:

Friaredus, a quem eu providencieei quatorze *solidi* para que não fosse morto, receba dois do total; ele deve doar os doze restantes para construir um telhado abobodado para a basílica dos senhores mártirs Timóteo e Apolinário.²⁶⁹

Por meio dessa disposição, constatamos que Friaredus receberia quatorze *solidi* na condição de que doze fossem destinados a construção da citada abóboda. Nesse sentido, a reciprocidade existe na medida em que Remígio espera de Friaredus a execução da sua vontade, citada na disposição, em troca do legado.

Verificaremos que outros testamentos merovíngios também solicitam do legatário a realização de um ato, ou seja, uma de suas últimas vontades, para receber o benefício. Considerando que esses documentos mantiveram as características dos testamentos romanos, a criação de legatários ao lado da instituição de herdeiros visava corrigir ou completar as ordens estabelecidas aos herdeiros, permitindo aos outros membros da família do testador, amigos, estabelecimentos eclesiásticos, etc., todos normalmente excluídos pelas regras

dari uolo. Domno meo Leoni presbitero manutergium dari uolo. Domno meo Cypriano episcopo mantum et cinctorium meliorem dari uolo.”] (Tradução livre). Testamento de Cesário. COURREAU, Joël; VOGÜÉ, Adalbert de (eds.). **Ouevres Monastiques: Césaire d’Arles**, pp. 394-395.

²⁶⁹ “Friaredus, quem, ne occideretur, quattuordecim solidis comparavi, duos concessos habeat; duodecim det ad basilicae domnorum martyrum Timothei et Apollinaris cameram faciendam.” (Tradução livre). Testamento de Remígio. HINCMAR. *Vita Sancti Remigii*. MGH. KRUSCH, Bruno (ed.), p. 339.

sucessoriais, ter uma parte dos bens. Aos legatários e libertos instaurados pelo testamento era incumbida a memória do testador pelo dever de gratidão²⁷⁰, ou seja, sua função era de preservar a memória do testador por meio das obrigações determinadas por ele em troca dos legados.

A fórmula Marculfo II, 17 retratou uma designação de alforrias que previa uma obrigação por parte dos beneficiários, como podemos observar:

Que os homens e mulheres livres, que nós libertamos ou desejaremos que sejam livres no futuro, e para quem nós teremos dado documentos assinados por nossa mão, para a salvação de nossa alma, saibam que eles terão de pagar serviços aos nossos filhos e que eles cuidem em providenciar oferendas e luzes para nossa sepultura de acordo com o que está contido nesses documentos, tanto eles mesmos quanto seus descendentes.²⁷¹

O autor do diploma, do qual a fórmula citada foi retirada, mostrou-se precavido com relação ao cuidado de sua sepultura após a morte e, por isso, a mencionou no documento. As ofertas descritas no trecho citado eram significativas para o testador que, para garanti-las, atrelou-as ao seu legado, na esperança de que o benefício fosse de grande valor ao legatário de tal modo que este concretizasse tais ofertas para não deixar de receber o legado. Por ter um caráter singular, a cláusula “salvação de nossa alma” será discutida na próxima seção.

É possível contemplar que grande parte das instituições de legatários nos testamentos merovíngios em que há a designação de obrigações aos beneficiários eram voltadas aos libertos, alforriados pelos testadores. O testamento de Irmina, contemporâneo à organização do Formulário de Marculfo²⁷², reproduziu a inquietação do testador para com a liberdade dos servos e com o seu repouso eterno:

Tudo isso com seus adjacentes, com os pastores desocupados de porcos e bois, com seus rebanhos, assim como toda sua propriedade, quero ter doado ao dito local santo e ao monastério também construído em nome de Deus, exceto aqueles homens que por nossas epístolas libertamos, cujos nomes são: Garario, Cumloaldo, Achilde, filho de Theodfrido, Aldfrido, Clodoare,

²⁷⁰ BARBIER, Josiane. "Testaments et pratique testamentaire dans le royaume franc (VIe-VIIIe siècle)", pp. 15-16.

²⁷¹ "Liberos, liberas, quos quasque pro anima remedium fecimus aut in antea facire volueremus, et eis epistolas manu nostra firmatas dederemus. Obsequium filiorum nostrorum habere cognuscant et oblata vel luminaria, iuxta quod ipsas epistolas continent, ad sepulchra nostra tam ipsi quam proles eorum implere studiant." (Tradução livre). Formulários de Marculfo. MARCULFUS. *Marculfi formulae*. ZEUMER, Karl (ed.). MGH, p. 87.

²⁷² Apesar das fórmulas terem sido copiadas de diplomas os quais não se sabe a data de produção, estudiosos do formulário, como Karl Zeumer e Alf Uddholm, argumentam que a organização dessas cópias em modelos formulaicos foi realizada no final do século VII. RIO, Alice. **The formularies of Angers and Marculf**, pp. 110-113.

Raocare, Warinlinde, Bacelinde, Grauceleba, Gundulfo. Tudo isso é determinado se cada um se dispuser a pagar e acender todos os anos uma libra de cera ao supramencionado lugar santo naquela *villa* de Epternaco construído na natividade do Senhor.²⁷³

A testadora apontou nominalmente os servos que não poderiam ser reivindicados como parte da propriedade deixada por ela aos seus herdeiros, a igreja e o monastério de Echternach, por terem sido libertos. No entanto, ela prescreveu uma condição para que essa liberdade fosse respeitada, ao determinar que as pessoas cujos nomes foram citados providenciassem cera para iluminar a igreja e o monastério uma vez por ano. Com tal disposição, Irmina propiciou aos seus herdeiros uma vantagem, apesar de, à primeira vista, parecer que estava prejudicando o patrimônio legado. Logo, a estratégia que verificamos é a da manipulação da transmissão dos bens pelo testamento em favor dos herdeiros e legatários, que não respondiam às regras sucessórias.

Tal modo de legar a liberdade aos servos é frequente nos testamentos merovíngios, ou seja, existem várias disposições testamentárias em que o legado só era confirmado na condição de que a ordem determinada pelo testador, geralmente relacionada ao seu túmulo ou ao estabelecimento religioso herdeiro, fosse correspondida.²⁷⁴ Dessa maneira, estabelecia-se uma permuta em que uma das partes beneficiava-se com a manutenção da sua memória após a morte, enquanto a outra obtinha um bem correspondente que era sua liberdade.

No entanto, o testamento de Ermentruda revela que a reciprocidade não era imprescindível na composição dos legados e na instituição de legatários:

Aos servos cujo nome cito neste meu testamento: Medibergane, Honorio, Gundileubane, Plane, Suinthulfo, Ciuccirane, Hicchicione, a esposa Maxa,

²⁷³ “Omnia ista cum adiacentiis eorum, una cum pastoribus vacaris, porcariis, bervicariis cum gregibus eorum, vel omni peculio promiscuo, ad sepefata loca sanctorum vel ad monasterium ibidem constructum in Dei nomine volo esse donatum, exceptis hominibus illis quos per epistolas nostras ingenuos relaxavi, quorum vocabula sunt: Garario, Cumloaldo, Achilde, Theodfrido filio, Aldfrido, Clodoare, Raocare, Warinlinde, Bacelinde, Grauceleba, Gundulfo. Isti toti denominati annis singulis unusquisque eorum in luminaribus unam libram cerae ad supradicta loca sanctorum in ipsa villa Epternaco constructa ad nativitatem Domini reddere vel dissolvere studeant.” (Tradução livre). Testamento de Irmina. PERTZ, Georg Heinrich (ed.). *Carta Irminae de Epternaco et suis adiacentiis*, MGH, p. 50.

²⁷⁴ É o caso do legado estabelecido por Arédio no trecho abaixo citado: “Nós ordenamos que Hildemado, sua esposa e seus filhos sejam livres e desejamos que lhes seja deixado todos os seus pequenos campos, suas pequenas vinhas e tudo aquilo que eles tenham atualmente em sua posse ou que eles possam ter possuído anteriormente. Estabelecemos esta condição de que eles não tenham a faculdade de vender ou doar seus pequenos campos ou suas vinhas.” [*Hildemodum cum uxore et filiis liberos esse jubemus, cum campellis et vineolis eorum, vel quantumconque pecuaria habent, aut habere poluerint inantea volumus esse concessum, ea tamen conditione, ut de campellis vel vineis vendere nec donare habeant potestatem.*] (Tradução livre). Testamento de Arédio. MIGNE, Jacques-Paul (ed.). *Testamentum sancti Aredii*. **Patrologiae cursus completus**, col. 1146.

Chioberga, Sinderedo, Angilone, Leudefredo com sua esposa Uuandilone, (...), eu ordeno que eles sejam todos livres, homens e mulheres, com todo seu pecúlio, assim como seus pequenos terrenos, suas pequenas cabanas, seus pequenos jardins e suas pequenas vinhas, e com isso, tudo aquilo que eles parecem possuir em todo domínio e que eles tenham agora a livre possibilidade de fazer aquilo que quiserem. Da mesma forma, prescrevo que Mummolane, com todo seu pecúlio seja livre, com a única condição de que ele tenha o cuidado de manter a luz na igreja de Bondy. Eu ordeno que Vualacharium, com todo seu pecúlio e com os bois que ele mantém, seja livre com a condição de que ele forneça madeira como oferta.²⁷⁵

Esse trecho apresenta dois legados estabelecidos por Ermentruda. Em seu testamento, os nomes de cada servo foram indicados para que fossem libertos após a morte da testadora. Ela os diferenciou, no entanto, ao confiar o fornecimento de luz e de madeira da igreja de Bondy a apenas dois servos, que o fariam como forma de retribuição por sua liberdade. Assim, a reciprocidade do dom não era inerente ao legado de liberdade, mas sim auxiliar na preservação da memória de Ermentruda, uma vez que ela seria a responsável pela manutenção da luz, um recurso fundamental para a continuidade do local como um centro religioso.

Além disso, o testador podia estabelecer como o seu legado deveria ser usado. Para compreender como isso acontecia, observemos o trecho a seguir do testamento de Bertram:

Quanto à casa localizada dentro dos muros da cidade de Bordeaux que eu e meu irmão Ermenulfo recuperamos, nós ordenamos que essa mesma casa com suas dependências torne-se posse de nosso caríssimo sobrinho Sigechelmo. Que ele a tenha e possua e que em seguida ele a deixe a seus descendentes. E com isso, ordenamos que, durante todo o tempo de sua vida, as pessoas enviadas pelos senhores e veneráveis da santa igreja de Mans ou da basílica de São Pedro e São Paulo para negociarem peixes sejam recebidas nessa casa e obtenham tudo aquilo que lhes seja necessário.²⁷⁶

²⁷⁵ “Libertorum meorum nomina in his testamento abnecti constituo: Medibergane, Honorio, Gundileubane, Plane, Suinthulfo, Ciuccirane, Hicchicione, Maxa uxore, Chioberga, Sinderedo, Angilone, Leudefredo cum uxore Uuandilone, (...), hos omnes, cum omni peculiare eorum, tam aréolas, hospitola, hortellos uel uineolas et cum id, quod in quibuslibet rebus habere uidentur, líberos liberasque esse praecipio et, quidquid exinde facere uoluerint, habeant liberam potestatem. Similiter, Mummolane, cum omni peculiare suo, ingenuam esse praecipio; luminaria tantum in ecclesia Bonisiaca ministrare stodeat. Uualacharium, cum omni peculiare suo et cum boues, quos baiolat, ingenuum ea condicione esse díbeo, ut ligna tantum ad oblata faciendum ministrare procuret.” PÉRIN, Patrick; RENOU, Laurent; VELAY, Philippe (eds.), **Collections mérovingiennes du Musée Carnavalet : Catalogue d’Art et d’Histoire du Musée Carnavalet II**, Paris: Musée Carnavalet, 1985, p. 821.

²⁷⁶ “Domum vero infra muros civitatis Burdigalense, quam ego et germanus meus Ermenulfus nostro opere recuperavimus, ipsam domum cimencitia cum adpenditia sua aditione ducissimo nepoti nostro Sigechelmo jubemus pervenire, ut ipsa habeat et possideat et suis posteris at possidendum relinquat. Et hoc jubemus, ut omni tempore vitae illorum, quomodo missi domnis et venerabilibus sanctae aecclisiae Cenomannico vel basilicae sancti Petri et Pauli pro piscibus negotiandum ibidem venirent, semper in domo illa receptaculum habeant et inibi, quae eis necesse fuerit, comparent.” (Tradução livre). Testamento de Bertram. WEIDEMANN, Margarete (ed.). **Das Testament des Bischofs Berthramn von Le Mans vom 27. März 616**, p. 28.

Nessa passagem, Bertram legou ao seu sobrinho uma casa em Bordeaux. No entanto, ele estabeleceu que seu sobrinho deveria acolher naquele local os negociadores de peixes enviados por suas herdeiras, a igreja de Mans e a basílica de São Pedro e São Paulo, de forma que Ermenulfo lhes fornecesse tudo o que precisassem. Ao realizar a ordem estabelecida por Bertram, seu sobrinho retribuiu o benefício que lhe foi oferecido e o testador foi lembrado e manteve suas boas ações mesmo depois de sua morte.

Bertram instituiu seu sobrinho como legatário de uma propriedade a fim de realizar sua vontade de ajudar os negociadores de peixes enviados por sua herdeira à cidade de Bordeaux, ou seja, vinculou, nessa disposição, sua demanda à transmissão de um bem imóvel. No entanto, observamos um grande número de disposições testamentárias que vinculam uma obrigação direcionada à alforria dos legatários, destacando não só a relevância dada pelos testadores à transmissão de imóveis, como as *villae*, mas também sua preocupação em mudar a condição dos servos, como ressaltado nos exemplos citados acima e no trecho a seguir do testamento do filho desconhecido de Idda:

Que seja aceito incluir neste meu testamento, para que meus libertos cuja servidão foi abolida por carta, permaneçam integralmente em liberdade. O conteúdo de tal carta foi elaborado para o remédio de minha alma e para que seja oferecida luz à vossa basílica de São Martinho.²⁷⁷

Ainda que a disposição acima citada do testamento do filho de Idda vincule a abolição da servidão ao fornecimento de luz à basílica, a designação da liberdade em forma de legado poderia ou não estar vinculada a algum tipo de obrigação.²⁷⁸ Por isso, não se pode concluir que os testadores libertavam seus servos apenas para que eles pudessem executar uma atividade em função do herdeiro desejada por aqueles. Essa liberdade era uma disposição de

²⁷⁷ “Illud huic testamenti mihi inserendi conplacuit, ut quos de servientibus meis per aepistolam ingenuetatis laxavi, in integra ingenuetate resedeant; tamen secundum quod eorum aepistolas loquetur, et pro animae meae remedium, et lumen praeferendum ad basilicae vestrae Sancti Martini.” (Tradução livre). Testamento do filho de Idda. BRÉQUIGNY, Louis Georges Oudart-Feudrix de; THEIL, François Jean Gabriel de La Porte Du; PARDESSUS, Jean-Marie (eds.). **Diplomata chartae, epistolae, leges aliaque instrumenta ad res Gallo-Francicas spectantia**, p. 212.

²⁷⁸ Como o exemplo a seguir retirado do testamento de Bertram: “Ordeno que sejam libertos esses e essas suas libertas: Lebigiselo com esposa e filhos, Chinemundo, Chrodosindo com esposa e crianças, (...). Desejo que todos esses sejam inteiramente libertos com todos os seus pertencentes, para que tenham continuidade ou possam trabalhar”. [“Hos has liberas liberae suae esse jubeo: Lebigiselo cum uxore et filiis, Chinemundo, Chrodosindo cum uxore et infantibus, (...). Hujus omnis ad integrum ingenuos esse jubeo cum omni peculiari eorum, quod habent aut deinceps laborare potuerunt.”] (Tradução livre). Testamento de Bertram. WEIDEMANN, Margarete (ed.). **Das Testament des Bischofs Berthramn von Le Mans vom 27. März 616**, p. 44.

última vontade em que o testador deixava claro para seu herdeiro que aqueles seus servos mencionados, transmitidos normalmente como parte da herança, não faziam parte da herança.

Tudo isso é explicado nesse pequeno excerto do testamento do filho de Idda, visto que o testador confirma a alforria descrita em outra carta, indicando ao herdeiro que os servos não poderiam ser reivindicados como sua herança. Além disso, libertá-los era importante tanto para o filho de Idda quanto para seu herdeiro. A memória do testador seria conservada caso os servos cumprissem a obrigação associada ao legado de fornecerem luz à basílica do herdeiro, que, por isso, beneficiaria-se. Assim sendo, o testador usou-se de um artifício que favoreceria todos os envolvidos na transmissão do legado: os servos, considerando que eles estariam livres do pagamento que eles deviam; o herdeiro; e o testador.

O testamento era, portanto, a ferramenta utilizada para que o testador pudesse confirmar os seus legados. O trecho do testamento do filho de Idda apresentou essa confirmação de forma explícita ao solicitar que a alforria já dada aos servos por outra carta fosse incluída também nesse documento. A cláusula “para o remédio de minha alma” também o auxiliou na confirmação e cumprimento de seu legado, pois o herdeiro foi informado de que aquele legado foi feito para que sua alma fosse salva junto de Deus, como em um contrato entre o terreno e o espiritual, da mesma forma que Cesário estabeleceu seus laços espirituais com as freiras de seu monastério. Esse contrato era mais forte que as reivindicações dos herdeiros terrenos e, por isso, assegurava o testador de que seu legado seria respeitado.

2.4. Os legados pela salvação da alma

A cláusula “pela salvação da alma” é uma novidade dos testamentos merovíngios em relação aos testamentos romanos. Ela era empregada, em muitos casos, nas disposições relativas aos legados. Por isso, esta seção tem o intuito de compreender para que essa cláusula era usada nos testamentos e qual sua relevância para as estratégias de transmissão de bens. Uma comparação entre os testamentos merovíngios que possuem tal cláusula irá esclarecer o que os testadores julgavam ser digno da salvação de suas almas. Para isso, a discussão feita pela historiografia sobre a interpretação dos testamentos merovíngios como documentos transitórios entre os testamentos romanos e as doações pela salvação da alma (*pro anima*) carolíngias. Com esta análise, pretendemos comprovar a hipótese de que a instituição de legatários, uma ferramenta empregada pelo testador para garantir suas últimas vontades, era

auxiliada pelos princípios instaurados pelas autoridades locais do período merovíngio, ou seja, pelos bispo.

A salvação da alma foi um assunto muito caro para os cristãos, posto em debate desde o período da Patrística. Destacamos a referência de Agostinho de Hipona que no tratado *Enchiridion ad Laurentium* apresentou os limites do plano de Deus para a salvação humana. Essa obra de Agostinho trouxe uma exposição madura sobre a doutrina católica, já que nela fez uma revisão da crença apostólica para satisfazer as demandas de seu amigo Lourenço sobre o tema:

Tu solicitas que eu te faça um livro, para servir como aquilo que é chamado de *enchiridion* (manual), ou seja, algo que tu possas sempre ter em mãos. Ele deve conter respostas a algumas questões: Pelo que, acima de tudo, alguém deveria lutar? Do que, principalmente, dadas as várias heresias, alguém deveria fugir? Em que medida a razão vem à ajuda da religião, ou que falta de acordo existe com a razão quando a fé está sozinha? O que contém o primeiro e o lugar final? Qual é a soma total de toda a doutrina? Qual é o fundamento certo e distintivo da fé católica? Sobre todos esses pontos os quais tu perguntas, terás verdadeiro conhecimento uma vez que tu certamente sabes quais são os objetos apropriados de nossa fé, nossa esperança e nossa caridade, pois estes são os principais, mas não os únicos, princípios orientadores da nossa religião.²⁷⁹

Segundo Bernard Peeble, *Enchiridion* data do período em que Agostinho foi bispo de Hipona e é anterior a 422. Ele trouxe uma análise sobre o Credo dos Apóstolos e a Oração do Senhor. Esse tratado ocupou um lugar de destaque entre os escritos teológicos do autor, já que, ao mesmo tempo em que se limitou ao essencial do ensinamento cristão, foi o único tratamento sistemático da doutrina da Igreja como um todo, além de chegar tarde em sua carreira de bispo. Agostinho revelou uma plenitude de compreensão e precisão de análise, conquistada depois de longos anos dedicados ao cuidado pastoral e à luta contra as heresias.²⁸⁰

O trecho específico sobre a salvação do homem encontra-se a seguir ao *caput XXIX*:

²⁷⁹ “Vis enim tibi, ut scribis, librum a me fieri, quem enchiridion, ut dicunt, habeas, et de tuis manibus non recedat, continens postulata, id est, quid sequendum maxime, quid propter diversas principaliter haereses sit fugiendum; in quantum ratio pro religione contendat, vel quid in rationem cum fides sit sola, non conveniat; quid primum, quid ultimum teneatur; quae totius definitionis summa sit; quod certum propriumque fidei catholicae fundamentum. Haec omnia quae requiris, procul dubio scies, diligenter sciendo quid credi, quid sperari debeat, quid amari. Haec enim máxime, immo vero sola in religione sequenda sunt.” (Tradução livre). S. AURELLI AGUSTINI. *Enchiridion ad Laurentium de Fide, Spe et Caritate*. KRABINGER. Georgius (ed.). Tubinga: Editore Immortuo, 1861, pp. 5-6.

²⁸⁰ PEEBLES, Bernard M. "Faith, Hope and Charity", in: GAVIGAN, John J.; MURRAY, John Courtney; RUSSELL, Robert P. *Christian Instruction; Admonition and Grace; The Christian Combat; Faith, Hope and Charity (The Fathers of the Church, Volume 2)*, Washington: Catholic University of America Press, 1947, pp. 357-360.

E também quando ouvimos e lemos nas Sagradas Escrituras que Deus “quer que todos os homens sejam salvos”²⁸¹, apesar de bem sabermos que nem todos os homens são salvos, não estamos depreciando a vontade do Deus todo-poderoso. “Quer que todos os homens sejam salvos” significa que nenhum homem é salvo a não ser que Deus queira sua salvação. Não que haja algum homem cuja salvação Ele não queira, mas que ninguém é salvo a menos que a deseje. Sua vontade deve ser buscada na oração, pois, se a desejar, então sua vontade será necessariamente realizada. E foi sem dúvida sobre a oração que o apóstolo falava.²⁸²

Agostinho citou um versículo da Primeira Epístola a Timóteo para explicar a Lourenço como o Apóstolo teria concebido o problema da salvação de todos os homens. Segundo Agostinho, a salvação seria oferecida aos homens pela vontade de Deus que, apesar de querer que todos fossem salvos, esperava que eles também a desejassem e a buscassem na oração. Agostinho afirmou, portanto, que o homem deveria pedir a Deus a salvação, já que, a partir do pecado original de Adão e Eva, todos estariam condenados.²⁸³

²⁸¹ BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2000. Tm 2,4, p. 2227.

²⁸² “Ac per hoc cum audimus et in sacris litteris legimus, quod velit omnes homines salvos fieri, quamvis certum sit nobis non omnes homines salvos fieri, non tamen ideo debemus omnipotentissimae dei voluntati aliquid derogare, sed ita intellegere quod scriptum est: *Qui omnes homines vult salvos fieri*, tamquam diceretur, nullum hominem fieri salvum, nisi quem fieri ipse voluerit; non quod nullus sit hominum, nisi quem salvum fieri velit; sed quod nullus fiat, nisi quem velit, et ideo sit rogandus ut velit, quia necesse est fieri si voluerit. De orando quippe deo agebat apostolus, ut hoc diceret.” (Tradução livre). S. AURELLI AGUSTINI. **Enchiridion ad Laurentium de Fide, Spe et Caritate**. KRABINGER, Georgius (ed.), pp. 127-128.

²⁸³ Apontamos que tal obra é uma revisão de Agostinho sobre sua concepção da doutrina católica, uma vez que o trecho citado sobre a salvação diverge do trecho citado a seguir, da obra *Sobre o Livre-Arbítrio* datado de anos anteriores, entre 394-395:

“Agostinho: Portanto, penso que agora já vê: depende de nossa vontade gozarmos ou sermos privados de tão grande e verdadeiro bem. Com efeito, haveria alguma coisa que dependa mais de nossa vontade do que a própria vontade? Ora, quem quer que seja que tenha esta boa vontade, possui certamente um tesouro bem mais preferível do que os reinos da terra e todos os prazeres do corpo. E ao contrário, a quem não a possui, falta-lhe, sem dúvida, algo que ultrapassa em excelência todos os bens que escapam a nosso poder. Bens esses que, se escapam a nosso poder, ela, a vontade sozinha, traria por si mesma. Por certo, um homem não se considerará muito infeliz se vier a perder sua boa reputação, riquezas consideráveis ou bens corporais de toda espécie? Mas não o julgarás, antes, muito mais infeliz, caso tendo em abundância todos esses bens, venha ele a se apegar demasiadamente a tudo isso, coisas essas que podem ser perdidas bem facilmente e que não são conquistadas quando se quer? Ao passo que, sendo privado da boa vontade—bem incomparavelmente superior —, para reaver tão grande bem, a única exigência é que o queira!” [“A. Vides igitur jam, ut existimo, in voluntate nostra esse constitutum, ni hoc vel fruamur vel careamus tanto et tam vero bono. Quid enim tam in voluntate, quam ipsa voluntas sita est (a)? Quam quisque cum habet bonam, id certe habet quod terrenis omnibus regnis, voluptatibusque omnibus corporis longe anteponendum sit. Quisquis autem non habet, earet prefecto illa re, quam prastantiores omnibus bonis in potestate nostra non constitutis, sola illi voluntas per seipsam daret. Itaque cum se ipse miserrimum judicet, si amiserit gloriosam famam, ingentes opes, et quaelibet corporis bona; tu cum non miserrimum judicabis, etiamsi talibus abundet omnibus, cum iis inhaeret quae amitlere facillime potest, neque dum vult habet, earet autem bona voluntate, quae nec comparanda est cum istis, et cum sit tam magnum bonum, velle solum opus est, ut habeatur?”] Tradução: OLIVEIRA, Nair de Assis (trad.). **O livre-arbítrio**, São Paulo: Paulus, 1999, pp. 56-57. S. AURELII AUGUSTINI. **De Libero Arbitrio**. in: MIGNE, Jacques-Paul (ed.). **Patrologiae cursus completus: sive biblioteca universalis, integra uniformis, commoda, oeconomica, omnium SS. Patrum, doctorum scriptorumque ecclesiasticorum qui ab aevo apostolico ad usque Innocentii III tempora**

Além das conclusões de Agostinho referentes à salvação do homem, que citou o versículo 4 do capítulo 2 da Primeira Epístola a Timóteo, outros excertos da Bíblia contribuíram para a relevância das súplicas pela salvação da alma durante o período merovíngio, em que, como discutido, a autoridade dos bispos alcançava toda sua comunidade. Na Epístola aos Efésios, o versículo 8 do capítulo 2, por exemplo, diz: “Pela graça fostes salvos, por meio da fé, e isso não vem de vós, é o dom de Deus”.²⁸⁴ Nesse excerto, o apóstolo Paulo advertiu os efésios sobre a necessidade da fé para a salvação, mas que, para isso, dependiam da intervenção divina. Assim sendo, era imprescindível rogar a Deus para que a alma fosse salva. Ainda que os testamentos não fizessem referência aos trechos da Bíblia ou a qualquer outro documento religioso, compreender seu conteúdo é relevante para esta análise, na medida em que ele fazia parte dos debates episcopais, como os sermões e os cânones conciliares. Logo, esse conteúdo era tido como fundamental na composição de documentos pelos próprios bispos ou que faziam doações às igrejas, como os testamentos.

Considerando que as obras de Agostinho de Hipona eram transmitidas, conhecidas e valorizadas pelas autoridades religiosas do período merovíngio²⁸⁵, concluímos que os testadores dos testamentos discutidos nesta dissertação apreenderam a teoria da salvação de Deus de Agostinho acima citada. Apesar de ser apenas um excerto do manual escrito pelo bispo, ele indica a ideia de que o homem deveria desejar salvar a sua alma para que Deus lhe concedesse tal salvação após sua morte. Além disso, os trechos da própria Bíblia aqui citados anunciavam aos cristãos a necessidade de rogar a Deus pela sua salvação.

Ao nos voltarmos para os testamentos merovíngios, observamos que o redator do texto da fórmula de Marculfo II, 17 apontou que iria libertar escravos e dar esmolas aos pobres em troca da salvação de sua alma:

Que os homens e mulheres livres, que nós libertamos ou desejaremos que sejam livres no futuro, e para quem nós teremos dado documentos assinados por nossa mão, para a salvação de nossa alma (...)

flouerunt ... [Series Latina, in qua prodeunt Patres, doctores scriptoresque Ecclesiae Latinae, a Tertulliano ad Innocentium III], Volume 32, [s.l.]: Excudebatur et Venit Apud Editorem, 1841, col. 1235. Nessa passagem, nota-se que, para Agostinho, a vontade humana era determinante na busca do bem maior, ou seja, da salvação. Assim, notamos a divergência desse conceito para aquele discutido anos mais tarde pelo mesmo bispo em *Enchiridion*, no qual depende-se da vontade de Deus para que se alcance a salvação.

²⁸⁴ BÍBLIA DE JERUSALÉM. Ef. 2,8, p. 2198.

²⁸⁵ Segundo a autora Rossana Pinheiro, Agostinho elaborou uma vasta quantidade de ricas reflexões ao longo de sua vida, que foram lidas, retomadas e consideradas autoridade no decorrer dos séculos posteriores. PINHEIRO, Rossana Alves Baptista. "Comemorar os mortos na África do Norte e na Galécia: entre normas e experiências (séculos V e VI)", *Tempo Brasileiro*, v. 199, 2014, pp. 91–92.

E quanto aos outros, se ninguém apresentar nenhum documento em nosso nome, assinado por nossa mão e marcado com uma data anterior a este testamento, que não mencionamos aqui, que eles sejam inválidos, exceto por aqueles relativos às alforrias que fizemos ou que iremos querer fazer no futuro para a salvação de nossa alma.

(...) aquilo que recebi para minha terceira parte, em sua totalidade, o que quer que queirais fazer com isso, seja doar pelo remédio da alma para os pobres ou para vossos servos, ou ainda para aqueles que merecem nossa benevolência, que seja feito sem a oposição de nossos herdeiros.²⁸⁶

As transmissões feitas no testamento contido no Formulário de Marculfo que indicam a salvação da alma, ou remédio da alma, eram trocas em que os testadores fizeram uma ação, boa aos olhos de Deus na doutrina cristã, esperando receber a salvação de sua alma após a morte, sem se referirem a nenhum intermediário. Assim, não foi necessário beneficiar a Igreja ou alguém especificamente para recorrer a tal salvação, mas apenas estabelecer, em forma de herança ou legado, algo digno do perdão de Deus dos seus pecados, para que fossem salvos após a morte. Esse é o ponto das transmissões testamentárias que se difere daquele das doações *pro anima*. Ao estabelecer esse tipo de doação, o autor deveria obrigatoriamente beneficiar uma instituição religiosa na esperança de ter sua alma salva. Ele era, segundo Josiane Barbier, uma estratégia dos aristocratas que doavam às igrejas, imitando as ações dos reis, para estabelecer redes sociais significativas na comunidade.

Ainda que a fórmula apresentasse doações a estabelecimentos eclesiásticos, elas não eram feitas pela salvação da alma e tais estabelecimentos não eram instituídos herdeiros:

Que determinada igreja, ou monastérios, receba determinadas *villas* situadas aqui. Eu confio a ti, onipresente Deus, a confiança de que tudo seja feito, doado e ofertado. Reservamos seu uso enquanto vivermos. Porém, desde que minha esposa poderia ter um terço das *villas* mencionadas, legadas aos lugares dos santos e aos nossos herdeiros, porque as adquirimos juntos como um casal, que ela receba, portanto, em compensação, um terço de determinadas *villas*, situadas em determinados *pagi*, se ela ainda estiver viva. E que ela tenha a permissão de fazer o que decidir com isso por nossa comum salvação, para os pobres e aqueles que merecem nossa benevolência.

²⁸⁶ “Liberos, liberas, quos quasque pro animae remedium fecimus aut in antea facire volueremus, et eis epistolas manu nostra firmatas dederemus.”; “In reliquo vero, qualiscumque a quemcumque epistolas de nomine nostro, manos nostras firmatas, ostensas fuerint et ante hunc testamentum prenotatas, quas hic non commemoravimus, excepto de ingenuitatis, quas pro animae nostrae remedium fecimus aut adhuc facire volueremus, vácuas permaneant.”; e “... quicquid exinde facire elegeris aut pro animae remedium in pauperaes dispensare aut ad vassos vestros vel bene meretis nostris, absque repetitionem heredum meorum, quod tua decreverit voluntas faciendi liberam habeas potestatem ...” (Tradução livre). MARCULFUS. *Marculfi formulae*. ZEUMER, Karl (ed.). MGH, pp. 86-87.

E após sua morte, se algo ainda estiver intestado, que nossos herdeiros o recebam.²⁸⁷

O casal tratou de doar algumas *villae* a igrejas ou monastérios, instituindo-lhes legatários, porém, eles não foram os mais beneficiados pelos testamentos. Além disso, as *villae* não foram doadas pela salvação do casal, o que ocorreu foi uma simples transmissão de bens. O trecho acima citado abrange uma doação pela salvação dos testadores, cujo benefício é destinado aos pobres e àqueles que merecem sua benevolência. Essas observações acerca de Marculfo II, 17 demonstraram que a referência à salvação da alma presente na fórmula não foi empregada para auxiliar em algum benefício aos estabelecimentos eclesiásticos. Isso sugere que a salvação da alma não dependia da Igreja, mas das atitudes daquele que a busca.

As transmissões de bens registradas nos testamentos em troca da salvação da alma do autor estão relacionadas a diferentes objetos. Todos eles fizeram doações às igrejas ou aos monastérios para a salvação da alma dos testadores, exceto por Remígio, que não fez nenhuma referência à sua alma ou salvação. O testamento de Widerado, por ter sido constituído a partir da fórmula de Flavigny, estabeleceu igualmente a alforria de servos para a salvação de sua alma,²⁸⁸ assim como o de Aredius e de sua mãe Pelágia²⁸⁹.

Abbo e Irmina confiaram a salvação de suas almas aos seus herdeiros, mediante doação de terras.²⁹⁰ Esses casos estão mais próximos às doações *pro anima* no que tange as

²⁸⁷ “Villas illas basilica illa, vel monasteria, sitas ibi, recipiant. Id ut fiat, detur, prostetur, te, omnipotens Deus, ad defensandum committo. Licet de omnibus, dum advivimus, nostrum reservavimus usum, sed dum in villas aliquas, quas superius nominavimus, quas sed loca sanctorum vel heredes nostris depotavimus, quod pariter, stante coniugo, adquaesivimus, predicta coniux nostra habere potuerat, propter ipsa vero tertia villas nuncpantes illas, sitas in pagos illos, in integritatae, si nobis suprestis fuerit, in compensatione recipiat, et quicquid exinde pro commune mercede vel in pauperibus aut bene meritis nostris facire decreverit, licenciam habeat, vel post eius discessu, si aliquid intestatum remanserit, heredes nostri recipiant.” (Tradução livre). MARCULFUS. *Marculfi formulae*. ZEUMER, Karl (ed.). **MGH**, p. 87.

²⁸⁸ “Similiter et illas cessiones quas ad liberos nostros Grisberto et Grinberto clericos ad eorum ingenuitates confirmandas Daolonecas in Bornato et in Ceresio fecimus, quando eos pro anime nostre remedio ingenuos dimisimus, lit dum adiuuunt hoc teneant, et post ipsorum discessum cum omne supraposito ad iam dictam casam Sancti Preiecti ubi eorum patrocinia et deffensionem constituimus reuertere faciant.” Testamento de Widerado. BOUCHARD, Constance Brittain (ed.). **The Cartulary of Flavigny, 717-1113**, p. 24.

²⁸⁹ “Et istos liberos nostros et liberas nostras, quos nobis bonae memoriae genitor noster Jucundus per testamentum suum commendavit, similiter et iilos quos pro remedio [animae] bonae memoriae fratris [AL., filii] nostri Eustadii liberos fecimus, tibi, sanctae Martine, defensandos commendamus. Et si quis eis amplius praeter hoc quod eis injunctum est, in quolibet inquietare aut dominare voluerit, tu, sanctae Martine, defendas.” Testamento de Arédio. MIGNE, Jacques-Paul (ed.). *Testamentum sancti Aredii*. **Patrologiae cursus completus**, col. 1146.

²⁹⁰ No testamento de Abbo: “Omnia et ex omnibus quicquid infra ipsum pago regense, ad ipsum bractio, et uocontio aspicere uidetur, preter quod superius scriptum est, quod dum heredem meam ecclesia sancti petri dedi, ut tam pro anime nostre remedie ut diximus, (...). Simile modo donamus ad ecclesia sancti iohannis baptiste maurogenna in luminaribus ipsius sancti loce, et pro anime nostre remédio, loca nucupantis in pago (...).” GEARY, Patrick. **Aristocracy in Provence**, p. 70. E no de Irmina: “Ideirco dono a die presenti pro remédio

relações entre os doadores e os beneficiários, pois marcavam uma distinção de categorias entre a Igreja e aqueles que não eram eclesiásticos, estabelecendo uma relação de parceria em que os autores dos documentos fornecem bens materiais, como *villae*, e os beneficiários passam a fazer parte das redes sociais de suas famílias.²⁹¹

A cláusula da salvação da alma é ainda mais específica no caso do testamento de Irmina, elaborado para que a abadessa pudesse fazer doações pela salvação de sua alma à basílica de Santa Trindade e São Pedro e São Paulo em Oeren, administrada pelo bispo Villibrordo, devido à desconfiança sobre as relações do bispo com a testadora. Se considerarmos as afirmações de Ian Wood, Régine Le Jan e Paul Fouracre de que Villibrordo era filho de Irmina²⁹², e termos em vista que ele era o verdadeiro beneficiário dos bens legados, já que os estabelecimentos religiosos instituídos herdeiros eram administrados por ele, então o testamento legaria bens ao herdeiro natural e estaria seguindo as normas das regras sucessórias.

No entanto, as análises de Nancy Netzer sobre os Sermões de Oeren identificaram o bispo com um missionário nascido em Deira (Nortúmbria), em 658, e como tendo sido discípulo do bispo Vilfrido de York.²⁹³ Nesse sentido, Irmina, uma nobre viúva pertencente à família dos Pipinidas (sua filha casou-se com Pepino de Herstal) e abadessa, teria feito seu testamento com o intuito de legar seus bens à basílica e, indiretamente, ao monastério construído em suas propriedades, já que o monastério estava dentro dos limites administrativos da sé da basílica. Observemos a disposição da instituição dos estabelecimentos religiosos como seus herdeiros:

Por isso, doo neste dia, para o remédio de minha alma ou para o aumento de minha recompensa na eterna beatitude, à basílica que existe tanto em nome da Santa Trindade, como em honra de Santa Maria que concebeu o Nosso Senhor Jesus Cristo, assim como dos abençoados apóstolos Pedro e Paulo,

animae meae vel pro mercedis meae augmento in aeterna beatitudine vel retributione ad basilicam, quae est in nomine sanctae Trinitatis vel in honore sanctae Mariae genitricis domini nostri Iesu Christi, vel beatorum apostolorum Petri et Pauli seu ceterorum sanctorum (...)" (Tradução livre). Testamento de Irmina. PERTZ, Georg Heinrich (ed.). *Carta Irminae de Epternaco et suis adiacentiis*, MGH, p. 50.

²⁹¹ BARBIER, Josiane. "Testaments et pratique testamentaire dans le royaume franc (VIe-VIIIe siècle)", pp. 59-60.

²⁹² WOOD, Ian. "Genealogy Defined by Women: the Pippinids", in: BRUBAKER, Leslie; SMITH, Julia M. H. (eds.). **Gender in the Early Medieval World: East and West, 300-900**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2004, p. 247. JAN, Régine Le. **Famille et pouvoir dans le monde franc (VIIe-Xe siècle): essai d'anthropologie sociale**. Paris: Publications de la Sorbonne, 1995, p. 203. FOURACRE, Paul, **The Age of Charles Martel**, Londres: Routledge, 2000, pp. 44-46.

²⁹³ NETZER, Nancy. **Cultural Interplay in the Eighth Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, pp. 4-5.

ou ainda de outros santos, construída em nossa *villa* Echternach, acima do rio Sauer, na qual o senhor e nosso pai em Cristo o bispo Villibrordo é visto como guia e governador (...) ²⁹⁴

A testadora não fez uso do termo “herdeiro”, mas os estabelecimentos mencionados foram os únicos beneficiários, além de ter indicado no início do trecho que se tratava de um testamento. Desse modo, todas as doações feitas aos herdeiros supunham, em contrapartida, a salvação da alma de Irmina. Sendo ou não mãe do bispo de Oeren, Irmina recorreu ao recurso da salvação da alma para que suas vontades fossem respeitadas. Caso ele tenha sido seu filho, as transmissões à Igreja evitavam que outros herdeiros reivindicassem os bens deixados a Villibrordo, mas, caso não tenha sido seu filho, Irmina teria estabelecido, por meio dessas transmissões, redes sociais de grande influência na região de Oeren para sua família. Não cabe a este trabalho julgar a origem de Villibrordo, uma vez que seria necessário estudos mais aprofundados do tema e análises de um número maior de documentos. Além disso, tal inquietação não impossibilita esta investigação, mas enriquece-a por suscitar duas situações diferentes do emprego dessa cláusula como ferramenta que favorecia o doador.

Portanto, a libertação de escravos e a doação de patrimônio para os mais necessitados, como servos, pobres e a própria Igreja, que cuidava dos mais pobres, eram ações importantes para a salvação da alma do testador. Ao considerar os escritos de Agostinho, como o *Enchiridion*, observamos a importância da súplica para que Deus providenciasse a salvação, que era manifestada em forma de uma transação testamentária. Essa negociação com Deus poderia trazer outros benefícios ao testador, como o estabelecimento de uma influente rede social na região para sua família, ou ainda, a prescrição de legados protegida de reivindicações de herdeiros naturais.

2.5. A instituição de legatários nos testamentos de Remígio de Reims e de Abbo da Provença

Esta seção explorará de maneira mais desenvolvida a comparação entre o testamento mais antigo do período merovíngio e o mais recente. Além de observar a continuidade de certas disposições formais que foram mantidas nos documentos ao longo de dois séculos, será

²⁹⁴ “Ideirco dono a die presenti pro remedio animae meae vel pro mercedis meae augmento in aeterna beatitudine vel retributione, ad basilicam, quae est in nomine sanctae Trinitatis vel in honore sanctae mariae genitricis domini nostri Iesu Christi, vel beatorum apostolorum Petri et Pauli seu ceterorum sanctorum, in villa nostra Eptarnaco constructa, sita supra fluvium Sura, ubi dominus et pater noster in Christo Willibrordus episcopus rector et gubernator esse videtur (...)”. (Tradução livre). Testamento de Irmina. PERTZ, Georg Heinrich (ed.). *Carta Irminae de Epternaco et suis adiacentiis*, MGH, p. 50.

possível verificar as diferentes formas de instituir legatários e como elas respondem aos diferentes contextos nos quais foram escritos.

O bispo Remígio de Reims foi um grande proprietário de família senatorial de alta posição social. Seu testamento foi escrito no começo do século VI, antes de sua morte, em 533, e dispõe de bens provenientes da região nordeste do reino merovíngio. O testamento não só abrange a transmissão de bens imóveis, ou seja, de suas terras, mas contempla também a assistência a seus subordinados, clérigo e pobres. Os herdeiros, no entanto, são a igreja de Reims e seus sobrinhos Lupus e Agricola.²⁹⁵

Já Abbo foi um rico proprietário de terra nas áreas montanhosas a leste do rio Reno e na baixa Provença. Ele escreveu seu testamento em 739, no qual estabeleceu como sua herdeira o monastério de Novalesa, fundada por ele 13 anos antes. Esse testamento é conhecido por transmitir uma grande quantidade de propriedades, mas ele também prevê o cuidado com o futuro do monastério. Abbo declarou, por exemplo, como deveria ser a escolha do abade, além de assegurar a autonomia do monastério:

(...) enquanto ele (Bispo Walchuno) viver, deixe que este monastério de São Pedro, meu herdeiro com todas as propriedades dadas a ele, permaneça sob seu próprio nome e sob nossa comum administração. E, como é humano, quando o abade deste monastério deixar esta luz, então deixe que este senhor bispo Walchuno escolha como abade quem ele quiser escolher e que este abade e seus monges conduzam a si próprios (...)²⁹⁶

Nesse trecho, vemos que Abbo, para beneficiar seu herdeiro, legou ao bispo Walchuno a responsabilidade de zelar pela autonomia do monastério, bem como pela escolha do abade do monastério de Novalesa, fundado pelo testador. Remígio, no entanto, não fez determinações sobre a escolha do bispo que o substituiria em Reims. O bispo de Reims esteve mais empenhado em ordenar, por meio de cláusulas testamentárias, que seus sobrinhos, ou seja, seus herdeiros, e diferentes igrejas ajudassem os pobres, os padres e o clérigo, ou celebrassem seu nome com as doações que fez. Por conseguinte, a principal diferença entre esses dois testamentos é a de que os pobres foram beneficiados em diversas partes do

²⁹⁵ DELGADO, Noel Lazaro. *The Grand Testamentum of Remigius of Reims*, pp. 140-141.

²⁹⁶ “Vt dum ipse aduixerit, sub suo nomine et gubernatione, et nostra commune ipse monasterius sancto petro heredem meum cum omnibus rebus ad ipsum delegandis consistere valeat. Et quod humanum est quando abbas de ipso monasterio de hac lucem migraverit, tunc abbate quem ipse dominos ualchuni episcopus in ipso monasterio elegere uoluerit, ibidem mittat. ” (Tradução livre). Testamento de Abbo. GEARY, Patrick. *Aristocracy in Provence*, pp. 72-73.

testamento de Remígio, enquanto no de Abbo eles só foram mencionados juntamente com a cláusula da salvação da alma. No final do seu testamento, Abbo declarou que:

E o que pedimos não uma vez, mas repetidamente, e rezamos humildemente aos senhores príncipes, a todos os poderosos e aos bispos, pelo Pai e o Filho e o Espírito Santo, vós que tendes o poder de ordenar e governar, que aquilo que concedemos por nossa vontade por meio deste meu testamento para a minha herdeira a Igreja do monastério de São Pedro para o sustento dos monges e dos pobres, que vós não permitais que ele seja de forma alguma lesionado ou atacado, já que se relaciona com vossa recompensa eterna comum.²⁹⁷

Essa, que é uma das últimas cláusulas do testamento de Abbo, reafirma a instituição da herdeira, a igreja do monastério que fundou, e implora pela conservação da transmissão de bens em favor do sustento dos pobres por meio da cláusula da salvação da alma, descrita como recompensa eterna. Nesse trecho, o autor expôs claramente que a recompensa eterna está associada diretamente com a proteção da transmissão estabelecida: “que vós (herdeira) não permitais que ele (concessão feita para o sustento dos monges e dos pobres) seja de forma alguma lesionado ou atacado, já que se relaciona com vossa recompensa eterna comum.”²⁹⁸ Assim, como discutido na seção anterior, simultaneamente às vantagens garantidas ao testador por fazer doações à Igreja para o sustento dos pobres tendo em vista a salvação da alma, ele ainda garante mais um vínculo em sua rede de relações sociais na região da Provença. Remígio, por ser bispo da igreja de Reims, já tinha esse vínculo aparentemente garantido, que o permite instituir inúmeros legatários, como aquele citado a seguir:

E eu delego ao meu sobrinho (*nepos*) Pretextatus: Moderatus, Tottio, Marcovicus, o servo Inocência, quem eu recebi de Profuturus, meu *originarius*²⁹⁹, quatro das colheres largas, um galheteiro de vinagre, um

²⁹⁷ “Dum et non semel sed sepius eum requisivimus, et humiliter prece domnis principibus, uel omnium potestatibus, et episcopais, per patre et filio, et spiritu santo, qui potestatem dominandi regendi habeatis, ut hunc uoluntatis nostre, quem per hunc testamentum meum ad heredem meam ecclesia sancto petro monasterio pro substantia monachorum et pauperorum delegavi, ut in nullo permittatis conuellere nec irrumpere, ut ad augmentis mercedis uestre commune pertineat.” (Tradução livre). Testamento de Abbo. GEARY, Patrick. **Aristocracy in Provence**, pp. 76-79.

²⁹⁸ “(...) ut in nullo permittatis conuellere nec irrumpere, ut ad augmentis mercedis uestra commune pertineat.” (Tradução livre). Testamento de Abbo. GEARY, Patrick. **Aristocracy in Provence**, pp. 78-79.

²⁹⁹ Segundo o Léxico do Latim Merovíngio de Niermeyer, *originarius* remete-se a um arrendatário de terras hereditário que possui uma condição servil. NIERMEYER, Jan Frederik. **Mediae Latinitatis Lexicon Minus**. Leyden: Brill, 1976, p. 748.

manto que o tribuno³⁰⁰ Friaiedus deu-me e o bem decorado cajado de prata.³⁰¹

O trecho citado começa com “E eu delego (...)”. *Delegatio*, no Direito Romano, significava ordenar a alguém que doasse algo a uma terceira pessoa ou assumisse uma obrigação.³⁰² Essa obrigação não era destinada a *Pretextatus*, mas aos seus herdeiros, que deveriam assegurar-se de que a sua vontade de transmitir os bens dispostos a *Pretextus* fosse cumprida. Portanto, Remígio se familiarizava com as normas romanas e, ainda que não fossem respeitadas na Gália do período alto-medieval, elas serviam ao menos para impor certa autoridade nos documentos redigidos. No entanto, Remígio não utilizou o termo *delegatio* para instituir todos seus legatários:

Ordeno que doze soldos sejam dados aos subdiáconos, dois soldos aos leitores, dois soldos aos porteiros e ao clero subalterno. Aos pobres listados na matrícula esperando esmolas diante da porta da igreja, doze soldos devem ser enviados a eles para sua reparação.³⁰³

A partir desse trecho, observamos que, na busca por preservar o benefício a receptores diferentes de seus herdeiros naturais e daqueles instituídos pelo próprio testamento, Remígio delegou soldos, terras, vinhas, roupas, objetos, etc., à igreja de Laon, à diaconesa Helária, à Remígia, aos sobrinhos, clérigos, diáconos, pobres, entre outros. Ainda que não apareça o termo *delegatio*, Remígio claramente ordenou aos seus herdeiros que sua vontade fosse respeitada.

O testamento de Remígio é singular por ter instituído uma grande quantidade de legatários. Para isso, antes de estabelecer qualquer legado, Remígio prescreveu uma cláusula dirigida aos seus herdeiros: “(...) serão herdeiros de toda minha propriedade que chegou a

³⁰⁰ Nomeava-se de tribuno, segundo Niermeyer, o funcionário da cidade subordinado ao conde, cujas atribuições eram, sobretudo, policiais. NIERMEYER, Jan Frederik. **Mediae Latinitatis Lexicon Minus**, p. 1043.

³⁰¹ “Delegoque nepotu meo Pretextato Moderato, Tottionem, Marcovicum, Innocentium servum, quem accepi a Profuturo originario meo, coclearia quattuor de maioribus, acitabulum, lacernam, quam mihi tribunus Friaredus dedit, et argenteam cabutam figuratam.” (Tradução livre) HINCMAR. *Vita Sancti Remigii*. KRUSCH, Bruno (ed.), **MGH**, p. 338.

³⁰² BERGER, Adolf. **Encyclopedic Dictionary of Roman Law**. Philadelphia: The American Philosophical Society, 1953, p. 429.

³⁰³ “Subdiaconibus solidos duos, lectoribus solidos duos, ostiariis et iunioribus solidos duos iubeo dare. Pauperibus in matricula positibus, ante fores aeclesie exspectantibus stipem, duo solidi, unde se reficiant, inferentur.” (Tradução livre). Testamento de Remígio. HINCMAR. *Vita Sancti Remigii*. KRUSCH, Bruno (ed.). **MGH**, p. 337.

mim durante minha vida, exceto pelo que doe, leguei ou ordenei dar a outros”³⁰⁴. Essa cláusula compete tanto à instituição de herdeiros (“serão herdeiros de toda minha propriedade”) quanto de legatários (“exceto pelo que doe, leguei ou ordenei dar a outros”) e confirmou todos os legados que fez em seu testamento.

Muitos outros testamentos merovíngios mencionam a mesma cláusula, como o de Abbo, escrito dois séculos mais tarde, cuja disposição citamos: “eu confio à fé de meus herdeiros que todos aqueles que eu decretei serem libertados sejam libertos e que tudo o que eu leguei ou ordenei ser doado, que assim seja feito”.³⁰⁵

Tendo observado o zelo dos testadores pela instituição de legatários, como acontece nas cláusulas acima, constatamos que ela era muito comum em testamentos desde o período de Gaio na Roma antiga.³⁰⁶ Apesar da instituição de herdeiros ser necessária para o estabelecimento de legados, o legatário também tinha obrigações, independentes de qualquer intervenção dos herdeiros, que os consolidavam, como discutido na seção sobre a reciprocidade das transmissões. Uma palavra muito utilizada nos testamentos para indicar esse papel ativo do legatário no Direito Romano, segundo William Leage, é *vindicatio*³⁰⁷, também encontrada nos testamentos merovíngios expressando o mesmo sentido.

O testamento de Remígio, por exemplo, declara que: “tu, meu sobrinho Bispo Lupo, reivindicarás sob teu domínio Nifastis e sua mãe Muta e a vinha que Enia, a viticultora, cuida. Ordeno que Enia e Monulfo, seu filho mais novo, sejam libertos”.³⁰⁸ O testador impôs a seu herdeiro, o sobrinho Lupo, que a sua vontade de libertar Enia e Monulfo fosse cumprida e que ele não reivindicasse a serva como parte de seu domínio, mas apenas a vinha mencionada. Portanto, há nesse trecho dois legados, um ao herdeiro, que abrangia a posse de dois servos e de uma vinha, e outro aos legatários Enia e Monulfo, servos cujos bem recebido foi sua alforria.

³⁰⁴ “(...) in omni substantia mea, que mea sorte obvenit, antequam moriar, preter id quod unicuique donavero, legavero darive iussero, vel unumquemque vestrum voluero habere precipuum.” (Tradução livre) Testamento de Remígio. HINCMAR. *Vita Sancti Remigii*. KRUSCH, Bruno (ed.). MGH, p. 336.

³⁰⁵ “(...) quos quas liberosue esse decreuero, liberi libereue sint omnis, et queque per hoc testamentum meum dederó, legauero, dare iussero, id ut fiat detur, prestetur fidei heredes mei committo.” (Tradução livre) GEARY, Patrick. *Aristocracy in Provence*, pp. 40-41.

³⁰⁶ DELGADO, Noel Lazaro. *The Grand Testamentum of Remigius of Reims*, p. 143.

³⁰⁷ LEAGE, Richard William. *Roman Private Law: founded on the ‘Institutes’ of Gaius and Justinian*. Londres: Macmillan, 1909, p. 208.

³⁰⁸ “Tu vero, fili fratris mei, Lupe episcopo, tuo domínio vindicabis Nifastem et matrem suam Mutam, vincam quoque, quam Enias vinitor colit. Eniam et Monulfum, eius filium iuniorem, iubeo libertate perfungi.” (Tradução livre). Testamento de Remígio. HINCMAR. *Vita Sancti Remigii*. KRUSCH, Bruno (ed.). MGH, p. 337.

Remígio libertou uma grande quantidade de servos por meio de seu testamento, enquanto Abbo mencionou apenas aqueles que já haviam sido libertos por outros documentos. O aristocrata da Provença legou os libertos à sua herdeira (a igreja do monastério de Novalesa) para garantir que eles permanecessem em, ou seja, os libertos eram os verdadeiros beneficiados, uma vez que conservariam sua liberdade, enquanto à herdeira cabe apenas assegurar tal desejo de Abbo. Essa ação é uma estratégia realizada pelo testador para evitar reivindicações de membros de sua família, considerados pelo costume provindo do período romano como herdeiros naturais.

Assim, Abbo zelava pelo monastério e pelos libertos que viviam em suas propriedades. Ele queria que, tanto os libertos quanto os monges, mantivessem sua liberdade, mas que cuidassem de suas propriedades e da igreja. Apesar de não haver instituição de legatários diretamente como no testamento de Remígio, há algumas referências a transmissões de bens a pessoas não instituídas suas herdeiras, como no trecho: “Acerca da quinta nesse lado do rio, que doamos ao meu liberto chamado Bertário, desejo e ordeno que seus filhos a tenham e que eles devem pertencer à minha herdeira”.³⁰⁹ Abbo concedeu seus libertos à sua herdeira, a igreja de Novalesa, com a finalidade de que ela preservasse a liberdade dos servos contra a reivindicação daqueles que, por se considerarem seus herdeiros, supunham que tinham o direito de manter aqueles libertos, como Bertário acima citado, seus servos.

Diferentemente do testamento de Remígio, não há uma só cláusula no de Abbo em que a igreja de São Pedro não seja beneficiária ou responsável pelas vontades do testador. Em seu documento, Abbo delegou à sua herdeira a proteção de todas as suas vontades e transmissões feitas em vida ou por meio do próprio testamento.

Remígio e Abbo cuidaram com a mesma intensidade de suas propriedades nos documentos analisados, pois ambos temiam reivindicações. No entanto, outro contraste do testamento de Remígio em comparação ao de Abbo é o estabelecimento de diferentes herdeiros, afora a igreja de Reims, como seus sobrinhos. Seu testamento também expressou diversas maneiras de distinguir suas propriedades. Em outras palavras, suas propriedades tinham diferentes valores para Remígio, como as valorosas vinhas. Há seis transferências de vinhas em seu testamento e cada uma delas foi caracterizada de forma diferente pela indicação daquele que a cultivava. Há, inclusive, uma vinha que foi constituída pelo próprio bispo e que, por isso, estabelece uma condição para legá-la:

³⁰⁹ “Colonica subtus ripas quem ad libertum meum nomen bertarii dedimus, infantes sui habeant uolo ac iubeo, et ipsi ad herede mea aspicere debeant.” (Tradução livre) GEARY, Patrick. **Aristocracy in Provence**, pp. 56-57.

Eu dou a ele (ao sobrinho Agathimer) a vinha que eu plantei em Vendresse e que eu estabeleci graças ao meu trabalho, na condição de que uma oferta seja feita por seus pais todo dia de festividades e domingos no sagrado altar para minha comemoração e que banquetes anuais sejam oferecidos aos padres e diáconos de Laon com a autorização do Senhor.³¹⁰

As condições estabelecidas ao seu herdeiro, seu sobrinho Agathimer, para transmitirlhe a vinha envolviam seus pais, que deveriam conservar a memória do bispo em todos os domingos e dias de festividades, e os padres e diáconos de Laon, beneficiários do legado ao receberem um banquete anual. Portanto, constatamos que não só os herdeiros ou legatários eram os beneficiários. Os testadores podiam determinar que seus herdeiros ou legatários favorecessem outras pessoas ou estabelecimentos.

Como discutido anteriormente, os testamentos mantiveram seus aspectos formais do século VI ao VIII. Consequentemente, as características formais dos testamentos de Remígio e Abbo também se assemelham. Como exemplo, ressaltamos a semelhança de seu *invocatio*: “In nomine Patris, et filii, et Spiritus Sancti”. Ademais, ambos estabeleceram uma instituição religiosa como herdeira, invocaram a lei pretoriana e, acima de tudo, ambos apresentaram estratégias de transmissão de bens. Remígio usou seu testamento para legar bens à sua família, enquanto que Abbo legou bens para a igreja do monastério de Novalesa como meio de sustentar os monges e de manter a sua extensa propriedade unida.

Contudo, também constatamos diferenças que não são consequência da distância temporal de sua escrita, mas sim dos valores agregados aos bens. As vinhas, por exemplo, apresentavam um valor maior no testamento de Remígio, tanto que o próprio bispo se ocupava de uma em especial. Da mesma forma, no testamento de Abbo não havia instituição de legatários como no de Remígio. O aristocrata da Provença fez legados a terceiros como no trecho acima citado³¹¹, ou seja, quando ele desejava fazer uma doação a um legatário, ele a fazia na esperança de que sua herdeira protegesse tal transmissão. Nesse caso, o testador

³¹⁰ “cui vineam dono, quam posui Vindonisse et meo labore constitui, sub ea conditione, ut a patribus suis omnibus diebus festis ac dominicis pro commemoratione mea sacris altaribus offeratur oblatio, et Lugdunensibus presbiteris atque diaconibus annua conuiuium, concedente Domino, praebeantur.” (Tradução livre). Testamento de Remígio. HINCMAR. *Vita Sancti Remigii*. KRUSCH, Bruno (ed.). MGH, p. 338.

³¹¹ Cf. Nota 289 desta dissertação. “Colonica subtus ripas quem ad libertum meum nomen bertarii dedimus, infantes sui habeant uolo ac iubeo, et ipsi ad herede mea aspicere debeant.” GEARY, Patrick. *Aristocracy in Provence*, pp. 56-57.

instituiu a igreja como sua fideicomissária, ou seja, como a responsável pelo cumprimento das tarefas dispostas.

2.6. Conclusão

Este capítulo propôs-se a discutir a instituição de legatários nos testamentos merovíngios. Foi possível observar, por meio das análises e comparações, como as cláusulas referentes àquela instituição foram empregadas pelo testador na esperança de garantir suas últimas vontades. Para concluir, constatamos que muitas dessas cláusulas foram promulgadas em respeito às normas vigentes no período. O Edito de Paris, emitido por Clotário II em 614³¹², declarou que, caso uma pessoa morresse sem deixar um testamento redigido, tornariam-se seus herdeiros legítimos seus familiares mais próximos, geralmente seus filhos.³¹³ Considerando que suas normas eram respeitadas, pelo menos, pelos aristocratas e autoridades locais, visto que tinham maior acesso aos comunicados da autoridade central, os testadores dos documentos analisados nesta dissertação procuraram legar bens a pessoas ou instituições que não eram previstas nas regras sucessórias descritas. Diante disso, reconhecemos os testamentos como inventários dos bens para que seus herdeiros e legatários não tivessem seus benefícios prejudicados por reivindicações ou até mesmo usurpações de terceiros.

Além disso, por dissertarmos sobre documentos que beneficiavam estabelecimentos eclesiásticos, observamos que os concílios, a partir de meados do século VI, promulgaram cânones que visavam à conservação das transmissões às igrejas:

Lyon II (567-570), 2: Em segundo lugar, desde que numerosas intrigas de infieis visam privar a Igreja de doações a ela atribuídas, é conveniente observar inviolavelmente isso: que os testamentos, assim como as doações e todos os outros atos, que foram redigidos pela própria vontade dos bispos, padres ou clérigos das ordens inferiores, por quem eles conferem um bem à Igreja ou a quem quer que seja, permaneçam plenamente válidos.³¹⁴

³¹² O Edito de Paris é um decreto real fundamental para se ter uma visão institucional sobre as últimas vontades de um defunto. Ele faz parte dos poucos registros do período merovíngio aos quais ainda temos acesso nos dias de hoje. MURRAY, Alexander Callander. “Immunity, nobility, and the *Edict of Paris*”. **Speculum**. V. 69, N. 1 (Jan. 1994), p. 22.

³¹³ BARBIER, Josiane. “Testaments et pratique testamentaire dans le royaume franc (VIe-VIIe siècle)”, , p. 16.

³¹⁴ “Secundo loco, quia multae tergiuersationes infidelium ecclesiam quaerunt collatis priuare donariis, id conuenit inuiolabiliter obseruari, ut testamenta, quae episcopi, presbyteri seu inferioris ordinis clerici uel donationes aut quaecunque instrumenta propria voluntate confecerint, quibus aliquid ecclesiae aut quibuscunque confere videantur, omni stabilitate subsistant”. Cânone 2 do Concílio de Lyon II (567-570). GAUDEMET, Jean; BASDEVANT-GAUDEMET, Brigitte (eds.). **Les canons des conciles mérovingiens (VIe-VIIe siècles)**, pp. 404-405.

Paris V (614), 12: E porque várias intrigas de infiéis visam privar a Igreja de Deus de doações a ela atribuídas, é acordado, segundo as constituições dos pontífices precedentes, observar inviolavelmente isso: que os testamentos, assim como as doações e todos os outros atos, que foram redigidos pela própria vontade dos bispos, padres ou clérigos das ordens inferiores, por quem eles conferem um bem à Igreja ou a quem quer que seja, permaneçam plenamente válidos.³¹⁵

Os concílios merovíngios eram reuniões entre bispos convocadas pelos reis ou por algum bispo para estabelecer ou discutir normas para a comunhão das igrejas do reino. Os cânones 2 e 12 dos concílios de Lyon II e de Paris v, respectivamente, foram realizados pela iniciativa do rei Gontrão e Clotário. Eles ilustram a relevância da instituição de legatários no período. Segundo os bispos presentes no concílio, os testamentos que conferissem bens a estabelecimentos eclesiásticos ou aos seus responsáveis seriam válidos, ou seja, todas as suas disposições deveriam ser respeitadas. Portanto, essas normas conciliares, ao proteger as doações feitas à Igreja, também favoreciam os legados. Recordamos que os testadores da fórmula de Marculfo II, 17, ainda que tivessem o intuito de estabelecer os filhos como herdeiros e principais beneficiários, legam algumas *villae* a basílicas ou monastérios.³¹⁶ Mesmo que a cláusula apareça de forma modesta no documento, ela estava de acordo com as normas dos cânones citados, assegurando o cumprimento de todas as outras disposições.

Como os cânones mencionaram, havia intrigas contra as transmissões de bens destinadas principalmente às igrejas. Essas intrigas, que nos referimos nesta dissertação como reivindicações, poderiam surgir no meio dos familiares dos testadores que se sentiam lesados pelas disposições testamentárias. Muitos parentes considerados herdeiros naturais, segundo o costume romano apreciado no período merovíngio, como discutido anteriormente, não eram favorecidos pelos testadores, o que poderia gerar confusão e queixas. Isso tornou os testamentos documentos frágeis, passíveis de serem desrespeitados, e contribuiu para o surgimento das doações *pro anima*, documentos irrevogáveis e sem limites legais que tinham o propósito de transmitir bens às igrejas.³¹⁷

³¹⁵ Et quia multae tergiuersationes infidelium ecclesias Dei quaerunt conlatis priuari donariis, secundum constitutionem precedentium pontificum id conuenit inuiolabiliter obseruari, ut testamenta, quae episcopi, presbyter seu inferioris ordinis clerici uel donationes aut quaecumque strumenta propria uoluntate confecerint, quibus aliquid ecclesiae aut quibuscumque personis confere uideantur, omni stabilitate subsistant”. Cânone 12 do Concílio de Paris V. GAUDEMET, Jean; BASDEVANT-GAUDEMET, Brigitte (eds.). **Les canons des conciles mérovingiens (VIe-VIIIe siècles)**, pp. 514-517.

³¹⁶ MARCULFUS. *Marculfi formulae*. ZEUMER, Karl (ed.). **MGH**, pp. 86-88.

³¹⁷ BARBIER, Josiane. "Testaments et pratique testamentaire dans le royaume franc (VIe-VIIIe siècle)", p. 59.

No entanto, os testamentos, ao contrário das doações *pro anima*, tinham o objetivo de expor as últimas vontades de seu autor, que, ao menos nos testamentos analisados nesta dissertação, envolvem as transmissões de bens (como *villae*, objetos, etc.), alforrias e atividades que conservassem sua memória a diversos beneficiários. Muito dessas vontades podem ser contempladas nesse trecho do testamento do filho de Idda:

Que seja aceito incluir neste meu testamento, para que meus libertos, cuja servidão foi abolida por carta, permaneçam integralmente em liberdade. O conteúdo de tal carta foi elaborado para o remédio de minha alma e para que seja oferecida luz à vossa basílica de São Martinho, que construístes com vosso trabalho e esforço, que poderá ser ou não o local de minha sepultura, na *villa* Chrausobaco, chamada de Calciacus, onde meus irmãos descansam. Tudo isso lego por este meu testamento às já citadas basílicas, para que seja herdado perpetuamente, ordeno em nome de Deus de manifestada e inteira vontade, e deixo herdado e mantido.³¹⁸

O testador institui, no início do trecho citado, seus libertos como legatários de sua liberdade. Ele estabelece tal legado pelo remédio de sua alma, o que tinha a função de proteger o legado contra qualquer tipo de reivindicação. Há ainda a prescrição da obrigação de oferecer luz à basílica de São Martinho aos legatários como forma de preservar a memória do testador.

Como demonstrado, esse documento apresenta diversas lacunas que ocultam a instituição de herdeiros e o seu destinatário. Portanto, as santas basílicas a que se refere poderiam ser tanto suas herdeiras como suas legatárias. Essa dúvida é proposta, pois, em geral, os herdeiros eram os destinatários do documento, porém, o do filho de Idda não era dirigido às basílicas. Além disso, em nenhum dos trechos conservados, o autor as designam como herdeiras. Caso elas tenham sido instituídas legatárias, o trecho acima citado foi usado como um meio de esclarecer ao herdeiro, quem quer que tenha sido, que tudo o que foi mencionado deveria ser transmitido às suas legatárias sem a sua interferência. Caso as santas basílicas tenham sido suas herdeiras, o filho de Idda teria lhes confiado a liberdade daquelas pessoas para que elas a protegessem.

³¹⁸ “Illud huic testamenti mihi inserendi conplacuit, ut quos de servientibus meis per aepistolam ingenuetatis laxavi, in integra ingenuetate resedeant; tamen secundum quod eorum aepistolas loquetur, et pro animae meae remedium, et lumen praeferendum ad basilicae vestrae Sancti Martini, que vestro opere et labore in villa Chrausobaco, qui nuncopatur Calciacus, construxistis, vel locum sepulturoli meae si fuerit an non fuerit, in qua germani meae requiescunt, hoc quod à saepe dictas basilecas dilegavi per hunc testamentum meum, et ubi et ubi perpetualiter possedendum, in Dei nomine prumptâ et integrâ voluntate precipio, et habendum possedendumque relinquo.” (Tradução livre). Testamento do filho de Idda. BRÉQUIGNY, Louis Georges Oudart-Feudrix de; THEIL, François Jean Gabriel de La Porte Du; PARDESSUS, Jean-Marie (eds.). **Diplomata chartae, epistolae, leges aliaque instrumenta ad res Gallo- Francicas spectantia**, p. 212.

Assim, a instituição de legatários estava presente nos testamentos para que o interessado pudesse legar bens a diferentes pessoas ou instituições. O caso de Remígio é bastante singular por ter instituído três herdeiros – em geral, os testamentos merovíngios determinavam apenas um –, além de diversos legatários, que eram beneficiados com a alforria, no caso dos servos, soldos, propriedades, etc. Nesse sentido, concluímos que a instituição de legatários foi fundamental para grande parte dos testamentos merovíngios conservados até os dias de hoje. Ela não só possibilitava ao testador distribuir seus bens para diversos beneficiários e delimitar a forma como eles podiam ser usufruídos, mas também lhe fornecia confiança sobre o cumprimento das suas últimas vontades após sua morte, conservando de diversas formas sua memória na comunidade.

3. A instituição de fideicomissários

3.1. Introdução

Este capítulo abordará a última instituição testamentária buscando compreender como o seu emprego reflete os interesses dos testadores, que a torna um instrumento para assegurar a realização de transmissões que manteriam sua memória conservada após sua morte. Essa abordagem será elaborada a partir das comparações dos testamentos merovíngios, especialmente das comparações entre os testamentos de Irmina e Burgundofara, e da análise do testamento de Cesário. As cláusulas testamentárias que revelam a instituição de legatários são compostas por confirmações de transmissões de bens e alforrias estabelecidas pelos testadores, ou ainda por incumbências, tarefas que tinham a finalidade de preservar sua memória, ambas dirigidas ao herdeiro para que eles as cumprissem e respeitassem.

Ao comparar os testamentos de Cesário de Arles e Remígio de Reims, é possível verificar uma cláusula semelhante no começo de ambos os documentos, contempladas abaixo:

Cesário de Arles: “Aquilo que eu terei doado, legado ou ordenado a doar, seja antes ou por este meu testamento, que seja doado.”³¹⁹

Remígio de Reims: “Quando eu, bispo Remígio, deixar esta luz, tu serás minha herdeira, santa e venerável igreja católica da cidade de Reims, e tu, filho de meu irmão, bispo Lupus, que sempre preferi com amor especial, e tu, meu sobrinho padre Agrícola, que me agradou com tua obediência na infância, serão herdeiros de toda minha propriedade que chego a mim

³¹⁹ “Quod cuique ante aut per hoc testamentum meum dedero, legauero dariue iussero, ut detur fiat.” (Tradução livre). COURREAU, Joël; VOGÜÉ, Adalbert de (eds.). *Ouvres Monastiques: Césaire d’Arles*, pp. 382-383.

durante minha vida, exceto pelo que doe, leguei ou ordenei dar a outros.”³²⁰

Os excertos acima citados são confirmações da instituição de legatários, pois, além de ambos os testadores utilizarem o termo *legauero* para especificar às transmissões de bens a que se referem, eles informam aos seus herdeiros, a quem se dirigem, que as transmissões que fizeram a terceiros não devem ser reivindicadas. No entanto, as cláusulas citadas não instituem legatários. Isso é formalizado em outras partes do documento; elas apenas expressam as últimas vontades do testador aos seus herdeiros, aqueles indicados a realizá-las. Segundo Jones, Grierson e Crook, essas cláusulas, encontradas nos testamentos de Arédio, Widerardo, Bertram, Hadoindo, Cesário e Abbo, são um indício de que os testamentos merovíngios estabeleciam um *fideicommissum*. Essa instituição era, de maneira geral, uma relação de fidelidade em que, na maioria dos casos, o próprio herdeiro se torna o confidente das vontades do testador em distribuir bens, alforrias, etc.³²¹

Esse recurso, anexado às instituições de herdeiros e legatários, foi empregado pelos testadores até o século VIII para corroborar as transações estabelecidas. Para isso, era necessário que se confiasse na honestidade dos fideicomissários, como manifestou Hadoindo ao estabelecer que: “(...) eu vos constituo minha herdeira, e tudo aquilo que terá sido doado, legado ou ordenado a doar por este meu testamento, eu quero que seja doado e feito, eu me remeto à vossa fidelidade, minha herdeira”³²². Também Abbo declarou que: “(...) eu confio à fé dos meus herdeiros que todos sejam livres entre aqueles que eu terei declarado livres e que tudo o que eu terei dado, legado ou ordenado a doar por este meu testamento, que seja feito”³²³.

A confiança é central nas cláusulas acima citadas, de modo que os testadores passaram a depender de seus herdeiros para que suas últimas vontades, especialmente as transmissões de bens, fossem efetivadas. Assim, essas cláusulas, definidas como instituições de

³²⁰ “(...) tu mihi heres esto, sancta et venerabilis aecclesia catholica urbis Remorum, et tu, fili fratris mei, Lupe episcopo, quem precípue semper amore dilexi, et tu, nepos meus Agricola presbyter, qui michi obsequio tuo a puerícia placuisti, in omni substantia mea, que mea sorte obvenit, antequam moriar, preter id quod unicuique donavero, legavero darive iussero, vel unumquemque vestrum voluero habere precípue.” (Tradução livre) HINCMAR. *Vita Sancti Remigii*. KRUSCH, Bruno (ed.). MGH, p. 336.

³²¹ JONES, A. H. M.; GRIERSON, P.; CROOK, J. A. “The authenticity of the ‘Testamentum S. Remigii’”. *Revue Belge de Philologie et d’Histoire*, T. 35, N° 2, 1957, pp. 362-363.

³²² “(...) heredemque meam te esse constituo, ita ut ubicumque aliquid per hunc testamentum meum dederó, legavero, dareque jusséro, et ut datos fiat, praesietur, fidei tuae heredem me committo.” (Tradução livre). BUSSON, Gustave; LEDRU, Ambroise (eds.). *Actus pontificum, Cenomannis in urbe degentium*, p. 158.

³²³ “(...) quos quas liberosue esse decreuero, liberi libereue sint omnis, et queque per hoc testamentum meum dederó, legauero, dare iussero, id ut fiat detur, prestetur fidei heredes mei committo.” (Tradução livre). GEARY, Patrick. *Aristocracy in Provence*, pp. 40-41.

fideicomissários, eram relações em que havia um acordo sob o qual um proprietário transferia bens a um donatário ou herdeiro, o fideicomissário, o qual deveria exercer e gerir a transferência em favor do beneficiário, uma terceira parte, sem que pudesse reivindicar esses bens.³²⁴

Os Institutos de Justiniano confirmaram a imprescindibilidade da confiança do testador nos fideicomissários ao estabelecerem que “(...) são chamados fideicomissários, pois não eram vinculados ao requisitante juridicamente, mas apenas por sua boa-fé”³²⁵. Logo, o código estabelecido por Justiniano considerava imprescindível que o testador confiasse no fideicomissário para que suas últimas vontades mencionadas na cláusula fossem cumpridas. No entanto, não há, em nenhum parágrafo, qualquer restrição ao benefício do herdeiro fideicomissário, como alguns juristas afirmam ocorrer no Direito Romano³²⁶, e afirmaram que a lei *Falcidia*: “proíbe o testador a doar mais de três quartos de toda sua propriedade em legados, ou seja, havendo um ou mais herdeiros instituídos, cabe a ele, ou a eles, manter ao menos um terço do todo”³²⁷.

Ao analisarmos ambas as passagens dos Institutos de Justiniano, esclarecemos que o testador dependia da dedicação do fideicomissário, muitas vezes o próprio herdeiro, para que o fideicomisso estabelecido fosse cumprido. Além disso, a lei *Falcidia* reservava um quarto da herança ao responsável pela realização das últimas vontades do testador, o fideicomissário. No entanto, malgrado os fideicomissários serem frequentemente estabelecidos nos testamentos do período merovíngio, a lei *Falcidia* foi invocada apenas por Widerardo e Abbo, cujos testamentos são ambos do século VIII. A cláusula do testamento de Widerado (722)

³²⁴ GVELESIANI, Irina. "From the History of the Development of 'Trust' and Terminological Units", in: **Proceedings in EIIC-The 2nd Electronic International Interdisciplinary Conference**. Zilina: EDIS - Publishing Institution of the University of Zilina, 2013, v. 2, pp. 157-158. Acesso em 17/02/2017. Disponível em: <http://www.eiic.cz/archive/?vid=1&aid=2&kid=20201-30>.

³²⁵ “(...) fideicomissa apellata sunt, quia nullo vinculo juris, sed tantum pudore eorum qui rogabantur, continebantur.” Os Institutos de Justiniano. Livro II, Título XXIII. SANDARS, Thomas (ed.). **The Institutes of Justinian; with English introduction, translation, and notes**, p. 337.

³²⁶ Como acima mencionado, ao discutir sobre a instituição de fideicomissários, a opinião de muitos juristas é a de que os fideicomissários não poderiam reivindicar os bens que eram direcionados a terceiros. Cf. nota 324 desta dissertação. GVELESIANI, Irina. "From the History of the Development of 'Trust' and Terminological Units". VICARI, Andrea. "Country reports: San Marino", **The Columbia Journal of European Law Online**, v. 18, 2012, pp. 81-92. Acesso em: 17/02/2017. Disponível em: <https://litigation-essentials.lexisnexis.com/webcd/app?action=DocumentDisplay&crawlid=1&doctype=cite&docid=18+Colum.+J.+Eur.+L.+85&srctype=smi&srcid=3B15&key=283c3d99b8cecf4fb5b56709514558f6>; GVELESIANI, Irina. From the History of the Development of “Trust” and Terminological Units, p. 158.

³²⁷ “(...) lex Falcidia, qua cavetur ne plus legare liceat quam dodrantem totorum bonorum, id est, ut sive unus heres institutus esset, sive plures apud eum eosve pars quarta remaneret.” Os Institutos de Justiniano. Livro II, Título XXII. SANDARS, Thomas (ed.). **The Institutes of Justinian; with English introduction, translation, and notes**, p. 333.

estabelece que: “Além disso tudo, reservamos Pagaciaco em *faucidia* aos nossos herdeiros, no *pagus* Neuerninse, que abreviado chamam de Montem (...)”³²⁸. No testamento de Abbo (739) foi prescrito que:

agradou-me anexar nesta página de meu testamento, que concerne os alódios de meus parentes, meus avós Maurinus e Dodina, que estava nas mãos de minha prima Honorata, filha de minha tia Eptolena, que dividimos entre nós de acordo com um pacto. Sabe-se que foi acordado que ela receberia imediatamente toda sua porção da supracitada propriedade e de minha propriedade, o que, de acordo com a *lex Falcidia*, ela ou aqueles que ainda estivessem vivos, caso ela estivesse morta, deveria receber por lei. Em outras palavras, os lugares acima nomeados de minha porção da propriedade contida no pacto e calculada de acordo com o que foi escrito na *lex Falcidia*, doamos imediatamente para que em nenhum tempo depois ela ou seus herdeiros tenham contornado ou resistido a este meu testamento ou a nossos projetos.³²⁹

Abbo esclareceu, nesse trecho, a que se referia a lei *Falcidia* em seu testamento e de que maneira foi utilizada na transmissão de seus bens. O autor não discriminou o quanto da propriedade deveria ser entregue à sua prima Honorata, revelando que o leitor, e consequentemente seus herdeiros, conheciam tal lei. Este trecho revela também a dispensabilidade da menção à *Falcidia* no testamento, pois os bens declarados por ela já haviam sido transmitidos ao beneficiário antes da morte do doador. Isso pode ser afirmado, uma vez que Abbo se referiu ao pacto a que tal transferência havia sido feita pela lei *Falcidia*. Na verdade, sua referência faz parte apenas do desejo do testador em proteger outras transmissões que foram estabelecidas pelo documento contra os beneficiários da *Falcidia*, ou seja, sua prima Honorata.

Da mesma forma, o testamento de Widerado teceu um comentário acerca do que foi doado pela lei *Falcidia*: “Exceto aquilo que reservamos em *Falcidia* ao nosso herdeiro Pagaciaco no *pagus* Neuerninse (...)”.³³⁰ Esse trecho foi retirado de uma passagem em que o

³²⁸ “Preter ista omnia reseruamus in faucidia heredibus nostris Pagaciaco, in pago Neuerninse, curtem quam dicunt Montem”. (Tradução livre). Testamento de Widerado. BOUCHARD, Constance Brittain (ed.). **The Cartulary of Flavigny, 717-1113**, p. 24.

³²⁹ “Et placuit michi in hanc pagina testamentis mei adnecti de alode parentorum meorumauis meis maurino et dodine quem apud con/subrina mea honorata filia eptolene amite mei, pro pectionis titulum inter nos diuisimus, noscitur conuenisset, ut ipsa omnem portionem suam de ipsa facultate presentaliter recipit, et de proprietate nostre quod pro falcidia se nos ipsa uel heredis sui supersities fuerunt, estare aut per lege recipere potuissent eis presentaliter; de proprietatis portione nostre dominata, quem in pactionis nostre continetur; et scripture in falcidia reputata dimisimus, ut nullum quam tempore in postmodo ipsa nec heredes sui contra hanc testamento meo nec proiesta mostra ambulare nec refragare debeant.” Testamento de Abbo. GEARY, Patrick. **Aristocracy in Provence**, pp. 64-67.

³³⁰ “Preter ista omnia reseruamus in faucidia heredibus nostris Pagaciaco, in pago Neuerninse (...)”. (Tradução livre). Testamento de Widerado. BOUCHARD, Constance (ed.). **The Cartulary of Flavigny, 717-1113**, p. 24.

abade fez doações de diversas propriedades à sua herdeira, a basílica Saint Andoche de Saulieu, mas que excluiu dessas propriedades aquilo que já havia sido doado por meio da lei *Falcidia*.

O cumprimento do fideicomisso, assim como da lei *Falcidia*, dependia exclusivamente da dedicação do fideicomissário em obedecer aos encargos prescritos pelo testador, o que, segundo Thomas Marky, expressava uma obrigação moral em que o bem de um legado era entregue ao fideicomissário. Ademais, havia a possibilidade de propor uma ação ao fideicomissário para que ele obtivesse o que lhe fora deixado em fideicomisso. Logo, ao empregar a instituição de fideicomissários como disposição testamentária, o testador favorecia-se com maior liberdade para estabelecer suas últimas vontades.³³¹

Segundo Bruce Frier e Thomas McGinn, o emprego de tal instituição aliviou o formalismo da lei de sucessão romana, tornando mais simples a transmissão de bens após a morte a diferentes legatários. Os fideicomissos imitavam frequentemente a função das heranças e dos legados. No entanto, eles se diferem dos legados por terem sido feitos tanto de parte quanto de todo o bem e, ademais, as instituições de fideicomissários poderiam ser atribuídas tanto aos legatários, quanto aos herdeiros.³³² Portanto, o emprego de tal instituição era um artifício vastamente utilizado nos testamentos do período merovíngio analisados nesta dissertação que proporcionava ao testador uma segurança complementar de que suas últimas vontades seriam atendidas.

Este capítulo discutirá como a instituição de fideicomissários foi utilizada pelos testadores como uma estratégia de transmissão de bens a diversos beneficiários. Para isso, serão analisados e comparados alguns casos específicos, como o de Burgundofara e Irmina ou o de Cesário, que temiam pelos monastérios fundados por eles. Embora haja muitas semelhanças entre os testamentos merovíngios em virtude do objetivo da grande maioria dos testadores ser a providência da manutenção desses estabelecimentos após sua morte, este capítulo investigará sobre as diferentes formas às quais a instituição de fideicomissários os auxiliavam em tal tarefa.

3.2. Doações confirmadas pela instituição de fideicomissários

³³¹ MARKY, Thomas. **Curso elementar de direito romano**, pp. 195-196.

³³² FRIER, Bruce W.; MCGINN, Thomas A. J. **A casebook on Roman family law**, Oxford; New York: Oxford University Press, 2004, p. 404.

As disposições testamentárias não são apenas referências às últimas vontades do testador, elas também dispõem acerca de transferências de bens realizadas em outros momentos de sua vida confirmando-as. Os testamentos eram estabelecidos a fim de precaverem contra usurpações ou reivindicações daquilo que foi legado, seja daquilo que foi estipulado apenas nos próprios documentos, como do que havia sido doado por outras cartas. Para isso, muitos dos autores dos testamentos estudados nesta dissertação empregaram as instituições de fideicomissários, ou seja, confiaram em seus herdeiros, principais beneficiários de sua herança, para que a transmissão desejada ou as obrigações designadas para a sua memória fossem seguramente destinadas, sem intervenções.

A confirmação das transmissões de bens realizadas antes mesmo da escrita do testamento pode ser observada, por exemplo, no documento de Abbo:

E me agradou adicionar que toda minha propriedade que eu deleguei a esse monastério por este meu testamento ou por cartas permaneça, enquanto eu e o senhor Walchuno (bispo da igreja de São Pedro) viver, como foi dito, sobre sua ou nossa responsabilidade nos dias de sua vida para o benefício do supracitado monastério.³³³

Esse trecho ilustra o cuidado do testador com o monastério que fundou. Não por acaso, os testamentos conservados até os dias atuais são aqueles dos fundadores de monastérios, com a exceção dos testamentos de Remígio de Reims e do filho desconhecido de Idda, que beneficiavam, respectivamente, a igreja de Reims e as santas basílicas foram por eles conservadas. Ademais, os benefícios doados ao monastério foram confiados ao bispo da igreja de São Pedro com a finalidade de assegurar a manutenção de sua fundação, instituindo a igreja responsável como sua herdeira. Ela foi, conseqüentemente, instituída sua fideicomissária, na medida em que, embora não houvesse o termo no documento, estabeleceu-se uma relação de dependência entre o testador e sua herdeira para garantir os benefícios do monastério.

Outros documentos, como atos de doações, diplomas, etc., registravam as doações. No entanto, o doador compunha o testamento, entre outros motivos, para certificar-se de que suas transmissões de bens não seriam alvo de ataques de outros herdeiros ou pessoas que se achassem no direito de tomá-los. Diante disso, foi possível constatar que o recurso à

³³³ “Et ita michi placuit adendo, ut omnis facultas mea quem per hunc testamentum meum uel epistals ad ipso monasterio delegaui, dum et ego et ipse domnos uuachuni aduixerimus, sicut iam dictum est sub suo nomine et nostrum diebus uite sue ad profectum iam dicti monasterii consistere ualeat.” (Tradução livre). Testamento de Abbo. GEARY, Patrick. **Aristocracy in Provence**, pp. 74-75.

instituição de legatários e de fideicomissários era uma estratégia para neutralizar reivindicações que pudessem ser legais e permitir que as transmissões de bens desejadas pelo testador fossem respeitadas. Ainda que não tenha como constatar se os fideicomissários respeitaram e intercederam pelas últimas vontades do testador, é possível reconhecer que, mais do que registrar transações, esses documentos conservaram a memória dos aristocratas. O compromisso em sustentar monastérios e igrejas era transmitida, juntamente com outros bens, o que lhes conferia o que nos dias atuais é chamado de estatuto de pessoa jurídica. No período da composição dos documentos, isso significava que, malgrado o custo da assistência, os herdeiros tinham sua rede de relações sociais ampliada.

O recurso da instituição de fideicomissários como meio de confirmação das transmissões pretendidas pelo testador não foi exclusividade dos fundadores de monastérios ou de outras instituições eclesiásticas. O bispo Remígio, que não alega ter fundado nenhum estabelecimento, instituiu como herdeiros apenas a igreja de Reims, local de seu episcopado, e seus sobrinhos Lupus e Agricola, ambos eclesiásticos. Ao se dirigir a Agricola, Remígio declarou: “Defino o servo Alarico como tua porção; sua esposa, quem eu resgatei e emancipei, confio a proteção de sua liberdade”³³⁴. Nessa passagem, foi remendado à Agricola que zelasse pela liberdade da esposa do servo Alarico, instituindo Agricola como seu fideicomissário.

A fórmula de Marculfo II, 17 também não se referiu a nenhum monastério que tenha sido fundado pelo testador. Além disso, o documento não prescreve nenhuma cláusula em que o herdeiro seja instituído fideicomissário. No entanto, observamos que as doações pretendidas pelo testador por meio de quaisquer documentos foram retratadas:

E nós cuidamos para colocar individualmente neste nosso testamento cada pessoa a quem tenhamos dado algo de nossa propriedade. Quanto ao resto, se alguém apresentar quaisquer documentos em nosso nome, assinados por nossa mão e datados de um período anterior a este testamento que nós não mencionamos aqui, que eles permaneçam inválidos, exceto por aqueles que relativos à alforria que fizemos ou que iremos querer fazer no futuro para a salvação de nossa alma.³³⁵

³³⁴ “Alaricum servum tuae deputo portioni; cuius uxorem, quam redemi et manumisi, commendo ingenuam defendendam.” (Tradução livre). Testamento de Remígio. HINCMAR. *Vita Sancti Remigii*. KRUSCH, Bruno (ed.), MGH, p. 338.

³³⁵ “In reliquo vero, qualiscumque a quemcumque epistolas de nomine nostro, manos nostras firmatas, ostensas fuerint et ante hunc testamentum prenotatas, quas hic non commemoravimus, excepto de ingenuitatis, quas pro animae nostrae remedium fecimus aut adhuc facire vuleremus, vácuas permaneant.” (Tradução livre). Marculfo II, 17. MARCULFUS. *Marculfi formulae*. ZEUMER, Karl (ed.). MGH, p. 87.

Em primeiro lugar, da mesma forma como no testamento de Remígio, o autor valorizou as emancipações. Isso pode ser observado não só por elas terem sido mencionadas separadamente das outras propriedades, mas também por elas não seguirem a mesma norma que os outros bens. Como a citação esclareceu, caso alguém apresentasse um documento em nome dos testadores cuja data fosse anterior ao testamento e que estabelecesse transmissões de bens, prejudicando seus beneficiários do documento, o autor estabeleceu que eles não deveriam ser validados. No entanto, os libertos que apresentassem documentos comprovando sua alforria deveriam ter seus direitos assegurados. Logo, constatamos que além dela ter sido considerada como uma transmissão de bens relevante no período, como foi discutido no capítulo anterior, ela era bastante praticada pelos testadores ao longo de toda sua vida, não apenas nas disposições de últimas vontades.

A passagem acima citada fomenta a dúvida de quem era o destinatário do documento, em outras palavras, a quem era dirigido? A resposta é encontrada em uma cláusula no início do testamento: “Eu te confio, onipresente Deus, como uma testemunha para que isso seja feito, doado, concedido e terminado”³³⁶. Portanto, o autor dirigiu-se a Deus, confiando-lhe suas transmissões de bens, principalmente de alforrias. Ao tornar Deus testemunha de suas transmissões, confiando-Lhe a proteção de suas últimas vontades, Ele teria sido instituído seu fideicomissário. Por meio desta análise, verificamos que as disposições da fórmula de Marculfo II, 17 tornaram-se categorias superiores a qualquer reivindicação, uma vez que a proteção de Deus não possibilitava que qualquer reclamação à disposição fosse fundamentada e validada.

Embora essa cláusula ocorra de maneira excepcional entre os testamentos analisados nesta dissertação, por instituir Deus como seu fideicomissário, ou seja, aquele em que os testadores depositaram sua confiança para ter suas últimas vontades atendidas, o bem descrito nessa relação é comum aos fideicomissos de outros testamentos merovíngios:

Se subsistirem servos que estejam fora do inventário do testamento, tanto que sua liberdade foi estendida por pequenos fragmentos, aqueles que não forem considerados, sejam defendidos por São Martinho e permaneçam em liberdade.³³⁷

³³⁶ “Id ut fiat, detur, prestitur, impleatur, te, omnipotens Deus, testem committo.” MARCULFUS. *Marculfi formulae*. ZEUMER, Karl (ed.). MGH, p. 86.

³³⁷ “Si mancipiola remanserint, et inventa fuerint foris testamentum, tam qui chartulas libertatis extenderint, quam qui non habuerint, defensante sancto Martino, in libertate permaneant.” (Tradução livre). Testamento de Aréδιο. MIGNE, Jacques-Paul (ed.). *Testamentum sancti Aredii. Patrologiae cursus completus*, cols. 1149-1150.

Essa passagem foi retirada do testamento de Arédio e retrata um fideicomisso. Arédio instituiu um santo, São Martinho, como seu fideicomisso, ou seja, confiou ao santo as alforrias concedidas aos seus servos por documentos compostos em períodos anteriores à redação do testamento. Consequentemente, todos os atos realizados por Arédio com a finalidade de promover a liberdade de servos passaram a ser celestiais, uma vez que a sua manutenção dependeria de um santo, cuja autoridade era inquestionável. Verificamos que havia uma relação entre a libertação de servos e a devoção dos testadores aos santos, atribuindo-lhes uma autoridade superior à de qualquer pessoa. A comparação com os outros testamentos esclarece que essa disposição não era singular ao do Arédio, como a passagem citada abaixo do testamento de Bertram:

Então, esses são todos cujos nomes preservados aqui, sejam daqueles bárbaros que mais tarde terei adquirido ou de que poderei adquirir, tanto meninos quanto meninas adquiridos por mim; e a quem eu compus cartas de alforria, que sejam mantidos integralmente livres. Que eles observem o que recomendas a seus pais e que eles permaneçam sob toda a proteção e defesa de São Pedro. Aqueles que quiserem permanecer com o dito abade e servir na basílica, que enriqueçam das coisas (propriedades) da santa basílica para ter a satisfação de retribuir as honras de minha pequena sepultura e servir à santa basílica.³³⁸

Esse excerto revela que Bertram também confiou aos santos, ou melhor, a São Pedro a manutenção da liberdade de seus servos. A instituição da memória ou da devoção aos santos como fideicomissários modificava a condição da cláusula na medida em que o fideicomissário era venerado por ser diferente das pessoas em geral que procurava assemelhar-se a Cristo, um ente perfeito. O fideicomisso era, portanto, um ato protegido por alguém cuja justiça era próxima à perfeição, inibindo a ousadia daqueles que quisessem reivindicá-lo. Da mesma forma como no testamento de Arédio, a instituição de santos como fideicomissários no testamento de Bertram está relacionada às cartas de alforria dadas aos servos pelo testador e registradas tanto nesse mesmo documento, quanto em outros redigidos anteriormente.

³³⁸ “(...) tam isti quorum nomina hic continentur, vel quos postea de gente barbara comparavi aut adhuc comparare potuero, tam pueri quam puellae, qui a me empti noscuntur; et espistolas eis feci et ipsi in integra ingenuitate perdurent. Et hoc observent quid et phariseorum, et toti sub tuitione et defensione sancti Petri perseverent et das gustaldus. Qui voluerent ex ipsis cum ipso abbate consistere vel basilicae deservire, de rebus sanctae basilicae ditentur, ut eis melius delectet sepulturo lae meae impendere honorem et sanctae basilicae deservire.” (Tradução livre). Testamento de Bertram. WEIDEMANN (Org.), **Das Testament des Bischofs Berthramn von Le Mans vom 27. März 616**, p. 44.

No entanto, verifica-se que a figura de Deus empregada para validar as transações testamentárias não era necessária para a composição do testamento. Remígio, ainda que ocupasse um cargo episcopal em Reims, não confiou a Deus suas últimas vontades, mas à lei romana:

Eu, Remígio, bispo da *civitas* de Reims, investido do sacerdócio, compus meu testamento de acordo com a lei pretoriana, e ordeno que caso pareça que de qualquer forma desvie da lei, o testamento deve ser feito válido pelo uso dos *codicilli*.³³⁹

Embora Deus fosse a autoridade invocada por outros testadores para validar seus legados e doações feitas por outros documentos, Remígio manifestou seu conhecimento e corroboração com o Direito Romano. Ademais, isso sugere que essa legislação era respeitada pelos bispos e autoridades como forma de resolução das disputas pelos bens inventariados nos testamentos.

Foi discutido nesta dissertação quem eram as autoridades responsáveis pela resolução de conflitos, especialmente em relação à transmissão de bens, por meio da historiografia. Concluímos que, entre os juízes, destacavam os próprios bispos como encarregados de estabelecer a paz na sua comunidade, função delegada pelo rei para auxiliá-lo na administração do reino. Essa função dos bispos pode ser observada em uma das cláusulas do testamento de Remígio, que transcrevemos a seguir: “Confio à tua santidade, filho de meu irmão, bispo Lupus, as pessoas que ordenei serem livres, Cattusio e Auliatena (...): todas essas pessoas, filho de meu irmão, tu as defenderás como libertos pela tua autoridade sacerdotal”³⁴⁰.

Ainda que Remígio não tivesse confiado a liberdade dos servos à Deus ou aos santos, o que traduz a relevância do fideicomisso aos testadores, esse trecho revela que teve o mesmo cuidado ao estabelecer o fideicomissário. O bispo manteve as tradições romanas de instituir seu herdeiro como fideicomissário, no entanto, ele invocou a autoridade que Lupus tinha como sacerdote para tornar sua última vontade inviolável. Ademais, se um sacerdote, clérigo inferior hierarquicamente ao bispo, podia assumir autoridade capaz de impedir um conflito em

³³⁹ “Ego Remigius episcopus civitatis Remorum sacerdotii compos testamentum meum condidi iure pretorio atque id codicellorum vice valere precepi fieri [quatinus si] iuris aliquid videbitur defuisse.” (Tradução livre). Testamento de Remígio. HINCMAR. *Vita Sancti Remigii*. KRUSCH, Bruno (ed.), **MGH**, p. 336.

³⁴⁰ “Commendo sanctitati tuae, fili fratris mei, Lupe episcopo, quos libertos esse precipio, Cattusionem et Auliatenam (...): hos totos, fili fratris mei, Lupe episcopo, sacerdotali auctoritate liberos defensabis.” (Tradução livre). Testamento de Remígio. HINCMAR. *Vita Sancti Remigii*. KRUSCH, Bruno (ed.), **MGH**, pp. 338-339.

torno dos alforriados, admitimos que, ao menos para Remígio e para aqueles envolvidos em suas transações testamentárias, a autoridade dos eclesiásticos era respeitada.

Portanto, a alforria era considerada uma transmissão de bens meritória de proteção por meio da instituição de fideicomissários. Esses eram designados à proteção da última vontade do testador como uma ferramenta para que o que tenha sido estabelecido na cláusula fosse seguramente cumprido após sua morte. Não se recorria aos santos em todos os casos de fideicomisso, o que demonstra o valor dado aos fideicomissos estabelecidos, ou seja, à confirmação e manutenção da liberdade dos servos. Ao apelar à autoridade dos santos como figuras perfeitas e justas, supõe-se que o testador estabelecesse a paz necessária a si mesmo para morrer.

3.3. A instituição de monastérios como fideicomissários

Encontramos nos testamentos de Irminda e Burgundofara fideicomissários instituídos para garantir o cumprimento de suas últimas vontades, que visava à proteção de seu patrimônio. No entanto, a precaução de ambas as aristocratas contra possíveis ataques em suas propriedades a fim de usurpá-las existe antes mesmo de elaborar seus testamentos ao fundarem ali monastérios e tornarem-se suas abadessas. Considerando que os monastérios eram lugares influentes e conseqüentemente sujeitos a ataques, os testamentos das abadessas manifestam cláusulas que tinham a finalidade de evitar qualquer ato direcionado contra esses estabelecimentos.³⁴¹

3.3.1. O monastério de Eboriacum fundado por Burgundofara

Uma dessas abadessas é Burgundofara, de origem nobre e cuja família era respeitada na Austrásia, conhecida como os Faronidas. Ela tinha três irmãos: Burgundofaro (Santo Faro), bispo de Meaux; Chainulfo, conde de Meaux; e Agnetrade.³⁴² Por volta de 620, Fara e seu pai, Chagnerico, fundaram em suas terras o convento de Eboriacum, mais tarde conhecido como Faremoutiers, do qual ela se tornou abadessa.³⁴³

De acordo com Régine Le Jan, depois do triunfo reconhecido da comunidade monástica, Aega, o Prefeito do palácio, tornou-se seu adversário, pois “continuamente violava

³⁴¹ LE JAN, Régine. “Convents, Violence, and Competition for Power in Seventh-Century Francia”. In: DE JONG, Mayke; THEUWS, Frans; VAN RHIJN, Carine (eds.). **Topographies of Power in the Early Middle Ages**. Boston: Brill, 2001, p. 246.

³⁴² GUÉROUT, Jean. “Le testament de sainte Fare”, pp. 781-782.

³⁴³ DELGADO, Noel Lazaro. **The Grand Testamentum of Remigius of Reims**, p. 111.

suas fronteiras e perseguia seus dependentes (família) que viviam na vizinhança toda vez que ele tinha a chance”.³⁴⁴ A hostilidade de Aega certamente começou antes que ele se tornasse Prefeito e estava relacionada à morte do irmão de Burgundofara, o conde Chainulfo. Ele provavelmente queria controlar e neutralizar, se não limitar, o poder dos Faronidas na região de Brie, onde possuía propriedades.³⁴⁵

A *Vita Columbani*³⁴⁶, escrita por Jonas Bobbio, reproduziu acontecimentos relativos ao monastério de Faremoutiers, afirmando que Burgundofara era influente o suficiente para controlar as políticas locais e perseguir seus interesses na região.³⁴⁷ Após a morte de seu pai, entretanto, sua posição começou a enfraquecer, permitindo que seus inimigos, como Aega, que a atacassem diretamente.³⁴⁸ Assim, a disposição de seu testamento foi imprescindível para que as propriedades e redes de relações sociais fossem protegidas pelo monastério, numa relação de fideicomisso. Para Jean Guérout, embora esse documento seja juridicamente próximo a um testamento, sua redação expõe uma característica ambígua, por não ser especificamente sobre as últimas vontades de Burgundofara. Isso se deve ao frequente cuidado que a testadora teve em reforçar que o monastério era o proprietário legal dos bens doados à sua comunidade.³⁴⁹ Consequentemente, a testadora recorreu ao herdeiro para que este distribuisse os bens aos legatários que ela instituiu anteriormente:

No entanto, que meus servos, localizados em quaisquer *villas* acima citadas, cujos nomes matriculei então como livres, seja por atos de alforria ou por

³⁴⁴ “Erat enim adversarius monasterii Ega nomine, vir in seculo sublimis, cui Dagobertus moriens filium Chlodoveum cum regno commendaverat. His ergo adversabatur supradicto coenubio terminosque violabat omnemque familiam eius circummanentem quacumque poterat occasione persequabatur.” (Tradução livre) IONAE. *Vitae sanctorum Columbani*. Scriptores rerum Germanicarum, 37. KRUSCH, Bruno (ed.), **Monumenta Germaniae Historicae**. Hanover: *Impensis Bibliopolii Hahniani*, 1905, p. 269.

³⁴⁵ LE JAN, Régine. “Convents, Violence, and Competition for Power in Seventh-Century Francia”, pp. 251-252.

³⁴⁶ Escrita entre 639 e 643, a *Vita Columbani abbatidis discipulorumque eius* trata-se de uma hagiografia de São Columbano, cujo contato com Burgundofara foi mencionado por Jonas. Cf. WOOD, Ian. “The Vita Columbani and Merovingian hagiography”, **Peritia**, v. 1, 1982, pp. 63–80. O’HARA, Alexander. “The Vita Columbani in Merovingian Gaul”, **Early Medieval Europe**, v. 17, n. 2, 2009, p. 126–153.

³⁴⁷ FOX, Yaniv. **Power and Religion in Merovingian Gaul: Columbanian Monasticism and the Frankish Elites**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p. 201.

³⁴⁸ LE JAN, Régine. “Convents, Violence, and Competition for Power in Seventh-Century Francia”, pp. 261-262.

³⁴⁹ GUÉROUT, Jean. “Fare”. **Dictionnaire d’Histoire et de Géographie Ecclésiastiques**. T. XVI, Fasc. 92, col. 525.

cartas, permaneçam livres e independentes com toda sua propriedade concedida.³⁵⁰

Como nos testamentos de Arédio e Bertram, acima discutidos, a testadora, nesse excerto, confirma as alforrias concedidas por ela em outros documentos, com a diferença de que o fideicomissário instituído para manter tais alforrias depois de sua morte foi o próprio herdeiro e não Deus ou santos. Portanto, a instituição do monastério como seu herdeiro e fideicomissários permitiria à abadessa proteger as propriedades e as redes de relações sociais, dela e de sua família, no caso de morte de seu protetor. Ademais, Burgundofara invocou Deus, como na fórmula Marculfo II, 17, para proteger ainda mais suas transmissões:

Eu invoco a majestade do Senhor para legitimar minha vontade depois de minha morte, juntamente com todas as formas de bondade do Senhor, em rigor estrito no termo legal da lei e costume deste lugar; em outras palavras, a distribuição feita por mim para o remédio de minha alma e a absolvição de meus pecados tenha uma base e existência legal.³⁵¹

Esse trecho destaca a autoridade de Deus nas transações testamentárias, que não só Burgundofara expõe, mas também outros testadores, como Bertram e Arédio, analisados anteriormente. Deus foi mencionado por Burgundofara como base legal que fundamentava seu testamento. Ao ter suas últimas vontades validadas pela justiça suprema, seus dependentes (família) continuariam a ser beneficiários de seus bens e Burgundofara poderia repousar em paz. Essa conclusão é possível, visto que entre os juízes que regulavam as disputas na Gália durante o período merovíngio destacava-se a presença dos bispos. Não eram incomuns as disposições que legitimavam as últimas vontades dos testadores por meio de Deus.

A confirmação de doações estabelecidas por outros documentos, bem como a validação e proteção das disposições são bastante frequentes nos testamentos merovíngios. No caso de Burgundofara, a abadessa pediu a aprovação dos homens, por meio das leis romanas, e de Deus, a fim de tornar suas demandas autênticas aos olhos de todos e evitar reivindicações

³⁵⁰ “De mancipiis vero meis per quasque villas vel loca superius nominatas, quaeque exinde per tabulas vel cartas conscripsi nomine ingenuitatis, liberi liberaeque permaneant, cum omni eorum peculiar re concessa.” (Tradução livre). Testamento de Burgundofara. GUÉROUT, Jean. “Le testament de sainte Fare”, p. 819.

³⁵¹ “Invoco Domini majestatem ut, post obitum meum, intra legitimi temporis agonem, voluntas mea secundum legem et consuetudinem loci istius, prosequente omnimodis propitio Domini, convalescat, scilicet hoc, quod pro animae meae remedio et peccatorum meorum absolutione tribuo, legibusque sit stabilitum et legaliter consistat.” (Tradução livre). Testamento de Burgundofara. GUÉROUT, Jean. “Le testament de sainte Fare”, p. 819.

de possíveis familiares não beneficiados. Apesar de mencionar as leis Pretoriana e Civil,³⁵² como Remígio na passagem discutida anteriormente, a testadora reforçou a proteção de suas disposições por meio da autoridade divina, garantindo paz em seu descanso eterno.

Consequentemente, a abadessa possibilitou a segurança de que ninguém usurparia ou controlaria nenhuma de suas propriedades. Ao tornar o monastério seu herdeiro e novo proprietário das mesmas, Burgundofara estabeleceu uma forma de continuar a exercer sua influência e administração. Depois de sua morte, essas influência e administração seriam transmitidas à sua sucessora que, provavelmente, seria alguém de sua família. Portanto, aqueles que a testadora desejava proteger, membros de sua família, não perderiam sua influência sobre a terra e sobre a comunidade, apesar de ter sido transferida ao monastério.

3.3.2. O monastério de Epternaco fundado por Irmina

Em uma região relativamente próxima ao monastério de Eboriacum e no mesmo período de sua fundação, a viúva Irmina fundou o monastério de Epternaco na região de Oeren, do qual foi nomeada abadessa.³⁵³ Tal como Burgundofara, a então abadessa redigiu um testamento beneficiando sua instituição, tornando-a sua herdeira. Ao comparar os testamentos de Burgundofara e de Irmina, a então abadessa e testadora não apelou às leis Civil e Pretoriana ou a Deus para proteger suas últimas vontades, mas, mesmo assim, cuidou para que não houvesse reivindicações ilícitas:

Se alguém tentar ir contra este meu testamento ou se alguém tentar quebrá-lo, que ele seja *anathema maranatha*, vínculo não dissolvido na eterna condenação, e que ele sofra da lepra de Naaman, rei da Síria, e também que o fisco receba uma libra de ouro, duas libras de prata e que, entretanto, o presente testamento mantenha-se confirmado na estabilidade.³⁵⁴

³⁵² “(...) eu pedi para confirmar este testamento em minha presença para que nenhuma pessoa que queira reivindicar algum direito para ela mesma possa atacar estas disposições no direito Civil ou Pretoriano, mas que ela chegue ao arrependimento, (...)”. [(...) *in praesentia mea rogavi hoc testamentum confirmare, quo nullo casu civili vel praetoriano haec calumniare quisquam valeat, aliquod jus sibi volens vindicare, (...)*]. (Tradução livre). Testamento de Burgundofara. GUÉROUT, Jean. “Le testament de sainte Fare”, pp. 817-818.

³⁵³ A região de Oeren, também chamada de Trier, está situada a cerca de 500 km de Faremoutiers, antigo monastério de Eboriacum.

³⁵⁴ “Nam si quis contra hoc meum testamentum venire temptaverit aut aliquid irrumpere voluerit, sit anathema maranatha, indissolubili vinculo in aeternum dampnatus, et sit lepra percussus Naaman Siri, et insuper inferat fisco auri libram unam, argenti pondo duo, et nichilominus presens testamentum firma stabilitate permaneat.” (Tradução livre). Testamento de Irmina. PERTZ, Georg Heinrich (ed.). *Carta Irminae de Epternaco et suis adiacentiis*, MGH, pp. 50-51.

Esse trecho é um dos pontos em comum com o testamento de Burgundofara. Ambos citam a lepra do rei Naaman da Síria como uma punição a quem violasse as disposições de seus documentos. Além de estar presente nos testamentos de Irmina e Burgundofara, essa cláusula também é encontrada no testamento de Bertram³⁵⁵. Isso significa que três dos doze testamentos estudados nesta dissertação visava a garantir o cumprimento das disposições evocando a lepra como castigo àqueles que não respeitassem as últimas vontades dos testadores. Além disso, os testamentos das abadessas também se assemelham por não beneficiarem diretamente as famílias das testadoras. No testamento de Irmina não há nenhuma referência aos seus parentes, enquanto que no de Burgundofara há legados em benefício de seus irmãos, que a testadora justificou como sendo uma obediência ao Código Teodosiano.³⁵⁶ Como Burgundofara, Irmina instituiu o monastério que fundou por volta de 650-660 como seu herdeiro, tornando-se sua abadessa. Quando seu marido, Hugobert – conde do palácio na corte de Childeberto III –, morreu, as propriedades da família de Irmina ficaram desprotegidas. Logo, ela teria doado seus bens ao monastério para que fossem protegidos contra os invasores. Também é notável que ambos os testamentos apresentavam confirmações das transações feitas por outros documentos.³⁵⁷

Irmina foi casada com um conde do palácio e, especialmente por isso, sua família exercia uma grande influência na região. Quando seu marido faleceu, Irmina precisou proteger sua propriedade. Para isso, fundou o monastério e o instituiu seu herdeiro, juntamente com o bispo de Oeren, responsável pela instituição, para que eles defendessem seu patrimônio contra invasões e danificações. Ao se tornar abadessa do monastério, Irmina pôde controlar as suas propriedades, pois ficou encarregada de sua administração. Para que sua família continuasse a exercer algum tipo de influência na região, era necessário que a

³⁵⁵ “Informo no presente documento que se alguém tentar ir contra essas minhas últimas vontades, que a excomunhão perpétua lhe atinja e que o próprio julgamento de Deus seja revelado para que a lepra de Naaman seja lançada (...)”. [“Nam et ego in praesenti denuntio, ut si quis contra hanc voluntatem meam venire temptaverit, excommunicatione perpetua feriat, et in tale in ipsum Dei iudicium ostendat, ut lepra Naaman percussus (...)”]. (Tradução livre). Testamento de Bertram. WEIDEMANN, Margarete (ed.). **Das Testament des Bischofs Berthramn von Le Mans vom 27. März 616**, p. 48.

³⁵⁶ “De acordo também com o que está inserido no Código Teodosiano, eu faço uma doação, já que todos aqueles que tem capacidade laica e não tem filhos deve atribuir uma parte aos seus herdeiros legítimos. É por isso que eu dou aos meus queridíssimos e benevolentes irmãos Chagnulfo, Burgundofaro e Agnetrade (...)”. [“In lege quoque Theodosiana ut est insertum sic trado, eo suos haeredes legitimos debeat delegare. Propterea dono dulcissimis germanis meis faventibus Chagnulfo, Burgundofarone, and Agnetrade (...)”]. (Tradução livre). Testamento de Burgundofara. GUÉROUT, Jean. “Le testament de sainte Fare”, pp. 818-819.

³⁵⁷ DE VRIENDT, François. “Irmine (Sainte)”. **Dictionnaire d'Histoire et de Géographie Ecclésiastiques**, T. XXVI, 1995, cols. 49-51.

sucedessem como abadessa. Essa estratégia permitiu à Irmina transmitir o poder que exercia por meio de seu patrimônio e de sua rede de relações sociais.

As abadessas confiaram aos monastérios encargos referentes à proteção de suas últimas vontades, como na passagem a seguir do testamento de Irmina: “Da mesma maneira, agora dou ao dito lugar santo uma pedatura³⁵⁸ da vinha no monte Viennense³⁵⁹ com o viticultor de nome Alithfredo com toda sua propriedade.”³⁶⁰ O termo traduzido por “propriedade” é *peculiari*, que, segundo o léxico de Niermeyer, remete à propriedade dos servos.³⁶¹ Assim, como herdeiro e fideicomissário, a função do monastério era defender e manter a posse de Alithfredo sobre sua propriedade, uma vez que Irmina lhe confiou essa tarefa. Em outras palavras, Irmina fiou-se da instituição do monastério como fideicomissário para legar ou proteger os bens de outros beneficiários, evitando que houvesse qualquer reivindicação no futuro. Portanto, ambas as abadessas instituíram seus monastérios herdeiros e fideicomissários, a fim de que suas propriedades não fossem reivindicadas por pessoas que se considerassem lesadas pelo testamento. A instituição dos monastérios como fideicomissários permitia às abadessas uma maior segurança quanto à execução das suas últimas vontades, bem como à proteção de seus bens em face de ataques e contestações possíveis contra sua família.

3.4. A instituição de fideicomissários no testamento de Cesário de Arles

3.4.1. A fundação do monastério de São João

A maior parte dos testamentos aos quais temos acesso atualmente institue ou beneficia os monastérios fundados pelos testadores como herdeiros ou, caso isso não ocorra, eles são ao menos beneficiados de alguma outra forma.³⁶² A discussão acerca dos testamentos de Burgundofara e Irmina revela que esses monastérios eram considerados mais do que apenas herdeiros, mas também fideicomissários. Aos herdeiros eram confiadas tarefas e propriedades com a finalidade de exaltar a memória do testador ou proteger as transmissões desejadas por

³⁵⁸ Segundo Niermeyer, pedatura é a medida da propriedade em pés, especialmente das vinhas. NIERMEYER, Jan Frederik. **Medieval Latin dictionary**, p. 782.

³⁵⁹ Atualmente Vianden, comuna de Luxemburgo.

³⁶⁰ “Similiter dono ad iam dicta loca sanctorum vinea pedeturam unam in monte Viennense cum vinitore nomine Alithfredo cum omni peculiar suo.” (Tradução livre). Testamento de Irmina. PERTZ, Georg Heinrich (ed.). *Carta Irminae de Epternaco et suis adiacentiis*, MGH, p. 50.

³⁶¹ NIERMEYER, Jan Frederik. **Medieval Latin dictionary**, pp. 779-780.

³⁶² Como discutido anteriormente, esses monastérios tornaram-se grandes centros de arquivos de documentos e tinham interesse em preservar esses testamentos como documentos oficiais contra qualquer reivindicação de suas propriedades.

ele. Um dos testamentos merovíngios que mais expressa essa relação entre o testador e o herdeiro é o de Cesário, que construiu, em 512, o monastério de São João para que as mulheres que quisessem ter uma vida santa pudessem ter um local em que ficassem isoladas o suficiente para não cometerem nenhum pecado. Essa finalidade do monastério é manifestada por Cesário em uma carta escrita às freiras:

A mulher que deseja preservar a piedade com um coração imaculado e corpo puro não deve sair em público ou apenas por uma grande e inevitável necessidade. Ela só deve ter contato com homens raramente; quando for necessário ver ou cumprimentar homens que sejam, no entanto, apenas homens agraciados pela idade e por uma vida santa. (...) ³⁶³

Nessa passagem da carta, Cesário informa às leitoras a necessidade do claustro para que alcançassem a pureza e a verdadeira fé. Foi no monastério que o bispo encontrou a possibilidade de criar uma comunidade cristã ideal em Arles. As freiras serviam de exemplo para a sociedade de como seguir uma vida cristã. Para Cesário, somente a pregação não era suficiente para instruir as pessoas a procurarem uma vida santa, elas precisavam de exemplos que ele próprio e seu monastério poderiam oferecer.

Seu monastério teve como abadessa sua irmã Cesária. Segundo William Klingshirn, essa nomeação era uma estratégia para que ele mantivesse o controle sobre a instituição durante toda sua vida.³⁶⁴ A abadessa foi tratada como “mãe do monastério”, ou seja, como mãe das freiras, tanto por Cesário na *Regra das Virgens*,³⁶⁵ quanto pelos autores da *Vida*. Nessa hagiografia também encontramos a passagem a seguir em que o bispo foi considerado “pai” da família monástica: “Ao renunciar à sua propriedade e aos seus pais, elas (as virgens) desprezaram as flores frágeis e ilusórias da existência moral e procuraram o colo de Cesário, seu pai, e Cesária, sua mãe”,³⁶⁶.

³⁶³ KLINGSHIRN, William E. **Caesarius of Arles: the making of a Christian**, p. 131. Carta 21. “Quae vero religionem immaculato corde et puro corpore conservare desiderat, aut numquam in publicum, aut certe non nisi pro grandi et inevitabili necessitate procedat; familiaritates virorum, quantum potest, rarius habeat: ita tamen, ut quotiens necessitas viros videndi aut salutandi exegerit, ipsi videantur, quos aetas et sancta vita commendat; (...)” (Tradução livre) MORIN, Germain (ed.). **Sancti Caesarii episcopi Arelatensis Opera omnia nunc primum in unum collecta**. Marietti, 1942, V. 2, pp. 136-137.

³⁶⁴ KLINGSHIRN, William E. **Caesarius of Arles: the making of a Christian**, p. 117.

³⁶⁵ A *Regra das Virgens* é um conjunto de normas compostas para a vida na comunidade monástica feminina. Cf. *Regra das Virgens* 27, 35, 47. MCCARTHY, Maria Caritas. “The Rule for Nuns of St. Caesarius of Arles: a translation with a critical introduction”. **Catholic University of America. Studies in Mediaeval History**. New series, V. 16, Washington: Catholic University of America Press, 1960, pp. 179, 182 e 187. MORIN, Germain (ed.). **Sancti Caesarii episcopi Arelatensis Opera omnia**, pp. 111 e 114.

³⁶⁶ “[Conveniunt inib virginum multitudines catervatim:] facultatibus quoque et parentibus renuntiantes, respuunt mortalium flores fallaces pariter et caducas. Caesarii patris, Caesariae matris expetunt gremium (...)” (Tradução

Esse trecho foi retirado da *Vida de São Cesário*, documento que foi composto a pedido da sua sobrinha e futura abadessa do monastério, como discutido nesta dissertação, para anunciar a santidade da vida do bispo. Assim, essa hagiografia reconhece e declara que Cesário, bispo responsável pela manutenção do monastério, e Cesária, abadessa que administrava seus recursos, eram os pais das freiras. Segundo as regras sucessórias, elas eram admitidas como as herdeiras naturais de todos os seus bens. Caso tal raciocínio tivesse sido reconhecido pelas autoridades no período, essa estratégia adotada pela sobrinha de Cesário a auxiliaria a demonstrar que seu monastério teria direito sobre a herança de seus tios.

A herança por si só não era suficiente para que as freiras dispusessem inteiramente dos bens, por isso, Cesário precaveu-se ao lhes conferir a autonomia do estabelecimento por meio de seu testamento. Assim, apesar da escolha da abadessa ter sido feita pelo próprio bispo, o testador conferiu autoridade às freiras para que escolhessem seu próprio provisor. Essa medida, descrita no testamento de Cesário, garantia não só a autoridade do monastério, mas também sua proteção. Abaixo, o trecho do testamento:

E eu particularmente desejo e peço ao senhor bispo que a santa congregação não tenha ninguém como provisor ou como padre da igreja de Santa Maria [igreja do monastério] exceto aquele/a que a congregação escolheu e que procurou apontar.³⁶⁷

Nessa cláusula, o bispo, herdeiro instituído por Cesário para proteger seu monastério, deveria garantir que o provisor e o padre fossem escolhidos pelas próprias freiras, ou seja, assegurar que a vontade do testador fosse respeitada. Logo, o herdeiro foi considerado seu fideicomissário, ou seja, aquele que asseguraria o cumprimento das obrigações propostas pelo testador.

Além da escolha do provisor, a *Regra das Virgens*, endereçada à sua irmã abadessa Cesária, afirma que as freiras tinham o direito de escolher sua própria abadessa.³⁶⁸ Isso

livre). *Vita Sancti Caesaris episcopi Arelatensis*. MORIN, Germain (ed.). **Sancti Caesaris episcopi Arelatensis Opera omnia**, p. 310.

³⁶⁷ “Et hoc specialiter volo, et ita domne episcopo precor, ut sive provisorem ad monasterium sive presbiterum ad basilicam sanctae Mariae nullum alium habeat congregatio sancta, nisi quem sibi ipsa elegerit vel ordinari petierit.” (Tradução livre). COURREAU, Joël; VOGÜÉ, Adalbert de (eds.). **Oeuvres Monastiques: Césaire d’Arles**, p. 386.

³⁶⁸ Cf. *Regra das Virgens* 61. MCCARTHY, Maria Caritas. “The Rule for Nuns of St. Caesarius of Arles: a translation with a critical introduction”. **Catholic University of America. Studies in Mediaeval History**. New series, V. 16, Washington: Catholic University of America Press, 1960, p. 190. MORIN, Germain (ed.). **Sancti Caesaris episcopi Arelatensis Opera omnia**, pp. 117-118.

garantiu que a família de Cesário permanecesse administrando o monastério, pois, após a morte da sua irmã Cesária, sua sobrinha Cesária [a mais jovem] foi escolhida para cuidar do monastério, como o trecho da *Vida* abaixo indica:

Não muito depois disso, sua irmã, abençoada Cesária [a mais velha], mãe do monastério, passou para as recompensas de Cristo. Ele a sepultou entre as irmãs já sepultadas, entre o altar e seu trono episcopal, perto da sepultura que preparou para ele mesmo. Ela foi sucedida como mãe [superior] por Cesária [a mais jovem], que ainda está viva. Seu trabalho com suas companheiras é tão marcante que no meio dos salmos e jejuns, vigílias e leituras, as virgens de Cristo lindamente copiaram os livros sagrados, com sua mãe como mestre³⁶⁹.

A passagem acima confirma que após a morte da irmã de Cesário, a sobrinha do bispo foi sua sucessora como abadessa. Ainda que o testamento ou a hagiografia de Cesário não tenham esclarecido como era o processo de sucessão, a *Regra das Virgens* afirma que deveria ocorrer por designação das freiras. A nomeação de uma parente de Cesário como abadessa garantiu por mais alguns anos que a administração dos bens herdados pelo monastério permanecesse sob a responsabilidade de sua família. Ademais, a citação acima da *Vida* aponta novamente a instituição da abadessa como “mãe”, tanto da Cesária [mais velha], quanto da Cesária [mais nova], que certamente passaria às próximas sucessões. Na mesma hagiografia a abadessa Cesária [a mais jovem], sua sobrinha, também foi caracterizada como “mãe”, afirmando que “em seu modo encantador, ele abordou a venerável Cesária [a mais jovem], mãe de mais de duzentas meninas, a consolou e lhe pediu que expandisse sua coragem pela recompensa da vocação celestial”³⁷⁰.

Segundo essa passagem, Cesário ainda estava vivo quando sua sobrinha sucedeu sua irmã como abadessa do monastério de São João. Como os bens do bispo seriam herdados por esse estabelecimento religioso, garantiu-se que a administração desse patrimônio manteria-se a cargo de sua família. Cesário preservou, com a prescrição de seu testamento, a unidade de seu patrimônio sob os cuidados de um único proprietário.

³⁶⁹ “Non multo igitur post monasterii matrem germanam suam Caesariam sanctam ad praemia Christ migrantem, inter has quas praemiserat inibi ad médium troni iuxta eam quam sibi paraverat condidit sepulturam, succedente eidem quae nunc superest Caesaria matre, cuius opus cum sodalibus tam praecipuum viget, ut inter psalmos atque ieiunia, vigílias quoque et lectiones, libros divinos pulchre scriptitem virgines Christi, ipsam matrem magistratam habentes. (Tradução livre). *Vita Sancti Caesarii episcopi Arelatensis*. MORIN, Germain (ed.). **Sancti Caesarii episcopi Arelatensis Opera omnia**, p. 320.

³⁷⁰ “Alloquitur igitur quasi more et dulcedine sua ultra ducentarum puellarum venerabilem Caesariam matrem et consolatur, atque ad palmam tendere supernae vocationis hortatur; (...)” (Tradução livre). *Vita Sancti Caesarii episcopi Arelatensis*. MORIN, Germain (ed.). **Sancti Caesarii episcopi Arelatensis Opera**, p. 344.

3.4.2. Proteção ao monastério

O monastério de São João, fundado por Cesário, foi instituído seu herdeiro para que, mesmo após sua morte, as freiras pudessem mantê-lo. Cesário antecipou sua vontade de proteger e assistir o monastério após sua morte. Ele não confiava que os bispos que o sucedessem no episcopado de Arles teriam a mesma preocupação com o monastério e, por isso, fez questão de torná-lo independente, tanto política, quanto economicamente.³⁷¹

Consideramos que Cesária [a mais jovem], abadessa na época em que Cesário morreu, também cuidou para que o monastério fosse conservado, na medida em que foi a seu pedido que a *Vida de São Cesário* foi escrita.³⁷² Sua finalidade era que seus leitores e todos aqueles que tomassem conhecimento de seu conteúdo conhecessem o modo de vida austero de Cesário, além das ações feitas em benefício do monastério. Esse modo de vida santo, venerado por seus fiéis, era semelhante ao das freiras, o que as tornava merecedoras dos benefícios que lhes foram doados.

Esses benefícios são encontrados no testamento de Cesário que, para poder descansar eternamente, desejava que fossem fornecidos às freiras meios de adquirir seu sustento. Para isso, primeiramente o bispo instituiu o monastério como herdeiro:

Quando eu, Cesário, um pecador, tiver pago novamente o débito devido pela carne humana, que todo o monastério de São João em Arles, que eu fundei, esteja sob a autoridade do bispo de Arles, como os cânones estipulam.³⁷³ E eu desejo e ordeno que ele (o monastério) seja meu herdeiro. Além disso, eu designo o bispo de Arles como co-herdeiro junto ao meu monastério. Que todos os outros herdeiros ou herdeiras sejam deserdados. Qualquer coisa que eu tenha dado a alguém antes ou por este meu testamento ou tenha legado ou

³⁷¹ Cesário, por meio do testamento, diz temer que o bispo seu sucessor adote sugestões perigosas de outras pessoas em detrimento do monastério, ou seja, era esperado que quisessem destruir o monastério e seu sucessor poderia tomar parte disso. “E apesar de eu confiar em sua bondade, senhor pontífice, temo, mesmo assim, que vós recebais algumas sugestões perigosas contra nosso monastério.” [“Et licet de tua, domne pontifex, pietate praesumam, tamen ne forte contra monasterium nostrum aliquorum subgestionem importunas habeatis.”] (Tradução livre). COURREAU, Joël; VOGÜÉ, Adalbert de (eds.). **Oevres Monastiques: Césaire d’Arles**, p. 386.

³⁷² Cf. *Vita Sancti Caesarii episcopi Arelatensis*. MORIN, Germain (ed.). **Sancti Caesarii episcopi Arelatensis Opera**, p. 296.

³⁷³ Como o cânone 27 do Concílio de Agde: “Monasterium novum nisi episcopi aut permittente aut probante nullus incipere aut fundare praesumat. Monachi etiam vagantes ad officium clericatos, nisi eis testimonium abba suus dederit, nec in civitatibus nec in parrociis ordinentur. Monachum nisi abbatis sui aut permissu aut voluntate ad alterum monasterium commigrantem nullus abba suscipere aut retinere praesumat, sed ubicumque fuerit, abbati suo auctoritate canonum revocetur. Si necesse fuerit clerecum de monachis ordinari, cum consensu et voluntate abbatis praesumat episcopus.” (Tradução livre) MORIN, Germain (ed.). **Sancti Caesarii episcopi Arelatensis Opera omnia**, pp. 47-48.

tenha ordenado a ser dado, que seja dado. Qualquer homem ou mulher que eu tenha ordenado a ser livre, que eles todos sejam livres.³⁷⁴

Nesse trecho, Cesário dirigiu-se ao monastério de São João, instituído herdeiro e beneficiário dos bens do testador, e ao bispo de Arles, instituído co-herdeiro, mas que de seus bens herdou apenas algumas vestes.³⁷⁵ O mais significativo na citação, contudo, é que Cesário referiu-se às normas da igreja, os cânones, para dispor o monastério sob a autoridade do bispo seu sucessor, favorecendo seu estabelecimento como seu fideicomissário do testador.

O trecho citado é exemplar da batalha que Cesário travou entre sua vontade de assegurar a manutenção do monastério e as normas contidas nos cânones conciliares que, em muitos casos, foram promulgadas por ele mesmo. Ao dizer que os cânones estipularam que a autoridade do monastério deveria estar nas mãos do bispo da diocese, ele estava se referindo claramente aos cânones 4 e 8 do Concílio de Calcedônia (451)³⁷⁶ e 27 do Concílio de Agde (506), este último presidido por ele. Como exemplo, citamos uma parte do Concílio de Calcedônia (451), c. 4:

Mas já que há alguns que vestem o hábito do monastério e interferem nos interesses das igrejas e civis, e circulam indiscriminadamente nas cidades e ainda estão envolvidos na fundação de monastérios para eles mesmos, foi decidido que ninguém pode construir ou fundar um monastério ou oratório em nenhum lugar contra a vontade do bispo local; e que os monges de cada cidade e região devem estar submetidos ao bispo (...).³⁷⁷

Segundo o cânone citado, era necessário o consentimento do bispo local para a fundação de um estabelecimento religioso. Por isso, Cesário instituiu o bispo seu sucessor

³⁷⁴ “Ego Caesarius peccator dum debitum humanae carnis reddidero, cunctum monasterium Arelatense sancti Iohannis, quod ego condidi, sub potestate Arelatensis pontificis canonice sit, heredemque meum esse volo ac iubeo; ceteri ceterave exheredes sint totae. Quod cuique aut per hoc testamentum meum dederò, legavero, darive iussero, ut detur fiat. Ceterum autem Arelatensi episcopo coheredem meum monasterium relinquo; quos quasque liberos liberasve esse iussero, liberi liberaeve sint totae.” (Tradução livre). Testamento de Cesário. COURREAU, Joël; VOGÜÉ, Adalbert de (eds.). **Oeuvres Monastiques: Césaire d’Arles**, p. 382.

³⁷⁵ “Sancto et domino meo pontifici, qui mihi indigno digne successerit, licet omnia in sua potestate sint, tamen si iubet et dignum ducit, vestimenta paschalia, quae mihi data sunt, omnia illi seruiant, simul cum casula uiliosa meliore et tunica vel gaunape quod melius dimiserò.” COURREAU, Joël; VOGÜÉ, Adalbert de (eds.). **Oeuvres Monastiques: Césaire d’Arles**, p. 384.

³⁷⁶ Sobre o Concílio de Calcedônia, conferir TANNER, Norman P. (ed.). **Decrees of the Ecumenical Councils**. London: Sheed & Ward Limited 1990, Vol. 1, pp. 89 e 91.

³⁷⁷ “Quoniam vero quidam utentes habitu monarchi ecclesiastica negotia civiliaque conturbent, circumeuntes indifferenter urbes necnon et monasteria sibi instituere praesumentes, placuit nullum quidem usquam aedificare aut constituere monasterium vel oratorii domum praeter conscientiam civitatis episcopi. Monachos vero per unamquamque civitatem aut regionem subiectos esse episcopo ...” (Tradução livre) TANNER, Norman P. (ed.). **Decrees of the Ecumenical Councils**. London: Sheed & Ward Limited 1990, Vol. 1, pp. 89.

como co-herdeiro e fideicomissário. Os outros dois cânones conciliares também estabelecem os bispos locais como responsáveis pelos monastério e monges da sua localidade. Assim, se seguisse essa norma estritamente, Cesário permitiria que o bispo, seu sucessor, tivesse poderes para explorar ou, até mesmo, acabar com o monastério. Por isso, mais à frente no testamento, Cesário pediu a ele que as freiras do monastério tivessem liberdade para escolher o provisor que desejassem.

Apesar dessa documentação não explicar as funções do provisor do monastério, certamente elas eram significativas para as freiras, pois, segundo a passagem citada, Cesário desejava que apenas as próprias irmãs tivessem o direito de nomeá-lo/a. A palavra "provisor" sugere que fosse alguém em contato direto com o abastecimento do monastério, ou seja, alguém que teria certa influência. Cesário também não permitiu que o bispo sucessor escolhesse a abadessa, que deveria ser uma escolha das freiras, segundo a *Regra das Virgens*³⁷⁸. Além disso, Cesário pediu ao papa Hormisdas (514 - 526) que confirmasse os poderes atribuídos ao monastério, sobre o que ele responde:

Portanto, nós devemos voluntariamente aprovar os pedidos de sua fraternidade e afirmar e decretar pela autoridade apostólica que nenhum de seus sucessores episcopais deve algum dia ousar apropriar-se para si mesmo qualquer poder no monastério.³⁷⁹

Esta carta protegia tanto a independência quanto o abastecimento do monastério de Cesário. Ela foi encontrada como um apêndice à *Regra das Virgens* em um manuscrito do

³⁷⁸ *Regra das virgens*, 61: “Quando a santa abadessa morrer, nenhuma de vós deveis desejar que alguém incapaz deva ser escolhida, seja devido a afeto carnal, seja por circunstâncias de nascimento, devido à riqueza ou ainda ao parentesco, mas todas, sob a inspiração de Cristo, elejam uma freira santa e espiritual, que pode efetivamente proteger a regra do monastério e que seja capaz de conversar sabiamente com aqueles que vierem até ela, com edificação e humildade e com afeição santa, para que todas as pessoas que a procurarem com grande fé e reverência, para a sua própria edificação, possa Deus abençoar mais abundantemente e que possa agradecer de uma maneira espiritual por vossa escolha e pela santidade da vida dela, que vós escolhestes.” MCCARTHY, Maria Caritas. “The Rule for Nuns of St. Caesarius of Arles: a translation with a critical introduction”. **Catholic University of America. Studies in Mediaeval History**, p. 190. “Quotiens sancta abbatissa ad deum migraverit, nulla ex vobis carnali affectu, aut pro natalibus, aut pro facultatibus, aut pro parentela aliquam minus efficacem fieri velit: sed omnes Christo inspirante unanimiter sanctam ac spiritalem eligite, quae et regulam monasterii possit efficaciter custodire, et supervenientibus responsum cum aedificatione et compunctione et cum santo affectu sapienter valeat reddere; ut omnes homines, qui vos cum grandi fide et reverentia pro sui aedificatione expetunt, deum uberius benedictant, et de vestra electione et de illius, quam eligitis, conversatione spiritualiter gratulentur.” (Tradução livre) MORIN, Germain (ed.). **Sancti Caesarii episcopi Arelatensis Opera omnia**, pp. 117-118.

³⁷⁹ Carta 18. Hormisdas ao seu mais amado irmão Cesário. (Tradução livre) “Quam ob rem petitionibus fraternitatis tuae libentissime annuentes apostolica auctoritate firmamus atque decernimus, ut nullus episcoporum, successorum quoque tuorum, in ante dicto monasterio audeat sibi potestatem aliquam penitus vindicare (...).” MORIN, Germain (ed.). **Sancti Caesarii episcopi Arelatensis Opera omnia**, p. 126.

século IX do *Codex regularum* de Bento de Aniane³⁸⁰, o que significa que ela foi fundamental para a consolidação do monastério de São João mesmo nos anos posteriores. Ela também confirmava outro pedido de Cesário em benefício do monastério.

Vós também pedis que nós confirmemos por nossa autoridade uma venda [de propriedade da igreja] e uma doação que vosso amor fez anteriormente em nome desse monastério de mulheres, com a esperança ainda de que a alienação de propriedades eclesiásticas não será permitida no futuro, já que é proibida por nossos decretos. Nós aprovamos vossa proposta e admitimos vosso desejo como louvável e alegremo-nos também que essas mesmas ações não serão permitidas a vós no futuro. (...). Em relação ao monastério das virgens, nós, no entanto, confirmamos o que vós vendestes e doastes.³⁸¹

Assim, segundo o testamento, Cesário vendeu bens da igreja para ajudar o monastério. Ao pedir ao bispo, seu sucessor, que não desse ouvidos a quem dissesse que essa venda era ilegal, explicou que “graças a Deus, eu não vendi, sem discernimento ou justiça, a propriedade eclesiástica diretamente a qualquer laico, exceto pela propriedade de pouco uso à igreja e não rentáveis”³⁸². Na sequência do documento, Cesário o previniu:

E se alguém desejar lhe dar um mau conselho, obedientemente responda que os arranjos feitos e concedidos com a recomendação de um bispo não só não deveriam ser revertidos, como não podem, de nenhum modo, ser revertidos. E, especialmente, porque os abençoados papas de Roma também os confirmaram por sua autoridade, não me deixe crer que acreditareis nesses maus conselhos, meu abençoado senhor bispo.³⁸³

Nesses trechos do testamento, há mais uma referência direta ao bispo de Arles como fideicomissário de Cesário. Este havia feito uma doação ao monastério ainda em vida, com

³⁸⁰ Importante monge beneditino reformador do monasticismo nos séculos VIII-IX – em 817 presidiu um concílio de abades em que criou o *Codex regularum* que seria obrigatório em todas as casas do Império Carolíngio.

³⁸¹ Carta 18. Hormisdas ao seu mais amado irmão Cesário. “Quod autem venditionem a dilectione tua donationemque in monasterio earundem puellarum dei ante factam nostra postulas auctoritate roborari, sperans, ut ecclesiasticorum alienatio praediorum non praesumatur in posterum, nostis interdicta decretis, probamus propositum tuum, et desiderium in tantum fatemur esse laudabile, ut gaudeamus vobis quoque eadem non licere. (...) Confirmamus tamen circa monasterium virginum a vobis vel venditum vel donatum (...). (Tradução livre) MORIN, Germain (ed.). *Sancti Caesarii episcopi Arelatensis Opera omnia*, p. 126.

³⁸² “(...) quia deo propitio non sine discretion vel iustitia quibuscumque secularibus iure directo res ecclesiae vendidimus, nisi hoc tantum quod ecclesiae minus utile et infructuosum est; (...).” (Tradução livre). Testamento de Cesário. COURREAU, Joël; VOGÜÉ, Adalbert de (eds.). *Oeuvres Monastiques: Césaire d’Arles*, p. 388.

³⁸³ “Et si aliquis vobis sinistrum consilium dare voluerit, cum pietate respondete, quia res quae cum consilio episcopi factae sunt aut datae sunt, quia nec auferri non solum non debent sed omnino nec possunt. Et praecipue quia et hoc ipsi sancti papae urbis sua auctoritate + ut hoc de te sancto et domno meo pontifice credam.” (Tradução livre). Testamento de Cesário. COURREAU, Joël; VOGÜÉ, Adalbert de (eds.). *Oeuvres Monastiques: Césaire d’Arles*, p. 390.

bens pertencente à igreja de Arles e, temendo que houvesse reivindicações por esses bens, pediu ao bispo, seu fideicomissário, que mantivesse as doações que fez, argumentando a seu favor.

A *Vida* não apresenta nenhum trecho referente a essa venda ou a qualquer outra venda, doação ou transmissão de propriedade. Esses modos de transmissão de bens parecem não fazer parte de seu discurso. Como visto, esse documento relata, na maior parte, os milagres realizados por Cesário e seu modo de vida ascético. Além disso, como lembrado por Conrad Leyser, os hagiógrafos, autores da *Vida*, esforçaram-se em promover a imagem de Cesário como grande pregador popular³⁸⁴. Assim, ao enaltecer essas três características da vida do bispo, os milagres realizados, a vida ascética e seu papel como pregador, Cesária [a mais jovem], abadessa do monastério no período, queria manter a memória de seu tio. Isso foi feito em um período em que os bispos romanos discutiam intensamente os casamentos e as atividades sexuais das autoridades clericais. Segundo Kristina Sessa, eles advogavam por uma restrita forma de casamento clerical, pois queriam assegurar que o clero que realizava a liturgia fosse permanentemente puro, ou queriam diferenciar o clero do laicato para elevar seu perfil espiritual a um contexto religioso competitivo no qual o ascetismo definia cada vez mais a santidade³⁸⁵. Nesse sentido, a *Vida* lembrou a seus leitores que Cesário foi santo, fortalecendo a influência da família do bispo na região.

Apenas uma vez, no segundo livro, há menção ao testamento escrito pelo bispo, lembrando que este recomendou as mulheres do monastério aos bispos que o sucederiam,³⁸⁶ na esperança de que eles zelassem pelo abastecimento do monastério. Essa é uma das poucas passagens relativas ao monastério na *Vida*. A maioria já foi citada acima, mas há outra que relata a concepção da ideia de monastério considerada por Cesário, citada a seguir: “O homem de Deus formulou a ideia por inspiração divina do sempre reinante Senhor que a igreja de Arles deveria ser adornada e a cidade protegida não só pelas inúmeras tropas do clérigo, mas também pelos coros das virgens”³⁸⁷.

³⁸⁴ LEYSER, Conrad. **Authority and Ascetism from Augustine to Gregory the Great**. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 84.

³⁸⁵ SESSA, Kristina. **The Formation of Papal Authority in Late Antique Italy: Roman Bishops and the Domestic Sphere**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, p. 178.

³⁸⁶ “(...) sequenti etiam taliter easdem testament suo succedentibus etiam sibi episcopis (...)” (Tradução livre) *Vita Sancti Caesarii episcopi Arelatensis*. MORIN, Germain (ed.). **Sancti Caesarii episcopi Arelatensis Opera omnia**, p. 344. Em seu testamento, ele também recomendou as mulheres aos bispos que o sucederiam.

³⁸⁷ “Concepit igitur mente homo dei ut semper regnante domino, divinitatis instinctu, non solum clericorum catervis innumeris, sed etiam virginum choris Arelatensium ornaretur ecclesia, et muniretur civitas (...)”

A ideia de monastério de Cesário era constituída como a reunião de virgens que oravam a Deus pedindo a proteção de sua cidade. Segundo Marilyn Dunn, as orações e os louvores das virgens subiriam como incenso para o céu e protegeria tanto o bispo quanto seu rebanho³⁸⁸. Nesse sentido, a construção e a manutenção do monastério não seriam apenas de interesse da igreja ou do bispo, mas de toda a comunidade de Arles, bem como de seus comandantes. Assim, as ações do bispo seriam santas e indiscutivelmente caridosas, como a venda de bens da igreja em benefício do monastério, impedindo qualquer reivindicação no futuro.

Até mesmo o lugar onde o corpo de Cesário foi sepultado ajudaria a proteger o monastério, pois se a *Vida* o apresentou como santo, o lugar onde seu corpo se encontrava deveria ser preservado para que novos milagres pudessem acontecer.³⁸⁹ Pela *Vida*, sabe-se que Cesário pediu para ser enterrado junto com as freiras na basílica de Santa Maria, adjacente ao monastério, protegendo de outra forma a instituição.

Logo, a proteção do monastério e dos bens de sua família se deve, em parte, ao papel de Cesário como bispo-monge, que contribuiu para que ele fosse reconhecido como santo. Como bispo, seguia os decretos eclesiásticos, principalmente porque os decretos eram estabelecidos pelos bispos da Gália e muitos deles foram estabelecidos pelo próprio Cesário. Como monge, vivia para ajudar os outros, em busca da perfeição cristã (e da prática ascética). No entanto, esta jornada dependia da ajuda de irmãos e irmãs para a sua construção e sustento.³⁹⁰ A perfeição cristã poderia ser conquistada pelas freiras por meio da ajuda de Cesário. Para isso, o bispo estabeleceu a *Regra das Virgens*, regulamento que as ajudaria a se edificarem internamente, e construiu o monastério, que as protegeria contra os vícios do pecado. O monastério era uma comunidade cristã que seria o exemplo para toda a comunidade de Arles, além de proteção para a cidade.

O testamento foi o documento mais importante produzido por Cesário para garantir a manutenção do monastério tão caro para a vida cristã na diocese de Arles. Esse texto, que mesmo no período merovíngio seguia as características decretadas pelo Direito Romano,

(Tradução livre). *Vita Sancti Caesaris episcopi Arelatensis*. MORIN, Germain (ed.). *Sancti Caesaris episcopi Arelatensis Opera omnia*, p. 306.

³⁸⁸ DUNN, Marilyn. *The Emergence of Monasticism: from the Desert Fathers to the Early Middle Ages*. Oxford: Blackwell Publishing, 2003, pp. 98-99.

³⁸⁹ KLINGSHIRN, William. *Caesarius of Arles: Life, Testament, Letters*, p. 4.

³⁹⁰ DELCOGLIANO, Mark. "Caesarius of Arles: On Living in Community". *Cistercian Studies Quarterly*. V. 41, N. 1, 2006, p. 25.

conforme mencionamos, sugeria que os bens nele descritos fossem legados aos herdeiros naturais, familiares do testador, como deveria ser o costume dos ricos aristocratas e como sugeriam as regras sucessórias. Sua irmã ou sua sobrinha à cabeça do monastério facilitava a instituição de herdeiro para Cesário, pois tanto sua família quanto o monastério, considerado também sua família espiritual, beneficiariam-se de seus bens e, até mesmo, dos patrimônios da igreja.

A *Vida de São Cesário* foi escrita a pedido da abadessa, sua sobrinha, na intenção de proteger as doações feitas por Cesário: tudo o que ele fez foi em benefício de toda comunidade cristã de Arles, e não apenas de sua família ou de seu monastério. Um dos maiores estudiosos dessa *Vida* afirmou que o documento é polêmico, partidário e que tem um discurso de valorização e enaltecimento.³⁹¹ Isso pode ser observado na introdução da hagiografia em que os autores justificaram a veracidade dos fatos pelas fontes ocular³⁹² e oral³⁹³, valorizando seu discurso. Logo, os documentos discutidos sobre Cesário legitimam, de uma forma ou de outra, os esforços do bispo-monge para a construção da vida cristã em Arles, durante o século V.

A proteção do monastério e dos bens que recebeu do bispo pode ser vista como uma forma de estratégia familiar empregada por Cesário e, nesse sentido, o bispo de Arles tem um papel fundamental como fideicomissário. Como algumas mulheres de sua família, bem como ele mesmo, escolheram a vida religiosa ao invés do matrimônio, fundar um monastério tendo como abadessa essas mulheres foi a melhor forma de manter os bens na esfera familiar e aumentar suas redes de influência. Segundo Sylvie Joye, a fundação de um monastério significava a reconciliação dos interesses terrestres e celestiais³⁹⁴ e a recusa do casamento exaltava a virgindade para sublimar a fundação.³⁹⁵ Assim, tanto Cesário quanto sua irmã e

³⁹¹ KLINGSHIRN, William. *Caesarius of Arles: Life, Testament, Letters*, p. 6.

³⁹² “Muitas ocorrências nós vimos com nossos próprios olhos (...)” [“(...) multa a nobis ipsis visa (...)”]. (Tradução livre). *Vita Sancti Caesarii episcopi Arelatensis*. MORIN, Germain (ed.). **Sancti Caesarii episcopi Arelatensis Opera omnia**, p. 296.

³⁹³ “E alguns detalhes aprendemos dos relatos dos veneráveis padres e diáconos que são seus discípulos (...)” [“Et multa quidem ipsius beatissimi domni nobis narratione comperta (...)”] (Tradução livre). *Vita Sancti Caesarii episcopi Arelatensis*. MORIN, Germain (ed.). **Sancti Caesarii episcopi Arelatensis Opera omnia**, p. 296.

³⁹⁴ JOYE, Sylvie. “ Filles et Pères à la Fin de l’Antiquité et au Haut Moyen Âge. Des Rapports Familiaux à l’Épreuve des Stratégies”. In: BADEL, Christophe; SETTIPANI, Christian (eds.). **Les Stratégies Familiales dans l’Antiquité Tardive. Actes du Colloque des 5-7 févr. 2009 de l’USR 710 du CNRS**. Paris : De Boccard, 2011, p. 239.

³⁹⁵ LE JAN, Régine. “Monastère de femmes, violence et compétition pour le pouvoir dans la Francie du VIIe siècle”, in: LE JAN, Régine. **Femmes, pouvoir et société dans le haut Moyen Âge**. Paris: Picard, 2001, p. 104.

sobrinha estariam respondendo aos interesses de sua família carnal, mantendo os bens dentro de seus limites, e aos interesses de sua família celestial, respeitando as normas de uma vida santa e ascética.

3.5. Conclusão

A instituição de fideicomissários se tornou uma peça chave nas estratégias de transmissão de bens, uma vez que ela permitiu que o testador legasse bens a outros legatários diferentes de seus herdeiros e que tivesse suas últimas vontades respeitadas. Essa instituição foi um esforço dos testadores em criar mecanismos para que fossem cumpridas. Os exemplos das abadessas Burgundofara e Irmina e, principalmente, do bispo Cesário foram imprescindíveis para esclarecer como a instituição de fideicomissários está presente nos testamentos merovíngios apesar do termo *fideicommissium* não aparecer nos documentos. Eles revelam que, sem o fideicomissário, o testador não tinha segurança de que suas últimas vontades seriam realizadas. Por isso, os aristocratas que possuíam muitos bens e forneciam a manutenção de algum estabelecimento religioso, como era o caso da maioria dos testadores merovíngios, cujos testamentos foram conservados até os dias de hoje, utilizavam-se do recurso da instituição de fideicomissários para que esse estabelecimento ou sua família não fossem lesionados por seus adversários ou parentes que fossem considerados herdeiros segundo as regras sucessórias.

Considerações finais

Esta dissertação discutiu as diversas disposições empregadas pelos testamentos merovíngios como estratégias para proteger as transmissões de bens que representavam as últimas vontades dos testadores. As comparações propostas entre os testamentos e os documentos auxiliares argumentaram que essas estratégias revelaram não só a maneira como os testadores dispunham e transmitiam suas propriedades, mas também as relações com suas famílias e comunidades.

As análises foram feitas principalmente por meio das comparações entre dos testamentos entre si, incluindo a fórmula 17 do livro II do Formulário de Marculfo, e com os cânones dos concílios merovíngios, as hagiografias, as epístolas, etc. Na Introdução, foi definido o que entendemos por testamentos merovíngios e qual a sua abrangência no tempo e espaço. Como vimos, foram preservados, até os dias atuais, doze testamentos por meio de cópias ou de originais danificados. O Formulário de Marculfo, aceito pela historiografia como originário do começo do século VII, teve apenas cópias conservadas, sendo a mais antiga do século IX.

As comparações direcionadas às estratégias indicaram três principais instituições notadas nos testamentos: a instituição de herdeiros, a instituição de legatários e a instituição de fideicomissários. As três instituições foram fundamentais para que os testadores pudessem estabelecer suas últimas vontades para que, no dia em que morressem, descansassem em paz. Além disso, elas exprimem as principais formas de transmissão de bens pelos testamentos, que identificamos como estratégias, uma vez que estabeleciam doações atípicas às normas e costumes romanos, ainda respeitados no período merovíngio. Dado o seu destaque, as instituições mencionadas tornaram-se o eixo da divisão desta dissertação em três capítulos, que receberam seus nomes para que pudéssemos explorar por meio dos testamentos as relações dos aristocratas testadores com sua família e comunidade.

A cláusula da instituição de herdeiros, tema do primeiro capítulo, era parte fundamental da composição e definição de um testamento. Segundo Ulrich Nonn e Josiane

Barbier as instituições do período romano, principalmente a herança, foram mantidas no período merovíngio, assim como a estrutura dos testamentos.³⁹⁶ Ademais, a análise das leis romanas e dos testamentos merovíngios nos auxiliaram a compreender tal estrutura e qual o motivo desses documentos mencionarem o Código Civil Romano e o Pretoriano.

Os testadores merovíngios afirmavam compor o documento de acordo com as leis romanas como forma de legitimá-lo e terem suas últimas vontades concretizadas. Isso sugere que as leis romanas eram ainda respeitadas no período merovíngio e que elas eram um mecanismo de proteção de transmissão de bens e, consequentemente, de poder. O poder a que nos referimos está ligado à influência e autoridade compreendidas em determinada região. De modo geral, os bens descritos nos testamentos a que temos acesso são propriedades de terra (como as *villae*). Logo, ao transmiti-las, o testador proporcionava ao herdeiro autoridade sobre tudo e todos os que se encontravam nas propriedades, bem como influência sobre sua comunidade, por ter adquirido uma grande quantidade de terra nessa região.

Muitos dos testadores tratados nesta dissertação fundaram monastérios e, diante disso, beneficiam esses estabelecimentos a fim de que fossem mantidos mesmo após sua morte. As análises do testamento de Cesário de Arles foram enfatizadas por se tratar de um documento que retratou a proteção do testador relacionada à futura manutenção do monastério que fundou. Ele revela que a transmissão dos bens de Cesário ao monastério não só se referia à provisão das freiras, suas irmãs espirituais, mas também ao aumento de sua rede de influência na comunidade, aumentando o poder do monastério, ou seja, da abadessa responsável. O bispo e sua sobrinha, a abadessa Cesária, tinham por objetivo perpetuar os bens de Cesário unidos por um único proprietário com o propósito de zelar pela subsistência das freiras, suas filhas espirituais.

Em todos os testamentos analisados nesta pesquisa, há cláusulas que beneficiavam alguma instituição religiosa. Os testamentos foram estabelecidos como uma ferramenta para transmitir bens às instituições religiosas que não eram, conforme o costume observado desde o período romano, suas herdeiras naturais. Para isso, foram instituídos legatários e fideicomissários, como Cesário que instituiu seu monastério e bispo sucessor do episcopado de Arles como herdeiros, sendo que o bispo também foi instituído seu fideicomissário para que a ele fossem confiadas as transações que beneficiavam o monastério. Os legatários, entretanto, eram aqueles que, mesmo não sendo herdeiros, eram beneficiários do testador.

³⁹⁶ BARBIER, Josiane. "Testaments et pratique testamentaire dans le royaume franc (VIe-VIIIe siècle)", pp. 7–79. NONN, Ulrich. "Merowingische Testamente", pp. 1–129.

Eles abrangem muitos servos aos quais, para receber alforria, era solicitada alguma tarefa em função da memória do testador ou do herdeiro. Aos fideicomissários também eram confiadas tarefas a fim de que a memória do testador fosse exaltada. A principal diferença entre essas instituições é que os fideicomissários eram necessariamente os herdeiros, enquanto os legatários eram terceiros, como parentes, servos ou outros estabelecimentos religiosos. Ambas foram consideradas estratégias de transmissão de bens, uma vez que, além dos herdeiros instituídos, era possível beneficiar outras pessoas ou estabelecimentos e confortar o testador quanto à execução de suas vontades, proporcionando paz para morrer.

A fórmula 17 do livro II do Formulário de Marculfo trata de um testamento redigido por pais em favor de seus filhos. Por esse motivo, ela apresenta algumas diferenças em relação aos outros testamentos. Em primeiro lugar, apenas os filhos do casal foram instituídos herdeiros, designando os estabelecimentos eclesiásticos, igrejas e monastérios, como legatários cujo benefício era uma pequena parcela de seu patrimônio: “Que a igreja – ou: monastérios – de X receba as *villae* Y-Z, aqui situadas”.³⁹⁷ Essa é a única passagem em que os testadores beneficiaram alguma instituição da Igreja, revelando que essa não era sua finalidade.

Não obstante, especialmente em comparação aos testamentos de Remígio e de Abbo, ela forneceu uma nova perspectiva sobre as instituições testamentárias como estratégias de transmissão de bens. De modo diferente da instituição de herdeiros, a de legatários apenas favorecia o beneficiário com um bem específico, seja com a posse de uma propriedade ou com a liberdade da servidão. Ora, os legatários não dependiam dos herdeiros para receberem seus benefícios, facilitando os meios de transmissão, pois não seria necessária nenhuma interferência para que os legados fossem executados após sua morte, da maneira como os testadores desejaram. A única relação do herdeiro nessas transações é a de que a sua instituição havia permitido o testador a compor o documento, em outras palavras o testamento, que continha os benefícios.

Finalmente, os testamentos das abadessas Burgundofara e Irmina ressaltaram o papel da instituição de fideicomissários nos testamentos merovíngios, que valoriza a relação entre o aristocrata testador e a comunidade, ou sua própria família. Ambas as testadoras recorreram à fundação de um monastério como estratégia para manter seus bens dentro de sua família e, para isso, instituíram-no como seu herdeiro e fideicomissário, na esperança de que suas

³⁹⁷ “Villas illas basilica illa, vel monasteria, sitas ibi, recipiant.” (Tradução livre). Marculfo II, 17. MARCULFUS. *Marculfi formulae*. ZEUMER, Karl (ed.), MGH, p. 86.

sucessoras como abadessas cumprissem seus desejos e não permitissem que outros reivindicassem alguma parte da herança.

Esta dissertação observou, portanto, que todas as três instituições encontradas nos testamentos como mecanismos de estratégia de transmissão de bens estão interligadas. A instituição de fideicomissários as conecta, uma vez que os fideicomissos estabeleciam uma relação de confiança entre o testador e o herdeiro instituído para que suas últimas vontades fossem executadas, as quais, muitas vezes, referiam-se aos benefícios destinados aos legatários. Conhecendo os mecanismos de desenvolvimento dessas estratégias nos testamentos merovíngios, compreendemos que esses documentos se apresentavam como uma resposta a um contexto normativo que não abrangia os interesses da aristocracia a respeito da manutenção dos estabelecimentos eclesiásticos fundados por ela. As análises e comparações realizadas nesta dissertação forneceram algumas novidades sobre os testamentos produzidos no período merovíngio pelos aristocratas provenientes da Gália, de inspiração romana, que buscou, mais do que investigar sua autenticidade como testamentos romanos, compreender como suas características, originais ou provenientes daqueles do período romano, refletem os interesses e as formas de relações entre os aristocratas e sua comunidade no período merovíngio.

Bibliografia

- **Fontes (edições em latim e traduções utilizadas na dissertação)**

BOUCHARD, Constance Brittain (ed.). **The Cartulary of Flavigny, 717-1113**. Cambridge, Mass: Medieval Academy of America, 1991. (Medieval Academy books, no. 99). (Edição em latim)

BRÉQUIGNY, Louis Georges Oudart-Feudrix de; THEIL, François Jean Gabriel de La Porte Du; PARDESSUS, Jean-Marie (eds.). **Diplomata chartae, epistolae, leges aliaque instrumenta ad res Gallo- Francicas spectantia: Instrumenta ab anno 628 ad annum 751**, T. II. Paris: Typographeum Regium, 1849, pp. 211-212. (Edição em latim)

BUSSON, Gustave; LEDRU, Ambroise (eds.). Actus pontificum, Cenomannis in urbe degentium. **Archives historiques du Maine**, v. II, Société historique de la province du Maine, 1901. (Edição em latim)

COURREAU, Joël; VOGÜÉ, Adalbert de. **Oeuvres Monastiques: Césaire d'Arles (Sources Chrétiennes – v. 345, p. 360-397)**. Paris: Les Éditions du Cerf, 1994. (Sources chrétiennes, 395), pp. 361-397. (Edição em latim e francês)

GAUDEMET, Jean; BASDEVANT-GAUDEMET, Brigitte (eds.). **Les canons des conciles mérovingiens (VIe-VIIe siècles): texte latin de l'édition C. de Clercq**. Paris: Editions du Cerf, 1989. (Sources chrétiennes, no 353-354). (Edição em latim e francês)

GUÉROUT, Jean. “Le testament de Sainte Fare: matériaux pour l’étude et l’édition critique de ce document”. **Revue d’Histoire Ecclésiastique**, v. 60, n. 3–4, 1965, pp. 761–821. (Edição em latim)

HINCMAR. *Vita Sancti Remigii*. **Monumenta Germaniae Historica**. Scriptores rerum Merovingicarum, 3. KRUSCH, Bruno (ed.), Hanover: Impensis Bibliopolii Hahniani, 1896. (Edição em latim)

IONAE. *Vitae sanctorum Columbani*. Scriptores rerum Germanicarum in usum scholarum separatim editi, 37. KRUSCH, Bruno (ed.), **Monumenta Germaniae Historicae**. Hanover: Impensis Bibliopolii Hahniani, 1905. (Edição em latim)

Vita Landiberti Episcopi Traieiectensis Vetustissima. KRUSCH, Bruno (ed.), **Monumenta Germaniae Historica: Scriptores rerum Merovingicarum. 6: Passiones vitaeque sanctorum aevi Merovingici**, Hannover: Impensis Bibliopolii Hahniani, 1913, capítulo 11, pp. 299-384. (Edição em latim)

LEVISON, Wilhelm. “Das Testament Diakons Adalgisel-Grimo vom Jahre 634”. In: **Trierer Zeitschrift**, Vol. 7, 1932, pp. 69-85. (Edição em latim)

MABILLON, Jean; CAVAGNA SANGIULIANI DI GUALDANA, Antonio. **Annales ordinis S. Benedicti occidentalium monachorum patriarchae : in quibus non modo res monasticae, sed etiam ecclesiasticae historiae non minima pars continetur**. Lutetiae-Parisiorum : Caroli Robustal, 1703. (Edição em latim)

MAGNOU-NORTIER, Élisabeth (ed.). **Le Code Théodosien, Livre XVI, et sa réception au Moyen Âge**. Paris : Éditions du Cerf, 2002. (Edição em latim)

MARCULFUS. *Marculfī formulae*. **Monumenta Germaniae Historica**. Formulae Merovingici et Karolini aevi. ZEUMER, Karl (ed.), Hannover: Impensis Bibliopolii Hahniani, 1886. (Edição em latim)

MARCULFUS. **Marculfi monachi formularum libri duo: item veteres formulae incerti auctoris.** Sumptibus H. Drouart, 1613. (Edição em latim)

MCCARTHY, Maria Caritas. “The Rule for Nuns of St. Caesarius of Arles: a translation with a critical introduction”. **Catholic University of America. Studies in Mediaeval History.** New series, V. 16, Washington: Catholic University of America Press, 1960. (Edição em latim e inglês)

MIGNE, Jacques-Paul (ed.). *Testamentum sancti Aredii. Patrologiae cursus completus: sive biblioteca universalis, integra uniformis, commoda, oeconomica, omnium SS. Patrum, doctorum scriptorumque ecclesiasticorum qui ab aevo apostolico ad usque Innocentii III tempora floruerunt ...* [Series Latina, in qua prodeunt Patres, doctores scriptoresque Ecclesiae Latinae, a Tertulliano ad Innocentium III]. V. LXXI, 1849, cols. 1143-1150. (Edição em latim)

MORIN, Germain (ed.). **Sancti Caesarii episcopi Arelatensis Opera omnia nunc primum in unum collecta.** Maretiole, 1942. (Edição em latim)

MUNIER, Charles (ed.). **Concilia Galliae: A. 314 - A. 506.** Turnholti: Typographi Brepols editores pontificii, 1963. (Edição em latim)

OLIVEIRA, Nair de Assis. **O livre-arbítrio.** São Paulo: Paulus, 1999. (Edição em português)

PÉRIN, Patrick; VELAY, Philippe; RENOU, Laurent; *et al* (Orgs.). **Collections mérovingiennes du Musée Carnavalet : Catalogue d’Art et d’Histoire du Musée Carnavalet II.** Paris: Musée Carnavalet, 1985. (Catalogues d’art et d’histoire du Musée Carnavalet, 2). (Edição em latim e francês)

PERTZ, Georg Heinrich (ed.). *Carta Irminae de Epternaco et suis adiacentiis.* Scriptores (SS.). 23: Chronica aevi Suevici.. **Monumenta Germaniae Historica.** Hannover: Impensis Bibliopolii Hahniani, 1874, pp. 50-51. (Edição em latim)

- RIO, Alice. **The formularies of Angers and Marculf: two Merovingian legal handbooks.** Liverpool: Liverpool University Press, 2008. (Edição em inglês)
- S. AURELII AUGUSTINI. *DE LIBERO ARBITRIO.* in: MIGNE, Jacques-Paul (ed.). **Patrologiae cursus completus: sive bibliotheca universalis, integra uniformis, commoda, oeconomica, omnium SS. Patrum, doctorum scriptorumque ecclesiasticorum qui ab aevo apostolico ad usque Innocentii III tempora floruerunt ... [Series Latina, in qua prodeunt Patres, doctores scriptoresque Ecclesiae Latinae, a Tertulliano ad Innocentium III], Volume 32.** Excudebatur et Venit Apud Editorem, 1841, pp. 1221-1299. (Edição em latim)
- S. AURELLI AGUSTINI. **Enchiridion ad Lauretium de Fide, Spe et Caritate.** KRABINGER. Georgius (ed.). Tubinga: Editore Immortuo, 1861. (Edição em latim)
- SANDARS, Thomas Collett (ed.). **The Institutes of Justinian; with English introduction, translation, and notes.** Londres: Longmans, Green and Co., 1869. (Edição em latim e inglês)
- VALOIS, Adrien de. **Disceptationis de Basilicis defensio adversus... Launoii... de caudicium ejusdem de vetustioribus Lutetiae basilicis liber par Adrien de Valois. J. Du Puis,** 1660. (Edição em latim)
- WEIDEMANN, Margarete (ed.). **Das Testament des Bischofs Berthramn von Le Mans vom 27. März 616: Untersuchungen zu Besitz und Geschichte einer fränkischen Familie im 6. und 7. Jahrhundert.** Mainz : Bonn: Verlag des Römisch-Germanischen Zentralmuseums ; In Kommission bei R. Habelt, 1986, pp. 7-49. (Edição em latim)
- ZEUMER, Karl. Der Maior domus in Marculf I, 25. **Neues Archiv der Gesellschaft für ältere deutsche Geschichtskunde**, v. 10, p. 383–388, 1885. (Edição em latim)
- ZEUMER, Karl (ed.). **Monumenta Germaniae Historica. Leges. Formulae Merovingici et Karolini aevi accedunt Ordines iudiciorum dei. Marculfi formulae.** Hannover: Impensis Bibliopolii Hahniani, 1886. (Edição em latim)

- **Obras de Referência**

BERGER, Adolf. **Encyclopedic Dictionary of Roman Law**. Philadelphia: The American Philosophical Society, 1953.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2000.

BOBBIO, Norberto. **O positivismo jurídico: lições da Filosofia do Direito**. São Paulo: Ícone, 1995.

DEMBOWSKI, Peter F. "Hagiography", in: STAYER, Joseph (ed.). **Dictionary of the Middle Ages**. Nova York: Charles Scribner's Son, 1985, v. 6, p. 59–60.

GIRY, Arthur. **Manuel de Diplomatie**. Paris: Hachette, 1894.

JONES, Allen E. "Hagiography", in: **The New Westminster Dictionary of Church History**, Louisville/London: Westminster John Knox Press, 2008, v. 1, p. 292–293.

KIEFT, C. van de; LAKE-SCHOONEBEEK, G. S. M. M.; NIERMEYER, Jan Frederik. alode. In: **Mediae Latinitatis lexicon minus, composuit J. F. Niermeyer: abbreviationes et index fontium**. Leiden: Brill, 1976, p. 36–38.

LEMAÎTRE, Nicole; QUINSON, Marie-Thérèse; SOT, Véronique. **Dicionário Cultural do Cristianismo**. Tradução de GONÇALVES, Maria Stela; RIBEIRO, Gilmar Saint'Clair; TEIXEIRA DA SILVA, Yvone Maria de Campos. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

The New Westminster Dictionary of Church History. 1. ed. Louisville/London: Westminster John Knox Press, 2008.

- **Obras gerais**

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. Reflexões sobre a Pesquisa Historiográfica dos Testamentos. **Revista Justiça e História**, v. 5, n. 10, 2005. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucha/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v5n10/doc/9_Maria_Lucilia_Viveiros.pdf>. Acesso em: 03/03/2017.

ATSMA (Hartmut), VEZIN (Jean), “Les faux sur papyrus de l'abbaye de Saint-Denis”, *in*: KERHERVE, Jean ; RIGAUDIERE, Albert (eds.). **Finances, pouvoirs et mémoire. Mélanges offerts à Jean Favier**, Paris: Librairie Arthème Fayard, 1999, pp. 674-699.

AUFFROY, Henri. **Évolution du testament en France. Des origines au XIIIe siècle**. Paris: Librairie Nouvelle de Droit et de Jurisprudence, 1899.

BADEL, Christophe; SETTIPANI, Christian (eds.). **Les Stratégies Familiales dans l'Antiquité Tardive. Actes du Colloque des 5-7 févr. 2009 de l'USR 710 du CNRS**. Paris : De Boccard, 2011.

BARBIER, Josiane. "Testaments et pratique testamentaire dans le royaume franc (VIe-VIIIe siècle)", *in*: BOUGARD, François; LA ROCCA, Cristina; LE JAN, Régine (Orgs.). **Sauver son âme et se perpétuer : Transmission du patrimoine et mémoire au haut Moyen-Âge**. Rome: Publications de l'École française de Rome, 2005, pp. 7-79. (Collection de l'École française de Rome).

BARTHÉLEMY, Dominique. "La mutation féodale a-t-elle eu lieu? (note critique)". **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, v. 47, n. 3, 1992, p. 767-777.

BISSON, Thomas N. The “feudal revolution”. **Past & Present**, n. 142, 1994, pp. 6-42.

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 1982.

BONNASSIE, Pierre. **From slavery to feudalism in south-western Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

BOUGARD, François; FELLER, Laurent; LE JAN, Régine. **Dots et douaires dans le haut moyen âge**, Roma: École française de Rome, 2002.

BROWN, Peter. **The Rise of Western Christendom: Triumph and Diversity, A.D. 200-1000**. Oxford: John Wiley & Sons, Inc., 2013

BROWN, Warren. Charters as weapons. On the role played by early medieval dispute records in the disputes they record. **Journal of Medieval History**, v. 28, n. 3, pp. 227–248, 2002.

BROWN, Warren. "Conflict, Letters, and Personal Relationships in the Carolingian Formula Collections". **Law and History Review**, v. 25, n. 02, 2007, pp. 323–344.

BROWN, Warren. When documents are destroyed or lost: lay people and archives in the early Middle Ages. **Early Medieval Europe**, v. 11, n. 4, p. 337–366, 2002.

BUCKLAND, William Warwick. **A Text-Book of Roman Law from Augustus to Justinian**. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.

BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CAILLEMER, Robert. **Origines et développement de l'exécution testamentaire (Époque franque et Moyen Âge)**. Lyon: A. Rey, Imprimeur-Éditeur de l'Université de Lyon, 1901.

CBG – Colégio Brasileiro de Genealogia: Pedro Taques de Almeida Paes Leme. Disponível em: <<http://www.cbg.org.br/novo/colégio/historia/patronos/pedro-taques-leme/>>. Acesso em: 02/03/2017.

CHRYSSOS, Euangelos K.; WOOD, Ian (eds.). **East and West: modes of communication. Proceedings of the first plenary conference at Merida**. Leiden ; Boston: Brill, 1999. (Transformation of the Roman world, v. 5).

- CURI, Melissa Volpato. O Direito Consuetudinário dos Povos Indígenas e o Pluralismo Jurídico. **Espaço Ameríndio**, v. 6, n. 2, p. 230–247, .
- CURTA, Florin. "Merovingian and Carolingian Gift Giving". **Speculum**, v. 81, n. 3, p. 671–699, 2006.
- DAVIES, Wendy; FOURACRE, Paul (Orgs.). **Property and power in the early Middle Ages**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1995.
- DAVIES, Wendy; FOURACRE, Paul (eds.). **The Languages of Gift in the Early Middle Ages**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010
- DAVIES, Wendy; FOURACRE, Paul. **The Settlement of Disputes in Early Medieval Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- DELCOGLIANO, Mark. "Caesarius of Arles: On Living in Community". **Cistercian Studies Quaterly**. V. 41, N. 1, 2006, pp. 17-30.
- DELGADO, Noel Lazaro. **The *Grand Testamentum* of Remigius of Reims: its Authenticity Juridical Acta and Bequeathed Property**. Tese de Doutorado. Faculty of the Graduate School of the University of Minnesota. 2008.
- DE VRIENDT, François. "Irmine (Sainte)". **Dictionnaire d'Histoire et de Géographie Ecclésiastiques**, T. XXVI, 1995, cols. 49-51.
- DEVROEY, Jean-Pierre. **Économie rurale et société dans l'Europe franque:: (VIe - IXe siècles). T. 1: Fondements matériels, échanges et lien social**. Paris: Éditions Belin, 2003.
- DUBY, Georges. **Guerreiros e camponeses: os primórdios do crescimento económico europeu, séc. VII-XII**. Lisboa: Estampa, 1993.

DUBY, Georges. **La société aux XIe et XIIe siècles dans la région mâconnaise**. Paris: Editions de l'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1995.

DUNN, Marilyn. **The Emergence of Monasticism: from the Desert Fathers to the Early Middle Ages**. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

DURÃES, Margarida. "Os Testamentos e a história da família". DURÃES, Margarida. "Os Testamentos e a história da família". **Conferência Apresentada no Âmbito do Mestrado de Demografia**, Instituto de Filosofia de Ciências Humanas na Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/3364>. Acesso em: 02/03/2017.

ENGELMANN, Jean. **Les testaments coutumiers au XVe siècle**. Paris: Macon, Protat Frères (Thèse pour le doctorat Université de Paris, Faculté de droit), 1903.

FELLER, Laurent. **L'Eglise et la société en Occident: pouvoir politique et pouvoir religieux du VIIe au XIe siècle**. Paris: SEDES, 2001. (Regards sur l'histoire. Histoire médiévale ; 0768-3669,).

FISHER-DREW, Katherine. "The Immunity in Carolingian Italy". **Speculum**, v. 37, n. 2, p. 182–197, 1962.

FLETCHER, Richard A. **The Barbarian Conversion: From Paganism to Christianity**. Los Angeles: University of California Press, 1999.

FOX, Yaniv. **Power and Religion in Merovingian Gaul: Columbanian Monasticism and the Frankish Elites**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

FOURACRE, Paul. **The Age of Charles Martel**. Londres: Routledge, 2000.

- FRIER, Bruce W.; MCGINN, Thomas A. J. **A casebook on Roman family law**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2004. (Classical resources series / American Philological Association, no. 5).
- GANGHOFER, Roland. "L'acte à cause de mort en Alsace au Moyen Âge". In: **Actes à cause de mort. Tome III: Europe Médiévale et Moderne**. Bruxelles: De Boeck Université, 1993, pp. 131-157.
- GEARY, Patrick J. **Aristocracy in Provence: the Rhône Basin at the dawn of the Carolingian age**. Stuttgart: Hiersemann, 1985. (Monographien zur Geschichte des Mittelalters, 31).
- GEARY, Patrick. "Extra-judicial means of conflict resolution", in: **Settimane Di Studio Del Centro Italiano Di Studi Sull'Alto Medioevo, XLII: La Giustizia Nell'Alto Medioevo (Secoli V-VIII), 7-13 aprile 1994**, Spoleto: Presso La Sede Del Centro, t. I, 1995
- GIRAUD, Cédric ; RENAULT, Jean-Baptiste ; TOCK, Benoît-Michel (eds.). **Chartes originales antérieures à 1121 conservées en France**. Acte n° 4493. Nancy : Centre de Médiévistique Jean Schneider. Edição eletrônica: Orléans : Institut de Recherche et d'Histoire des Textes, 2010. Disponível em: <<http://www.cn-telma.fr/originaux/charte4493/>>.
- GOETZ, Hans-Werner. Coutume d'héritage et structures familiales au haut Moyen Âge. In: BOUGARD, François; LA ROCCA, Cristina; LE JAN, Régine (Orgs.). **Sauver son âme et se perpétuer : Transmission du patrimoine et mémoire au haut Moyen-Âge**. Rome: Publications de l'École française de Rome, 2005, p. 203–237. (Collection de l'École française de Rome).

- GOETZ, Hans-Werner. La circulation des biens à l'intérieur de la famille. Rapport introductif. **Mélanges de l'Ecole française de Rome. Moyen-Age**, v. 111, n. 2, p. 861–879, 1999.
- GOFFART, Walter. Old and new in Merovingian taxation. **Past & Present**, v. 96, p. 3–21, 1982.
- GOFFART, Walter. **The Le Mans Forgeries: A Chapter from the History of Church Property in the Ninth Century**, London: Oxford University Press, 1966.
- GOODY, Jack. **The Development of Family and Marriage in Europe**. Cambridge: Cambridge University press, 1983.
- GRIERSON, Philip. Commerce in the Dark Ages: A Critique of the Evidence. **Transactions of the Royal Historical Society**, v. 9, p. 123–140, 1959.
- GUERREAU-JALABERT, Anita. “*Spiritus et caritas*. Le baptême dans la société médiévale”. In : HÉRITIER-AUGÉ, Françoise; COPET-ROUGIER, Élisabeth (eds.). **La parenté spirituelle**. Paris: Éditions des Archives Contemporaines, 2001, pp. 133-203.
- GUÉROUT, Jean. “Fare”. **Dictionnaire d'Histoire et de Géographie Ecclésiastiques**. T. XVI, Fasc. 92, cols 505-531.
- GUILLOT, Olivier. “‘Assassin des pauvres’: une invective pour mieux culpabiliser les usurpateurs de biens d'église, aidant à restituer l'activité conciliaire des Gaules entre 561 et 573”, In: GUILLOT, Olivier. **Arcana Imperii [I] (IVe-XIe siècle). Recueil d'articles**. Limoges: PULIM (Cahiers de l'Institut d'Anthropologie juridique), 2003, pp. 183-220.

GUNDLACH, W. (ed.). **Monumenta Germaniae Historica**. Epistolae Merowingici et Karolini aevi. Epistolae Austrsicae. Berlin: 1892.

GUREVIČ, A. ; KREISE, Bernard. “Représentations et attitudes à l'égard de la propriété pendant le haut moyen âge”, **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, 27e Année, No. 3 (May - Jun., 1972), pp. 523-547

GVELESIANI, Irina. From the History of the Development of “Trust” and Terminological Units. *In: Proceedings in EIIC-The 2nd Electronic International Interdisciplinary Conference*. [s.l.]: EDIS - Publishing Institution of the University of Zilina, 2013, v. 2. Disponível em: <<http://www.eiic.cz/archive/?vid=1&aid=2&kid=20201-30>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

HARTMUT AT SMA (Org.). **La Neustrie: les pays au nord de la Loire de 650 à 850. Colloque historique international**. Sigmaringen: Thorbecke, 1989. (Beihefte der Francia, 16).

JEANNIN, Alexandre. **Formules et formulaires : Marculf et les praticiens du droit au premier Moyen Âge (Ve-Xe siècles)**. Tese (Doutorado em História do Direito), Université Lyon 3, 2007. Disponível em: <<http://www.theses.fr/2007LYO33012>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

JONES, A. H. M.; GRIERSON, P.; CROOK, J. A. “The authenticity of the ‘Testamentum S. Remigii’”. **Revue Belge de Philologie et d’Histoire**, T. 35, N° 2, 1957, pp. 356-373.

HARTMUT AT SMA (ed.), **La Neustrie: les pays au nord de la Loire de 650 à 850. Colloque historique international**, Sigmaringen: Thorbecke, 1989.

KLINGSHIRN, William E. **Caesarius of Arles: the making of a Christian community in Late Antique Gaul**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

KLINGSHIRN, William E. **Caesarius of Arles: Life, Testament, Letters**. Liverpool: Liverpool University Press, 1994.

LANNA, Marcos. "Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva". **Revista de sociologia e política**, v. 14, p. 173–194, 2000.

LAURANSON-ROSAZ, Christian; JEANNIN, Alexandre. "La résolution des litiges en justice durant le haut Moyen Âge : L'exemple de l'apennin à travers les formules, notamment celles d'Auvergne et d'Angers". **Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public**, v. 31, n. 1, 2000, pp. 21–34.

LAUWERS, Michel. "Le cimetière dans le Moyen Âge latin. Lieu sacré, saint et religieux". **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, ano 54, N. 5, 1999, pp. 1047-1072.

LEAGE, Richard William. **Roman Private Law: founded on the 'Institutes' of Gaius and Justinian**. Londres: Macmillan, 1909.

LE JAN, Régine. "Convents, Violence, and Competition for Power in Seventh-Century Francia". In: DE JONG, Mayke; THEUWS, Frans; VAN RHIJN, Carine (eds.). **Topographies of Power in the Early Middle Ages**. Boston: Brill, 2001, pp. 243-270.

LE JAN, Régine. "Donne e testamenti nell'alto medioevo franco", in: ROSSI, Maria Clara. **Margini di libertà: testamenti femminili nel medioevo**. Caselle di Sommacampagna: Cierre edizioni, 2010 (Biblioteca dei Quaderni di storia religiosa, 7), p. 89–101.

LE JAN, Régine. **Famille et pouvoir dans le monde franc (VIIe-Xe siècle): essai d'anthropologie sociale**. Paris: Publications de la Sorbonne, 1995.

LE JAN, Régine. **Femmes, pouvoir et société dans le haut Moyen Âge**. Paris: Picard, 2001.

- LE JAN, Régine. "Malo ordine tenent. Transferts patrimoniaux et conflits dans le monde franc (VIIe-Xe siècle)", **Mélanges de l'École Française de Rome. Moyen Age**, v. 111 – n° 111-2, 1999, pp. 951-972
- LEME, Luiz Gonzaga da Silva. **Genealogia Paulistana**. São Paulo: Duprat & Comp., 1905.
- LEVILLAIN, Léon. "Le formulaire de Marculf et la critique moderne". **Bibliothèque de l'école des chartes**, v. 84, n. 1, 1923, pp. 21–91.
- LEVY, Ernst. **West Roman Vulgar Law: The Law of Property**. Philadelphia: American Philosophical Society, 1951.
- LEYSER, Conrad. **Authority and Ascetism from Augustine to Gregory the Great**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- LINGER, Sandrine. "Acquisition et transmission de propriétés d'après le testament de Bertrand du Mans (27 Mars 616)", *in*: MAGNOU-NORTIER, Elisabeth (ed.). **Aux sources de la gestion publique. t. 2: L'invasio des villae ou la villa comme enjeu de pouvoir**. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaire de Lille, 1995, pp. 171-194.
- MAGNOU-NORTIER, Elisabeth. "Étude sur le privilège d'immunité du IVe au IXe siècle". **Revue Mabillon**, v. 60, p. 465–512, 1984.
- MARKY, Thomas. **Curso elementar de direito romano**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.
- MATHISEN, Ralph. "D'Aire-Sur-L'Adour à Agde: lès relations entre la loi séculier et la loi canonique à la fin du royaume de Toulouse". *In*: ROUCHE, Michel; DUMÉZIL, Bruno (eds.). **Le Bréviaire d'Alaric: aux origines du Code Civil**. Paris : PUPS, 2008, pp. 41-52.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Da revolução dos alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora**. Salvador: Corrupio, 2004.

MAUSS, Marcel. "Essai sur le don: Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques", **L'Anné Sociologique I**, 1923, pp. 30-186.

MAUSS, Marcel. **Sociologia E Antropologia**. São Paulo: CosacNaify, 2003.

MURRAY, Alexander Callander. "Immunity, Nobility, and the Edict of Paris". **Speculum**, v. 69, n. 1, 1994, pp. 18–39.

NETZER, Nancy. **Cultural Interplay in the Eighth Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

NONN, Ulrich. "Merowingische Testamente: Studien zum Fortleben einer römischen Urkundenform im Frankenreich". **Archiv für Diplomatik**, v. 18, 1972, pp. 1–129.

O'HARA, Alexander. "The Vita Columbani in Merovingian Gaul". **Early Medieval Europe**, v. 17, n. 2, 2009, p. 126–153.

OLIVIER-MARTIN, François. **Histoire de la coutume de la prévôté et de la vicomté de Paris**. E. Leroux (Bibliothèque de l'Institut d'Histoire, de Géographie et d'Économie urbaines de la Ville de Paris), 1922.

PAIM, Gustavo Boher. Breves Notas sobre o Processo Civil Romano. **Temas atuais de Processo Civil**, v. 1, 2011. Disponível em: <http://www.temasatuaisprocessocivil.com.br/edicoes-anteriores/50-v1-n3-setembro-de-2011/144-breves-notas-sobre-o-processo-civil-romano>. Acesso em: 09/03/2017.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos**. São Paulo: Annablume, 1995.

PEEBLES, Bernard M. Faith, Hope and Charity. *In*: GAVIGAN, John J.; MURRAY, John Courtney; RUSSELL, Robert P. **Christian Instruction; Admonition and Grace; The Christian Combat; Faith, Hope and Charity (The Fathers of the Church, Volume 2)**. Washington: Catholic University of America Press, 1947, p. 357–472.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de direito civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

PINHEIRO, Rossana Alves Baptista. “Autorité, sainteté et charité: une étude sur les moines-évêques de Lérins au V^e siècle”. **Mélanges de l’École française de Rome – Moyen Âge**. V. 126, N^o. 1, 2014, pp. 307-318.

PINHEIRO, Rossana Alves Baptista. "Comemorar os mortos na África do Norte e na Galécia: entre normas e experiências (séculos V e VI)". **Tempo Brasileiro**, v. 199, 2014, p. 91–110.

PINHEIRO, Rossana Alves Baptista. “Questões sobre hagiografia e história da Gália alto medieval (séculos V e VI)”. **Revista Diálogos Mediterrânicos**. N^o 6, Junho/2014, pp. 97-112.

POHL, Walter; WOOD, Ian. “Introduction: The Resources of the Past in Early Medieval Europe”, *in*: GANTNER, Clemens; MCKITTERICK, Rosamond; MEEDER, Sven (eds.). **The Resources of the Past in Early Medieval Europe**, Cambridge: Cambridge University Press, 2015

POLY, Jean-Pierre; BOURNAZEL, Èric. **The feudal transformation: 900-1200**. [s.l.]: Holmes & Meier, 1991.

PONTAL, Odette. **Histoire des Conciles Mérovingiens**. Paris: Éditions Du Cerf, 1989.

QUÉRENET, René. **Droit Romain. Étude sur les Différents Formes de Testaments à Rome**. Paris: A. Parent, Imprimeur de la Faculté de Medicine, 1881

- REYNOLDS, Susan. **Fiefs and Vassals: The Medieval Evidence Reinterpreted**. Revised ed. edition. Oxford; New York, N.Y.: Clarendon Press, 1996.
- RIO, Alice. "Freedom and Unfreedom in Early Medieval Francia: The Evidence of the Legal Formulae". **Past & Present**, v. 193, n. 1, 2006, pp. 7–40.
- RIO, Alice. "Les Formulaire Mérovingiens et Carolingiens". **Francia**, v. 35, 2008.
- RIO, Alice. **Legal Practice and the Written Word in the Early Middle Ages. Frankish formulae, c. 500-1000**, Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- RODRIGUES, Claudia. "Estratégias para a eternidade num contexto de mudanças terrenas: os testadores do Rio de Janeiro e os pedidos de sufrágios no século XVIII". **Locus - Revista de História**, v. 21, 2015, pp. 251–285.
- ROSENWEIN, Barbara H. **Negotiating Space: Power, Restraint, and Privileges of Immunity in Early Medieval Europe**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1999.
- ROSENWEIN, Barbara. "Property transfers and the Church, eighth to eleventh centuries. An overview." In: **Mélanges de l'École française de Rome. Moyen-Age, Temps modernes**. T. 111, N° 2, 1999, pp. 563-575.
- ROSENWEIN, Barbara H. **To Be the Neighbor of Saint Peter: The Social Meaning of Cluny's Property, 909–1049**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1989.
- SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, p. 131–138, 2008.
- SEILHAC, Lazare de. **L'utilisation par S. Césaire d'Arles de la Règle de S. Augustin : étude de terminologie et de doctrine monastique**. Roma: Editrice Anselmiana, 1974.

- SESSA, Kristina. **The Formation of Papal Authority in Late Antique Italy: Roman Bishops and the Domestic Sphere**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- SILBER, I. F. "Gift-Giving in the Great Traditions : the Case of Donations to Monasteries in the Medieval West", **Archives européennes de sociologie**, v. 36 (1995), p. 209-243.
- SOARES-CHRISTEN, Eliana Magnani. "O dom entre história e antropologia. Figuras medievais do doador", **Signum**, n° 5 (2003), pp. 169-193.
- STONE, Lawrence. "The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History". **Past & Present**, n. 85, 1979, p. 3–24.
- TANNER, Norman P. (ed.). **Decrees of the Ecumenical Councils**. London: Sheed & Ward Limited 1990.
- TARDIF, Adolphe. Étude sur la date du Formulaire de Marculf. **Nouvelle revue historique de droit français et étranger**, v. 8, p. 557–565, 1884.
- TARDIF, Adolphe. "Nouvelles Observations sur la Date du Formulaire de Marculf". **Nouvelle revue historique de droit français et étranger**, v. 9, p. 368–375, 1885.
- THIREAU, Jean-Louis. "L'évolution de l'acte à cause de mort dans les pays ligériens (VIe-XIIe siècles)", **Revue d'histoire du droit français et étranger**, N° 1, 1996, pp. 1-43.
- ULLMANN, W. "Public welfare and social legislation in the early medieval councils", **Studies in Church History** (1971)
- VICARI, Andrea. Country reports: San Marino. **The Columbia Journal of European Law Online**, v. 18, p. 81–92, 2012.

- WOOD, Ian. "Genealogy Defined by Women: the Pippinids". In: BRUBAKER, Leslie; SMITH, Julia M. H. (Orgs.). **Gender in the Early Medieval World: East and West, 300-900**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2004.
- WOOD, Ian. "The *Code* in Merovingian Gaul". In: HARRIES, Jill; WOOD, Ian (eds.). **The Theodosian code: studies in the imperial law of late antiquity**. Londres: Duckworth, 1993, pp. 161-177.
- WOOD, Ian. **The Merovingian Kingdoms 450-751**. London ; New York: Longman Publishing, 1994.
- WOOD, Ian. "The Vita Columbani and Merovingian hagiography". **Peritia**, v. 1, , 1982 pp. 63–80.
- WOOD, Susan. **The proprietary church in the medieval West**. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2006.
- WICKHAM, Chris. **Framing the early Middle Ages: Europe and the Mediterranean, 400-800**, Oxford: Oxford University Press, 2006.
- ZEUMER, Karl. "Der Maior domus in Marculf I, 25", **Neues Archiv der Gesellschaft für ältere deutsche Geschichtskunde**, v. 10, 1885, pp. 383–388.